

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo  
Programa de Pós-graduação em Planejamento  
Urbano e Regional

**Ana Luiza Goulart Koehler**

**Retraçando os becos de Porto Alegre:  
visualizando a cidade invisível**

Porto Alegre  
2015

Ana Luiza Goulart Koehler

**Retraçando os becos de Porto Alegre:  
visualizando a cidade invisível**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para obtenção do título de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Orientadora: Profa. Dra. Daniela Marzola Fialho

Linha de Pesquisa: Cidade, cultura e política

Porto Alegre  
2015

### CIP - Catalogação na Publicação

Goulart Koehler, Ana Luiza

Retraçando os becos de Porto Alegre: visualizando a cidade invisível / Ana Luiza Goulart Koehler. -- 2015.

272 f.

Orientador: Daniela Marzola Fialho.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Porto Alegre. 2. Becos. 3. Reconstrução visual. 4. História Cultural. 5. História Urbana. I. Marzola Fialho, Daniela , orient. II. Título.

Ana Luiza Goulart Koehler

Retraçando os becos de Porto Alegre:  
visualizando a cidade invisível

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Daniela Marzola Fialho  
Presidente e Orientadora – PROPUR/UFRGS

Prof. Dr. Charles Monteiro  
Examinador Externo do Departamento de História e Programas de Pós-Graduação  
em História e em Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Célia Ferraz de Souza  
Examinadora Interna do PROPUR/UFRGS

Prof. Dr. César Bastos de Mattos Vieira  
Examinador Interno do PROPUR/UFRGS

*Dedico este trabalho aos meus pais, Luzia e Nelson, ao meu irmão, Guilherme, e ao meu ex-marido Airton pelo amor e compreensão sempre presentes durante este esforço.*

## **AGRADECIMENTOS**

À Profa. Dra. Daniela Marzola Fialho pela orientação, aconselhamentos e apoio durante este trabalho;

À Profa. Dra. Jeniffer Cuty, pela disponibilidade de me aconselhar e guiar de volta à vida acadêmica, ainda durante o processo de seleção;

Às equipes do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo e Arquivo Histórico Municipal Moysés Vellinho pela dedicação e atendimento cordial na empreitada de redescobrir o passado da cidade;

À toda equipe do PROPUR, que me proporcionou este belo e instigante retorno aos estudos.

## RESUMO

O presente estudo tem por objetivo geral recuperar as imagens de uma cidade no passado, mas de uma cidade que se pode chamar de "invisível": a cidade dos becos, espaços vistos como enclaves de exclusão social e marginalização no centro de Porto Alegre. Para isso, será utilizada a História Cultural como arcabouço teórico para o entrecruzamento e composição de indícios textuais e imagéticos colhidos na documentação, culminando com a reconstrução, através de representações gráficas, de vistas perspectivas destes espaços urbanos desaparecidos.

Palavras-chave: **História Cultural, becos, reconstrução visual, Porto Alegre (RS).**

## **ABSTRACT**

The present study aims to recover the images and the form not only of the city of Porto Alegre in the past, but also to bring to light its “invisible” spaces: the city of the alleyways, seen as dens of poverty, criminality and disease in the heart of the city center. To this end, the data retrieved in the sources like texts, photographs, maps and municipality documents will be analysed in the light of the theory of Cultural History, basing the visual reconstruction of these lost city spaces in the form of drawings and sketches.

**Key words: Cultural History, alleyways, visual reconstruction, Porto Alegre (RS).**



## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1:** Filipéia da Parahyba (João Pessoa) ca. 1640. ....p. 42
- Figura 2:** Traçado da cidade de Parati no século XVII. (Goulart Reis, 2000, p. 127).....p. 43
- Figura 3:** Planta da cidade de Belém em 1753. (Goulart Reis, 2000, p. 125).....p. 46
- Figura 4:** Salvador da Bahia por Froger (1696). Vê-se a situação da cidade implantada sobre uma colina, com a praça cívico-religiosa no topo e a área portuária em baixo. In: Reis (2000), pp. 92-93.....p. 50
- Figura 5:** Salvador da Bahia, por Frezier (1714). Nota-se a ocupação das vias travessas, ligando a cidade "alta" à cidade "baixa". In: Reis(2000), p132.....p. 52
- Figura 6:** Foto de satélite da cidade de Porto Alegre (Google Earth) mostrando, em amarelo, as ruas principais do primitivo núcleo urbano e, em vermelho, a localização dos becos conforme Pesavento (1998). Fonte: Ana Luiza Koehler.....p. 53
- Figura 7:** Vista de Porto Alegre a partir da Igreja das Dores. Virgílio Calegari, final do séc. XIX/início do séc. XX. Notar a disposição das casas e o grande interior do quarteirão formado pelos lotes profundos. Fototeca Sioma Breitman do Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo.....p. 56
- Figura 8:** Casas térreas do período colonial. Desenho de Reis Filho (2006, p. 31).....p. 59
- Figura 9:** Sobrado do período colonial. Desenho de Reis Filho (2006, p. 29).....p. 60
- Figura 10:** Fachada com características neoclássicas: porão elevado, arcos plenos, grades decorativas em ferro. Desenho de Reis Filho (2006, p. 39).....p. 64
- Figura 11:** Fotografia de cortiço no Rio de Janeiro, no final do século XIX/início do século XX, com o romancista da obra homônima em destaque. (Chalhoub, 1996.).....p. 67
- Figura 12:** O estilo eclético: recuos laterais, diversidade de estilos decorativos, porões elevados. Desenho de Reis Filho (2006, p. 47).....p. 74
- Figura 13:** Detalhe da Planta de Porto Alegre de 1839. Acervo digital do IHGRS.....p. 79
- Figura 14:** Planta de Porto Alegre de Henri Breton, 1881. Acervo digital do

IHGRS.....p. 80

**Figura 15:** Descida da Rua do Rosário (atual Vigário José Inácio) no final do século XIX. Observar os tipos construtivos de tradição portuguesa configurando a rua. Fototeca do Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo.....p. 81

**Figura 16:** Fotografia do final do século XIX, tirada do alto da Igreja Matriz, mostrando o interior do quarteirão e o tipo de ocupação dos lotes. Notar os tipos arquitetônicos tipicamente portugueses. (Fototeca do Museu Hipólito José da Costa).....p. 81

**Figura 17:** Chaminés na paisagem da Rua Voluntários da Pátria. Revista Máscara, edição comemorativa do centenário da Independência, 1922. Hemeroteca do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.....p. 84

**Figura 18:** Adaptação digital da "Planta Topographica (antiga)" de Porto Alegre(acervo do AHMMV). Em vermelho, os becos. Em amarelo, as ruas principais. Imagem criada pela pesquisadora.....p. 89

**Figura 19:** “O bondinho que subia a Rua de Bragança, com o burrinho auxiliar, que ao chegar à esquina da Casa Masson, auxiliava os outros.” (Mazon, 1974).....p. 91

**Figura 20:** Espaços e sociabilidades populares. Ilustração da revista "O Papa", "Anno I, Nr 8, 22/01/1901. Hemeroteca do Museu Hipólito José da Costa.....p. 96

**Figura 21:** Planta da cidade de Porto Alegre de 1833 com as prováveis localizações de becos e algumas ruas principais marcados em vermelho e roxo pela pesquisadora.....p. 100

**Figura 22:** Detalhe da Planta de Porto Alegre de 1838 com os becos indicados em sua legenda e marcados em vermelho pela pesquisadora.....p. 102

**Figura 23:** Planta de Porto Alegre de 1839 em sua versão original: as ruas e becos estão sinalizados por letras e números identificados na legenda.....p. 103

**Figura 24:** Detalhe da Planta de Porto Alegre de 1839 mostrando os becos indicados na sua legenda e marcados em vermelho pela pesquisadora.....p. 105

**Figura 25:** Detalhe da Planta de Porto Alegre de 1844 mostrando as localizações prováveis dos becos marcados em vermelho pela autora.....p. 106

**Figura 26:** Planta de Porto Alegre de 1868, mostrando o traçado das ruas e becos da cidade sem porém identificá-los. ....p. 107

**Figura 27:** Detalhe da Planta de Porto Alegre de 1868 com a localização dos becos indicados na legenda e marcados em vermelho pela pesquisadora.....p. 109

**Figura 28:** Detalhe da Planta de Porto Alegre de 1872 mostrando as localizações dos becos marcados em vermelho pela pesquisadora.....p. 110

**Figura 29:** Planta de Porto Alegre de 1881, com os novos nomes dos logradouros colocados diretamente sobre os seus locais.....p. 111

**Figura 30:** Detalhe da Planta de Porto Alegre de 1881 com a localização dos becos indicada em vermelho pela pesquisadora.....p. 112

**Figura 31:** Detalhe da Planta de Porto Alegre de 1888 com as posições dos becos indicadas em azul pela pesquisadora.....p. 113

**Quadro das ruas e praças da cidade com os nomes que tiveram em outros tempos e os que tem actualmente.**  
.....p. 114

**Figura 32:** "Planta Topographica (antiga) da cidade de Porto Alegre". Em rosa, os becos desenhados com larguras menores. Notar o posicionamento dos becos em relação à topografia.....p. 116

**Figura 33:** Detalhe da Planta de Porto Alegre de 1839 indicando os seguintes becos: 1. Beco dos Guaranis; 2. Beco do Bot'ã Bica; 3. Beco do Pedro Mandinga; 4. Beco do Jogo da Bola, Nabos a Doze e Sete Pecados Mortais; 5. Beco dos Marinheiros; 6. Beco do Fanha; 7. Beco da Garapa; 8. Beco do Império; 9. Beco do Leite; 10. Beco da Ópera; 11. Beco do Brito; 12. Beco do Poço; 13. Beco do Rosário; 14. Beco do Couto; 15. Beco do Arco da Velha; 16. Beco da Cadeia; 17. Beco do Jacques; 18. Beco do Oitavo; 19. Beco do Firme; 20. Beco do Céu.....p. 117

**Figura 34:** Casa residencial do Conde de Porto Alegre. Vista da esquina da Rua Riachuelo com a Rua General Canabarro. Fototeca do Museu Hipólito José da Costa.....p. 123

**Figura 35:** Figura 12: Antigo Quartel General (1º quartel do século XX), sito à Rua dos Andradas esquina com a Rua General Canabarro. Fototeca do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.....p. 125

**Figura 36:** Postal de 1906 mostrando o trecho da Rua Bento Martins da Riachuelo até a Duque de Caxias – o Beco do Jogo da Bola. Fototeca do Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo.....p. 127

**Figura 37:** Rua General Bento Martins, esquina com a Rua dos Andradas - Beco dos Pecados Mortais. Início do século XX. Fototeca do Museu de Porto Alegre Joaquim José

Felizardo.....	p. 128
<b>Figura 38:</b> A Rua Sete de Setembro no século XIX (Pesavento, 1992, p. 67).....	p. 130
<b>Figura 39:</b> Foto da demolição da antiga Sociedade Bailante, com o provável Beco do Fanha em segundo plano. Finais do século XIX. Virgílio Calegari - Fototeca do Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo. A sinalização em vermelho é da pesquisadora.....	p. 132
<b>Figura 40:</b> O beco do Fanha no final do século XIX. (Pesavento, 1992, p. 44.).....	p. 134
<b>Figura 41:</b> "Vista do Oeste" da Planta de Porto Alegre de 1839. O número 46 indica a "Caza de João Inácio", e a posição do Beco da Garapa. O outro trajeto indicado é provavelmente o beco do Fanha. A sinalização em amarelo é da pesquisadora.....	p. 136
<b>Figura 42:</b> “Trecho da rua General Câmara”, na revista “Mascara” de 01/01/1925. Vê-se o Banco do Brasil em primeiro plano, à esquerda, e a Confeitaria Central na esquina da direita.....	p. 137
<b>Figura 43:</b> "Quintais fronteiros" no antigo Beco do Império. Final do século XIX - início do XX. Acervo do Museu Hipólito José da Costa.....	p. 139
<b>Figura 44:</b> O antigo Beco do Império em finais do século XIX. Fototeca Sioma Breitman/Acervo Família Prati.....	p. 140
<b>Figura 45:</b> Travessa Angustura já no início de sua demolição. Fotografia da Revista "A Mascara", 06/02/1925. Hemeroteca do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.....	p. 142
<b>Figura 46:</b> Fotografia mostrando a Rua Andrade Neves na esquina com o Beco do Leite ou Travessa Angustura. O casarão do lado direito da esquina (em rosa) será o endereço do futuro Club dos Caçadores. Acervo do Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo/Acervo Prati.....	p. 143
<b>Figura 47:</b> Fotografia da sede do Club dos Caçadores na Revista A Mascara, Número Comemorativo do Centenário da Independência (1922): “Centro dos Caçadores”. Acervo da hemeroteca do Museu de Comunicação de Porto Alegre Social Hipólito José da Costa.....	p. 144
<b>Figura 48:</b> O Beco da Ópera em fotografia de fins do século XIX-início do XX. (Pesavento, 1992, p. 42).....	p. 146
<b>Figura 49:</b> Postal da "Rua do Comercio", início do século XX. Fototeca Sioma Breitman do Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo.....	p. 147

- Figura 50:** Anúncio do Banco da Província na revista "A Mascara" de 01/01/1925. Hemeroteca do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.....p. 148
- Figura 51:** "Aspecto da Rua Uruguay"- "Recordações de Porto Alegre. 1o Centenario da Epopeia Farrroupilha". Porto Alegre: Globo, 1935. (Possamai, 2005, p. 182).....p. 148
- Figura 52:** O prédio do Club Excelsior na esquina do antigo Beco da Ópera com a rua Sete de Setembro. (A Máscara - Num. Comemorativo do Centenário da Independência, 1922).....p. 149
- Figura 53:** "Beco do Poço", aquarela de Francis Pelichek. Acervo da Pinacoteca Aldo Locatelli. Note-se o sobrado de esquina com três andares, e a fileira de casinhas com características coloniais.....p. 154
- Figura 54:** Fotografia da demolição da "Travessa" General Paranhos na revista "A Mascara", de 06/02/1925. A fileira de edificações à esquerda parecer se de casas térreas, possivelmente de aluguel.....p. 155
- Figura 55:** Fotografia da demolição de outro trecho da Rua General Paranhos. Década de 1920. Porto Alegre: Biografia duma Cidade, 1941.....p. 156
- Figura 56:** "Perfil Longitudinal da Rua General Paranhos", revista "A Mascara", 06/02/1925.....p. 160
- Figura 57:** Fotografia da demolição de outro trecho da Rua General Paranhos. Década de 1920. Porto Alegre: Biografia duma Cidade, 1941.....p. 162
- Figura 58:** "Viaducto à Rua Duque de Caxias - Corte da Rua General Paranhos". Projeto do eng. Duilio Bernardi na revista "A Mascara" de 06/02/1925.....p. 163
- Figura 59:** Projeto ganhador para o Viaduto Otávio Rocha e a Avenida Borges de Medeiros, de autoria do engenheiro Manoel Itaquí. (Moraes, 2003. p. 114.).....p. 163
- Figura 60:** Planta Cadastral de 1893, apresentando uma marcação aproximativa de tamanhos de testadas na Rua General Paranhos. Em rosa, as maiores de 7m. Arquivo Histórico Municipal Moysés Vellinho. Para ampliação, ver anexos.....p. 164
- Figura 61:** Localização do Beco do Rosário em foto do século XIX. Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo/Acervo Prati. A marcação em vermelho é da pesquisadora.....p. 167
- Figura 62:** A antiga igreja do Rosário. (POSSAMAI, 2010, p. 299).....p. 168

- Figura 63:** Anuário da Província do Rio Grande do Sul, 1885, p. 281. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.....p. 169
- Figura 64:** Anuário da Província do Rio Grande do Sul, 1888, p. 296. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.....p. 169
- Figura 65:** Autor Desconhecido - "Avenida Otávio Rocha" - 1º quartel do séc XX. Fototeca Sioma Breitman.....p. 170
- Figura 66:** O Beco do Rosário na Planta Cadastral de 1893.Os números 24 e 52, denunciados na nota jornalística, encontram-se assinalados.....p. 172
- Figura 67:** O Beco do Rosário na altura do número 30 a 52, este último denunciado na nota jornalística do *Correio do Povo*, 11/05/1926. Coleção Eva Schmidt, Fototeca Sioma Breitman.....p. 173
- Figura 68:** O Beco do Rosário na altura do nr. 25. Coleção Eva Schmidt, Fototeca Sioma Breitman.....p. 173
- Figura 69:** Beco do Rosário, década de 1920. Fototeca Museu Hipólito da Costa.....p. 174
- Figura 70:** O Beco do Rosário na altura do nr. 33. Coleção Eva Schmidt, Fototeca Sioma Breitman.....p. 175
- Figura 71:** “Demolições de prédios da rua 24 de Maio” – A Federação, 01/01/1927.....p. 176
- Figura 72:** Demolição Beco do Rosário. Fototeca do Museu Hipólito José da Costa. ....p. 177
- Figura 73:** O Beco do Couto na Planta de Porto Alegre de 1868. Marcação em vermelho da pesquisadora.....p. 178
- Figura 74:** Postal colorido do final do século XIX mostrando o beco do Couto com alguns sobrados e casas térreas. à direita, vê-se parte da Igreja Luterana. Fototeca do Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo/Acervo Prati.....p. 179
- Figura 75:** A Rua General Vitorino no início do século XX (Pesavento, 1992, p. 66).....p. 173
- Figura 76:** Demolições na antiga Travessa 2 de Fevereiro entre a atual rua Marechal Floriano Peixoto (Rua de Bragança) e Vigário José Inácio (Rua do Rosário). Porto Alegre: Biografia duma Cidade, 1941.....p. 182
- Figura 77:** Demolições na antiga Travessa 2 de Fevereiro junto à Rua Nova (atual Andrade Neves). Porto Alegre: Biografia duma Cidade,

1941.....	p. 184
<b>Figura 78:</b> Entrada do Beco do Jacques, atual rua 24 de Maio. Acervo Adriana Bednarz.....	p. 186
<b>Figura 79:</b> Aquarela de H. R. Wendroth (1852) retratando a cidade a partir do "hospital" (Santa Casa). O grande sobrado em amarelo ao centro da imagem é possivelmente o quartel do 8º Batalhão.....	p. 187
<b>Figura 80:</b> Foto de Virgílio Calegari do quartel do 8º Batalhão, fim do séc. XIX/início do séc. XX. (Oliveira, 1983. p. 36).....	p. 188
<b>Figura 81:</b> A entrada do antigo Beco do Oitavo em fotografia do início do século XX. (Pesavento, 1992, p. 43).....	p. 190
<b>Figura 82:</b> Notícia da demolição do Beco do Oitavo no Diário de Notícias de 20/02/1938. Acervo Adriana Bednarz/Hemeroteca do Museu Hipólito José da Costa.....	p. 192
<b>Figura 83:</b> A Rua Avaí. Revista do Globo, 9/8/1952. Acervo Adriana Bednarz/Hemeroteca do Museu Hipólito José da Costa.....	p. 194
<b>Figura 84:</b> Casa multifamiliar à Rua Riachuelo, fotografia de Virgílio Calegari. Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo.....	p. 200
<b>Figura 85:</b> “Beco do Poço”, de Francis Pelichek (1925). Pinacoteca Aldo Locatelli.....	p. 202
<b>Figura 86:</b> Provável localização do casario retratado por Pelichek na Planta Cadatral de 1893, indicando terrenos vazios em frente. Comparação com foto da revista "A Mascara", de 06/02/1925. Imagem feita pela pesquisador.....	p. 203
<b>Figura 87:</b> Demolição do Beco do Poço (General Paranhos). Autor desconhecido, década de 1920. À direita, vê-se um grande edifício em estilo eclético. Porto Alegre: Biografia duma Cidade. Ed. Tipografia do Centro S/A. Porto Alegre, 1941.....	p. 204
<b>Figura 88:</b> “Projecto para a remodelação do predio sicto a rua Gal. Paranhos esquina Jeronymo Coelho, propriedade do snr. Gal. Manoel Palmeiro” (1925). Arquivo Histórico Municipal de Porto Alegre Moysés Vellinho.....	p. 205
<b>Figura 89:</b> Detalhe da fotografia 239f, de Virgílio Calegari. Museu Porto Alegre Joaquim José Felizardo. Observar as casinhas no canto inferior direito.....	p.205

- Figuras 90 e 91:** Revista “A Máscara”, 21/08/1920. Cortiços mostrados na reportagem “As habitações em Porto Alegre” mostrando tipos diversos de cortiços. Hemeroteca do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.....p. 206
- Figura 92:** Fotografia 236f, de Virgílio Calegari. Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo. Marcações em vermelho e laranja da pesquisadora.....p. 207
- Figura 93:** Análise da Rua General Paranhos relacionando fotografias, perfil topográfico aproximado, e recorte de imprensa. Versão ampliada disponível em Anexos.....p. 209
- Figura 94:** Análise do Beco do Rosário relacionando fotografias, perfil topográfico aproximado, e recorte de imprensa. Versão ampliada disponível em Anexos.....p. 210
- Figura 95:** Estudo baseado em foto (fig. 81) da entrada do Beco do Oitavo. Lápis e bico de pena sobre papel, 2014. Fonte: Ana Luiza Koehler.....p. 212
- Figura 96:** Estudo sobre fotografia de casarão transformado em cortiço em Pesavento, 1992, p. 41. Lápis e bico de pena sobre papel, 2014. Fonte: Ana Luiza Koehler.....p. 212
- Figura 97:** Estudo de representação do espaço da rua do ponto de vista dos pedestres, mostrando sociabilidades e cenas do cotidiano. Criação livre com lápis e bico de pena sobre papel, 2014. Fonte: Ana Luiza Koehler.....p. 213
- Figura 98:** Estudo de rua a partir da visão do pedestre. Criação livre com lápis e bico de pena sobre papel, 2015. Fonte: Ana Luiza Koehler.....p. 213
- Figura 99:** Esboço a lápis de estudo sobre foto (fig. 75) da antiga Rua General Vitorino. Fonte: Ana Luiza Koehler.....p. 214
- Figura 100:** Estudo do Beco do Rosário a partir de fotografia da Coleção Eva Schmidt (fig. 67). Lápis e bico de pena sobre papel, 2014. Fonte: Ana Luiza Koehler.....p. 214
- Figura 101:** Croquis do Beco do Rosário cruzando informações das fotografias da Coleção Eva Schmidt (figs. 67, 68 e 70), a Planta Cadastral de 1893 e notas de jornal (citação 102). Lápis e caneta sobre papel, 2014. Fonte: Ana Luiza Koehler.....p. 215
- Figura 102:** Estudo do Beco do Rosário a partir da Planta Cadastral de 1893 e da fig. 69. Lápis e caneta sobre papel, 2013. Fonte: Ana Luiza Koehler.....p. 215
- Figura 103:** Estudos do cais e antigos armazéns do porto (fotografias em Souza, 2010, p. 72)



- e estudo do Beco do Rosário a partir da Planta Cadastral de 1893. Lápis e caneta sobre papel, 2013. Fonte: Ana Luiza Koehler.....p. 216
- Figura 104:** Estudos do Beco do Rosário e da Igreja Evangélica a partir de fotografias (Praça Otávio Rocha na década de 1930 em *Porto Alegre: Biografia duma cidade*, 194, e fig. 69). Lápis e caneta sobre papel, 2013. Fonte: Ana Luiza Koehler.....p. 216
- Figura 105:** Estudo de planta do antigo cais do porto com o Mercado Público baseado em planta de 1899 do DPRC (Souza, 2010, p. 74). Lápis e caneta sobre papel, 2013. Fonte: Ana Luiza Koehler.....p. 217
- Figura 106:** Estudo da antiga Doca das Frutas a partir de fotografia de Virgílio Calegari (Fototeca Sioma Breitman). Lápis e caneta sobre papel, 2013. Fonte: Ana Luiza Koehler.....p. 217
- Figura 107:** Estudo do espaço da rua no início do século XX a partir de fotografia da esquina das ruas Voluntários da Pátria e Vigário José Inácio (Virgílio Calegari, Fototeca Sioma Breitman). Lápis e bico de pena sobre papel, 2014. Fonte: Ana Luiza Koehler.....p. 218
- Figura 108:** Estudo do Beco da Ópera a partir de fotografia (fig.48). Lápis e bico de pena sobre papel, 2013. Fonte: Ana Luiza Koehler.....p. 218
- Figura 109:** Estudo do Beco do Fanha a partir de fotografia (fig. 40). Lápis e bico de pena sobre papel, 2014. Fonte: Ana Luiza Koehler.....p. 219
- Figura 110:** Estudo do Beco do Leite a partir de fotografia (fig. 45). Lápis e bico de pena sobre papel, 2014. Fonte: Ana Luiza Koehler.....p. 219
- Figura 111:** Estudos de casario antigo e fundo de quarteirão a partir de fotografia (Fototeca Sioma Breitman). Lápis, caneta e aquarela sobre papel, 2013. Fonte: Ana Luiza Koehler.....p. 220
- Figura 112:** Estudo sobre foto da demolição do Beco do Poço (Carriconde, 1926). Lápis e caneta sobre papel, 2013. Fonte: Ana Luiza Koehler.....p. 220
- Figura 113:** Estudo de provável fotografia da Rua General Paranhos a partir da Coronel Genuíno (origem não confirmada). Lápis e caneta sobre papel, 2013. Fonte: Ana Luiza Koehler.....p. 221
- Figura 114:** Estudos de tipos arquitetônicos e equipamentos a partir de foto do Beco do Rosário (fig. 69). Lápis e bico de pena sobre papel, 2014. Fonte: Ana Luiza Koehler.....p. 221
- Figura 115:** Ambiente do Beco do Rosário (atual Avenida Otávio Rocha), produzido para o

artigo *Beco do Rosário: espaço e sociabilidades em um beco da antiga Porto Alegre* (Revista Iluminuras, v. 15, n. 36 (2014)). Lápis, bico de pena e aquarela sobre papel, 2014. Fonte: Ana Luiza Koehler.....p. 222

**Figura 116:** Vista do Beco do Rosário (atual Avenida Otávio Rocha) a partir da Praça XV produzida para o artigo *Beco do Rosário: espaço e sociabilidades em um beco da antiga Porto Alegre* (Revista Iluminuras, v. 15, n. 36 (2014)). Lápis, bico de pena e aquarela sobre papel, 2014. Fonte: Ana Luiza Koehler.....p. 224

**Figura 117:** Desenho do Beco do Rosário (atual Avenida Otávio Rocha) a partir da Igreja Luterana. Lápis e caneta sobre papel, 2013. Fonte: Ana Luiza Koehler.....p. 225

**Figura 118:** Cena de rua do Beco do Rosário (atual Avenida Otávio Rocha), produzida para o artigo da Revista Iluminuras. Lápis, bico de pena e aquarela sobre papel, 2014. Fonte: Ana Luiza Koehler.....p. 227

**Figura 119:** Vista aérea do beco do Rosário (atual Avenida Otávio Rocha), esquina com a Rua Dr. Flores, produzida para o artigo da Revista Iluminuras. Lápis, bico de pena e aquarela sobre papel, 2014. Fonte: Ana Luiza Koehler.....p. 229

**Figura 120:** Vista do Beco do Rosário (atual Avenida Otávio Rocha). Lápis e bico de pena sobre papel, 2015. Fonte: Ana Luiza Koehler.....p. 231

**Figura 121:** Vista do Beco do Rosário (atual Avenida Otávio Rocha) a partir da Igreja Luterana. Lápis e bico de pena sobre papel, 2015. Fonte: Ana Luiza Koehler.....p. 233

**Figura 122:** Vista do Beco do Rosário (atual Avenida Otávio Rocha) a partir do fundo do quarteirão. Lápis e caneta sobre papel, 2014. Fonte: Ana Luiza Koehler.....p. 234

**Figura 123:** Vista aérea da rua e Igreja do Rosário (atual Rua Vigário José Inácio). Lápis e caneta sobre papel, 2013. Fonte: Ana Luiza Koehler.....p. 236

**Figura 124:** Vista da subida do Beco do Couto (Rua Senhor dos Passos). Lápis e bico de pena sobre papel, 2015. Fonte: Ana Luiza Koehler.....p. 238

**Figura 125:** Vista do Beco do Poço (início da General Paranhos, atual Avenida Borges de Medeiros) a partir da esquina com a Andrade Neves. Lápis e bico de pena sobre papel, 2015. Fonte: Ana Luiza Koehler.....p. 240

**Figura 126:** Vista do Beco do Poço (atual Avenida Borges de Medeiros). Lápis e bico de pena sobre papel, 2015. Fonte: Ana Luiza Koehler.....p. 242

- Figura 127:** Vista reconstituída da encosta norte de Porto Alegre em torno de 1910, a partir do Guaíba. Lápis e caneta sobre papel, 2014. Fonte: Ana Luiza Koehler.....p. 244
- Figura 128:** Vista aérea reconstituída de Porto Alegre em torno de 1910 a partir do Guaíba. Lápis e bico de pena sobre papel, 2015. Fonte: Ana Luiza Koehler.....p. 246
- Figura 129:** Esboço a lápis de reconstituição do Beco do Rosário (atual Avenida Otávio Rocha) em torno de 1920, 2015. Fonte: Ana Luiza Koehler.....p. 248
- Figura 130:** Vista aérea reconstituída do Beco do Rosário (atual Avenida Otávio Rocha) em torno de 1920. Lápis e bico de pena sobre papel, 2015. Fonte: Ana Luiza Koehler.....p. 250
- Figura 131:** Vista aérea reconstituída do Beco do Rosário (atual Avenida Otávio Rocha) em torno de 1920. Lápis e bico de pena sobre papel, 2015. Fonte: Ana Luiza Koehler.....p. 252
- Figura 132:** Vista aérea reconstituída da Rua General Paranhos (atual Avenida Borges de Medeiros) em torno de 1920. Lápis e bico de pena sobre papel, 2015. Fonte: Ana Luiza Koehler.....p. 254
- Figura 133:** Vista aérea colorizada do Beco do Rosário (atual Avenida Otávio Rocha) em torno de 1920. Lápis, bico de pena e aquarela sobre papel, 2015. Fonte: Ana Luiza Koehler.....p. 256
- Figura 134:** Vista aérea colorizada do Beco do Rosário (atual Avenida Otávio Rocha) a partir da Praça XV, em torno de 1920. Lápis, bico de pena e aquarela sobre papel, 2015. Fonte: Ana Luiza Koehler.....p. 258
- Figura 135:** Vista aérea colorizada da Rua General Paranhos (atual Avenida Borges de Medeiros) em torno de 1920. Lápis, bico de pena e aquarela sobre papel, 2015. Fonte: Ana Luiza Koehler.....p. 260

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1 – Introdução: “Em busca da cidade perdida”</b> .....	<b>1</b>
1.1. Tema.....	1
1.2. Lacuna do conhecimento, objetivos e questões de pesquisa.....	3
1.3. Pressupostos, hipóteses e limitações.....	5
1.4. Metodologia.....	10
1.5. FERRAMENTAL E REFERENCIAIS TEÓRICOS.....	12
1.5.1. REPRESENTAÇÕES.....	12
1.5.2. IMAGINÁRIO.....	14
1.5.3. MEMÓRIA.....	16
1.5.4. BECO.....	18
1.5.5. Reconstituição visual de espaços urbanos através de representações gráficas.....	22
1.5.6 DOS CAPÍTULOS DESTA DISSERTAÇÃO.....	28
<b>CAPÍTULO 2 – A formação das cidades brasileiras: o urbanismo português</b> .....	<b>31</b>
2.1. O urbanismo colonial português.....	35
2.2. A cidade colonial portuguesa no Brasil: dos primórdios até o século XVIII.....	36
2.3. Características morfológicas gerais da cidade colonial portuguesa no Brasil.....	46
2.4. As cidades brasileiras no século XIX: independência e desagregação do modo de produção colonial.....	62
2.5. A cidade brasileira na Primeira República (1889-1930): modernização e inserção no cenário capitalista internacional.....	69
<b>CAPÍTULO 3 – A formação e configuração de Porto Alegre</b> .....	<b>77</b>
3.1. As disputas territoriais entre Portugal e Espanha e as origens do núcleo urbano.....	77
3.2. O desenvolvimento da cidade no século XIX.....	82
3.3. O surgimento dos becos como espaços estigmatizados: características gerais.....	88
<b>CAPÍTULO 4 – Os becos de Porto Alegre</b> .....	<b>98</b>
4.1. Os becos através das plantas de Porto Alegre.....	98
4.2. Os becos da área central de Porto Alegre.....	117
4.2.1. Beco dos Guaranis (atual Rua Vasco Alves).....	118
4.2.2. Beco do Bot-à-bica (atual Rua General Portinho).....	120
4.2.3. Beco do Pedro Mandinga (atual Rua General Canabarro).....	121

4.2.4. Beco do Jogo da Bola, dos Nabos a Doze e dos Sete Pecados Mortais (atual Rua Bento Martins).....	125
4.2.5. Rua Clara e o Beco dos Marinheiros (atual Rua General João Manoel).....	129
4.2.6. Beco do Fanha (atual Rua Caldas Júnior).....	131
4.2.7. Beco da Garapa (atual Rua General Câmara).....	135
4.2.8. Beco do Império (atual Rua Espírito Santo).....	138
4.2.9. Beco do Leite (não existe na atualidade).....	140
4.2.10. Beco da Ópera (atual Rua Uruguai).....	144
4.2.11. Beco do Brito (atual Travessa Acylino de Carvalho).....	149
4.2.12. Beco do Poço (atual Avenida Borges de Medeiros).....	152
4.2.13. Beco do Rosário (atual Avenida Otávio Rocha).....	166
4.2.14. Beco do Couto (atual Rua Senhor dos Passos).....	177
4.2.15. Beco do Arco da Velha (atual Rua General Vitorino).....	180
4.2.16. Beco da Cadeia (atual Avenida Salgado Filho).....	182
4.1.17. Beco do Jacques (atual Rua 24 de Maio).....	184
4.2.18. Beco do Oitavo (atual Avenida André da Rocha).....	187
4.2.19. Beco do Firme (atual Rua Avaí).....	192
4.2.20. Beco do Céu (provavelmente na Rua Fernando Machado).....	194
4.3. Conclusões preliminares.....	196
<b>Capítulo 5 – Becos reconstituídos.....</b>	<b>198</b>
5.1. A análise do Beco do Rosário e da Rua General Paranhos.....	198
5.1.2. Rua General Paranhos (Becos do Poço, do Meirelles, do Freitas).....	209
5.1.3. Beco do Rosário.....	210
5.2. Retraçando a cidade perdida.....	211
5.2.1. Croquis e esboços: a apropriação do vocabulário visual da cidade antiga.....	211
5.2.2. Retraçando a cidade antiga e seus becos.....	222
<b>CAPÍTULO 6 – Considerações finais.....</b>	<b>256</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>265</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>271</b>

# 1. INTRODUÇÃO: “EM BUSCA DA CIDADE PERDIDA”

## 1.1. TEMA

Sandra Pesavento tinha, na década de 1990, um projeto de pesquisa que foi intitulado "Em busca da cidade perdida". Cidade que ela identificava nesta pesquisa não somente como a cidade colonial, mas principalmente a cidade colonial dos excluídos, os becos da cidade. Como ela mesmo afirmava:

A cidade de Porto Alegre parece bem prestar-se a esta análise. Se partimos em busca daquela “ cidade perdida”, da época do seu surgimento, na segunda metade do século XVIII, ou da primeira metade do século XIX, vamos encontrar ínfimos traços que chegaram até nós, pois ela, na sua materialidade, praticamente desapareceu. Mais do que isso, a chamada “cidade colonial” foi condenada pela modernidade urbana e, como tal, destruída, descaracterizada, reocupada e reconstruída pelas exigências do progresso, nas mudanças pelas quais passou a partir da segunda metade do século XIX. Se tal processo ocorreu com relação a prédios e espaços ditos “nobres”, o que não dizer daqueles redutos da contravenção, os tais “lugares malditos” da urbs, onde se abrigavam ou eram reclusos os excluídos da cidade?<sup>1</sup>

Na trilha destes “lugares malditos da urbs”, o tema desta dissertação são os becos da Porto Alegre colonial, anterior à sua modernização no início do século XX. Espaços originados no traçado colonial português da cidade, e que se formaram em torno das ruas principais, os becos faziam parte do que Pesavento (1999a) chamou de “cidade perdida”<sup>2</sup>, ou seja, a forma urbana de Porto Alegre desde a formação do seu núcleo inicial no século XVIII, seu desenvolvimento ao longo do século XIX, até a sua modernização durante o século XX, quando, no início da década de 1920, começará a destruição do caráter originalmente colonial da cidade. Este trabalho procura, pois, recriar imagens visuais destes espaços “perdidos” no tempo da maneira mais aproximada possível através da representação gráfica. Para tanto, será estudado o contexto histórico e social que encontrou sua expressão espacial e material nestes espaços urbanos, e que caracterizavam marcadamente a Porto Alegre do passado. Esta forma urbana pretérita, hoje destruída ou profundamente transformada pelas sucessivas obras de modernização que tiveram lugar a partir das primeiras décadas do século XX, é o que este estudo procura recuperar.

---

1 PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca da cidade perdida. Proposta de pesquisa, 1999a. p. 2.

2 PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Em busca da cidade perdida*. Proposta de pesquisa, 1999a. p. 1.

Em outras palavras, objetiva-se dar a ver, com base no estudo da forma urbana e dos indícios que chegam até o presente, a Porto Alegre de arquitetura e traçado coloniais do tempo do Império e da Primeira República. Ao longo do século XIX, suas edificações e espaços urbanos foram sendo gradualmente substituídos ou remodelados, fazendo surgir edificações de estilo neoclássico (durante o Império) e eclético (no início da Primeira República) que transformaram a paisagem urbana. Para revelar a visualidade dessa “cidade perdida”, os vestígios do cotidiano das camadas humildes, bem como o imaginário e os signos de modernidade da ascendente elite urbana servirão como fontes para o entendimento daquilo que a cidade deveria ou não ser à época. No esforço de desvencilhar-se de suas características coloniais, Porto Alegre projetava-se naquilo que deveria ser o “cartão de visitas” do Rio Grande do Sul: a capital de um Estado moderno e cosmopolita, que se quer “[...] bela, moderna, higiênica, ordenada... e branca”<sup>3</sup>. Como coloca Pesavento (1999a), objetiva-se aqui “[...] resgatar as imagens daquela Porto Alegre perdida nos filtros do tempo e ‘invisível’ na sua historicidade [...]”<sup>4</sup>, destruída pelas grandes obras de remodelação impulsionadas pela busca de inserção do Brasil como país moderno no cenário internacional durante a Primeira República.

Também é necessário dizer que a escolha do tema da cidade perdida também está intimamente ligado ao percurso profissional da pesquisadora. Trabalhando como ilustradora de livros desde 16 anos, sempre interessou-se pela História. Enquanto fazia a formação em Arquitetura e Urbanismo, desenvolveu projetos de ilustração editorial no Brasil, depois histórias em quadrinhos feitas para o mercado editorial franco-belga, e, finalmente, chegando à ilustração científica na área da Arqueologia, criando imagens para exposições em museus na Alemanha<sup>5</sup> e no Brasil<sup>6</sup>. A partir disso, pôde, em trocas constantes com profissionais da área de arqueologia, pedagogia, antropologia e curadoria de museus, aprofundar-se no processo de recriação de cenas do passado através do cruzamento de informações encontradas em fontes literárias, documentos oficiais, imagens visuais e vestígios materiais. Esse processo, porém, também envolve um estudo do contexto histórico e social do período a ser recriado, além do

3 PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Lugares malditos: a cidade do butro no sul brasileiro: Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX*. Revista Brasileira de História, 1999b, vol. 19, no 37, p.195-216. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01881999000100010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000100010&lng=en&nrm=iso).

4 PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Em busca da cidade perdida*. Proposta de pesquisa, 1999a. p. 3.

5 “Römermuseum Osterburken”, “Wikinger Museum Haithabu”, “Welt der Kelten”.

6 “12.000 anos: História e Arqueologia do Rio Grande do Sul”, exposição permanente do Centro Histórico-Cultural Santa Casa, da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre.

estudo os próprios objetos e sítios afim de criar o repertório visual necessário afim de se produzir imagens com verossimilhança. Trata-se de um processo que envolve o estudos das formas pretéritas de espaços e objetos produzidas pela ocupação humana através de esboços e anotações retratando vestimentas, meios de transporte, tipos de pavimentação, tipos de construções e paisagens da época em questão, refazendo o caminho dos objetos e vivências do seu cotidiano numa espécie de “anamnese”. Este é o fundamento do método aplicado neste estudo, em que o esforço de pesquisa e aprofundamento nos vestígios da Porto Alegre colonial dão a base para a recriação visual de seus espaços. No capítulo 6, são mostrados diversos esboços e desenhos extraídos de cadernos de estudos preparatórios, feitos como forma de apropriação e familiarização da forma urbana representada no plano através do desenho. É através do processo de aquisição deste repertório gráficos que as reconstituições visuais dos antigos becos da cidade puderam ser feitas.

## **1.2. LACUNA DO CONHECIMENTO, OBJETIVOS E QUESTÕES DE PESQUISA**

Procura-se contribuir para preencher uma lacuna de conhecimento a respeito dos espaços dos subalternos do passado de Porto Alegre, uma vez que os tradicionalmente valorizados pela historiografia oficial da cidade tem sido já suficientemente documentados e preservados em sua historicidade. Entre estes espaços subalternos da antiga Porto Alegre, os becos parecem ser os mais estigmatizados, pois eram os espaços intra-urbanos que restavam às camadas mais humildes da população ocupar. Assim, e talvez por serem palco de sociabilidades e vivências marginalizadas pelas camadas dominantes, não tenham sido merecedores do mesmo zelo de registro que o senso de preservação patrimonial à época consagrava aos espaços e monumentos ligados ao poder. Ironicamente, parte das fotografias encontradas de Porto Alegre na década de 1920, e que trazem imagens dos becos, o fazem justamente para registrar os estágios da sua destruição. É possível, pois, que essas fotografias apontem para uma percepção dos becos como dignos de documentação enquanto restos de uma cidade inadequada e condenada, mas cuja destruição é prenunciadora da cobiçada modernidade.

Havia um forte sentimento de aversão ao passado colonial da cidade naquele início de período republicano, e que se agravava à medida em que os ícones da modernidade urbana se



impunham no imaginário social. Como bem coloca Souza (2010),

A arquitetura e o urbanismo serviriam a essa produção estética e a essa imagem, numa normatização arquitetural que imitava, salvas as devidas proporções, o estilo eclético, internacional, moderno, de influência parisiense, em oposição ao estilo colonial, ultrapassado, decadente, de um passado que se desejava apagar.<sup>7</sup>

Se faz necessário para isso o estudo das formas da cidade colonial brasileira afim de compreender que “passado” desejava-se “apagar”. Tem-se também que compreender o porque de sua rejeição por parte das aspirações republicanas e que, em parte, conduziu às grandes transformações urbanas iniciadas na administração de Otávio Rocha (1924-1928). Esta última questão é reveladora, pois será no contraponto oferecido pela voz do imaginário de modernidade das elites urbanas de Porto Alegre que se poderá inferir aspectos importantes dos espaços dessa cidade condenada. No furor de sua rejeição, esses espaços coloniais serão visibilizados, problematizados e descritos como a herança de um passado de “atraso” que deve ser obliterado.

Sendo assim, o problema principal desta dissertação é: como lançar uma luz sobre a forma dos becos, esses espaços “condenados” da cidade? Como se pode buscar recriar sua visualidade afim de gerar uma representação gráfica que dê a entender sua configuração espacial?

Em função disso, colocam-se outras questões que devem ser pesquisadas, quais sejam: Qual a origem destes espaços na gênese do espaço urbano? Qual a lógica de formação desses espaços na dinâmica de ocupação urbana? Quais as características de sua morfologia e da topografia em que estão sítios? Qual a sua inserção na hierarquia do traçado urbano, e como se articulavam às demais vias e espaços? Quais as tipologias arquitetônicas predominantes e configuradoras do espaço, e quais suas características (fachadas, alinhamentos, alturas, materiais empregados, permeabilidade visual, interface público-privado, etc.)? Que camadas da população ocupavam estes espaços? Como eram representados no imaginário urbano, e que sociabilidades abrigavam?

Será pois a partir das respostas a estas perguntas que se procederá à produção de uma

---

<sup>7</sup> SOUZA, Célia Ferraz de. *Plano Geral de Melhoramentos de Porto Alegre: o plano que orientou a modernização da cidade*. Célia Ferraz de Souza. – 2. Edição revisada e ampliada. – Porto Alegre: Armazém Digital, 2010. p. 126.

visualização possível destes espaços através da representação gráfica.

### **1.3. PRESSUPOSTOS, HIPÓTESES E LIMITAÇÕES**

Delimita-se este trabalho à área do centro histórico de Porto Alegre devido à antiguidade de sua ocupação<sup>8</sup> e sua importância estratégica regional, articulado como ponto de trocas e paradoro comercial da rede urbana circundante, e devido a isso um lugar onde as transformações e adaptações são mais dinâmicas ao longo do tempo. É, portanto, no centro histórico de Porto Alegre que se dá a formação da maioria becos, espaços que constituem o recorte temático desta pesquisa. A idéia é examinar em maior profundidade aqueles que foram alvo das transformações mais representativas e que deram à cidade a imagem de “modernidade” ambicionada no início do século XX: o Beco do Rosário (atual avenida Otávio Rocha) e a rua General Paranhos (atual avenida Borges de Medeiros), que compreendia o Beco do Poço, o Beco do Meirelles e o Beco do Freitas.

O recorte cronológico aqui considerado corresponde ao período que abrange as décadas de 1880 até 1930, perfazendo aproximadamente 50 anos de desenvolvimento urbano num período que a historiografia atual denomina Primeira República. Este intervalo temporal corresponde ao período de crescimento, problematização e alargamento dos becos para melhorar a comunicação do centro da cidade com seu entorno imediato, ou seja, os arraiais que cresciam em ocupação e atividade econômica. Após a derrubada da paliçada que delimitava o espaço intra-urbano de Porto Alegre, tem-se, em meados do século XIX, a necessidade de expansão e melhor conexão do centro com os arraiais, lançando-se mão para isso da abertura dos becos em posições estratégicas para estabelecer essas ligações. Entretanto, outros becos também situados no núcleo urbano não terão o mesmo destino, possivelmente por localizarem-se em pontos de menor relevância para aumentar a permeabilidade entre os arraiais e o centro histórico.

Quanto aos pressupostos deste estudo, os registros de representações da cidade testemunham uma rejeição do passado colonial no imaginário das elites urbanas brasileiras, fazendo pressupor um clima de anseio pela modernidade e percepção negativa da cidade de

---

<sup>8</sup> De sua fundação em 1772 até o final da Revolução Farroupilha a cidade pouco ultrapassou os limites da chamada “península”.

característica coloniais. Esta aversão aos traços do urbanismo e arquitetura coloniais será continuada nos preceitos do movimento modernista brasileiro após 1930, mas já tem suas raízes no período de estabelecimento do regime republicano e da inserção do Brasil como potência exportadora no cenário capitalista internacional. Portanto, está estreitamente relacionada à ascensão de elites e camadas médias urbanas em contraposição às tradicionais oligarquias rurais. Essa transferência de poder das elites rurais para as urbanas explicaria não somente a desvalorização da herança colonial da cidade como patrimônio histórico a ser preservado, mas também o seu empenho em fazer com que o mesmo desaparecesse da paisagem urbana. A esse respeito, Schwarcz (2012) aponta para o desconforto trazido pelo convívio forçado entre marcas de uma temporalidade colonial na paisagem urbana e o ideal de uma metrópole “civilizada”: “nas novas urbes, mais do que as quimeras fáceis do progresso único e obrigatório, impunha-se agora uma acomodação incômoda entre passado e futuro, o novo e o velho [...]”<sup>9</sup>. Nesse sentido havia a urgência da época em fazer do espaço urbano a expressão de um país novo e moderno, liberto de seu passado colonial, pois

Os primeiros dirigentes republicanos viam na dissipação da herança cultural legada pelos tempos coloniais uma das metas imediatas. Concentravam seus esforços nos melhoramentos da cidade, estimulando o desenvolvimento da cultura, da economia, e, em especial, do comércio, dos serviços e da indústria, aspirando a uma cidade moderna.<sup>10</sup>

Com base nesses registros de expectativas e aspirações da época trazidos pelas autoras, espera-se encontrar uma grande variedade de tipos arquitetônicos de origem colonial configurando o espaço dos becos: de antigos casarões aristocráticos neoclássicos do início do século XIX a casinhas de madeira ou “sopapo”<sup>11</sup>, cobertas de palha. Também se espera que os modestos recursos financeiros de seus habitantes, bem como a superlotação dos imóveis de aluguel às camadas pobres tenha sido um fator agravante para a falta de conservação e mau estado das edificações, apontadas tantas vezes pelas fontes (Pesavento, 1998, 1999a, 2008; Symanski, 1998; Monteiro, 1995; Chalhoub, 1996; Porto Alegre, 1940; Coruja, 1983 [1881]; et al.) e também para uma menor frequência de renovação do estoque imobiliário. Essa diversidade de tipos arquitetônicos é apontada na literatura, entre outros autores, por

9 SCHWARCZ, Lilia Moritz (coord.). *A abertura para o mundo: 1889-1930. Coleção História do Brasil nação 1808-2010: 3*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p. 21.

10 SOUZA, Célia Ferraz de. *Plano Geral de Melhoramentos de Porto Alegre: o plano que orientou a modernização da cidade*. Célia Ferraz de Souza. – 2. Edição revisada e ampliada. – Porto Alegre: Armazém Digital, 2010. p. 47.

11 Técnica construtiva associando estrutura de madeira e galhos com vedação de lama.

Pesavento (2001a), quando refere-se ao tipo de ocupação que se deu na área central da cidade no século XIX:

Os arquivos estão repletos de petições para demarcação, aforamento, ocupação de terras devolutas, registros de propriedade e outras medidas que mostram a dinâmica - um tanto anárquica, como assinala Costa Franco (1988: 36) - que caracterizou as concessões de terrenos urbanos por parte do poder local... As transações imobiliárias, registradas no Primeiro Tabelionato, dão conta de um processo de ocupação que mescla casas extremamente humildes - como as primeiras 'cobertas de capim', de aspecto 'modesto' ou 'acanhado', como outras, 'assobradadas', solarengas...<sup>12</sup>

Já em meados do século XIX, a demanda por moradias de baixo custo no centro da cidade, provocada pela evasão do campo por trabalhadores pobres em busca de trabalho nas primeiras indústrias da cidade também deve ser considerada: pressupõe-se permanências do tecido urbano colonial português sob a forma de cortiços formados a partir de sobrados abandonados por seus antigos moradores e sublocados para famílias pobres. Assim, parte-se do pressuposto de que boa parte dos becos eram configurados por construções coloniais em mau estado, remanescentes dos primeiros tempos da cidade.

Além disso, trabalha-se aqui com a hipótese de que parte significativa da população ocupante dos becos era constituída por trabalhadores pobres, em parte considerável nascidos ou com antepassados no continente africano e trazidos por traficantes de escravos durante o período colonial. Diversos autores acenam com esta possibilidade de exclusão como fator de segregação racial e espacial no âmbito intra-urbano: Schwarcz (2012) afirma que, no Brasil do pós-abolição, a transição da população negra para o trabalho livre encontrou obstáculos num novo sistema de valoração racial: “em vez da trajetória assimilacionista que se apresentava como estrada de percurso longo, mas possível, houve a retomada de um projeto hierárquico, agora pautado na diferenciação racial - nova moeda corrente.”<sup>13</sup>. Seyferth (1996) destaca o peso das doutrinas do racismo científico como fator de preferência pela mão-de-obra imigrante européia, sustentando uma suposta incapacidade dos negros em adaptar-se ao trabalho livre

Apesar da condenação explícita ao escravismo, não há qualquer preocupação com o

12 PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Era uma vez o beco: origens de um mau lugar*. In: BRESCIANI, Maria Stella (org.). *Palavras da cidade*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001. p. 108.

13 SCHWARCZ, Lilia Moritz (coord.). *A abertura para o mundo: 1889-1930. Coleção História do Brasil nação 1808-2010*: 3. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p. 21.

destino da população escrava, nem mesmo com os demais trabalhadores nacionais, e o significado mais imediato de 'trabalho livre' é a desqualificação dos negros e mestiços para o trabalho independente. Eram, pois, considerados incapazes de agir por iniciativa própria – pressupunha-se, portanto, que fracassariam como pequenos proprietários.<sup>14</sup> (p. 46)

Ora, essa percepção contribuía para a ausência de políticas de reinserção desta população significativa no novo quadro social brasileiro, acarretando a sua exclusão à plena cidadania tanto em termos de direitos como de ocupação da cidade. Assim, estas pessoas eram levadas a instalarem-se nos espaços menos valorizados e mais subalternos, como os becos. Também Pesavento (1999b) aponta para essa relação, quando afirma que “no que chamamos 'lugares de enclave' [becos], há palavras específicas para designar as ruas e as habitações dos pobres e, particularmente, negros, que ocupavam as zonas 'nobres' do centro da cidade numa coexistência indesejável com as ruas da elite.”<sup>15</sup> Nisso, é corroborada por Bittencourt Junior (2010): “Esses territórios têm uma cor precisa, tal como seus personagens negros, localizados nos becos da área central da cidade [...]”<sup>16</sup>. Considera-se, portanto, o racismo como fator adicional de acirramento das campanhas de mobilização da opinião pública na imprensa e das políticas de higienização para o banimento destas populações para os arrabaldes.

A crescente preocupação com as moléstias, como a epidemia de *colera morbus* no Rio de Janeiro (1850) e Porto Alegre (ca. 1860), em muito tributárias da insalubridade da cidade que se densificava sob a pressão da demanda industrial por mão de obra ao longo do século XIX, é também determinante para a condenação dos becos e tipologias arquitetônicas que os configuravam como espaços, como os cortiços. O crescimento do fluxo de imigrantes pobres portugueses e o influxo de escravos para “viver sobre si”<sup>17</sup> levava a uma maior disputa pelos espaços da cidade e, conseqüentemente, maior custo de habitação nesses espaços, expresso no aumento dos preços dos aluguéis. No ideário da época, os pobres ofereciam “perigo de contágio”<sup>18</sup> e propagação de doenças na medida em que suas crianças cresciam expostas ao

14 SEYFERTH, Giralda. *Construindo a nação: Hierarquias raciais e o papel do racismo na política de Imigração e Colonização*. In: Raça, Ciência e Sociedade. Rio, Editora Fiocruz, CCBB, 1996. p. 46.

15 PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Lugares malditos: a cidade do "outro" no Sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX)*. São Paulo: Revista Brasileira de História, vol. 19, n. 37. Setembro 1999. p. 3.

16 BITTENCOURT JUNIOR, Iosvaldyr Carvalho. *Territorialidade Negra Urbana: a evocação da presença, da resistência cultural, política e da memória dos negros, em Porto Alegre, delimitando espaços sociais contemporâneos*. In: POSSAMAI, Zita (org.). *Leituras da cidade*. Porto Alegre: Evangraf, 2010. p. 131.

17 Segundo FRANCO (2013), “Proibia-se aos escravos o viverem autônomo ('sobre si') [...]” In: Porto Alegre (RS). Secretaria Municipal de Cultura. *Livro de registro das posturas municipais de 1829 até 1888*. Porto Alegre: Editora da Cidade: Letra & Vida, 2013.

18 CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 29.

“vício” de que os cortiços eram considerados focos. Havia assim a preocupação em estimular a construção de moradias salubres para esta população e lutar contra a proliferação de cortiços através da criação de instrumentos legais que inibissem a sua construção na cidade. Começava assim, o processo de expulsão das classes pobres, ou “perigosas”, das zonas centrais das cidades. Segundo Chalhoub, “[...] os cortiços são vistos tanto como um problema para o controle social dos pobres quanto como uma ameaça para a condições higiênicas da cidade.”<sup>19</sup>

Outra hipótese a considerar como agravante da condenação dos becos da antiga Porto Alegre é a da pressão exercida pela introdução do automóvel e dos novos meios de transporte como símbolos de modernidade e progresso no imaginário das elites. Além disso, a crescente necessidade de meios de transporte e a dificuldade técnica de superar ladeiras tornava premente as reformas urbanas na antiga Porto Alegre, expondo a incompatibilidade da velocidade dos “novos tempos” com a estreiteza e as declividades das vias da cidade colonial. Esse problema encontra-se ainda presente em 1938, conforme Ubatuba e Paiva (1938):

O centro atual, herança do passado, conglomerado de ruas estreitas, quarteirões superlotados, e praças pequeníssimas, para onde converge o tráfego, cada vez mais intenso, de várias radiais, está se tornando cada vez mais exíguo e portanto incapaz de continuar a servir de centro da vida de nossa cidade.<sup>20</sup>

Por fim, considera-se que a profundidade das transformações sofridas pelos becos, em especial os antigos Beco do Rosário e Beco do Poço, tanto na sua materialidade como no plano do imaginário urbano, traga em si uma importante riqueza de informações a respeito dos diferentes modos de conceber a cidade e sua sociedade em seus diferentes momentos históricos, particularmente no início do século XX. No período, era cada vez maior a necessidade de integração dos diferentes arrabaldes da cidade com o centro, buscando uma ligação mais direta entre as margens Norte e Sul da península, bem como uma conexão modernizada entre o porto e o distrito industrial.

Contudo, em se tratando de espaços marginalizados da cidade, ou seja, espaços que restavam aos subalternos da *urbs* ocupar, no limite de suas condições de habitabilidade e segurança, há que se esperar uma relativa escassez e caráter fragmentário da documentação

---

19 CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 31.

20 UBATUBA DE FARIA, Luiz Arthur; PAIVA, Edvaldo Pereira. *Contribuição ao estudo da urbanização de Porto Alegre*. Porto Alegre: mimeo., 1938. p. 39

disponível. Segundo Pesavento (1996), “só há silêncios sobre eles segundo uma historiografia oficial...”<sup>21</sup> Dado o seu caráter marginal e sua percepção como espaços de contravenção e sociabilidades indesejadas pela ordem burguesa urbana que se estabelecia, correspondente ao que era considerado à época o caráter “atrasado” do Brasil colonial, se supõe que, possivelmente, os becos da antiga Porto Alegre não tenham sido vastamente documentados, ou, ainda, que sua documentação não tenha sido tão bem preservada. Dentro deste universo, é também provável encontrar uma desproporção na documentação e quantidade de informações a respeito de cada beco, podendo-se encontrar volumes maiores de informação a respeito dos que, entre estes, tiveram maior significação para o imaginário e posterior modernização de Porto Alegre. Do mesmo modo, pode-se acrescentar às limitações de pesquisa o tempo relativamente breve destinado à consulta às fontes e à bibliografia.

#### 1.4. METODOLOGIA

Ginzburg (1999) propõe um método de interpretação da História que se baseia na observação atenta dos vestígios de cada época, constituindo um paradigma epistemológico próprio para as ciências humanas enquanto “[...] proposta de um método interpretativo centrado sobre os resíduos, sobre os dados marginais, considerados reveladores.”<sup>22</sup> Este paradigma *indiciário* ou *semiótico* busca, pois, extrair informações sobre o passado enfocando aspectos raramente abordados pela historiografia tradicional: a vida das pessoas comuns, os gestos do cotidiano, a expressão artística e literária, ou seja, as vivências mais próximas à subjetividade. Nesse sentido, o autor ressalta a adequação do paradigma que propõe à investigação das vivências humanas:

Mas pode um paradigma indiciário ser rigoroso? A orientação quantitativa e antiantropocêntrica das ciências da natureza a partir de Galileu colocou as ciências humanas num desagradável dilema: ou assumir um estatuto científico frágil para chegar a resultados relevantes, ou assumir um estatuto científico forte para chegar a resultados de pouca relevância. [...] Mas aí vem a dúvida de que este tipo de rigor é não só inatingível mas também indesejável para as formas de saber mais ligadas à experiência cotidiana - ou, mais precisamente, a todas as situações em que a unicidade e o caráter insubstituível dos dados são, aos olhos das pessoas envolvidas, decisivos.<sup>23</sup>

21 PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Em busca da cidade perdida*. Proposta de pesquisa. Universidade do Rio Grande do Sul, 1996. p. 3.

22 GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 149.

23 GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. pp. 178-179.

Será, portanto, através da investigação dos vestígios das práticas sociais presentes nas fontes que se buscará entrever o passado da cidade, ou seja, recompor a visualidade possível de um espaço urbano hoje desaparecido. Para isso, é necessário transitar por uma variedade de fontes, detendo-se em cada rastro deixado pelo passado. A partir deles, e numa concepção conforme à História Cultural, a idéia é recriar uma *representação* do passado da cidade como uma *narrativa* a partir do presente. Nesse sentido, Pesavento (1995) parte do entendimento de Benjamin (1994), no qual o passado é como um texto a ser lido a partir do presente: “[...] escrever a história não é reencontrar o passado, é criá-lo a partir de nosso próprio presente, ou mais, é interpretar os traços que o passado deixou, os transformar em sinais, é, no fim das contas, 'ler o real como um texto'.”<sup>24</sup>

Esta proposta de leitura da história a partir do presente, Benjamin sustenta, naquilo que passou a chamar de investigação da história “a contrapelo”, uma abordagem para obter do passado não as respostas sobre os grandes acontecimentos e as narrativas dos vencedores, mas buscar as vozes das populações comuns, dos vencidos, muitas vezes estigmatizadas e sobre as quais frequentemente as fontes “oficiais” se calam. O autor perscruta essas vozes no silêncio das imagens e vestígios remanescentes, recusando-se a justificar seu esquecimento pela sua condição subalterna, a fim de compor aquilo a que Bolle (1994) refere-se como a fisiognomia benjaminiana: buscar decifrar nas imagens e fragmentos da cidade do passado o seu caráter mais geral, os traços de sua “mentalidade” numa determinada época. Segundo o autor,

Genericamente falando, a fisiognomia benjaminiana é uma espécie de 'especulação' das imagens, no sentido etimológico da palavra: um exame minucioso de imagens prenhes de história. Ela tem a sua razão de ser na especificidade do seu pensamento, que se articula não tanto por meio de conceitos e sim de imagens. A 'imagem' é a categoria central da teoria benjaminiana da cultura: 'alegoria', 'imagem arcaica', 'imagem de desejo', 'fantasmagoria', 'imagem onírica', 'imagem de pensamento', 'imagem dialética' - com esses termos se deixa circunscrever em boa parte a historiografia benjaminiana. A imagem possibilita o acesso a um saber arcaico e a formas primitivas de conhecimento, às quais a literatura sempre esteve ligada, em virtude de sua qualidade mítica e mágica. Por meio de imagens - no limiar entre a consciência e o inconsciente - é possível ler a mentalidade de uma época. É essa leitura que se propõe Benjamin enquanto historiógrafo. Partindo da superfície, da epiderme de sua época, ele atribui à fisiognomia das cidades, à cultura do quotidiano, às imagens do desejo e fantasmagorias, aos resíduos e materiais aparentemente insignificantes a mesma importância que às 'grandes idéias' e às obras de arte consagradas. Decifrar todas aquelas imagens e expressá-las em imagens

24 PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O desfazer da ordem fetichizada: Walter Benjamin e o imaginário social*. Revista Cultura Vozes, nº 5, setembro-outubro 1995. pp. 34-44. p. 37.



'dialéticas' coincide, para ele, com a produção com conhecimento da história.<sup>25</sup>

Será portanto a partir da decifração destes “resíduos e materiais aparentemente insignificantes”, coletadas junto aos arquivos na forma de plantas, fotografias, relatos, estatísticas e outros tantos indícios, que este estudo procurará reconstituir uma imagem possível de seus espaços urbanos subalternos do passado. Resumidamente, esta reconstituição é feita a partir da apropriação das teorias a seguir apresentadas, tomando como base para os desenhos dos bicos o seu traçado na Planta Cadastral de 1893, e posicionando nos lotes demarcados ao longo dos mesmos edificações conformes às tipologias encontradas em relatos, fotografias, desenhos e outros.

## 1.5. FERRAMENTAL E REFERENCIAIS TEÓRICOS

Mas como analisar a informação contida nas fontes? O ferramental teórico fornecido pela História Cultural, próprio para a investigação do cotidiano e vivências das pessoas comuns na cidade, sugere abordagens a serem feitas às fontes primárias, analisando-as enquanto representações. Como diz Pesavento (1999c),

Nosso ponto de partida se insere no que chamaríamos de história cultural do urbano e que se propõe a estudar a cidade através de suas representações. Entendemos ser esta uma fascinante proposta para o nosso final de século, quando a cidade se coloca, mais do que nunca como desafio, sendo o lugar – por excelência – 'onde as coisas acontecem'.<sup>26</sup>

### 1.5.1. REPRESENTAÇÕES

Partindo desta abordagem, entende-se aqui a representação como proposta por Pesavento (1995b), em que “a representação é a tradução visual e/ou mental de uma realidade exterior percebida, é a re-apresentação de algo que se encontra ausente no tempo e/ou no espaço”<sup>27</sup>. No esforço de reconstruir visualmente a materialidade e vivências da cidade perdida, ou seja, que não está mais disponível à abordagem direta, passa-se necessariamente pela leitura das representações, ou “idéias-imagem” de sua época.

25 BOLLE, Willi. *Fisiognomia da metrópole moderna: representação da História em Walter Benjamin*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994. pp. 42-43.

26 PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999c. p. 8.

27 PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O desfazer da ordem fetichizada: Walter Benjamin e o imaginário social*. In: *Cultura Vozes*, Nº 5, Setembro-Outubro 1995b. p. 34

Essa dimensão simbólica das idéias-imagens remete a um entendimento de alegoria: a imagem revela algo que não é ela própria, mas aponta para algo mais além. Assume-se, pois, o pressuposto de que as representações do imaginário coletivo são de natureza alegórica, pois que apontam para um conteúdo que vai além de sua aparência. Contudo, essa dimensão simbólica está subordinada à capacidade evocativa e mimética da imagem: a aceitação da validade das idéias-imagens exige que elas tenham um mínimo de verossimilhança com o mundo real, vivido, para que se estabeleça a identificação.

As representações que serão analisadas neste estudo são, pois, vestígios da cidade perdida que chegam até o presente sob a forma de fotografias, pinturas, correspondências, leis, mapas e outros registros de sua existência no tempo. Pretende-se, pois, ler também as imagens como textos e discursos que revelam pré-concepções, julgamentos morais e valorizações da época a respeito dos bicos, e que serão úteis para firmar uma idéia mais detalhada do caráter destes espaços.

Nesse sentido, considera-se, ainda que de maneira breve, não menos importante levar em conta as estruturas de produção, difusão e recepção destas representações. Julga-se necessário, neste estudo, observar este aspecto das representações, pois, segundo Becker (1999),

Em mundos dominados por produtores, as representações tomam a forma de um argumento, uma apresentação somente daquele material que ressalta os pontos que o produtor quer passar e nada além disto [...]. Representações produzidas deste modo profissional em geral incorporam as escolhas e interesses dos produtores e, indiretamente, das pessoas que podem se dar ao luxo de contratá-los [...].<sup>28</sup>

Nesse mesmo sentido, o entendimento do contexto histórico e político das representações é essencial para a compreensão das forças que as constituíram, e que faziam do espaço urbano seu palco e objeto de disputas. A respeito da atenção às nuances políticas da época na imprensa, BOHRER (2011), em seu artigo sobre o método de abordagem dos territórios negros de Porto Alegre no período posterior à abolição da escravatura, afirma que “[...] o uso de textos jornalísticos possibilita um aporte documental importante para trabalhar as diferentes visões sobre os valores e preceitos da realidade social no determinado período.”<sup>29</sup>

28 BECKER, Howard S. *Falando sobre sociedade*. In: *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1999. p. 147

29 BOHRER, Felipe Rodrigues. *Breves considerações sobre os territórios negros urbanos de Porto Alegre na Pós-*

Nestes documentos também se buscará depreender a forma como os becos e seus habitantes eram representados do ponto de vista das narrativas dominantes, ou seja, das camadas letradas que geralmente estavam afiliadas à burguesia urbana. Essas vozes dominantes permanecem disponíveis no presente através dos veículos de imprensa, literatura, relatórios oficiais da Intendência e outros documentos preservados em arquivos históricos. Estas representações verbais, por sua vez, moldavam a opinião pública em relação às intervenções que fazia o poder público no espaço urbano.

Pode-se dizer então que, ainda que em permanente transformação, o espaço urbano não deixa de ser, por sua vez e num determinado momento histórico, uma resultante destas forças mediadas pelas representações:

Enquanto representação, partilham da aludida capacidade 'mágica' referida por Bourdieu e são capazes de contribuir para a existência da coisa nomeada, o que, por sua vez, gera e normatiza práticas e avaliações sobre a realidade.<sup>30</sup>

Mais uma vez, cabe aqui ressaltar a importância do estudo das representações e do imaginário da época para a leitura das fontes referentes aos espaços da cidade perdida. É essa bagagem de conhecimentos que constitui o “extra-texto” referido por Pesavento:

[...] o historiador se apóia em textos e imagens que ele constrói como fontes, como traços portadores de significado para resolver os problemas que se coloca para resolver. Mas é preciso ir de um texto a outro, sair da fonte para mergulhar no referencial de contingência no qual se insere o objeto do historiador. Do texto ao extratexto, esse procedimento potencializa a interpretação e assinala uma condição especialíssima, que é o verdadeiro capital do historiador: a sua erudição.<sup>31</sup>

Portanto, esta pesquisa se apoiará numa multiplicidade de formas de representação afim de estabelecer ligações entre as diferentes fontes, e observar as nuances de discursos entre as mesmas afim de traçar um quadro mais fiel à realidade histórica dos becos.

### 1.5.2. IMAGINÁRIO

A análise dessas representações, por sua vez, é necessária pois é através delas que é possível entrever o imaginário da cidade em um momento histórico. Este é aqui

*Abolição*. in “Iluminuras”, Porto Alegre, v. 12, n. 29, p. 121-152, jul/dez. 2011, pp. 136-137.

30 PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Lugares malditos: a cidade do "outro" no sul brasileiro: Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX*. Revista Brasileira de História, 1999b, vol. 19, no 37, p.195-216. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01881999000100010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000100010&lng=en&nrm=iso). p. 2

31 PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 65.

compreendido como o conjunto de representações coletivas próprias de uma época, e que dão sentido à vida e ao modo de estar no mundo de uma coletividade. Seu entendimento, portanto, faz-se necessário para ler as fontes documentais que chegam até a contemporaneidade. Assim, cabe aqui explicitar o conceito de imaginário a ser usado neste estudo, conforme definido por Pesavento (1995a) no seguinte trecho:

O imaginário é, pois, representação, evocação, simulação, sentido e significado, jogo de espelhos onde o 'verdadeiro' e o aparente se mesclam, estranha composição onde a metade visível evoca qualquer coisa de ausente e difícil de perceber. Persegui-lo como objeto de estudo é desvendar um segredo, é buscar um significado oculto, encontrar a chave para desfazer a representação do ser e parecer.<sup>32</sup>

Cabe porém ressaltar que o conceito de imaginário aqui trabalhado será o do imaginário urbano, ou seja, “imagens da vida mental” partilhadas pela população da cidade, afim de entender as idéias e valores associados aos seus diferentes espaços, e em especial aos becos. Ainda conforme Pesavento (1995a), “entende-se por imaginário um sistema de idéias e imagens de representação coletiva que os homens, em todas as épocas, construíram para si, dando sentido ao mundo.”<sup>33</sup> Buscar recuperar os sentidos destas imagens, próprios ao seu momento histórico, é que permitirá compreender seus subtextos e discursos, pois “o imaginário não pode ser o impensado ou o não expresso. Neste sentido, ele necessariamente trabalha sobre a linguagem, é sempre representação e não existe sem interpretação.”<sup>34</sup> O interesse do estudo do imaginário como método de decifração da "visão de mundo" de uma época se dá pelo pressuposto da rejeição de uma ligação mecânica e reflexa entre a infra e a superestrutura. Quer dizer, haverá sempre um “décalage” entre a concretude daquilo que é representado e a representação que se faz dele no imaginário:

Ou seja, no domínio da representação, as coisas ditas, pensadas e expressas têm um outro sentido além daquele manifesto. Enquanto representação do real, o imaginário é sempre referência a um 'outro' ausente. O imaginário enuncia, se reporta e evoca outra coisa não explícita e não presente.<sup>35</sup>

Por fim, o estudo do imaginário para a compreensão e elucidação dos becos como

32 PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário*. São Paulo: Revista Brasileira de História, v. 15, nr. 29, pp. 9-22, 1995a. p. 24

33 PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 43

34 PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário*. São Paulo: Revista Brasileira de História, v. 15, nr. 29, pp. 9-22, 1995a. p. 15.

35 PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário*. São Paulo: Revista Brasileira de História, v. 15, nr. 29, pp. 9-22, 1995a. p. 15.

espaços urbanos em sua totalidade justifica-se na medida em que ele ajuda a entrever o conjunto de idéias e percepções coletivas que dava sentido às vivências daquela temporalidade.

### 1.5.3. MEMÓRIA

Abordar o imaginário de uma época implica também em trabalhar a sua memória no presente. Segundo Le Goff (1994), “a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças as quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.”<sup>36</sup> Nesse sentido, os becos são ainda presentes na memória da cidade como marcadores de seu passado, muito embora sobrevivam na contemporaneidade eminentemente nos registros e arquivos históricos. A busca pela visualização de suas formas originais é também um esforço de recuperar uma experiência destes espaços, que foram apagados pelas transformações urbanas. Levando em conta a descaracterização provocada pela passagem do tempo e pelas mudanças nas relações sociais que nele se dão, tem-se que grande parte dessa evocação é feita ativamente, num esforço de resgate do passado. Isto, segundo Pesavento (2005),

[...] implica em ir além desta instância, para os domínios do simbólico e do sensível, ao encontro da carga de significados que esta cidade abrigou *em um outro tempo* [grifo da pesquisadora]. Ao salvar a cidade do passado, importa, sobretudo, fixar imagens e discursos que possam conferir uma certa identidade urbana, um conjunto de sentidos e de formas de reconhecimento que a individualizem na história.<sup>37</sup>

Este estudo procura, pois, gerar versões possíveis da forma urbana pretérita que, por sua vez, podem aspirar a essas imagens que contribuem à memória e, conseqüentemente, ao reconhecimento da identidade de Porto Alegre. Conforme Le Goff (1994), “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia.”<sup>38</sup>

36 LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994. p. 423.

37 PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano*. Cadernos do LEPAARQ - Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio. v. II, nº 4, Pelotas, RS: Editora da UFPel. Ago/Dez. 2005. p. 11. Disponível em: <http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/viewFile/893/873>

38 LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994. p. 476.

Partindo do entendimento da cidade como um “espaço que abriga múltiplas temporalidades e sentidos”<sup>39</sup>, a acepção de memória a ser usada aqui corresponde a esta capacidade de evocação de vivências coletivas associadas aos becos da antiga Porto Alegre. Vivências estas que se inscrevem na especificidade deste espaço urbano, constituindo uma práticas sociais intimamente ligada ao espaço construído. Compreendemos, assim, a cidade como lócus da memória. Esta última imprime-se na materialidade do espaço construído e na imaterialidade dos costumes, sociabilidades e manifestações da cultura, abarcando práticas e sentidos partilhados por uma coletividade.

Buscando recuperar todos esses aspectos constituintes da memória dos becos, cabe ressaltar que o presente estudo tratará forçosamente do tipo de memória que Pesavento (2005) caracteriza como uma “[...] memória voluntária, na qual existe um empenho de recuperar, pelo espírito, alguma coisa que tenha ocorrido no passado.”<sup>40</sup> Esta é a modalidade de memória que preside ao coletar de vestígios, à busca ativa de evidências da existência de um espaço urbano desaparecido.

No esforço de reencontrar esta “outra cidade”, a Porto Alegre dos becos que jaz sob as várias camadas de transformações urbanas, visa-se contribuir, na medida do possível, à (re)construção da memória/história da cidade para além da sua memória/história oficial, institucional. A memória/história de “outra cidade”, cidade esta silenciada pelos discursos oficiais, deve ser apresentada como contraponto aos discursos únicos, pois, quando Le Goff (1994), fala da memória coletiva, afirma que é ela também um campo de disputa de poder:

[...] a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.<sup>41</sup>

É então no sentido de apresentar uma alternativa ao esquecimento desses espaços da cidade que este trabalho se apresenta, buscando trazer uma maior diversidade e inclusividade de narrativas e representações para a história de Porto Alegre. Esta diversidade, por sua vez,

39 PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano*. Cadernos do LEPAARQ - Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio. v. II, nº 4, Pelotas, RS: Editora da UFPel. Ago/Dez. 2005. p. 10. Disponível em: <http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/viewFile/893/873>

40 PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 95.

41 LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994. p. 426.

permite que o sentimento de pertencimento ao lugar, e, conforme Pesavento, do direito à identidade e à cidadania, que inclua também os grupos mais subalternos: “[...] habitar a cidade implica dotar seus habitantes deste direito de usufruir vários tempos. O direito à cidade, fundamental na construção do que se pensa como cidadania, é, fundamentalmente, um direito à história, à memória, à identidade.”<sup>42</sup>

#### 1.5.4. BECO

O beco é o espaço surgido como rua secundária no traçado urbano, em um esquema de hierarquização viária encontrado frequente no urbanismo colonial português, e que é tipicamente ocupado pelas camadas mais pobres da população. Desta forma, o beco torna-se o lócus de sociabilidades estigmatizadas pela moral das camadas dominantes, característica a que foi gradualmente associado no imaginário urbano no final do século XIX. Assim, estabelece-se uma relação dialética entre as sociabilidades e a materialidade do espaço urbano, conforme observa Rossi (1977):

Por vezes interrogo-me como é que pôde acontecer nunca se ter analisado a arquitetura por este seu valor mais profundo: de coisa humana que forma a realidade e conforma a matéria segundo uma concepção estética. E, assim, ela mesma é não só o lugar da condição humana, como até uma *própria parte dessa condição* [grifo da pesquisadora], que se representa na cidade e nos seus monumentos, nos bairros, nas residências, em todos os factos urbanos que sobressaem do espaço habitado.<sup>43</sup>

Nesse sentido, o próprio termo “beco” torna-se condicionante de percepção do espaço assim designado. Conforme o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, o termo “beco” é de etimologia incerta, porém de conotação seguidamente negativa, apontando para o seu caráter estigmatizante:

**Beco** /ê/ (1442 cf. IVPM) 1. rua estreita e curta, por vezes sem saída; ruela. 2. *CE m.q. ESQUINA* beco sem saída *fig.* 1. situação desesperada; problema irremovível 2. circunstância embaraçosa, dificuldade, aperto. **desinfetar ou desocupar o beco** *fig B infirm* 1. deixar o caminho livre, retirar-se 2. *fig infirm* falecer **despejar o beco** *fig P infirm* ser porto para fora de algum lugar. **Tapar ou tomar todos os b.** *B fig* não dar margem a escusas ou a defesa. *ETIM prov. Lat.* via, ae 'caminho, estrada' + -ecu *suf. dim.* > \*vieco 'rua pequena e estreita' > \*veeco > \*vêco, com troca do v por b –

42 PESAVENTO, Sandra Jatáhy. *Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano*. Cadernos do LEPAARQ - Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio. v. II, nº 4, Pelotas, RS: Editora da UFPel. Ago/Dez. 2005. p. 14. Disponível em: <http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/viewFile/893/873>

43 ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. Lisboa: Edições Cosmos, 1977. p. 41.

*SIN/VAR* ver sinonímia de *via*.<sup>44</sup>

Desta forma, trata-se de um conceito carregado de significações e valores que residem no imaginário social. Assim, o “beco” como objeto de estudo já é criado, num primeiro momento, pela própria significação do termo que o descreve e os valores a ele associados, já tem-se um ponto de partida para fazer a análise de sua presença em mapas, na literatura e historiografia da cidade, na imprensa e em muitos outros indícios que chegaram até o presente.

No contexto de Porto Alegre, Leenhardt (2015), aponta para uma evolução da valoração do termo no sentido de sua estigmatização:

É neste momento de transformação urbana (final do século XIX) que aparece, por ocasião da recomposição do centro, a menção cartográfica aos 'becos'. Assim, o 'beco' existia enquanto designação de uma pequena rua, mas a palavra 'beco' não era muito usada até esse momento e não possuía as conotações negativas com as quais já a estigmatizava o imaginário da cidade. Sandra [Pesavento] mostra que a partir desse momento, diferentemente dos discursos e representações oficiais, - planos e fotos – os jornais falavam dos 'becos' como lugares feios, insalubres e mal frequentados.<sup>45</sup>

Assim, entendemos o “beco” como espaço urbano diferenciado morfologicamente, ao qual estão associados um imaginário e uma sociabilidade específica, e que, no Brasil, tem sua origem no desenvolvimento espacial e social particular às cidades coloniais portuguesas. Cabe ressaltar essa especificidade do beco como espaço gerado pelo modo como o traçado das ruas é feito sobre a topografia do sítio em que se implanta o núcleo urbano, numa hierarquização viária típica do urbanismo colonial lusitano no Brasil. Neste âmbito, a multiplicidade de espaços qualificados como becos descritos na literatura, na imprensa, nos documentos oficiais e presentes nas representações gráficas parece partilhar de algumas características comuns: como referido acima, são vias hierarquicamente secundárias, por vezes mais estreitas que as ruas principais, ligando-as; encontram-se em âmbito intra- urbano densamente ocupado mas também em arrabaldes de ocupação rarefeita; aparecem em situação topográfica mais

44 HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 423.

45 LEENHARDT, Jacques. *A teoria do “beco”: história geral e história cultural da cidade na obra de Sandra Jatahy Pesavento*. In: *História cultural da cidade: homenagem a Sandra Pesavento*/ organizadores Jacques Leenhardt, Daniela Marzola Fialho, Nádia Maria Weber dos Santos, Charles Monteiro [e] Antonio Dimas. Porto Alegre: Marcavizual/PROPUR, 2015. p. 23.



acidentada, situados sobre encostas; são espaços frequentemente associados à estigmatização social e às sociabilidades populares e/ou desviantes.

À luz destas características, é possível estabelecer uma relação entre a sua forma originária como via secundária no núcleo urbano e o tipo de ocupação e sociabilidades que neles desenvolveram-se em função da densificação urbana em Porto Alegre a partir de meados do século XIX. Conforme Souza e Müller (1997), no século XIX “a cidade caracteriza-se por uma ocupação intensiva em toda a área da península central, se rarefazendo à medida que se afasta do centro em direção aos caminhos”<sup>46</sup>, e somente

[...] a partir de 1845, com a demolição das muralhas, marcando o fim da Guerra dos Farrapos, que a cidade realmente começou a expandir-se e apresentar equipamentos mais vigorosos e sofisticados, correspondentes ao seu rápido desenvolvimento.<sup>47</sup>

O revés deste desenvolvimento a partir de 1845 é assinalado por Pesavento (2001a) como uma transformação dos becos, que passavam de espaços de ocupação rarefeita e pobre, a espaços densificados e estigmatizados:

O sentido original do termo, de natureza mais propriamente topográfica, de rua estreita, com ladeira e aberta no curso natural de uma expansão urbana não planejada, na passagem do século XVIII para o século XIX, cede lugar a uma designação depreciativa que traduz uma avaliação ao mesmo tempo moral, estética e higiênica.<sup>48</sup>

Neste contexto, circunscreve-se a área da cidade em que estes espaços se transformarão como sendo o espaço intraurbano da época, ou seja, o núcleo urbano formado sobre o espigão da península, considerado como o seu 1º Distrito<sup>49</sup>. De acordo com essa localização, Pesavento (1999a) caracteriza-os como “lugares de enclave”<sup>50</sup>:

Na nominação dos espaços malditos, a linguagem da discriminação delimita estes territórios urbanos em duas instâncias: a dos 'lugares de enclave', que os situa interpenetrados e lado a lado, com espaços da 'cidade da ordem' e o dos 'lugares da exclusão', que marcam uma espécie de cinturão pobre (e predominantemente negro) em torno da 'verdadeira' cidade.

46 SOUZA, Célia Ferraz de. *Porto Alegre e sua evolução urbana*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1997. p. 67

47 SOUZA, Célia Ferraz de. *Porto Alegre e sua evolução urbana*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1997. p. 67

48 PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Era uma vez o beco: origens de um mau lugar*. In: BRESCIANI, Maria Stella (org.). *Palavras da cidade*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001. p. 115.

49 O 1º Distrito conforme o Ato nº 12 da Intendência Municipal, de 31.12.1892.

50 PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Lugares malditos: a cidade do "outro" no Sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX)*. São Paulo: Revista Brasileira de História, vol. 19, n. 37. Setembro 1999. p. 3

Esta situação é corroborada nas fontes documentais consultadas pela mesma autora, no trecho em que pinça uma descrição jornalística de um sobrado do beco do Poço<sup>51</sup>, como registra o jornal *A Gazetinha* de 12/05/1898, quando diz que o mesmo é: “[...] pouco distante da principal rua de Porto Alegre isto é bem no centro desta piedosa capital de religiosidades e política.”<sup>52</sup>

Por outro lado, afim de aprofundar a análise morfológica desses espaços, considera-se aqui de grande utilidade o critério de divisão do espaço urbano entre esferas privada e pública, proposto por de Rossi (1977):

Esta divisão [entre esfera pública e esfera privada] está intimamente relacionada com a arquitectura da cidade, visto que esta arquitectura é parte integrante do homem; é a sua construção. A arquitectura é a cena fixa das vicissitudes do homem, carregadas de sentimentos de gerações, de acontecimentos públicos, de tragédias privadas, de factos novos e antigos. O elemento colectivo e o privado, sociedade e indivíduo, contrapõem-se e confundem-se na cidade, que é feita de tantos pequenos seres que procuram uma sistematização e, juntamente com esta, um pequeno ambiente para si mais conveniente ao ambiente geral.<sup>53</sup>

Na medida em que se entende que os becos fazem parte do componente predominantemente privado, ou seja, residencial, da cidade, tal divisão aponta para a necessidade de analisar as tipologias arquitetônicas populares da época e seu papel gerador do espaço urbano, uma vez que o mesmo autor afirma que “a forma como se realizam os tipos edifícios residenciais e o aspecto tipológico que os caracteriza estão intimamente ligados à forma urbana.”<sup>54</sup> Uma vez que o intuito deste estudo é recuperar a forma dos antigos becos de Porto Alegre, há que se ter a atenção voltada para a forma da arquitetura e espaços da vida quotidiana das pessoas comuns.

Por outro lado, dada a frequente preferência dos colonizadores portugueses por sítios elevados da paisagem para a fundação de suas cidades, parece igualmente importante considerar o papel do *locus* de implantação dos becos e suas especificidades na geração desses espaços. O *locus*, segundo Rossi (1977), é determinante na individualidade do fato urbano que se estuda: “o *locus* assim concebido, acaba por evidenciar, no espaço indiferenciado, condições, qualidades que são necessárias para a compreensão de um fato

51 Trecho da antiga Rua General Paranhos, que deu lugar à atual avenida Borges de Medeiros.

52 apud PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os sete pecados da capital*. São Paulo: Hucitec, 2008. p. 183

53 ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. Lisboa: Edições Cosmos, 1977. p. 25.

54 ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. Lisboa: Edições Cosmos, 1977. p. 90

urbano determinado.”<sup>55</sup> Deve-se levar em consideração que, devido à sua implantação sobre o sítio, o *locus* dos becos na Porto Alegre antiga é predominantemente acidentado. A respeito disso, Pesavento (2001a) aponta para características comuns aos *locus* de implantação de diversos becos da cidade antiga:

Se observarmos a planta da cidade, constatamos que eles são, em geral, situados de forma transversal, em perpendicular e entrecruzando-se com as ruas 'oficiais' traçadas em paralelo ao longo da península. São, portanto, em sua maioria, 'descida' ou 'subida' com relação ao espigão central que constitui a 'cidade alta'. Como diria Coruja, o Beco da Fonte ou do Jacques era 'estreito' e 'ladeirento'.<sup>56</sup>

Tem-se, então, já esboçadas, uma série de características que definem com mais precisão o conceito de beco como espaço urbano específico no urbanismo português. Não se trata, pois, necessariamente, de correspondentes diretas à acepção corrente de um espaço gerado por uma via especialmente estreita, geralmente sem saída. Antes, trata-se de espaços urbanos gerados a partir da escolha de sítios de implantação e modos de traçar a cidade específicos.

### 1.5.5. RECONSTITUIÇÃO VISUAL DE ESPAÇOS URBANOS ATRAVÉS DE REPRESENTAÇÕES GRÁFICAS

A reconstituição visual, tanto na arqueologia quanto na história, inclui os espaços urbanos desaparecidos, é um instrumento científico, técnico e artístico de construir um discurso informativo sobre o passado. Pesavento (2005), ao referenciar a “meta-memória”, ou seja, a “[...] construção de representações sobre o passado, que reconfiguram lembranças e vivências de um outro tempo, dotando-as de um sentido para o presente.”<sup>57</sup>, oferece uma descrição precisa da reconstituição visual e os seus fins. Também segundo esta autora, esta meta-memória constitui um trabalho que é por excelência da História: presentificar o acontecido tornado ausente pelas transformações urbanas, como

[...] rememoração provocada por uma experiência casual, chega mesmo a ser anulado diante de uma cidade que sofreu profundo processo de transformação. Trata-se não apenas de uma eliminação radical das marcas ou registros do passado que uma cidade pode conter – e, com isso, despertar, de forma automática, a

55 ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. Lisboa: Edições Cosmos, 1977. p. 139

56 PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Era uma vez o beco: origens de um mau lugar*. In: BRESCIANI, Maria Stella (org.). *Palavras da cidade*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001a. p. 97. pp. 105-106.

57 PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano*. Cadernos do LEPAARQ - Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio. v. II, nº 4, Pelotas, RS: Editora da UFPel. Ago/Dez. 2005. Disponível em: <http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/viewFile/893/873> p. 15.

rememoração – mas de um certo bloqueio da sensibilidade, impedindo de reconhecer, sob as formas novas, o passado do urbano, ali escondido.<sup>58</sup>

De acordo com a Carta de Ename<sup>59</sup>, a imagem de reconstituição visual de sítios arqueológicos/históricos, categoria na qual se insere as representações da cidade no passado, objetiva servir à divulgação do conhecimento científico, à conscientização do valor patrimonial urbano como bem comum e documento histórico.

Nesse sentido, essa imagem constitui-se como algo mais do que uma ilustração. "Ilustrar" pode ser entendido como o ato de “enfeitar (texto) com figura ou estampa”, numa acepção que relega a imagem a um papel meramente acessório; mas "ilustrar" também pode designar o ato de “tornar compreensível; esclarecer, elucidar, comentar, explicar”<sup>60</sup> através de imagens: a ilustração é informativa e elaborada a partir de uma pesquisa, resultando de um ato contínuo de interpretar, representar e apresentar ao espectador cenas de uma realidade passada, reconstruída graficamente a partir dos indícios arqueológicos/históricos. Para isso, o ilustrador faz um cuidadoso exercício de interpretação de indícios, cruzando informações de diversas fontes e valendo-se do aporte teórico de diversas disciplinas.

Cada ilustração tem um intento claro: mostrar desde a conformação da cidade em outro tempo, até atos e práticas quotidianas que se perderam nos registros, como o modo como se ferravam os cascos das montarias, ou como se fabricavam potes de barro ou se cuidava de doentes, etc. Em suma, basear-se na análise dos vestígios materiais da ocupação humana para recriar a sua paisagem humana e natural. Ela deve expressar visualmente uma hipótese científica construída pelo pesquisador para explicar o uso de um material, ou esclarecer o uso de um objeto, vestígio material, ou, como é o caso deste estudo, dar a ver o aspecto passado de uma cidade.

A reconstituição de espaços urbanos através de representações gráficas é, além de instrumento de compreensão facilitado hoje pelas tecnologias de modelagem tridimensional digital e realidade virtual, um exercício contínuo de questionamento da história e da leitura

58 PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano*. Cadernos do LEPAARQ - Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio. v. II, nº 4, Pelotas, RS: Editora da UFPel. Ago/Dez. 2005. Disponível em: <http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/viewFile/893/873> p. 12.

59 Disponível em <http://www.enamecharter.org/downloads.html>

60 “ilustrar”, no Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, <http://dicionario.cijun.sp.gov.br/houaiss/cgi-bin/houaissnetb.dll/frame> [consultado em 18-05-2014].

que fazemos dos vestígios disponíveis que chegam até o presente, e em que se é continuamente solicitado a preencher lacunas para formar essa nova imagem. Como esses vestígios e pistas são múltiplos, cabe também destacar o caráter fundamentalmente multidisciplinar de uma empreitada como a recriação de cenas, aspectos do passado da cidade através de meios visuais (modelagem tridimensional digital, pintura, desenho, maquetes) tendo como meta a construção de um todo visual e narrativo, de modo a elaborar um quadro completo, um panorama que dê ao observador uma ideia mais próxima daquele “outro” passado e do “outro” no passado em sua globalidade, fazendo-o experimentar seu olhar e suas vivências.

Se, como refere Pesavento (1999b), o escritor

[...] exercita o olhar literário, que sonha e reconstrói a materialidade da pedra sob a forma de um texto. [...] como espectador privilegiado do social, exerce a sua sensibilidade para criar uma cidade do pensamento, traduzida em palavras e figurações mentais imagéticas do espaço urbano e de seus atores.<sup>61</sup>

o artista gráfico se vale da representação do espaço no plano para também, a partir de sua sensibilidade e habilidade com suas ferramentas, reconstruir a materialidade da cidade sob a forma de imagem visual. A autora continua: “a literatura, ao 'dizer a cidade', condensa a experiência do vivido na expressão de uma sensibilidade feita texto”<sup>62</sup>. Nesse sentido, as representações visuais também “dizem a cidade”, expressando uma “sensibilidade feita imagem”.

Lançar luz sobre a forma da cidade no passado não se destina unicamente ao registro histórico frio e impessoal de um momento do passado, fruto estático de um levantamento mecânico de uma multiplicidade de dados visando reconstruir o espaço da experiência humana na cidade que já não existe mais; antes, pretende-se que o espectador do presente, possa criar uma relação dinâmica de questionamentos e identificações que, em última análise faz parte de uma educação patrimonial construída a partir de uma memória coletiva. Conforme Pesavento (1995b),

61 PESAVENTO, Sandra Jatahy. O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999. p. 10.

62 PESAVENTO, Sandra Jatahy. O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999. p. 10.

[...] dá-se o entendimento de que as imagens construídas no passado não pertencem apenas a uma época já vivida; elas podem e se tornam legíveis num outro tempo, quando se estabelece a sincronia e a recognoscibilidade. É neste momento, em que o passado e o presente se juntam em constelação, em que o 'tempo do agora' se vê nas imagens do passado, que se constitui o que Benjamin chamou de 'dialética da paralisação'.<sup>63</sup>

Através, portanto, de uma espécie de “jogo de espelhos”<sup>64</sup> com o passado da cidade, é que se buscará criar representações visuais o mais aproximadas possíveis daquilo que teriam sido os becos de Porto Alegre antes de sua modernização.

Fica evidente desta maneira que o esforço de recriar o passado através da representação gráfica mobiliza vários campos do conhecimento, propondo hipóteses e examinando-as em suas diversas fundamentações. É justamente no exercício, por vezes ousado, do preenchimento destas lacunas que a totalidade da representação gráfica é buscada, a fim de impactar o observador e comunicar-lhe a sensação de colocar-se inteiramente numa realidade passada, pois, como afirma Negroponte, “nós tendemos a julgar nossas experiências sensoriais como um todo, não de acordo com suas partes. Essa importante observação é, por vezes, ignorada no desenho de sistemas de realidade virtual.”<sup>65</sup> Para isso, é inestimável a importância de desenvolver uma pesquisa de caráter mais amplo para assegurar uma compreensão global de uma época. Um entendimento amplo dos fatos históricos, relações sociais, idéias, expectativas e temores que povoaram as mentes de nossos antepassados, e que permita compreender e visualizar as vivências e materialidades do passado no espaço, descobrindo aí motivações para usos ou abandonos que possam explicar permanências ou desaparecimentos de espaços da cidade. Para isso, deve-se analisar fontes tão variadas como jornais, plantas antigas da cidade, mapas, fotografias, relatos, textos literários, manifestos, entrevistas, ou seja, tudo aquilo que nos permitir, através de um olhar treinado, acessar o mais próximo possível as questões e conflitos que dominavam a época, as personalidades e ideias que lhe serviam de paradigma e lançavam bases para o entendimento e elaboração do mundo e do modo de vivenciá-lo que moldavam destinos e comportamentos. Será pois na junção e cruzamento destas informações que será gerada a imagem do espaço urbano do passado.

---

63

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O desfazer da ordem fetichizada: Walter Benjamin e o imaginário social*. In: Cultura Vozes, Nº 5, Setembro-Outubro 1995b. p. 38.

64 PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. São Paulo: Revista Brasileira de História, v. 15, nr. 29, pp. 9-22, 1995. p. 24.

65 NEGROPONTE, Nicholas. *A vida digital*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 123.

Neste sentido, o método da prospecção arqueológica urbana é de grande valia para o trabalho de recriar visualmente a cidade do passado: a extensa pesquisa textual a respeito do logradouro, cruzando indícios de usos e ocupações ainda presentes no imaginário popular com relatos da época, capacita mais ainda o pesquisador a interpretar as pistas com que se depara. Uma vez que se trata de vestígios materiais, informações muitas vezes fragmentárias e documentações incompletas a respeito do logradouro, essa imersão no contexto do passado é particularmente proveitosa para enriquecer com detalhes e informações as representações gráficas resultantes. Além disso, segundo Tavares (2010), a arqueologia urbana pode contribuir com informações preciosas para o estudo de espaços de caráter subalterno, pois “[...] possibilita pesquisar vestígios materiais dos grupos historicamente excluídos, tais como indígenas, negros e imigrantes.”<sup>66</sup> Este conhecimento global é que poderá oferecer respostas fundamentadas às “perguntas” que surgem neste processo, ou apenas sugerir respostas: a interpretação dos dados, com base no conhecimento histórico e compreensão ampla da época que se quer reconstituir.

Em suma, trata-se de lançar mão de recursos tecnológicos contemporâneos para recriar a experiência de uma outra temporalidade, mostrando o universo de um imaginário histórico que moldará também as percepções das futuras gerações sobre o passado. Para tanto, constrói-se, visualmente, o que Pesavento (2003) convencionou chamar de “ficções controladas”:

É esse método [o da criação de narrativas históricas como representações através dos métodos indiciários e da montagem] que permite fazer da História uma *ficção controlada* [grifo da pesquisadora], primeiro pelos indícios arrolados que se substituem ao referente, como sua representação, pois o acontecido não pode comparecer para testar e comprovar. O documento se converte em prova de argumentação do historiador e é a partir de tais provas que se encaminha a demonstração explicativa da História, dando a ver o como foi do acontecido.<sup>67</sup>

Ou seja, valendo-se tanto no trabalho com técnicas pictóricas tradicionais (desenho, pintura, maquetes, dioramas) como digitais (modelagem tridimensional), pode-se mostrar informações colhidas através de fontes históricas, criando a partir delas uma narrativa fictícia, porém embasada no método e evidências científicas. Faz-se dialogar, continuamente, o saber técnico e histórico com o que é demandado tanto pelo caráter comunicativo da montagem

66 OLIVEIRA, Alberto Tavares Duarte de; TOCCHETTO, Fernanda Bordin. *Uma leitura arqueológica do Centro de Porto Alegre*. In: POSSAMAI, Zita (org.). *Leituras da cidade*. Porto Alegre: Evangraf, 2010. p. 58.

67 PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 67.

resultante quanto das exigências informativas impostas pela pesquisa histórica.

Contudo, compreende-se que o trabalho de leitura do passado e suas imagens, seus fragmentos, se dá necessariamente à luz do presente em que é feito. Tem-se, assim, a consciência de se efetuar neste estudo leituras possíveis e passíveis de serem refeitas, futuramente, a partir de mais fontes e com outras sensibilidades, pois cada tempo poderá fazer ao passado perguntas diferentes.

Afim de orientar esse trabalho de reconstituição visual, a Carta de Ename (Bélgica) e o ICOMOS (Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios)<sup>68</sup>, são documentos internacionais que propõe diretrizes gerais para a conservação, interpretação e apresentação de patrimônio cultural e sítios históricos.

De acordo com sua página oficial, o ICOMOS

[...] trabalha para a conservação e protecção dos sítios património cultural. É a única organização não governamental global deste género, dedicada à promoção da aplicação da teoria, metodologia e técnicas científicas para a conservação do património arquitectónico e arqueológico. O seu trabalho é baseado nos princípios consagrados na Carta Internacional para a Conservação e Restauro de Monumentos e Sítios (Carta de Veneza, 1964).<sup>69</sup>

Entre os seus objetivos, a carta de Ename procura “facilitar a compreensão e apreciação de sítios de património histórico e cultural e promover a conscientização da necessidade de sua proteção e conservação”<sup>70</sup>. Neste aspecto, comunga com os objetivos deste trabalho, que deverá ser feito não somente no espírito de interpretar e apresentar o passado da cidade, mas também, conforme preconizado por esse documento,

Comunicar o significado dos sítios de património histórico e cultural através de um reconhecimento cuidadosamente documentado de sua significação, valendo-se de métodos com validade científica e acadêmica, bem como da observação direta de tradições culturais vivas.<sup>71</sup>

Sua preocupação com a consistência das fontes documentais e com os padrões científicos de pesquisa garante uma credibilidade fundamental à elaboração e transmissão do

68 Disponível em <http://www.enamecharter.org/downloads.html>

69 Disponível em <http://www.icomos.pt/index.php/o-que-e-o-icomos?start=5> [acessado em 01/12/2014].

70 Disponível em <http://www.enamecharter.org/objectives.html> [acessado em 01/12/2014].

71 Disponível em <http://www.enamecharter.org/objectives.html> [acessado em 01/12/2014]



conhecimento sobre os sítios de patrimônio histórico e cultural - urbanos ou não -, cultivando um diálogo contínuo com a memória e a identidade de uma comunidade. Com o intuito de promover este fim, suas diretrizes expressam-se, entre outras formas, através das suas recomendações de acessibilidade, inclusão e sustentabilidade ambiental e social nos modos de apresentação deste patrimônio, entre os quais a representação gráfica, proposta neste trabalho.

### **1.5.6 DOS CAPÍTULOS DESTA DISSERTAÇÃO**

Esta pesquisa se desenvolverá, portanto, a partir de uma definição preliminar dos conceitos de “beco” e “cidade perdida”, feitas no primeiro capítulo, juntamente com uma discussão de suas características e como são entendidos quando aplicados ao contexto da história de Porto Alegre. Também discutem-se as limitações, hipóteses e pressupostos da pesquisa que busca reconstituí-los, assim como o ferramental teórico usado para a abordagem das fontes: os conceitos de memória, representação e imaginário são discutidos a fim de se estabelecer uma base para a análise dos dados colhidos. A partir daí, este capítulo também trata do método com que serão feitas as reconstituições das imagens dos becos, com base nos métodos indiciário e da montagem. Por fim, é discutida brevemente a importância destas imagens como instrumento de interpretação do espaço urbano e de seu patrimônio.

No segundo capítulo traça-se um percurso do urbanismo desde as primeiras ocupações do território na Península Ibérica, acompanhando suas modificações ao longo da história como forma de buscar as origens das práticas urbanas coloniais portuguesas no Brasil. A partir daí, as trocas de experiências urbanísticas entre metrópole e colônia são analisadas, destacando as principais características de implantação e traçados urbanos nas origens das cidades brasileiras, bem como os fatores econômicos e contexto histórico que as determinaram ou alteraram. Esse percurso serve não somente para dar ao leitor um panorama abrangente do contexto e motivações da ocupação urbana no território brasileiro, mas também para começar a entrever uma lógica de formação dos espaços designados como becos na história das cidades brasileiras, buscando características comuns entre diversas cidades.

O terceiro capítulo focaliza essa trajetória no caso de Porto Alegre, destacando as características típicas do urbanismo português que a inserem como exemplar de cidade colonial portuguesa, traçando um percurso de sua formação e ocupação do território da

península, com destaque para as características que fazem surgir nela também espaços como os becos. Aqui, busca-se mostrar como se deu o surgimento destes espaços já baseados nos arruamentos da planta traçada pelo Capitão Montanha, ainda no século XVIII, e como se tornaram espaços estigmatizados ao longo do século XIX.

O quarto capítulo enfoca de forma mais aproximada os espaços identificados como becos presentes dentro do perímetro do centro histórico de Porto Alegre, e cujas referências são frequentemente encontradas em registros históricos nos mais diversos meios (mapas, plantas, imprensa, relatórios municipais e policiais, fotografias, anúncios...). A análise destes dados busca evidenciar as características comuns entre todos estes espaços, bem como ressaltar as especificidades e contradições aparentes que lhes dão caráter único.

O quinto capítulo se ocupará de dois becos que foram alvos das grandes reformas urbanas da década de 1920, com vistas a melhorar a malha viária do centro histórico em relação aos seus arrabaldes: o Beco do Rosário ou Rua 24 de Maio (atual avenida Otávio Rocha) e a Rua General Paranhos (que compreendia os Becos do Poço, do Meireles e do Freitas, e é a atual avenida Borges de Medeiros). Estes dois exemplares inserem-se perfeitamente como marcadores da “cidade perdida”, uma vez que tiveram seus traçados profundamente modificados, e hoje não se dão mais a conhecer, tendo dado lugar a duas avenidas icônicas da modernidade em Porto Alegre. O foco da análise sobre estes dois espaços é ainda mais específico, pois busca-se conhecer a forma das edificações que os configuravam principalmente através da Planta Cadastral de 1893, fotografias anteriores e contemporâneas às suas demolições, e notícias na imprensa sobre a desapropriação de seus imóveis. A partir destas informações, são feitos os diversos estudos e desenhos de reconstituição que buscam mostrar de forma aproximada como eram esses espaços antes de sua destruição.

Neste sentido, o sexto capítulo traz as considerações finais a respeito das informações discutidas sobre estes becos, e como os seus desenhos de reconstituição podem ser usados como ferramentas de interpretação da cidade e de seu patrimônio, aportando narrativas e imagens de espaços outros que os oficiais, preservados e enaltecidos pelas instituições. Faz-se também neste capítulo uma reflexão a respeito da própria mudança da cidade e do

desaparecimento e descaracterização de seus espaços históricos, relacionando estas modificações com a inserção do país num contexto internacional.

## CAPÍTULO 2 – A FORMAÇÃO DAS CIDADES BRASILEIRAS: O URBANISMO PORTUGUÊS

O estudo do urbanismo português e sua expressão colonial no Brasil servirá como base no trabalho de reconstrução visual dos becos da antiga Porto Alegre. Uma vez que se objetiva recuperar no presente a visualidade da Porto Alegre de traços coloniais portugueses, hoje praticamente desaparecida, cabe procurar conhecer os modos de implantação e traçado urbano típicos das cidades de fundação portuguesa. Deste modo, será possível fazer uma idéia mais aproximada e precisa de como os espaços da “cidade perdida”, que é a Porto Alegre antes de sua modernização, teriam surgido e se desenvolvido. Será a partir deste conhecimento que se poderá preencher lacunas das fontes de documentação, apontando para as configurações espaciais mais prováveis da cidade no passado a partir da compreensão dos princípios de urbanização das colônias portuguesas. Cabe pois analisar as principais características e evolução do seu modo de fazer a cidade, bem como as diversas influências que ela teve ao longo dos séculos, a fim de estabelecer uma base de entendimento da gênese das cidades brasileiras de modo geral e Porto Alegre em particular.

O território que hoje ocupa Portugal, em sua história, foi ocupado primitivamente pelo que a historiografia convencionou chamar de povos ibéricos. Sua cultura mostrava uma forte tradição de ocupação em topos de colinas sob a forma de fortalezas amuralhadas, o que lhes proporcionava um núcleo defensivo a partir do qual podiam dominar visualmente o território circundante. Estas fortificações nos pontos dominantes da paisagem guardam uma semelhança com os *oppida* celtas, e pela crescente presença destes últimos na península, houve uma união de suas culturas no que se conhece como cultura celtibérica. Posteriormente, Teixeira e Valla (1999) afirmam que Portugal teve em seu território “[...] os Fenícios do século XII aC ao século VI aC, os Gregos e os Cartagineses nos séculos seguintes e, do século II aC ao século V dC, os Romanos”<sup>1</sup>, que aí fundaram núcleos urbanos e trouxeram suas culturas para a região.

Assim, as feitorias gregas e depois fenícias que pontilharam sua costa apresentavam uma clara influência no modo vernáculo de fazer cidades voltadas para as trocas comerciais em entrepostos às margens do Mediterrâneo. Posteriormente, com a expansão do domínio romano sobre a Europa ocidental, vê-se uma emergência do modelo de ocupação e controle territorial através do rigor do traçado erudito e ortogonal dos *castra*. Estes, construídos diretamente sob os auspícios de um forte poder centralizado em Roma, primavam pela eficiência e rapidez na ocupação das novas extensões de

1 TEIXEIRA, Manuel C., e VALLA, Margarida. *O urbanismo português: séculos XIII-XVIII, Portugal-Brasil*. Livros Horizonte, 1999. p. 16.

terras conquistadas aos povos nativos. Conforme Teixeira e Valla (1999),

Mais do que por razões estéticas ou cosmológicas, embora elas também estejam presentes, a regularidade do traçado tinha a ver com a *eficácia* [grifo da pesquisadora] de planejamento e de construção que tais modelos permitiam e que eram imprescindíveis neste tipo de empreendimentos, em que se tratava de infra-estruturar e povoar de novo amplos territórios.<sup>2</sup>

Posteriormente, com a decadência do Império Romano do Ocidente no século V e sua gradual desagregação territorial, a ausência deste poder centralizado deu oportunidade para a tomada de parte do território da península ibérica romanizada por tribos germânicas migrantes, vindas do norte e do leste europeus. Conforme Freyre (2006 [1933]),

À conquista pelos romanos sucederam-se as invasões de alanos, de vândalos, de suevos. Quebradas por essa primeira onda de bárbaros de cabelo ruivo as represas romanas, largo trecho da Península inundou-se de gente vinda do Norte, estabelecendo-se depois sem duro esforço, o domínio visigótico. Domínio de três séculos que entretanto não destruiu a influência da colonização romana, antes acomodou-se às linhas gerais de sua estrutura latina e imperial.<sup>3</sup>

Essas invasões foram seguidas pela ocupação árabe e berbere no sul da península (711 d.C.-1453 d.C.), e que, pelo seu relativo avanço técnico e cultural, terminaram marcando profundamente a arquitetura e traçado das cidades portuguesas.

A cultura muçulmana teve uma profunda influência no modo de conceber os espaços públicos e privados das cidades portuguesas. Tendo sido dominado pela cultura árabo-muçulmana durante um período de quase setecentos anos, o sul de Portugal experimentou uma revitalização dos núcleos e da rede urbana após a desagregação do poder central imperial romano, ainda no século V. Entretanto, há que se lembrar que muitos desses núcleos fundados durante a Antiguidade sobreviveram, primeiramente, graças à ascensão da Igreja como elemento aglutinador e novo poder central da administração dos mesmos, preservando-os do total abandono e decadência. Portanto, a cultura muçulmana veio a insuflar maior vitalidade a este contexto, conforme indicam Teixeira e Valla (1999) quando afirmam que “sinal do caráter urbano da civilização muçulmana, a conquista cristã do território fez-se através da ocupação dos núcleos urbanos de maior importância, não só do ponto de vista estratégico e militar, mas também do ponto de vista político e econômico.”<sup>4</sup> Vestígios desta influência são ainda hoje visíveis em cidades desta parte do território português, como destacam os

2 TEIXEIRA, Manuel C., e VALLA, Margarida. *O urbanismo português: séculos XIII-XVIII, Portugal-Brasil*. Livros Horizonte, 1999. p. 27.

3 FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2006. p. 282.

4 TEIXEIRA, Manuel C., e VALLA, Margarida. *O urbanismo português: séculos XIII-XVIII, Portugal-Brasil*. Livros Horizonte, 1999. p. 21.

mesmos autores: “a influência muçulmana está ainda hoje bem marcada no desenho urbano de Silves ou nalgumas zonas de Lisboa, por exemplo.”<sup>5</sup>

Mais especificamente, a influência muçulmana fica evidente através da expressão da cultura corânica de preservação da intimidade e do espaço privado como configurador do próprio espaço urbano. Segundo Teixeira e Valla (1999),

As necessidades de defesa e o estilo de vida não ostensivo prescrito pelo Corão contribuíram para o carácter íntimo das suas ruas, tortuosas, com diferentes perfis ao longo do seu percurso, das quais saíam outras ruas em cotovelo ou becos que davam acesso a pequenos conjuntos de casas. As condições climáticas aconselhavam igualmente o sombreamento das ruas e daí a sua pouca largura. As casas eram viradas para pátios interiores, e as poucas aberturas para a rua eram protegidas por janelas, rótulas e muxarabis elaborados.<sup>6</sup>

Estas mesmas características serão encontrados nas cidades coloniais portuguesas no Brasil, evidenciado assim a permanência da herança cultural muçulmana.

Contudo, a partir do século XIII dá-se a reestruturação de Portugal como nação após a Reconquista dos territórios islamizados e sua posterior expansão colonial através das grandes navegações. Este movimento trouxe a necessidade de pensar o domínio territorial a partir da urbanização, e as cidades resultantes deste esforço são descritas por Teixeira e Valla (1999) como “cidades medievais planeadas”:

Característica também comum a todas estas cidades é a sua estrutura regular, expressa através do traçado geométrico das ruas, definindo quarteirões de forma e dimensão idênticas, e através da uniformidade do loteamento. Esta regularidade denuncia o planeamento que lhes estava subjacente e a existência de uma *teoria* [grifo da pesquisadora], ou de um conjunto de procedimentos práticos estabelecidos, que eram seguidos na fundação de novas cidades.<sup>7</sup>

De acordo com Benevolo (1999), este tratamento urbanístico erudito foi imediatamente utilizado para a ocupação dos territórios conquistados pela Espanha na América, que por sua vez caracterizaram-se pela fundação a partir de um rígido traçado em quadrícula regular, codificado por Felipe II em 1573:

Estas regras derivam seja da tradição medieval (as novas cidades fundadas no século XIII e na primeira metade do século XIV – as *bastides* francesas, as *poblaciones*

5 TEIXEIRA, Manuel C., e VALLA, Margarida. *O urbanismo português: séculos XIII-XVIII, Portugal-Brasil*. Livros Horizonte, 1999. p. 21.

6 TEIXEIRA, Manuel C., e VALLA, Margarida. *O urbanismo português: séculos XIII-XVIII, Portugal-Brasil*. Livros Horizonte, 1999. p. 19.

7 TEIXEIRA, Manuel C., e VALLA, Margarida. *O urbanismo português: séculos XIII-XVIII, Portugal-Brasil*. Livros Horizonte, 1999. p. 29.

espanholas, [...] - difundidas em todos os campos europeus) seja da cultura renascentista: dos textos dos tratados (Vitrúvio, Alberti, etc.) e do espírito de regularidade geométrica, que agora se tornou hábito comum e uma exigência primária da técnica produtiva.<sup>8</sup>

Freyre (2006 [1933]) acrescenta que também no caso de Portugal os métodos empregados no esforço de “auto-colonização”<sup>9</sup> foram levados para as colônias:

A descoberta do Brasil enquadra-se no grande programa marítimo e comercial inaugurado pela viagem de Vasco da Gama; a colonização da vasta terra americana afastou-se, porém, das normas comerciais e burguesas do primeiro século do imperialismo português para reviver os métodos de como que autocolonização aristocrática e agrária, aplicados no próprio Portugal ao território reconquistado aos mouros.<sup>10</sup>

Em Portugal, cidades como Nisa e Viana do Castelo, tinham, pois, a marca de uma cultura da antiguidade clássica e de um forte poder central intervindo no espaço através da regularidade de seu traçado, bem como do seu controle formal através da normatização de arruamentos, alturas de aberturas, e pintura de fachadas, por exemplo. Isto evidencia uma *concepção prévia* de cidade, anterior à ocupação do território e, assim, um esforço de reflexão sobre o fazer urbano em termos abstratos.

Contudo, este modelo erudito e de ocupação intensiva do espaço não é aquele que será levado de forma sistemática para as colônias portuguesas nos séculos XVI e XVII. Antes, ver-se-á um modo de organizar o espaço urbano que diz respeito muito mais a uma tradição vernácula medieval presente nas cidades mais antigas do seu território europeu. Conforme Teixeira e Valla (1999),

Nas primeiras fases de desenvolvimento em que a lenta estruturação dos aglomerados urbanos era muitas vezes deixadas ao cuidado dos seus próprios habitantes, os modelos de referência eram os da cidade portuguesa medieval, que estes conheciam através da sua própria experiência de vida e que em cada sítio eram adaptados às condições locais. Mesmo quando planeadas de início segundo uma estrutura regular, como era muitas vezes o caso, estas cidades tinham os seus modelos não na cidade ideal renascentista mas antes nos traçados regulares das cidades medievais planeadas.”<sup>11</sup>

Cabe porém reiterar que, apesar da aparente dualidade entre tradição vernácula medieval e rigor de traçado erudito, Teixeira e Valla (1999) ressaltam que “todas as cidades são planejadas”<sup>12</sup>. Esta

8 BENEVOLO, Leonardo. *História da Cidade*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999. pp. 487-488.

9 De acordo com Teixeira e Valla (1999, p. 26), “Em Portugal, a fundação de cidades novas estava ligada aos processos de reconquista e de repovoamento de territórios conquistados aos Mouros, tendo sido construídas principalmente em zonas de fronteira ou em áreas despovoadas que necessitavam de ser consolidadas e colonizadas.”

10 FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2006. p. 275.

11 TEIXEIRA, Manuel C., e VALLA, Margarida. *O urbanismo português: séculos XIII-XVIII, Portugal-Brasil*. Livros Horizonte, 1999. p. 216.

12 TEIXEIRA, Manuel C., e VALLA, Margarida. *O urbanismo português: séculos XIII-XVIII, Portugal-Brasil*. Livros Horizonte, 1999. p. 13.

afirmação se dá no sentido de que todo o ato de construção e organização do espaço por um grupo de pessoas com um objetivo determinado, em um dado momento histórico e em função de um determinado sítio e meios de construção disponíveis envolve, necessariamente, ações pensadas e racionalizadas de antemão.

Também é preciso lembrar que trata-se aqui de duas expressões distintas de uma intenção de apropriar-se do espaço: de um lado, a tradição de caráter popular, *ad hoc*, e de outro, o traçado com base intelectual deliberada, previamente planejado e fruto de uma política de ocupação do território coordenada em maior escala, através de um poder central. O traçado prévio e geométrico tem uma eficiência maior na ocupação e posse do território, visto que suas expansões já são previstas pela repetição da quadrícula. Segundo Teixeira e Valla (1999),

[...] a idéia de regularidade, expressa muitas vezes – mas não necessariamente – através da ortogonalidade, surge associada à idéia de planeamento e à idéia de *poder* [grifo da pesquisadora]: poder de planejar e poder de impor a concretização do modelo planeado.<sup>13</sup>

Os princípios destes dois modos de fazer a cidade – o vernáculo e o erudito - também estarão presentes na morfologia urbana das cidades coloniais brasileiras. Como afirmam Teixeira e Valla (1999), “A especificidade do urbanismo português reside, em muitos dos seus aspectos, na *síntese* [grifo da pesquisadora] destas formas de criar o espaço construído.”<sup>14</sup> A partir da compreensão da evolução destes dois modelos na fundação e formação das cidades coloniais brasileiras e do modo como ele se relacionam com o surgimento da antiga Porto Alegre, será possível entender a lógica de formação de seus becos, espaços que se pretende reconstruir visualmente neste trabalho.

## 2.1. O URBANISMO COLONIAL PORTUGUÊS

De maneira resumida, pode-se periodizar da seguinte maneira os modos como se deu a fundação de novas cidades portuguesas, tanto em seu território na Europa como no além-mar:

Nos séculos XIII a XIV dá-se a a consolidação da nação portuguesa e a Reconquista cristã dos territórios muçulmanos, com o conseqüente esforço de re-ocupação destes territórios através da implantação de cidades medievais planejadas, de traçado regular. Já nos séculos XV a XVI, dão-se as primeiras experiências de urbanismo renascentista no território português e também vernáculo nos territórios ultra-marinos conquistados, período em que se dá a fundação das primeiras cidades no

13 TEIXEIRA, Manuel C., e VALLA, Margarida. *O urbanismo português: séculos XIII-XVIII, Portugal-Brasil*. Livros Horizonte, 1999. p. 16.

14 TEIXEIRA, Manuel C., e VALLA, Margarida. *O urbanismo português: séculos XIII-XVIII, Portugal-Brasil*. Livros Horizonte, 1999. p. 18.



Brasil. No território brasileiro, o século XVII ou período Filipino caracteriza-se pela implementação de cidades de traçados regulares, como influência das “Leyes de Índias” espanholas na reestruturação das vilas fundadas pelos sesmeiros.

O século XVIII, porém, testemunha a desvalorização do açúcar dada à concorrência de outras colônias, mas a descoberta das minas no interior do território injeta novo fôlego na economia colonial. Em resposta a isso, a Metrópole busca afirmar seu controle e presença nas colônias através de um urbanismo calcado no ideal racionalista do Iluminismo, de traçado regular, implementado pela sua maior eficiência no domínio do território num contexto de disputas territoriais e guerras com a Espanha. Nas palavras de Freyre (2006 [1933]),

Crescera desde então [da descoberta das minas] o interesse da Coroa pela sua colônia americana. O Brasil deixara de ser a terra de pau-de-tinta tratada um tanto de resto por el-Rei, para tornar-se a melhor colônia de Portugal [...] e por isso mesmo a mais profundamente explorada, a vigiada com maior ciúme, a governada com mais rigor.<sup>15</sup>

Neste período, também conhecido como Pombalino pela ascendência do Marquês do Pombal ao poder em Portugal, dá-se a reposição e refundação de núcleos urbanos de origem missionária jesuítica espanhola e ocupação de territórios através de cidades de traçados regulares.

A este segue-se no Brasil o período Imperial, a partir da independência de Portugal em 1822, e que a historiografia delimita até 1889, quando se dá o fim do regime monárquico e a proclamação da República. Desta data até 1930, tem-se o período conhecido como Primeira República.

## **2.2. A CIDADE COLONIAL PORTUGUESA NO BRASIL: DOS PRIMÓRDIOS ATÉ O SÉCULO XVIII**

A dicotomia “desleixo versus ordem”<sup>16</sup> descreve a maneira como a historiografia do urbanismo da colonização latino-americana percebia a diferença entre o modelo de cidade erudito típico das fundações espanholas e as cidades coloniais portuguesas fundadas no Brasil. Bueno (1997), ressalta o modo como Nestor Goulart Reis explica essa diferença baseando-se em fatores econômicos quando explica que “o olhar espanhol concentrou-se na América desde princípios do século XVI em função da descoberta do ouro no México, da prata no Peru e do contato com povos de nível de civilização elevado”<sup>17</sup>. Ora, pode-se facilmente inferir a urgência de ocupação despertada pelos

15 FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2006. p. 105.

16 BUENO, Beatriz Picolloto Siqueira. *Particularidades do processo de colonização da América espanhola e portuguesa*. In: Anais do IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Rio de Janeiro, 1997, p. 505.

17 BUENO, Beatriz Picolloto Siqueira. *Particularidades do processo de colonização da América espanhola e portuguesa*.

interesses econômicos em jogo nos territórios conquistados pelos espanhóis, e a maior resistência oferecida pelo nível de sofisticação das populações nativas. Naquele momento, ambos os fatores pareciam estar ausentes no Brasil, conforme indica Freyre (2006 [1933]):

O Brasil foi como uma carta de paus puxada em um jogo de trunfo em ouros. Um desapontamento para o imperialismo que se iniciara com a viagem à Índia de Vasco da Gama. Daí o gesto mole, desinteressado, sem vontade, com que a Coroa recolheu ao seu domínio as terras de pau-de-tinta descobertas por Pedrálvares Cabral. Só em nova fase da atividade portuguesa – a propriamente colonizadora, a do fim do século XVI e parte do século XVII – o Brasil teria força de trunfo no jogo das competições imperialistas das nações européias. Essa transformação, em virtude da repentina valorização do açúcar nos mercados aristocráticos e burgueses da Europa. O açúcar tornou-se artigo de luxo, vendido a preços elevadíssimos e dando lucros enormes a produtores e intermediários.<sup>18</sup>

Dado este contexto diferenciado, as cidades de fundação espanhola baseadas na legislação urbanística das “Leyes de Indias” têm sua origem num esforço de ocupação controlado fortemente pela metrópole espanhola, e implantado por meio de expedições militares. No caso dos núcleos urbanos fundados no Brasil por colonizadores portugueses, o que se verifica é que o modo com que estruturavam o espaço urbano evocava muito mais as vivências prévias dos colonos portugueses na tradição urbanística vernácula medieval européia. Isso se dá, segundo Mendes et al. (2011), uma vez que “[...] o colonizador português não era o militar espanhol cumprindo ordens, mas camponeses, mercenários, galés, degredados, homens sem disciplina, tendo em comum apenas a memória de suas aldeias ou vilas d'além-mar.”<sup>19</sup>

Assim, não havia uma sistemática definida previamente para o traçado do núcleo urbano. Conforme Reis (2000),

O sistema era ao mesmo tempo feudal e mercantil pois delegava poderes da Coroa aos donatários mas os objetivos eram os de caráter comercial. *Aos donatários cabia a criação de vilas* [grifo da pesquisadora], que lhes pagavam tributos e a concessão de terras para atividades rurais. Todas as atividades administrativas e de defesa deviam ser exercidas pelos representantes dos donatários, pelas câmaras das vilas e pelos senhores de terras<sup>20</sup>.

Devido à ausência inicial desse controle direto por parte da Coroa Portuguesa é possível notar uma tendência de predomínio da vertente de tradição popular portuguesa, como São Vicente (1532),

---

In: Anais do IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Rio de Janeiro, 1997, p. 505.

18 FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2006. pp. 275-276.

19 MENDES, Francisco Roberval; VERÍSSIMO, Francisco; BITTAR, William. *Arquitetura no Brasil: de Cabral a D. João VII*. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2011. p. 48.

20 REIS, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500/1750)*. 2ª edição revisada e ampliada. São Paulo: Pini, 2000. p. 18.

Olinda (1535) e São Cristóvão (1590), na ocupação territorial. Também Bueno (1997) lança mão de fatores econômicos do contexto dos primeiros séculos de colonização do Brasil para explicar essa postura de urbanização menos rigorosa por parte de Portugal:

[...] Portugal esteve particularmente voltado para o lucrativo comércio de especiarias com a Índia e de escravos com a África, preocupando-se com o Brasil a partir do momento em que sua costa se viu ameaçada pela invasão dos franceses, holandeses e ingleses, e que tais atividades mercantis com o Oriente entraram em crise. Nesse sentido [...] Portugal inicialmente desenvolveu uma política de colonização *descentralizada* [grifo da pesquisadora] em relação ao Brasil, dividindo tal ônus com fidalgos portugueses encarregados não apenas de estabelecer uma economia de exportação baseada na monocultura da cana-de-açúcar e no trabalho escravo, mas também de *fundar vilas sem quaisquer restrições urbanísticas* [grifo da pesquisadora].<sup>21</sup>

Nas palavras de Freyre (2006 [1933]), “tudou deixou-se, porém, à iniciativa particular. Os gastos de instalação. Os encargos de defesa militar da colônia, Mas também os privilégios de mando e de jurisdição sobre terras enormes”<sup>22</sup>. Nisso, é corroborado por Teixeira e Valla (1999), quando afirmam que

A organização espacial destas pequenas cidades, subordinando-se embora aos termos das Cartas de Doação e dos Forais, era da responsabilidade dos próprios donatários, daí resultando na maior parte dos casos núcleos urbanos com traçados irregulares, de que se encontram ausentes preocupações de geometrização.<sup>23</sup>

De fato: Marx (1991) assinala que as ordenações do poder temporal, ou seja, da Coroa portuguesa concernentes ao modo como se deveria estabelecer novos núcleos na colônia eram notavelmente imprecisas:

Juntamente e por causa desse caráter evasivo das Ordenações do Reino no que tange à disposição espacial da cidade, duas outras peculiaridades se fizeram sentir não só em terras do reino como do norte ao sul brasileiro. A primeira sendo o rebatimento não mediado para a colônia, do casamento tão antigo entre o Estado e a Igreja. União que, embora tão repetida por toda a Europa, não foi filtrada por nenhuma legislação abrangente colonial lusitana e transferiu-se com todas as suas implicações para terras americanas. A segunda peculiaridade [...], é a *autonomia e a abrangência das atribuições concedidas pelas Ordenações aos municípios* [grifo da pesquisadora], e portanto não somente os do reino como aqueles da África, Ásia e América, no que respeita ao ordenamento de suas povoações, vilas ou cidades.<sup>24</sup>

Ora, esta atribuição de poderes abrangentes aos municípios e a falta de leis explícitas por parte

21 BUENO, Beatriz Picolloto Siqueira. *Particularidades do processo de colonização da América espanhola e portuguesa*. In: Anais do IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Rio de Janeiro, 1997, p. 505.

22 FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2006. p. 324.

23 TEIXEIRA, Manuel C., e VALLA, Margarida. *O urbanismo português: séculos XIII-XVIII, Portugal-Brasil*. Livros Horizonte, 1999. p. 216.

24 MARX, Murillo. *Cidade no Brasil em que termos?* São Paulo: Studio Nobel, 1991. p. 36.

do poder temporal para o estabelecimento de núcleos urbanos explicam a continuidade de formas de ordenação do espaço de caráter popular português no Brasil. Frente a isso, tão somente as ordenações clericais para o assentamento de edificações religiosas (ermidas, capelas e posteriormente igrejas e conventos) pareciam trazer regras claras para a ocupação do espaço:

Desde o surgimento - e a partir da própria gênese dos núcleos - os assentamentos coloniais expressam as precisas determinações eclesiásticas, não contrapostas ou sequer canalizadas por instrumentos equivalentes do poder temporal, mas aceitas pela importação dos costumes e das práticas do reino. De um lado, cânones e constituições da religião católica apostólica romana, a religião oficial, conseqüentemente não apenas aceitos mas incorporados pelo governo; de outro, cartas forais e deliberações causuísticas, confusas e limitadas. Os prédios religiosos, os terrenos e as construções - tiveram assim um norte firme, de saída; os demais não.<sup>25</sup>

O autor sustenta que até o advento da República, em 1889, a Igreja teve profunda influência no processo de formação e expansão urbanas que configurariam, pois, a paisagem da cidade. Desta forma, os equipamentos eclesiásticos não raro ocupavam posições privilegiadas no contexto urbano.

Também através das doações de terras sobejas à Igreja formou-se o patrimônio fundiário religioso no Brasil, que, segundo Marx (1991) “foi um instrumento gerador de cidades e redes urbanas”<sup>26</sup>. Estas terras eram geralmente cedidas por sesmeiros, ou seja, fidalgos portugueses possuidores de recursos militares e materiais suficientes para que a tarefa de ocupar o vasto território lhes fosse confiada pela Coroa. Esta delegava, assim, o seu poder de gestão pública a indivíduos, originando uma forma de administração marcada pelo poder privado e pelo clientelismo. Tem-se aí a raiz da organização política brasileira baseada no poder privado e pessoal de grandes proprietários.

Assim, a cidade brasileira surgia em meio aos grandes latifúndios, numa relação de dependência do campo. Este último permanecia soberano em seu poder econômico concentrado, enquanto que os núcleos urbanos formavam-se precária e lentamente em torno do patrimônio religioso pela atração de uma modesta camada da população desligada do trabalho nos grandes latifúndios. Cabe ressaltar que o acesso destes trabalhadores pobres às terras urbanas dava-se através das “datas de terras”, ou seja, concessões de lotes urbanos das terras pertencentes à Coroa. Conforme Marx (1991),

Através da cessão de parcelas para eventuais interessados em habitar junto ao templo, reunidos para tratar de sua subsistência comum, seja pelo plantio, pelo artesanato ou pela troca, amparados pela assistência espiritual, ainda que muito esporádica, oferecida pela capela e estimulados pelo apoio material de todos aqueles

25 MARX, Murillo. *Cidade no Brasil, terra de quem?* São Paulo: Nobel, USP, 1991. p. 11.

26 MARX, Murillo. *Cidade no Brasil, terra de quem?* São Paulo: Nobel, USP, 1991. pp. 13-14,

que de longe a ela acorriam. Tais interessados poderiam obter concessões da gleba do templo, do santo, através de aforamento ou de simples doação.<sup>27</sup>

Vale destacar que, num contexto de produção escravista, Reis (2000) chama a atenção para o fato de que somente uma pequena parte da população poderia reivindicar esse direito:

A extensão do território e a reduzida população fariam de quase todos os brancos proprietários. 'Os mais moradores que por estas Capitâneas estão espalhados, ou quasi todos, em suas terras de sesmarias dadas e repartidas pelos Capitães e Governadores'. Assegurava-se, portanto, a igualdade fundamental na apropriação da terra, instrumento básico da produção, o que criava uma igualdade perante a lei e na prática, entre os diferentes grupos brancos em face de índios e negros, cuja participação foi desde o início, configurada de modo a excluí-los de todos esses direitos.<sup>28</sup>

Entretanto, mesmo proprietários, os habitantes da cidade permaneciam politicamente subordinados ao poder senhorial: Lanna (1997) assinala que esses núcleos urbanos “[...] expressavam, até meados do século XVII, o poder dos proprietários rurais que controlavam as câmaras municipais [grifo da pesquisadora]”<sup>29</sup>, concordando com Freyre (2006 [1933]): “[...] os fundadores de grandes lavouras viram-se, por mais de um século [...] rodeados de mercês dando-lhes o domínio político dos senados e das câmaras. E com esse domínio, os contratos, a arrecadação de impostos, as obras públicas.”<sup>30</sup> Reis Filho (2006) corrobora essa afirmação ao assinalar o imbricamento existente entre o mundo rural e o urbano, em que os grandes proprietários rurais “desempenhavam funções político-administrativas nas vilas e cidades, influíam na determinação da economia política, ocupavam postos na hierarquia militar local e influíam na aplicação do direito.”<sup>31</sup> Por outro lado, para esses grandes proprietários voltados ao mercado externo, a cidade tinha uma função muito secundária, e dependia de sua atividade para terem seus espaços animados. Conforme Reis Filho (2006), “construídas para acomodar apenas nos dias de festa os moradores das fazendas, as vilas e cidades menores tinham vida urbana intermitente, apresentando normalmente um terrível aspecto de desolação.”<sup>32</sup> Os camaristas e classe dirigente urbana era recrutada entre os membros desta mesma classe de grandes latifundiários, sem ligação mais estreita com a vida urbana mas dominando-a, pois “através das Câmaras, influíam na administração e no judiciário [...]”<sup>33</sup> Isso levava a uma dissociação entre os problemas da cidade e

27 MARX, Murillo. *Cidade no Brasil, terra de quem?* São Paulo: Nobel, USP, 1991. p. 40.

28 REIS, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500/1750)*. 2ª edição revisada e ampliada. São Paulo: Pini, 2000. p. 36.

29 LANNA, Ana Lúcia Duarte. *Cidade colonial, cidade moderna no Brasil: pontos e contrapontos*. IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, Rio de Janeiro, novembro de 1996. pp. 497-503. Disponível em <http://unuhoopedagogia.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/461/437> p. 497.

30 FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: a decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano*. São Paulo: Global, 2006. p. 118.

31 REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2006. pp. 142-143.

32 REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2006. p. 30.

33 REIS, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500/1750)*. 2ª edição revisada e ampliada. São Paulo: Pini, 2000. p. 37.

as vivências de seus administradores. Essa dissonância marcará a da vida urbana colonial no Brasil, caracterizando-a por um desenvolvimento lento e precário. Fica portanto explícito o caráter secundário da vida urbana no contexto brasileiro como território agroexportador e extrativista colonial, conforme ressalta Lanna (1997):

As características do sistema colonial fizeram do Brasil-colônia local privilegiado de produção de artigos agrícolas para exportação baseada na grande propriedade e centrada na exploração da mão-de-obra escrava. As cidades não foram elementos fundamentais na estruturação da colônia. É neste sentido que Sérgio Buarque de Holanda, ao destacar o esplendor rural contraposto à miséria urbana, enfatiza que as cidades coloniais cresceram na dependência das propriedades rústicas.<sup>34</sup>

Reis (2000) concorda com a autora quando afirma que o esforço a ser investido no desenvolvimento urbano não fazia sentido numa empresa colonial em que a produção monocultora agrícola no território brasileiro deveria trazer lucros máximos à Metrópole com um mínimo de investimento: “[...] o Brasil viria a constituir uma gigantesca retaguarda rural, estabelecendo em escala internacional as trocas até então comuns no mercado urbano regional e estabelecendo, pela primeira vez, pelo menos nessa escala, um sistema de economias complementares.”<sup>35</sup>

No período seguinte, século XVII foi marcado pela dependência de Portugal à Espanha, o que se refletiu no desenvolvimento urbano das cidades coloniais brasileiras. Até meados do século XVII, Portugal vive um período de dominação espanhola sob o rei Felipe II (1580-1640), e, segundo Teixeira e Valla (1999), investe na defesa do território colonial: “esta implantação de fortes ao longo da costa representa o interesse que Portugal dedicava àquele território depois de perder inúmeras possessões no Oriente. O período filipino, de que resulta uma certa instabilidade política e durante o qual se perdem muitas cidades no Oriente, leva à consolidação do território do Brasil.”<sup>36</sup> Após a restauração da autonomia política de Portugal, dá-se início a um período de guerras e disputas de territórios coloniais com a Espanha que se prolonga até meados do século XVIII. É neste esforço de defesa das áreas conquistadas que Portugal constrói os fortes de Santa Catarina (1680) e o de São Miguel (1680) em Colônia do Sacramento, na foz do Prata, desafiando o domínio espanhol.

Neste contexto de acirramento entre as duas potências e maior sistematização da empreitada colonial sob a forma da lucrativa cultura da cana-de-açúcar, que exigia estruturas de produção e

34 LANNA, Ana Lúcia Duarte. *Cidade colonial, cidade moderna no Brasil: pontos e contrapontos*. IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, Rio de Janeiro, novembro de 1996. pp. 497-503. Disponível em <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/461/437> p. 497.

35 REIS, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500/1750)*. 2ª edição revisada e ampliada. São Paulo: Pini, 2000. pp. 18-19.

36 TEIXEIRA, Manuel C., e VALLA, Margarida. O urbanismo português: séculos XIII-XVIII, Portugal-Brasil. Livros Horizonte, 1999. p. 134.

exportação mais organizadas e atraía a cobiça de outras potências européias, Portugal passou a enviar engenheiros militares para dirigir a construção de fortes e defesas das cidades fundadas no Brasil. Os engenheiros militares são mandados à colônia para ficar a serviço dos governadores, e, devido ao esforço de urbanização e ocupação do território, vão além das ações de fortificação em suas atividades: assumem todas as obras públicas, bem como o traçado urbano das novas vilas e cidades fundadas pelos governadores dos Estados. Segundo Teixeira e Valla (1999), “serão os engenheiros militares que, encarregues do desenho das fortificações, irão também ocupar-se do desenho das cidades.”<sup>37</sup> Entretanto, a estratégia de fortificação e defesa dos núcleos urbanos teve de ser repensada em função de sua de sua lenta mas contínua expansão: o custo de amuralhá-los ficava impraticável. A solução dos engenheiros militares foi então de estabelecer um sistema de fortes distribuídos ao longo da costa de modo a cobrir determinadas extensões usando a técnica do fogo cruzado. Tem-se, portanto, um período de implementação de traçados regulares para a reestruturação das vilas fundadas pelos sesmeiros, restauração da malha urbana e esforço defensivo na construção de fortes ao longo do litoral. É neste período que são fundadas Filipéia da Parahyba (atual João Pessoa, 1588, fig. 1) e Paraty (1667, fig. 2).

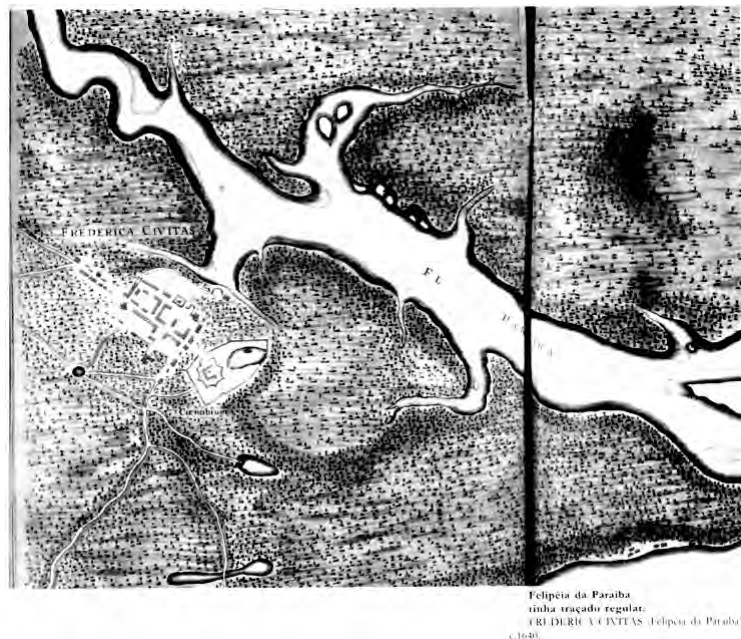


Figura 1: Filipéia da Parahyba (João Pessoa) ca. 1640. (Goulart Reis, 2000, p. 121)

Por sua vez, a Igreja também atuou no sentido de reintroduzir princípios eruditos de

37 TEIXEIRA, Manuel C., e VALLA, Margarida. *O urbanismo português: séculos XIII-XVIII, Portugal-Brasil*. Livros Horizonte, 1999. p. 215.

urbanização durante o século XVII. Segundo Teixeira e Valla (1999),

Uma influência importante no urbanismo colonial português foi a dos Jesuítas. O ensino da geometria, da matemática, da arquitectura, da engenharia militar e da fortificação levado a cabo pelos Jesuítas nos seus colégios influenciou directamente a formação teórica dos engenheiros militares portugueses responsáveis por aqueles traçados urbanos.<sup>38</sup>

Posteriormente, as disputas entre Portugal e Espanha na transição dos séculos XVII e XVIII levam a uma redistribuição de territórios. Vendo-se forçada a tomar posse de territórios antes pertencentes à Espanha, a Coroa Portuguesa promove um esforço no sentido de consolidar essas novas posições através da restauração das redes urbanas e re-fundação de núcleos urbanos jesuítas (expulsos dos territórios portugueses pelo Marquês do Pombal em 1759), impondo-lhes novos nomes e a língua portuguesa. Isso se mostrava especialmente necessário pois, além dos bandeirantes, as ordens religiosas missionárias também haviam impulsionado a urbanização do interior, fundando a maior parte dos núcleos urbanos no século XVIII. Estes tinham dimensões reduzidas, traçados de acordo com os princípios das Leyes de Indias: regularidade e ortogonalidade de malha urbana, gerada a partir de uma praça central.

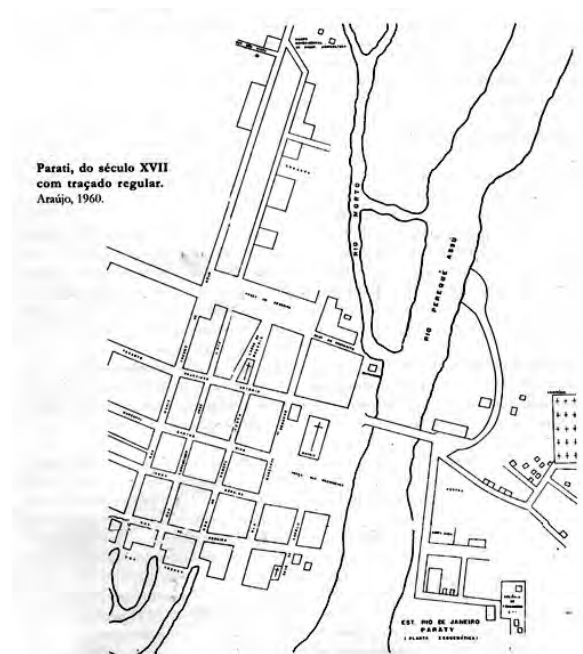


Figura 2: Traçado da cidade de Parati no século XVII.  
(Goulart Reis, 2000, p. 127)

38 TEIXEIRA, Manuel C., e VALLA, Margarida. O urbanismo português: séculos XIII-XVIII, Portugal-Brasil. Livros Horizonte, 1999. p. 222.



Por sua vez, a ação dos engenheiros militares ser dará na fundação, na urbanização e na defesa dos núcleos urbanos. Segundo Teixeira e Valla (1999), suas atribuições, inicialmente centradas no levantamento de fortes, estenderam-se para a fundação e mapeamento de novas cidades, e consequente expansão da rede urbana:

No Brasil, a partir do século XVIII, a intervenção dos engenheiros militares vai incidir no levantamento de inúmeras cidades agora mais no interior, inserida na política de D. João V, seguida pelo Marquês de Pombal, de delimitação dum território. A racionalidade da malha urbana das novas cidades vai-se impor às condicionantes topográficas, a cidade estrutura-se segundo um traçado ortogonal em que a praça já é um elemento estruturante e a relação com a fortificação perde definitivamente sua importância. O engenheiro militar é agora o urbanista e o fortificador, mas em dois campos separados.<sup>39</sup>

Quando posteriormente o Marquês do Pombal passa à frente da administração portuguesa como ministro de D. José, e a descoberta das minas de metais preciosos reacende o interesse da Metrópole na colônia, a reafirmação da presença da Metrópole se dará sob a forma de uma valorização da estética iluminista no contexto urbano. Tem-se uma valorização da simetria, da racionalidade e da regularidade presentes desde os traçados urbanos até a conformação dos espaços das ruas, com vistas a obter um efeito cênico. Lamas (1993) aponta para este cuidado já no traçado do quarteirão como organizador do espaço: “a partir do Barroco, o quarteirão vai atingir maior refinamento. Torna-se uma figura planimétrica delimitada por vias e que subdivide em lotes e edificações – cumprindo a divisão fundiária do solo – e organização geométrica do espaço urbano.”<sup>40</sup> Como exemplo deste tipo de organização, o autor traz a Baixa de Lisboa, de Eugénio dos Santos e Carlos Mardel, também com suas fachadas normalizadas afim de criar um espaço de valor cenográfico e regular.<sup>41</sup> Teixeira e Valla (1999) ainda acrescentam cidades brasileiras como representativas destas características:

[...] encontramos igualmente planos urbanos setecentistas que denotam claramente os novos conceitos de racionalidade e de regularidade que estão na base do seu traçado. O plano de Vila Viçosa, de 1769, e os planos das vilas de Portalegre, de 1772, e de Alcobaça, de 1774, todas na região da Baía, têm características comuns entre si. Os três apresentam uma estrutura de ruas ortogonal, formando quarteirões rectangulares, cada um deles com quatro frentes de construção e um interior de quarteirão vazio.<sup>42</sup>

Cidades como Macapá (AM, 1668, com novo plano urbano em 1751), Vila Bela da Santíssima

39 TEIXEIRA, Manuel C., e VALLA, Margarida. *O urbanismo português: séculos XIII-XVIII, Portugal-Brasil*. Livros Horizonte, 1999. p. 136.

40 LAMAS, José M. Ressano Garcia. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993. p. 188.

41 LAMAS, José M. Ressano Garcia. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993. p. 192.

42 TEIXEIRA, Manuel C., e VALLA, Margarida. *O urbanismo português: séculos XIII-XVIII, Portugal-Brasil*. Livros Horizonte, 1999. p. 258.

Trindade (MT, 1752), Belém (PA, 1753, fig. 3) e Parnaíba (BA, 1798) também são exemplares do período pombalino no Brasil.

Lanna (1996), por sua vez, evoca o caráter político desse tratamento urbanístico:

Sobretudo a partir do período pombalino, a Coroa passou a incorporar a idéia de que o plano urbanístico era um instrumento de política de estado. Roberta Delson afirma que a partir deste momento construir seria, além de uma questão estética e civilizatória, explicitamente, uma forma de *extensão da autoridade real* [grifo da pesquisadora]. Nesse sentido, as tentativas de impedir o crescimento ao acaso, de procurar construir redes urbanas no interior do país, o emprego de engenheiros militares foram, dentre outras medidas, reveladoras de um redirecionamento dos objetivos de Portugal para com a sua colônia. *A metrópole procurava afirmar um controle efetivo sobre o território e incrementava a visibilidade e eficácia do seu poder* [grifo da pesquisadora]. Aroldo de Azevedo afirma que este plano geométrico era logo abandonado e o crescimento das cidades acabava por acompanhar a irregularidade dos terrenos.<sup>43</sup>

Apesar do abandono aparente do plano geométrico no momento do traçado das ruas, Teixeira e Valla (1999) afirmam que começa a se fazer notar, neste momento da colonização, um conceito de planejamento urbano para além da ocupação e consolidação territorial, mas que também traz em si os ideais estéticos e formais do iluminismo:

A associação da formosura da cidade à regularidade do traçado e à arquitetura uniforme a que as várias construções deviam obedecer estão bem patentes nas Cartas Régias e autos de fundação e são expressão da influência de princípios renascentistas na concepção e traçado destas cidades. O conceito de planejamento urbano associado à regularidade do traçado, a nova concepção cenográfica do espaço, a valorização do papel da fachada e a adoção de modelos arquitetônicos uniformes aos quais devem obedecer todas as construções de uma rua ou de uma praça são alguns dos grandes temas do urbanismo clássico que aqui são plenamente aplicados.<sup>44</sup>

43 LANNA, Ana Lúcia Duarte. *Cidade colonial, cidade moderna no Brasil: pontos e contrapontos*. IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, Rio de Janeiro, novembro de 1996. pp. 497- Disponível em <http://unuhostpedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/461/437> p. 497.

44 TEIXEIRA, Manuel C., e VALLA, Margarida. *O urbanismo português: séculos XIII-XVIII, Portugal-Brasil*. Livros Horizonte, 1999. p. 256.

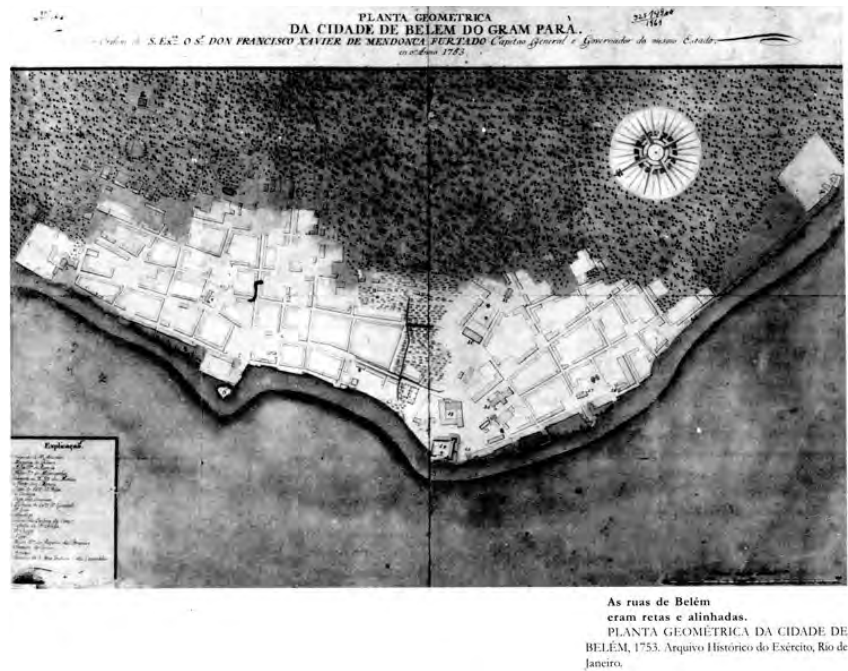


Figura 3: Planta da cidade de Belém em 1753. (Goulart Reis, 2000, p. 125)

Este desenvolvimento, partindo da governança particular e configuração urbana de caráter vernáculo dos primeiros séculos da ocupação do território brasileiro, passando por um período de maior regularização dos traçados e fortificação dos núcleos, até a implantação de princípios iluministas de regularidade, simetria e clareza dos espaços, caracteriza de um modo geral a gênese do traçado das cidades brasileiras. Foi na base deste traçado, combinando aspectos da cultura popular portuguesa mas também das idéias eruditas do urbanismo renascentista, que as suas formas se desenvolveram nos séculos seguintes.

### 2.3. CARACTERÍSTICAS MORFOLÓGICAS GERAIS DA CIDADE COLONIAL PORTUGUESA NO BRASIL

O casario defronte – o da orla da praia, envolvido já nas brumas da noite, e o do alto, queimando-se na púrpura do poente – surgia revoltado aos meus olhos, bizarramente disposto sem uma ordem geometricamente definida, mas guardando com as montanhas que espreitavam a cidade, com as inflexões caprichosas das colinas e o meandro dos vales, um acordo oculto, sutilmente lógico.<sup>45</sup>

45 BARRETO, Lima. *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. São Paulo: Ática, 1995. Disponível em: A Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro [http://www.bibvirt.futuro.usp.br] p. 9.

Neste trecho do romance “Recordações do escrivão Isaías Caminha”, Lima Barreto ilustra com maestria uma particularidade comum a inúmeras cidades brasileiras de fundação colonial: a harmonização do traçado viário com a topografia acidentada do terreno, resultando seguidamente numa paisagem pitoresca à primeira vista, mas que revela uma lógica intrínseca ao exame mais detido. Para compreendê-la, é preciso analisar pontos como os tipos arquitetônicos que constituíam o seu tecido urbano, e como seu traçado se relaciona com o seu sítio de implantação, pois, segundo Rossi (1977), “na idéia geral da arquitetura participa também o lugar como espaço singular e concreto.”<sup>46</sup>

O autor compreende a forma urbana como dividida fundamentalmente entre espaços públicos e privados:

[...] uma cidade é um sistema no qual toda a vida, e portanto a quotidiana, também mostra a tendência para se polarizar, para se desenvolver, pois, nos termos de agregado social público ou privado. Desenvolvem-se uma esfera pública e uma privada, que estão em estreita relação sem que se perca a polarização.<sup>47</sup>

Os edifícios da esfera pública constituem-se daquilo que o autor chama de “elementos urbanos primários”, ou seja, edificações singulares, que abrigam funções cívicas e/ou religiosas. Seu caráter coletivo faz com que sejam elementos geradores do espaço urbano, em torno dos quais as edificações de caráter privado (residências) distribuem-se, configurando as ruas. É possível relacionar esse quadro conceitual à formação das cidades coloniais brasileiras no momento em que se reconhece edificações singulares e coletivas como igrejas ou capelas e casas de câmara e cadeia como elementos geradores da forma urbana. Por outro lado, o mesmo autor reafirma a importância do estudo das tipologias residenciais, pois “a forma como se realizam os tipos edifícios residenciais e o aspecto tipológico que os caracteriza estão intimamente ligados à forma urbana.”<sup>48</sup> Nisso, é corroborado por Lamas (1993):

À morfologia urbana interessam, em primeiro lugar, os instrumentos de leitura urbanísticos e arquiteturais – partindo do princípio de que as disciplinas de concepção do espaço têm instrumentos de leitura que lhes são próprios: a leitura da cidade como facto arquitectural. Esta posição implica aceitar que a construção do espaço físico passa necessariamente pela arquitectura. Então, a noção de 'forma urbana' corresponderia ao meio urbano como arquitectura, ou seja, um conjunto de objectos arquitectónicos ligados entre si por relações espaciais. A arquitectura será assim a chave da interpretação correcta e global da cidade como estrutura espacial.<sup>49</sup>

Além disso, Rossi (1977) também entende que o *tipo* arquitetônico é o princípio *gerador* de uma edificação: “[...] uma das principais ocupações da ciência e da filosofia, para apreender-

46 ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. Lisboa: Edições Cosmos, 1977. p. 139.

47 ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. Lisboa: Edições Cosmos, 1977. p. 111.

48 ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. Lisboa: Edições Cosmos, 1977. p. 90.

49 LAMAS, José M. Ressano Garcia. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993. p. 41.

lhes as razões, *é indagar-lhes a origem e a causa primitiva* [grifo da pesquisadora]. Eis o que se deve chamar tipo em arquitectura, como em qualquer outro ramo das invenções e das instituições humanas...<sup>50</sup>. Assim, o tipo comporta inúmeras soluções variantes que respondem a condicionantes externos, como o lócus de implantação, fatores culturais e estilísticos, etc., mantendo porém constante a regra geradora da forma: “o tipo é por conseguinte constante e apresenta-se com caracteres de necessidade; mas, ainda que determinados, reagem *dialecticamente com a técnica, com as funções, com o estilo* [grifo da pesquisadora], com o carácter colectivo e o momento individual do facto architectónico”<sup>51</sup>.

Por fim, Rossi (1977) sintetiza: “a união destes elementos (primários) com as áreas em termos de localização e de construção, de permanências de planos e de permanências de edifícios, de factos naturais ou de factos construídos, constitui um conjunto que é a estrutura física da cidade.”<sup>52</sup>

A partir destes princípios, serão traçados aqui em linhas gerais os principais caracteres da forma da cidade colonial portuguesa no Brasil, cujas bases mais perenes de traçado e tecido urbano permaneceram ao longo da história do país, só sendo eventualmente transformadas radicalmente nas grandes obras de modernização urbana no início do século XX. Segundo Reis Filho (2006), essa continuidade da forma da cidade ao longo do tempo se dá em virtude da maior dificuldade em se alterar traçados urbanos:

[...] a arquitetura é mais facilmente adaptável às modificações do plano econômico-social do que o lote urbano, pois as modificações deste exigem, em geral, uma alteração do próprio traçado urbano. Em decorrência, os sinais da evolução podem ser reconhecidos quase sempre – senão sempre – em primeiro lugar no plano arquitetônico e *só depois no urbanístico* [grifo da pesquisadora], onde são fruto de uma adaptação mais lenta.<sup>53</sup>

Segundo o mesmo autor, as cidades de fundação portuguesa no Brasil têm em comum características formais que, mesmo na extensão de um território tão vasto, mantém uma unidade de soluções espaciais digna de nota: “no Pará ou no Recife, em Salvador ou em Porto Alegre, encontram-se ainda hoje casas térreas e sobrados dos tempos coloniais, edificados em lotes mais ou menos uniformes, com cerca de dez metros de frente e de grande profundidade.”<sup>54</sup>

Estas características comuns devem-se largamente às estratégias portuguesas de posse do

50 ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. Lisboa: Edições Cosmos, 1977. pp. 43-44.

51 ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. Lisboa: Edições Cosmos, 1977. p. 45.

52 ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. Lisboa: Edições Cosmos, 1977. p. 110.

53 REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2006. p. 16.

54 REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2006. p. 22.

território, em que, conforme visto anteriormente, consistia inicialmente em delegar aos colonos portugueses a responsabilidade pela fundação de novos núcleos e pela expansão da rede urbana, e o faziam lançando mão das práticas urbanísticas populares que traziam de sua terra natal. Do mesmo modo, trouxeram para a colônia os tipos arquitetônicos e as técnicas construtivas portuguesas, adaptando-as às condições materiais e climáticas da colônia.

Também a tradição portuguesa de ocupar pontos elevados da paisagem, como colinas e morros, foi transposta para o Brasil, dada as suas vantagens no tocante à defesa do núcleo urbano (fig. 4). Por outro lado, favorecia também a expressão do poder da Igreja, primeiramente, pois que as determinações eclesiásticas exigiam a sua construção dos seus templos em pontos dominantes no contexto urbano: “o local da igreja matriz, ou da nova matriz, será o mesmo - aquele ponto geograficamente destacado de quando se iniciou um ajuntamento de moradas [...]”<sup>55</sup>. Desse modo, constituía, muitas vezes o primeiro referencial da cidade colonial e primeiro componente de sua “acrópole”<sup>56</sup>. Em muitos casos, a Casa de Câmara e Cadeia, sede do governo municipal, só seria erguida posteriormente, disputando com o prestígio do poder religioso o espaço do poder na cidade.

A escolha de pontos elevados da região para implantar os núcleos urbanos também levava, segundo Teixeira e Valla (1999) à “[...] estruturação das cidades em dois níveis: a cidade alta, institucional e política e a cidade baixa, portuária e comercial [...]”<sup>57</sup>. Tanto as sociabilidades populares da cidade baixa e rituais do poder municipal e religioso da cidade alta desenvolviam-se em praças, cumprindo a função crucial de elemento simbólico e central, geométrica e socialmente, enquanto espaço congregador das sociabilidades e da vida pública civil e religiosa. Em contraste ao tratamento urbanístico de caráter mais vernáculo dos primórdios da colonização, Teixeira e Valla (1999) ressaltam que, já nas cidades setecentistas,

[...] a praça é pensada de início como o centro da cidade, em termos simbólicos, funcionais e também espaciais. A praça adota de raris uma forma regular e focaliza-se no centro da malha urbana. Deixa, assim, de ser um espaço que nalguns casos quase se poderia considerar residual, não fossem as importantes funções que nele se localizavam e, pelo contrário, passa a assumir um papel gerador da malha urbana.<sup>58</sup>

Além disso, os mesmos autores apontam para a permanência da tradição europeia da articulação de várias praças: “por vezes, algumas destas cidades tinham mais de uma praça -

55 MARX, Murillo. *Cidade no Brasil, terra de quem?* São Paulo: Nobel, USP, 1991. p. 27.

56 SOUZA, Célia Ferraz de. *Plano Geral de Melhoramentos de Porto Alegre: o plano que orientou a modernização da cidade*. 2. Edição revisada e ampliada. – Porto Alegre: Armazém Digital, 2010. p. 32.

57 TEIXEIRA, Manuel C., e VALLA, Margarida. *O urbanismo português: séculos XIII-XVIII, Portugal-Brasil*. Livros Horizonte, 1999. p. 17.

58 TEIXEIRA, Manuel C., e VALLA, Margarida. *O urbanismo português: séculos XIII-XVIII, Portugal-Brasil*. Livros Horizonte, 1999. p. 256.

habitualmente duas ou três - destinadas a funções distintas, parecendo afirmar a continuidade da tradição das praças múltiplas nas cidades portuguesas.”<sup>59</sup> Este é o caso de Porto Alegre, em que é possível reconhecer a coordenação entre a Praça da Matriz como centro cívico e religioso do núcleo urbano na cidade alta, ao passo que as Praças do Paraíso (atual largo do Mercado Público) e da Alfândega funcionam como pólos de trocas comerciais e sociabilidades populares.

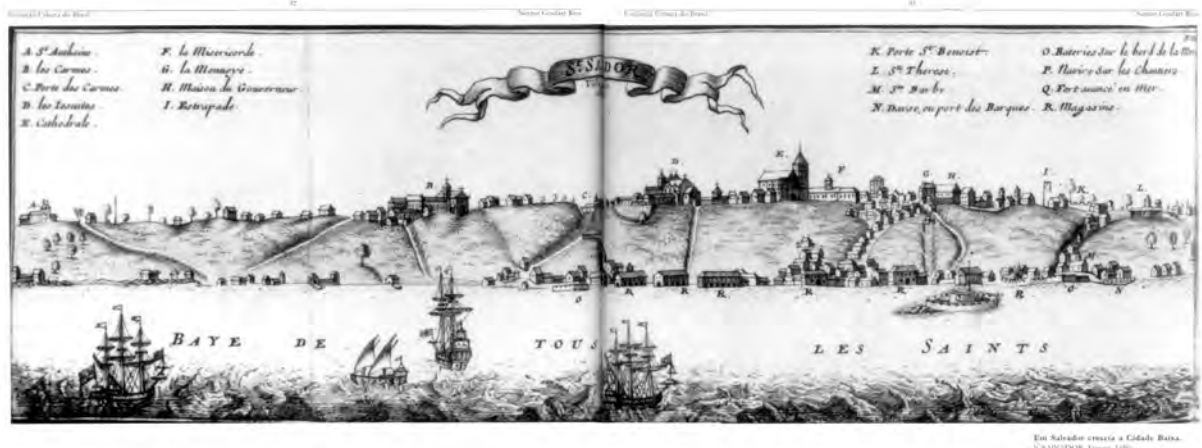


Figura 4: Salvador da Bahia por Froger (1696). Vê-se a situação da cidade implantada sobre uma colina, com a praça cívico-religiosa no topo e a área portuária em baixo. In: Reis (2000), pp. 92-93

A partir desta situação na paisagem, e tendo nas praças elementos primários geradores do traçado urbano, a cidade colonial portuguesa é traçada pelos engenheiros militares adaptando a regularidade da grade viária à topografia do sítio. Por sua vez, esta grade viária gera o traçado dos quarteirões, que, no caso do urbanismo português erudito, tem os seus antecedentes nos quarteirões das cidades medievais planeadas. A particularidade desta configuração medieval é ter a frente dos seus lotes viradas para uma única direção, criando uma hierarquia de ruas principais e traseiras. Conforme Teixeira (2012),

As ruas eram organizadas hierarquicamente, alternando as ruas principais e as de trás, cruzadas por outras ruas secundárias que lhes eram perpendiculares, formando um conjunto de quarteirões retangulares, estreitos e alongados, de perímetro regular e dimensão idêntica, com uma estrutura de loteamento igualmente regular.<sup>60</sup>

As principais, mais largas e onde estabeleciam-se as residências e casas comerciais mais

59 TEIXEIRA, Manuel C., e VALLA, Margarida. *O urbanismo português: séculos XIII-XVIII, Portugal-Brasil*. Livros Horizonte, 1999. p. 256.

60 TEIXEIRA, Manuel C. *A forma da cidade de origem portuguesa*. São Paulo: Editora Unesp: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2012. p. 55.

abastadas, concentravam as atividades de troca. Ortogonalmente a elas e às traseiras, ligando-as, desenvolviam-se as ruas *travessas* ou *transversais*. Segundo Teixeira e Valla (1999),

A natureza destas vias é diversa, de cidade para cidade: nalguns casos simples travessas de serviço, noutros casos importantes eixos da malha urbana. Quer num caso quer noutra, contudo, não existem frentes de lote para estas ruas transversais; elas são definidas pelos topos dos quarteirões, isto é, pelos muros laterais os lotes nos extremos do quarteirão.<sup>61</sup>

Como será visto mais adiante, é na posição hierárquica análoga a estas ruas travessas do primitivo urbanismo medieval português que se encontravam os *becos* de Porto Alegre. Marx (1999) também estabelece essa relação quando afirma que “entre tantos outros derivados de sentido muito conhecido e entre tantos outros sentidos seus conhecidos, *travessa* quer dizer ainda hoje rua transversal entre duas outras mais importantes”<sup>62</sup>, acrescentando que “[...] está explícito aí o dado hierárquico. A travessa fica entre, liga duas outras vias de maior importância, seja pela largura e extensão, pela sua direção em relação a um dois ou mais pontos de referência urbana, seja pelas atividades de todo tipo que estas congreguem.”<sup>63</sup>

Tem-se aí a pista para a gênese dos becos nas cidades coloniais portuguesas no Brasil, e cuja ocupação por lotes, como se encontram já no século XIX, se processará como explicam Teixeira e Valla (1999):

Mais tarde, num processo de densificação do espaço urbano, alguns dos lotes serão divididos transversalmente em dois, de forma a poderem-se implantar dois edifícios, um com frente para a rua principal, outros para a rua secundária. Da mesma forma, a construção de edifícios orientados para as ruas transversais só surge mais tarde, no princípio do século XVI.<sup>64</sup>

---

61 TEIXEIRA, Manuel C., e VALLA, Margarida. *O urbanismo português: séculos XIII-XVIII, Portugal-Brasil*. Livros Horizonte, 1999. p. 30.

62 MARX, Murillo. *Cidade no Brasil em que termos?* São Paulo: Studio Nobel, 1999. p. 109.

63 MARX, Murillo. *Cidade no Brasil em que termos?* São Paulo: Studio Nobel, 1999. pp. 109-110.

64 TEIXEIRA, Manuel C., e VALLA, Margarida. *O urbanismo português: séculos XIII-XVIII, Portugal-Brasil*. Livros Horizonte, 1999. p. 33.





Figura 5: Salvador da Bahia, por Frezier (1714). Nota-se a ocupação das vias travessas, ligando a cidade "alta" à cidade "baixa". In: Reis(2000), p132

Essa ocupação já é visível nas vistas de algumas cidades ainda em início de povoamento, como neste detalhe de Salvador da Bahia (fig. 5).

Como também pode se observar na figura 5, as vias principais eram traçadas ao longo das menores declividades, perfazendo caminhos mais suaves e, de acordo com a tradição portuguesa, paralelos à costa. Isto é exemplificado, entre outros, pelo caso de Ponta Delgada (Portugal, fig. 6), que Teixeira e Valla (1999) descrevem como sendo “[...] determinada fundamentalmente pelas condições topográficas locais e que assumiu a forma de povoamento linear feito *ao longo de um caminho que bordejava a costa* [grifo da pesquisadora]”<sup>65</sup>. Esta forma de implantar-se no sítio, conforme os mesmos autores, levará a uma hierarquização viária “[...] feita de forma mais subtil, *pelo seu perfil* [grifo da pesquisadora], pela arquitectura dos edifícios que nelas vêm a constituir-se, pelas funções que nelas vêm a desenvolver-se e pela sua relação com outros componentes da malha urbana.”<sup>66</sup>

65 TEIXEIRA, Manuel C., e VALLA, Margarida. *O urbanismo português: séculos XIII-XVIII, Portugal-Brasil*. Livros Horizonte, 1999. p. 57.

66 TEIXEIRA, Manuel C., e VALLA, Margarida. *O urbanismo português: séculos XIII-XVIII, Portugal-Brasil*. Livros Horizonte, 1999. p. 53.



encontrarão domicílio no espaço intra-muros, estabelecendo aquilo que Pesavento (2001) caracteriza. Será nessas condições topográficas menos favoráveis que as populações mais modestas encontrarão domicílio no espaço intra-muros, estabelecendo aquilo que Pesavento (2001<sup>a</sup>) caracteriza como uma “ocupação desordenada” e às margens do poder oficial da cidade. A autora ainda aponta para uma ocupação inicialmente rarefeita destes espaços: “tal ocupação parece revelar uma atividade espontânea por parte de gente sem recursos, que se localiza nos espaços entre as ruas, daí a sua rarefação ou aspecto modesto, com a recorrência do termo 'casinhas' para indicar as habitações de seus moradores.”<sup>67</sup> É possível que esta baixa ocupação esteja ligada à dificuldade de acesso em função da acentuada declividade que os becos perfaziam, possivelmente ficando os seus terrenos relegados às camadas mais humildes da população. Contudo, Freyre (2006) aponta para o contrário, relatando que

No Rio de Janeiro, e parece que, até certo ponto, na capital da Bahia, em Ouro Preto, em Olinda, as casas de gente pobre foram construídas a princípio ao pé dos morros. Dos morros, os ricos, os jesuítas e os frades se assenhoreavam logo, para levantarem nos altos suas casas-grandes, suas igrejas e seus conventos. O inconveniente das ladeiras não era tão grande, *havendo escravo com fartura ao serviço das casas e dos conventos* [grifo da pesquisadora]. Ficou para os pobres a beira de 'lodaçais desprezados [...]'. De modo que os casebres e mucambos foram-se levantando, rasteiros, pelas partes baixas e imundas das cidades. [...] Só depois de aterrados esses mangues e esses alagadiços menos por um esforço sistemático do governo que pela sucessão de casebres construídos quase dentro da própria lama e à beira do próprio lixo, é que os ricos foram descendo dos morros e assenhoreando-se também da parte baixa da cidade. Deu-se então a compressão das populações pobres em áreas ou espaços não só pequenos como desfavoráveis à saúde.<sup>68</sup>

Pode-se portanto pensar em dois momentos de ocupação destas vias que, no século XIX, são caracterizadas como becos e ocupadas pelas camadas mais pobres da população, gerando espaços estigmatizados: um primeiro, no início do povoamento, com uma população total menor na cidade a abundância de trabalho escravo para vencer as dificuldades impostas pela sua topografia favoreceria a ocupação destes espaços pelas classes mais abastadas; e um segundo, caracterizado por um aumento populacional urbano, evasão das camadas mais abastadas para a periferia das cidades, e num contexto de redução da população escravizada à medida que se proibia o tráfico e se caminhava para a Abolição da Escravatura no Brasil. Esta interpretação pode fazer sentido no caso de Porto Alegre, quando, a respeito do primeiro momento coincidente com o início do século XIX, Pesavento (2001a) indica a presença de camadas abastadas em alguns becos:

[...] o Beco do Pedro Mandinga registrava a presença de sobrados (p. 111), entre os quais nada menos do que o do conde de Porto Alegre! Apesar de curto e estreito, diz

67 PESAVENTO, Sandra Jatáhy. *Era uma vez o beco: origens de um mau lugar*. In: BRESCIANI, Maria Stella (org.). *Palavras da cidade*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001. p. 107

68 FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: a decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano*. São Paulo: Global, 2006. p. 300.

Coruja, pode-se ver que, entre seus moradores, havia gente de estirpe, tal como no Beco do Bot'ã Bica, também chamado de Beco do Visconde de Castro, por causa de seu morador ilustre...<sup>69</sup>

Por sua vez, Marx (1991) corrobora essa hipótese de uma ocupação inicialmente rarefeita quando sugere que essas vielas de ligação surgiram de maneira mais ou menos espontânea nas cidades coloniais mas antigas, convertendo-se em becos ou travessas à medida em que se dá a expansão do núcleo urbano. No caso dos núcleos planejados fundados no século XVIII, porém, não será a pré-existência do traçado que definirá como tal, mas o modo como se der a sua ocupação:

Em processos não tão vigorosos de divisão do trabalho e concentração de gente, pode ser também reveladora a evolução das ruelas, tanto pela sua designação como pela sua característica física. Reveladora a passagem da azinhaga dos matos e campos para os arredores de um aglomerado; a presença do beco com ou “sem saída”, mas certamente com entrada em alguma via de maior expressão; a eventual transformação de umas em outras, como sugere a de becos em travessas. Quanto às novas fundações oficiais, numerosas e predelineadas nos meados dos século XVIII, [...] logicamente, não poderiam surgir tais vielas, nem as denominações ligadas aos diferentes ofícios em lugares ermos e incipientes, antes da instalação de um mínimo de moradores e de atividades.<sup>70</sup>

Uma vez analisados o quarteirões, cabe examinar os lotes neles traçados na tradição urbanística colonial portuguesa: tipicamente estreitos e profundos, com sua geometria profundamente relacionada à formas das edificações que neles serão construídas. Reis Filho (2006) ressalta a relação íntima entre traçado urbano, lote urbano e tipos arquitetônicos: “um traço característico da arquitetura urbana é a *relação que a prende ao tipo de lote em que está implantada* [grifo da pesquisadora]”<sup>71</sup>. De fato, Teixeira e Valla (1999) referem-se às proporções de testada do lote como sendo determinantes para a conformação características das aberturas das fachadas em conjuntos de porta e janelas, ocupando o terreno de lateral a lateral:

É precisamente nas dimensões de frente de lote [...] que encontramos a maior regularidade: a maior parte das vezes estes lotes tinham 25 [5,5m] ou 30 [6,6m] palmos de frente. [...] Estas mesmas dimensões de loteamento vamos encontra-las a partir daí ao longo dos séculos em muitas cidades construídas por portugueses, quer em Portugal quer fora de Portugal. É esta dimensão que está na origem das frentes de casas com três vãos – três portadas ou uma porta e duas janelas – características das cidades portuguesas.<sup>72</sup>

Estas dimensões semelhantes de testadas de lotes são descritas por Oliveira (1983) quando fala

69 PESAVENTO, Sandra Jatahy. Era uma vez o beco: origens de um mau lugar. In: BRESCIANI, Maria Stella (org.). Palavras da cidade. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001. p.110

70 MARX, Murillo. *Cidade no Brasil em que termos?* São Paulo: Studio Nobel, 1999. pp. 104-105.

71 REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2006. p. 16.

72 TEIXEIRA, Manuel C., e VALLA, Margarida. *O urbanismo português: séculos XIII-XVIII, Portugal-Brasil*. Livros Horizonte, 1999. p. 30.

a respeito das casas de porta-e-janela de Porto Alegre, que “eram construídas em terrenos de 20 palmos (4,40m) ou de 30 palmos (6,60m)”<sup>73</sup>.

Os tipos de casa a que se referem os autores era adaptada a estes lotes urbanos, que Mendes (2011) descreve como “retângulos alongados, com pouca largura voltada para o logradouro principal e longas faces laterais coladas às divisas [...]”<sup>74</sup>, notando ainda que, nos fundos, “a área livre do terreno era destinada à plantação e à pequena criação, elementos de subsistência inclusive para períodos de inverno e escassez ou diante de cercos prolongados de possíveis invasores.”<sup>75</sup>



Figura 7: Vista de Porto Alegre a partir da Igreja das Dores. Virgílio Calegari, final do séc. XIX/início do séc. XX. Notar a disposição das casas e o grande interior do quarteirão formado pelos lotes profundos. Fototeca Sioma Breitman do Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo.

Esse aproveitamento do quintal para o cultivo e criação de subsistência é uma adaptação do tipo urbano residencial português à realidade precárias, com o baixo desenvolvimento do comércio nas cidades coloniais brasileiras. Nestor Goulart Reis explica a necessidade desta relativa autonomia

73 OLIVEIRA, Clovis Silveira de. Porto Alegre: a cidade e sua formação. Porto Alegre: Gráfica e Editora Norma, 1985. p. 218.

74 MENDES, Francisco Roberval; VERÍSSIMO, Francisco; BITTAR, William. *Arquitetura no Brasil: de Cabral a D. João VI*. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2011. p. 49.

75 MENDES, Francisco Roberval; VERÍSSIMO, Francisco; BITTAR, William. *Arquitetura no Brasil: de Cabral a D. João VI*. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2011. p. 50.

econômica familiar através da escassez de trocas nas cidades:

Os proprietários rurais, eventuais moradores dos núcleos urbanos, tenderam a transferir para estes os seus programas de autosuficiência, transportando e aproveitando parcelas de sua produção rural e mesmo instalando, em escala reduzida, no próprio meio urbano, a produção de alimentos. Esse comportamento tornava o mercado urbano extremamente reduzido.<sup>76</sup>

Esta forma do lote urbano, estreito e profundo (como se pode ver na fig. 8), determina uma ocupação lateral total tanto no tipo residencial da casa térrea quanto no tipo residencial do sobrado, caracterizando, novamente, uma permanência da herança muçulmana na prática urbana portuguesa. Uma vez que as fachadas eram colocadas diretamente sobre o alinhamento, tornando-se delimitadoras entre o espaço público da rua e o espaço privado da casa, configuravam as ruas estreitas e por vezes tortuosas (“em cotovelo”) através de suas massas construídas, conforme visto anteriormente nas influências do urbanismo português e corroborada por Freyre (2006 [1933]), nos “[...] becos orientalmente estreitos do Rio de Janeiro, de Salvador, do Recife, de São Luís do Maranhão [...] de todos os burgos antigos do país.”<sup>77</sup>

Também cabe, contudo, examinar os dois tipos arquitetônicos mencionados para entender sua importância como configuradores do espaço urbano, e no caso da cidade colonial portuguesa, os tipos principais eram as casas térreas e os sobrados. Segundo Reis Filho (2006), tanto a casa térrea como o sobrado são adaptações em solo colonial de tipos arquitetônicos medievais portugueses

[...] a habitação urbana tradicional correspondeu a um tipo de lote padronizado e este a um tipo de arquitetura bastante padronizada, tanto nas suas plantas, quanto nas suas técnicas construtivas. *Este esquema não é tipicamente brasileiro* [grifo da pesquisadora]. Suas origens situam-se no urbanismo medieval-renascentista de Portugal. As condições locais apenas selecionaram entre os modelos importados os de maior conveniência, desenvolvendo-se e adaptando-os em termos de parcela do mundo luso-brasileiro.<sup>78</sup>

A casa térrea colonial era a habitação típica dos pobres: segundo Veríssimo (1999) refere-se a este tipo como “modestos edificios rés-do-chão”<sup>79</sup>, pois “o piso térreo compromete-se com o serviço, armazenamento e contato com o público. Aí se localizam o comércio, o depósito, a oficina e, eventualmente, o hóspede. Freyre (2006 [1933]), por sua vez, vai mais longe, traçando uma relação étnica entre as duas formas de habitação:

76 REIS, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500/1750)*. 2ª edição revisada e ampliada. São Paulo: Pini, 2000. p. 35.

77 FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: a decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano*. São Paulo: Global, 2006. p. 557.

78 REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2006. p. 32.

79 VERÍSSIMO, Francisco Salvador. *500 anos da casa no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999. p. 49.

[...] tendo de designar por um nome só, a casa antitética à casa nobre ou do tipo mais rústico de habitação brasileira incorporada às cidades – onde constituiu o principal contraste com os sobrados – optamos pela designação africana: mucambo. E o fizemos, não por aversão ao ameríndio e à tejudaba [...], mas pelo fato das populações proletárias ou servis das nossas principais cidades patriarcais [...] nos terem parecido predominantemente africanas em seus característicos de cultura - inclusive a técnica de habitação – e em sua composição étnica.<sup>80</sup>

Reis Filho (2006) corrobora a distinção social marcada pelos tipos de habitação colonial, para desprestígio da casa térrea:

Os principais tipos de habitação eram o sobrado e a casa térrea. Suas diferenças fundamentais consistiam no tipo de piso: assoalhado no sobrado e de 'chão batido' na casa térrea. Definiam-se com isso as relações entre os tipos de habitação e os estratos sociais: habitar um sobrado significava riqueza e habitar casa de 'chão batido' caracterizava pobreza. Por essa razão os pavimentos térreos dos sobrados, quando não eram utilizados como lojas, deixavam-se para acomodação dos escravos e animais ou ficavam quase vazios, mas não eram utilizados pelas famílias dos proprietários. No mais, as diferenças eram pequenas.<sup>81</sup>

Como o sobrado, a casa térrea (fig. 9) buscava tirar todo o proveito da testada: era o espaço de interface com a rua, ou seja, com as relações de comércio e sobrevivência de uma pequena oficina ou comércio. Assim, ocupava de lado a lado o lote, tendo em seu interior a tradicional planta com corredor até os fundos, alcovas sem janelas, enquanto que a cozinha “[...] elemento gerador de calor e fumaça, dirigiu-se para o exterior da habitação, junto ao quintal e à criação.”<sup>82</sup>

O sobrado (fig. 10) era então reservado aos mais abastados e caracterizando-se por uma ocupação comercial e funcional no térreo, abrigando depósitos, lojas, cocheiras e alojamento de escravos. Reservava, assim, o segundo andar para o uso familiar, preservando a intimidade da família patriarcal. Em seu interior, reproduzia o mesmo esquema de planta da casa térrea. Segundo Reis Filho (2006) o sobrado era de construção mais sólida, mas não menos primitiva, posto que executada por trabalho escravizado e com os mesmos materiais:

As técnicas construtivas eram geralmente primitivas. Nos casos mais simples as paredes eram de pau-a-pique, adobe ou taipa de pilão e nas residências mais importantes empregava-se pedra e barro, mais raramente tijolos ou ainda pedra e cal. O sistema de cobertura, em telhado de duas águas, procurava lançar uma parte da chuva recebida sobre a rua e a outra sobre o quintal, cuja extensão garantia, de modo geral, a sua absorção pelo terreno. Evitava-se, desse modo, o emprego de calhas ou quaisquer sistemas de captação e condução de águas pluviais, os quais constituíam verdadeira raridade. A construção sobre os limites laterais, na expectativa de

80 FREYRE, Gilberto. Sobrados e Mucambos: a decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano. São Paulo: Global, 2006. p. 54.

81 REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2006. p. 28.

82 MENDES, Francisco Roberval; VERÍSSIMO, Francisco; BITTAR, William. *Arquitetura no Brasil: de Cabral a D. João VI*. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2011. p. 50.

construções vizinhas de mesma altura, procurava garantir uma relativa estabilidade e a proteção das empenas contra a chuva, o que, quando não era correspondido, se alcançava através do uso de telhas aplicadas verticalmente. A simplicidade das técnicas denunciava, assim, claramente, o primitivismo tecnológico de nossa sociedade colonial: abundância de mão-de-obra determinada pela existência do trabalho escravo, mas ausência de aperfeiçoamentos.<sup>83</sup>



Figura 8: Casas térreas do período colonial. Desenho de Reis Filho (2006, p. 31)

Ambos os tipos abrigavam as funções de habitação e trabalho, caracterizando uma segregação social de tipo vertical, em que as camadas mais abastadas logravam habitar os andares superiores enquanto que as camadas mais modestas dividiam o espaço com a área de depósitos e escravos, ao rés-do-chão. A distribuição dos espaços interiores seguia, tanto num como noutro, a simplicidade apontada por Reis Filho (2006):

As salas da frente e as lojas aproveitavam as aberturas sobre a rua, ficando as aberturas dos fundos para a iluminação dos cômodos de permanência das mulheres e dos locais de trabalho. Entre essas partes com iluminação natural, situavam-se as alcovas, destinadas à permanência noturna e onde dificilmente penetrava a luz do dia. A circulação realizava-se sobretudo em um corredor longitudinal que, em geral, conduzia da porta da rua aos fundos. Esse corredor apoiava-se a uma das paredes laterais, ou fixava-se no centro da planta, nos exemplos maiores.<sup>84</sup> (p. 24)

Já segundo Veríssimo (1999),

O piso térreo compromete-se com o serviço, armazenamento e contato com o público. Aí se localizam o comércio, o depósito, a oficina e, eventualmente, o hóspede. Seu reflexo é imediato na fachada, fazendo surgir assim maiores vãos, largas portas e janelas indicando circulação ampla. No centro de sua composição ou

83 REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2006. pp. 24-26.

84 REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2006. p. 24.



apoiado numa das paredes laterais existe um longo corredor conduzindo até o pátio, onde são encontradas as estrebarias e cocheiras.<sup>85</sup>

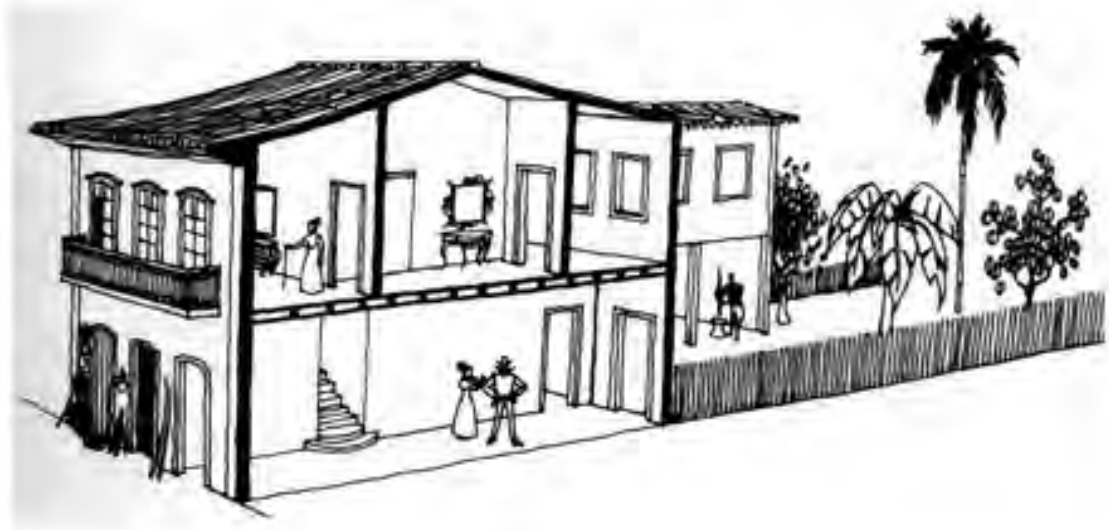


Figura 9: Sobrado do período colonial. Desenho de Reis Filho (2006, p. 29)

No caso de Porto Alegre, Macedo (1993), traz a descrição da arquitetura local pelo viajante Arsène Isabelle, que visitou a cidade na década de 1830:

Na terceira década do século a cidade recebe a visita de outro viajante – Arsène Isabelle –, que acrescenta novas informações sobre o desenvolvimento da cidade e eventos dignos de nota. Inicialmente, descreve a paisagem fazendo observações sobre o relevo e a várzea, o clima e a rede hidrográfica, destacando peculiaridades que não haviam sido anotadas pelos anteriores.<sup>85</sup> Vale citar sua descrição das casas: ‘tem geralmente um só andar são muito altas, em geral gradeadas, com grande número de janelas no primeiro andar e somente portas no rez do chão; estas têm muita altura e são geralmente duplas, de dois batentes, arqueadas, com grandes vidraças colocadas em losango, quadrados, hexágonos e octógonos. Um balcão de ferro bem recortado, quase sempre dourado, ocupa toda a fachada, com alguns ligeiros arcos que se sobrepõem de distância em distância para, na época de calor neles colocar-se uma tolda festonada. O telhado, coberto de telhas redondas sai pra fora, levantando à maneira de teto chinês uma cornija bem esculpida; esta parte saliente do telhado é colorida de vermelho e desenhada admiravelmente sobre a moldura da cornija pintada de branco.’<sup>86</sup>

Entretanto, na casa térrea, a pavimentação resumia-se ao simples chão de terra batida e suas paredes eram feitas com a técnica do “sopapo” ou “pau-a-pique”, que resultava em paredes mais

85 VERÍSSIMO, Francisco Salvador. 500 anos da casa no Brasil. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999. p. 35.

86 MACEDO, Francisco Riopardense de. *História de Porto Alegre*. Porto Alegre: UFRGS, 1993. p. 55.

frágeis do que as de taipa de pilão. É provável que tenha havido também exemplares de madeira, o mesmo material que costumava compor as divisórias internas. Sua cobertura poderia ser vegetal (de sapé, folhas de palmeira, etc.), ou telhas tipo capa-canal, com ou sem beiral, e sua fachada a tradicional composição de porta e janela. Estas aberturas, poderiam apresentar vergas de arco abatido, derivadas do barroco português, e eram guarnecidas de esquadrias e vedações de madeira com dobradiças de couro<sup>87</sup>, uma vez que só posteriormente, com o desenvolvimento das relações comerciais com a Metrópole, é que os utensílios de ferro se tornariam mais frequentes nas construções.

Coruja (1983) observa que, no caso de Porto Alegre, só no século XIX a cidade viu seu primeiro sobrado com janelas envidraçadas:

A grande casa da rua da Ponte perto do beco do Fanha pertencente a Manoel Antônio de Magalhães, [...] teve por muitos anos as janelas com caixilhos, mas sem vidros e por isso desde o tempo do Amansa cujos discípulos se admiravam de ver nas janelas tantos quadrados de madeira cujo fim ignoravam: até que afinal aqui chegou o primeiro vidraceiro Felix Gaffüre que lhe pôs os vidros.<sup>88</sup>

Da mesma forma, elementos de vedação de influência muçulmana como rótulas, adufas e moxarabis eram corriqueiros nas cidades até seu banimento pelos códigos de posturas do século XIX. A esse respeito, Coruja (1983) ainda descreve a janela da famosa Bronze, no século XIX, ainda dotada de rótula: “na subida da ladeira, à direita [...] em uma das casas de *rótula e janela* [grifo da pesquisadora], quem por ali passasse a qualquer hora do dia ou da noite, veria à janela uma mulher que para falar pelos cotovelos não precisava arregañar as mangas [...]”<sup>89</sup>

Estão pois traçadas as características básicas da cidade brasileira de fundação portuguesa, e que atravessarão cerca de três séculos largamente preservadas: os traçados coloniais e modo de ocupação total do lote permanecerão em diversos núcleos urbanos antigos até os dias de hoje. Apenas com a importação de materiais de construção industrializados se dará a popularização do ecletismo, no final do século XIX, é que o objeto arquitetônico será implantado de modo a se descolar dos limites do lote, e somente com as grandes obras de modernização do início do século XX é que as cidades brasileiras de fundação colonial conhecerão alterações no seu traçado viário. Será então na base desta conformação colonial que as cidades brasileiras se desenvolverão, incorporando novos tipos

87 MENDES, Francisco Roberval; VERÍSSIMO, Francisco; BITTAR, William. *Arquitetura no Brasil: de Cabral a D. João VI*. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2011. p. 97.

88 CORUJA, Antônio Álvares Pereira. *Antigalhas, Reminiscências de Porto Alegre*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1983. p. 29.

89 CORUJA, Antônio Álvares Pereira. *Antigalhas, Reminiscências de Porto Alegre*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1983. p. 16.

arquitetônicos e estilos, e melhorando aos poucos sua infra-estrutura. Esta, porém, permanecerá profundamente precária e dependente da mão-de-obra escrava para o seu funcionamento durante todo o período colonial e imperial, quando o crescimento demográfico e econômico problematizarão a cidade de maneira inédita no contexto brasileiro. e até as primeiras décadas da Primeira República.

## **2.4. AS CIDADES BRASILEIRAS NO SÉCULO XIX: INDEPENDÊNCIA E DESAGREGAÇÃO DO MODO DE PRODUÇÃO COLONIAL**

O século XIX verá a transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, não só com a chegada do rei D. João VI como também com a chegada da missão francesa. Esta trouxe consigo uma gama variada de artistas e cientistas para documentar a paisagem e as gentes da colônia, e também arquitetos trazendo consigo o gosto pelo estilo arquitetônico neoclássico, então dominante na Europa. Culturalmente, a adoção deste estilo será a expressão da busca de uma europeização dos costumes e das artes, impulsionada pela facilidade de importar produtos dos países industrializados europeus em meados do século. Segundo Reis Filho (2006),

Com a instalação da Corte portuguesa no Rio de Janeiro e sobretudo após a Independência, os grandes proprietários rurais passaram a assumir as responsabilidades diretas da expansão europeia nesta área tropical. Com a supressão de Portugal como intermediário, tornam-se um dos dois pontos de apoio da divisão internacional do trabalho, segundo a qual algumas áreas, como o Brasil deveriam especializar-se na produção e exportação de matérias-primas, firmando-se ao mesmo tempo como importadoras de mercadorias manufaturadas dos países industrializados [...].<sup>90</sup>

De acordo com o autor, “essa identificação com interesses europeus implica na rejeição das condições de existência da sociedade brasileira. Isso se expressa pela rejeição dos padrões que não venham legitimados pela marca do 'europeísmo'.”<sup>91</sup> A idéia de difundir a civilização europeia nos trópicos advinha de representações e doutrinas raciais julgadas científicas à época, usadas pelas oligarquias agrárias para racionalizar sua posição dominante:

[...] já tivemos oportunidade de acentuar a forma pela qual os grandes proprietários rurais, membros da camada social que Harris<sup>92</sup> definiu como dos 'brancos-senhores', tenderiam a racionalizar a sua posição de dominação como decorrendo de uma representação, nos trópicos, da civilização europeia. Como agentes do processo de colonização e identificados com os interesses econômicos de tipo colonial, com redobrada razão veriam na Corte do Rio de Janeiro, durante o século XIX, o foco de

90 REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2006. p. 140.

91 REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2006. p. 142.

92 HARRIS, Marvin. *Town and Country in Brasil*. New York, Columbia University Press, 1954.

onde se irradiava a civilização pelo Brasil.<sup>93</sup>

Símbolo de uma nova sofisticação que buscava na Europa os seus referenciais, e servindo como signo de diferenciação das classes dominantes brasileiras em relação ao que era considerado o “atraso” da colônia, esse estilo arquitetônico neoclássico se fará representar por todo o território brasileiro.

Em 1822, a Independência do Brasil e sua relativa autonomia como Império trazem mudanças políticas que, antes de provocar rupturas no sistema colonial, darão continuidade às suas características de economia agroexportadora. Segundo Marx (1999) A Constituição Imperial, de caráter liberal e inspiração Iluminista, intervém na esfera municipal, suprimindo corporações urbanas de comerciantes e artesãos, reduzindo portanto o poder de barganha de uma classe média urbana ainda nascente:

[...] com essa diminuição das prerrogativas do município, perdendo a de fazer justiça, veio também pela *nossa primeira constituição o abolir das corporações de artesão e comerciantes* [grifo da pesquisadora]. Gente que, voltada aos pobres setores secundário e terciário da economia colonial, não podia competir no convívio social com aqueles voltados para o setor primário, à agricultura e à pecuária. Essas corporações, na verdade, constituíram-se e *fizeram-se ouvir ou representar* [grifo da pesquisadora] tão somente nos maiores núcleos urbanos, se é que o conseguiram como em Salvador, primeira capital.<sup>94</sup>

Além disso, outra medida da Constituição do Império favorece o poder dos grandes proprietários rurais: a Abertura dos Portos em 1850 concede mais poder ao campo, reforçando a predominância deste sobre a cidade na forma das classes dirigentes políticas, tradicionalmente pertencentes à oligarquia agrária agora mais fortalecida. O espaço urbano continua, portanto, relegado aos trabalhadores pobres e escravos.

Apesar disso, com a Abertura dos Portos a entrada dos produtos manufaturados da europa, a paisagem urbana começará a se transformar. Gradis de ferro fundido, louças decorativas para cimalhas e fachadas, calhas e dutos metálicos para coleta da água da chuva promoverão uma gradual mudança de aspecto e estilo das edificações coloniais, colocando-as “up to date” com a estética europeia do estilo neoclássico (fig. 11). Conforme Reis Filho (2006),

A integração do país no mercado mundial, conseguida com a abertura dos portos, iria possibilitar a importação de equipamentos que contribuiriam para a alteração da aparência das construções dos centros maiores do litoral, respeitado, porém, o primitivismo das técnicas tradicionais. A presença dos equipamentos importados

93 REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2006. p. 140-141.

94 MARX, Murillo. *Cidade no Brasil em que termos?* São Paulo: Studio Nobel, 1999. p. 23.

insinuava-se nas construções pelo uso de platibandas, que substituíam os velhos beirais, por condutores ou calhas, ou pelo uso de vidros simples ou coloridos – sobretudo nas bandeiras das portas e janelas – em lugar das velhas urupemas e gelosias. Em outros casos, o que então era entendido como 'gosto' neoclássico revelava-se pela existência de vasos e figuras de louça do Porto, a marcar, nas fachadas, sobre as platibandas, a prumada das pilastras. Aos poucos foram aparecendo algumas soluções de cobertura mais complicadas, já com quatro águas, as laterais lançando livremente sobre os telhados dos vizinhos de menor altura ou mesmo já com suas calhas e condutores importados. A mudança, porém, não chegaria a alterar a aparência dos prédios.<sup>95</sup>

Surgem assim edificações com “roupagem” neoclássica, sem contudo romper com a sua vinculação íntima ao lote urbano: assim como as construídas já na tradição neoclássica, a ocupação de lateral a lateral permanecia, bem como a fachada como delimitador entre espaços público e privado. No entanto, eram estas últimas que introduziam na cidade um novo tipo arquitetônico: a casa de porão elevado, fazendo um estágio intermediário entre a casa térrea e o sobrado.

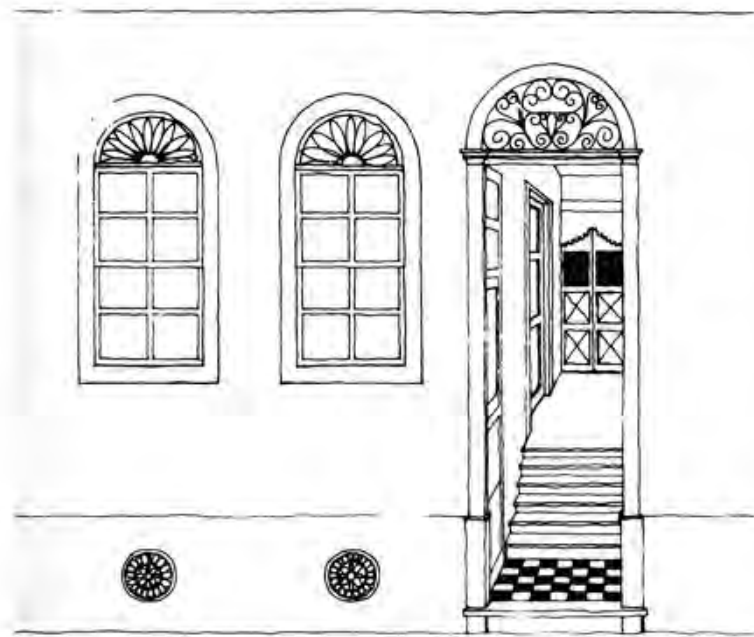


Figura 10: Fachada com características neoclássicas: porão elevado, arcos plenos, grades decorativas em ferro. Desenho de Reis Filho (2006, p. 39)

A presença do porão elevado era notória pelas aberturas que promoviam sua ventilação,

95 REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2006. pp. 37-38.

marcando por vezes um pedimento rusticado no estilo da antiguidade clássica e renascentista. A disposição da residência com o seu primeiro andar elevado marcava uma transição maior entre o espaço público e o privado, sinalizando também uma tendência de separação do espaço doméstico e do espaço de trabalho, conforme explica Reis Filho (2006):

Um novo tipo de residência, a casa de porão alto, ainda 'de frente da rua', representava uma transição entre os velhos sobrados e as casas térreas. Longe do comércio, nos bairros de caráter residencial, a nova fórmula de implantação permitiria aproximar as residências da rua, sem os defeitos das térreas, graças aos porões mais ou menos elevados, cuja presença era muitas vezes denunciada pela existência de óculos ou seteiras com gradis de ferro, sob as janelas dos salões. Nesse caso, para solucionar o problema do desnível entre o piso da habitação e o plano do passeio, surgia uma pequena escada, em seguida à porta de entrada. Essa, com puxadores de cobre e com duas folhas ornadas de grandes almofadas, abria-se sobre um pequeno patamar de mármore, quase sempre com desenhos de xadrez em preto e branco. Após a escada, a proteger a intimidade do interior da vista dos passantes, ficava uma porta em meia altura, geralmente de vidro ou de madeira recortada.<sup>96</sup> (p. 40)

As incipientes aspirações de conferir um aspecto europeu às cidades brasileiras traduziam-se também no espaço público: as ruas foram retificadas e seus lotes claramente delimitados, necessidade esta também decorrente da liberalização do solo urbano com a Lei de Terras<sup>97</sup> de 1850. A presença de coletores pluviais mudava o próprio perfil das ruas: implantava-se o passeio elevado junto ao alinhamento das casas, e dividia-se o fio central de escoamento das águas em dois meios-fios laterais. Mais tarde, Lemos (1999) descreve a partir do caso de São Paulo uma mudança no espaço urbano que se fez sentir também nas outras cidades: “[...] com a abolição dos beirais do tempo da taipa, a partir de 1886, nasceu a nova tipologia da casa paulistana, novo partido arquitetônico derivado, em resumo, da obrigatoriedade do alinhamento do lote [...]”<sup>98</sup>.

A liberalização do solo urbano pela referida Lei de Terras de 1850 também terá reflexos no espaço urbano. Tornando os lotes urbanos *bens de raiz* a serem livremente comercializados, e não mais concessões da Coroa sob a forma de “datas de terras”, como havia sido até então, transforma-se a lógica de ocupação do espaço urbano. Intensifica-se, portanto, uma nova forma de diversificar e distribuir o espaço através de parcelas menores, e que promoviam a expansão da rede urbana durante o século XIX. Contudo, o acesso à propriedade urbana tornava-se, forçosamente, prerrogativa do poder aquisitivo, com o seu valor regulado pelo mercado. O impacto nas cidades brasileiras não se deixaria fazer esperar: segundo Marx (1999), “um outro traçado surgiu, com variantes, com contraposições

96 REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2006. p. 40.

97 Segundo Marx (1999: 16), “transformam-se o conceito e o procedimento de apropriação da terra”, isto é, a terra passa a ser não mais uma concessão do poder imperial, mas um bem de raiz sobre o qual o proprietário tem plenos direitos; torna-se uma mercadoria e sua circulação é liberada.

98 LEMOS, Carlos A. C. *A República ensina a morar (melhor)*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1999.

ousadas, com lógica implacável e incontida.”<sup>99</sup>

Consequência da criação desse mercado de terras urbanas é a necessidade crescente de estabelecer limites sempre mais precisos entre o público e o privado, e entre as propriedades. Também conforme Marx (1999), “alinhar, fazer alinhamento ou simplesmente alinhamento foi sempre *estabelecer a fronteira entre o espaço público e o privado* [grifo da pesquisadora].”<sup>100</sup> Essa preocupação se fará sentir no surgimento dos códigos e posturas municipais, que promoverão alinhamentos e demarcações mais precisas de lotes:

Desincorporar foi um dos passos fundamentais dado ao longo dos oitocentos, no sentido de efetivar aspirações de vida em sociedade bem delineadas no século anterior. E foi um dos passos mais difíceis, tanto por romper com uma ordem milenar, como por envolver questões de senhorio sobre um bem finito como é a terra. [...] Por isso, quando consideramos *ordenações, posturas* municipais e *códigos*, percebemos essa liberação ser acompanhada de crescente definição, mais nítida e enfática, das características e das fronteiras entre o âmbito público e o privado. Daí a progressiva atenção, no que tange a respectivos espaços físicos, para com o *alinhamento, a demarcação* e a sua *medida*.<sup>101</sup>

Se no plano fundiário via-se uma liberação do solo urbano ao mercado, no plano social a liberação do trabalho, a imigração e a gradual desagregação do regime escravocrata ao longo do século XIX levava a um crescimento notável da população urbana. Segundo Pesavento (1998), a emergência destes contingentes urbanos está intimamente relacionada com o surgimento da “questão social”:

A emergência do mundo urbano, dimensão social onde melhor se configura a realização do capitalismo, implica num duplo processo de integração e confinamento dos subalternos. Por um lado, a concentração de capitais e a reordenação das atividades produtivas exigem o engajamento do trabalhador - o despossuído da urbe, que tende a ser absorvido nas fábricas nascentes ou nos setores de serviços necessários à vida urbana; por outro lado, este contingente proletário é confinado a determinadas zonas do espaço urbano, as que circulam as fábricas, as mais distantes, mais baixas e insalubres.<sup>102</sup>

Grande parte destes trabalhadores pobres urbanos eram negros oriundos do campo: com a gradual desagregação do trabalho escravo, os escravos dispersos das grandes lavouras monocultoras quando da transição para o trabalho livre buscavam nas cidades a proteção do anonimato oferecido pelas grandes concentrações de pessoas. Além disso, poder imiscuir-se nessa mesma concentração de pessoas permitia-lhes uma maior autonomia para estabelecer relações de trabalho e gerenciamento de

99MARX, Murillo. *Cidade no Brasil em que termos?* São Paulo: Studio Nobel, 1999. p. 25.

100MARX, Murillo. *Cidade no Brasil em que termos?* São Paulo: Studio Nobel, 1999. p. 23.

101MARX, Murillo. *Cidade no Brasil em que termos?* São Paulo: Studio Nobel, 1999. p. 59.

102 PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os pobres da cidade*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade, UFRGS, 1998. p. 11.

suas rendas, chegando até mesmo à compra de sua liberdade. Estas novas condições de vida encontradas no espaço da cidade caracterizavam o “viver sobre si”, descrito da seguinte forma por Chalhoub (1997):

Para os senhores, este tipo de arranjo era muitas vezes vantajoso, pois permitia arrancar jornais mais elevados aos cativos, além de desobrigá-los das despesas com o sustento dos negros. Para os escravos, a maior autonomia de movimento tinha ainda a vantagem adicional de facilitar jornadas extras de trabalho com o objetivo de amealhar dinheiro suficiente para comprar sua liberdade aos senhores.<sup>103</sup>

Os escravos e libertos que começavam, pois, a ocupar cada vez mais as moradias de baixo custo disponíveis nos centros urbanos.

Simultaneamente, houve por parte do governo imperial brasileiro uma política de introdução de imigrantes europeus para exercer o trabalho agora remunerado nas grandes monoculturas, especialmente em São Paulo. No entanto, devido às condições de trabalho ainda muito marcadas pelo regime escravista que persistiam no campo, parte desta população imigrante viu-se forçada a buscar nas cidades condições melhores de vida, empregando-se também nas fábricas.



4. Foto de cortiço carioca, com Aluizio Azevedo, autor de romance clássico sobre o assunto, em destaque.

Figura 11: Fotografia de cortiço no Rio de Janeiro, no final do século XIX/início do século XX, com o romancista da obra homônima em destaque. (Chalhoub, 1996.)

103 CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 27.



Formavam assim, juntamente com os libertos da escravidão e brasileiros livres pobres, um proletariado urbano heterogêneo que demandava moradias baratas para aluguel nas cidades. Numa época em que os transportes públicos entre os centros urbanos e arrabaldes ainda eram precários ou inexistentes, morar no espaço intra-muros era imprescindível para a sobrevivência das classes urbanas mais pobres pois era nessa área que se concentravam as casas comerciais, fábricas e oportunidades de trabalho. Num contexto de falta ou precariedade de transportes públicos, essa proximidade é crucial para a sobrevivência das camadas pobres, conforme ilustra o romancista Aluísio de Azevedo na passagem de “O Cortiço”: “[o cortiço] era o melhor ponto do bairro para a gente do trabalho. Os empregados da pedreira preferiam todos morar lá, porque ficavam a dois passos da obrigação.”<sup>104</sup>. As moradias então oferecidas a esta população apresentavam-se sob a forma de cortiços e “avenidas” (fig. 11), assim descritos por Bittencourt Junior (2010):

Os cortiços eram habitações populares muitas vezes surgidas do abandono dos velhos casarões de famílias abastadas (seja por falência familiar, seja por problemas no inventário, entre outros, que tinham seus diversos aposentos locados, ou então eram conjuntos habitacionais compostos de minúsculos casebres (quartos) distribuídos ao longo de um pátio – o qual se oferecia como 'serventia comum' aos inquilinos para a lavagem de roupas, cozinha, encontros. Muitas vezes, estavam localizados aos fundos de uma venda ou taberna.<sup>105</sup>

Aqueciam, então, uma incipiente especulação imobiliária urbana também impulsionada pelas Leis de Terras de 1850, conforme visto acima. Nesta mesma época, as elites urbanas buscavam áreas mais nobres ou chácaras nos arrabaldes para construir, com melhores condições higiênicas maior refinamento, seus palacetes em estilo eclético. Fugiam da insalubridade que a concentração e crescimento desordenado agravavam na cidade. Seus nobres casarões urbanos, uma vez abandonados, tornavam-se então moradias multifamiliares: era comum o aluguel de cômodos e mesmo porões às camadas mais pobres, criando sérios problemas sanitários e densificando o centro da cidade.

Este influxo de novos habitantes nas cidades implicará em um agravamento dos problemas decorrentes da precariedade dos serviços públicos e das desigualdades sociais no espaço urbano. A esse respeito, Nestor Goulart Reis aponta para a persistência e abolição tardia da escravatura no Brasil como fator de atraso no desenvolvimento da infra-estrutura e serviços públicos urbanos:

O uso dos edifícios também estava baseado na presença e mesmo na abundância da mão-de-obra. Para tudo servia o escravo. É sempre a sua presença que resolve os

104 AZEVEDO, Aluísio de. *O cortiço*. Portal Domínio Público, Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000003.pdf> Acessado em 14/02/2015.

105 BITTENCOURT JUNIOR, Iosvaldyr Carvalho. *Territorialidade Negra Urbana: a evocação da presença, da resistência cultural, política e da memória dos negros, em Porto Alegre, delimitando espaços sociais contemporâneos*. In: POSSAMAI, Zita (org.). *Leituras da cidade*. Porto Alegre: Evangraf, 2010. p. 136.

problemas de bilhas d'água, dos barris de esgoto (os 'tigres') ou do lixo, especialmente nos sobrados mais altos das áreas centrais, que chegavam a alcançar quatro, cinco e mesmo seis pavimentos. Era todo um sistema de uso da casa que, como a construção, estava apoiado sobre o trabalho escravo e, por isso mesmo, ligava-se a nível tecnológico bastante primitivo. Esse mesmo nível tecnológico era apresentado pelas cidades, cujo uso, de modo indireto, estava baseado na escravidão. A ausência de equipamentos adequados nos centros urbanos, quer para o fornecimento de água, quer para o serviço de esgoto e, mesmo, a deficiência do abastecimento, eram situações que pressupunham a existência de escravos no meio doméstico; a permanência dessas falhas até a abolição poderia ser vista, até certo ponto, como uma confirmação dessa relação.<sup>106</sup>

Bittencourt Junior (2010) concorda com o autor, na medida em que destaca o papel da população negra como grande parte da mão de obra urbana:

Até os anos 80 do século XIX, as diversas vilas e cidades brasileiras utilizavam trabalhadores escravizados que executavam as mais diferentes tarefas. Entre elas, estavam as de aguadeiros, carregadores, quitandeiros, remadores, vendedores fixos e ambulantes, profissões às quais podem ser acrescidas as de alfaiate, barbeiro, cozinheiro(a), ferreiro, lavadeira, sapateiro e acendedor de lampiões.<sup>107</sup>

Pois que o funcionamento da casa e da cidade dependia fundamentalmente do trabalho escravo, não se havia tido, até então, um esforço consistente em implantar redes de esgotos ou adução de água, pavimentação adequada, transportes públicos eficientes ou iluminação pública. Assim, as águas servidas e dejetos corriam ou empoçavam-se a céu aberto nas “calhas” das ruas, provocando surtos de doenças, mau cheiro e um péssimo aspecto geral do espaço urbano. Era portanto sob a pressão desta demanda populacional e sanitária inédita na história do país que as cidades brasileiras chegavam às portas da Primeira República

## **2.5. A CIDADE BRASILEIRA NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930): MODERNIZAÇÃO E INSERÇÃO NO CENÁRIO CAPITALISTA INTERNACIONAL**

A casa ficava ao centro do terreno, elevava-se sobre um porão alto, tinha um razoável jardim de frente, que avançava pelos lados, pontilhado de bolas multicores; varanda, um viveiro, onde pelo calor os pássaros morriam tristemente. Era uma instalação burguesa, no gosto nacional, vistosa, cara, pouco de acordo com o clima e sem conforto.<sup>108</sup>

Esta descrição da casa eclética por Lima Barreto mostra em poucas palavras a busca de um ideal estético europeu não muito bem adaptado à realidade brasileira no final do século XIX e início

106 REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2006. pp. 27-28.

107 BITTENCOURT JUNIOR, Iosvaldyr Carvalho. *Territorialidade Negra Urbana: a evocação da presença, da resistência cultural, política e da memória dos negros, em Porto Alegre, delimitando espaços sociais contemporâneos*. In: POSSAMAI, Zita (org.). *Leituras da cidade*. Porto Alegre: Evangraf, 2010. p. 135.

108 p. 94. BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Ministério da Cultura: Fundação Biblioteca Nacional, Departamento Nacional do Livro. Versão para eBook por eBookCult.com.br p. 94

do XX. O autor é exato em apontar as inovações do tipo residencial e sua abundante ornamentação, fazendo uma leitura de sua época com a perspicácia que lhe é própria. Para compreendê-la, cabe fazer uma breve retomada do contexto histórico deste período tão importante para a história das cidades brasileiras.

A Primeira República instala-se sob o signo da ruptura com alguns aspectos basilares do passado colonial brasileiro. De um lado, a abolição da escravatura, em 1888, põe fim ao sistema de trabalho cativo que sustentava o modelo colonial agroexportador, e, por conseguinte, o poder senhorial no campo. De outro, a ruptura com a monarquia, por força da destituição do gabinete Imperial pelo Marechal Deodoro da Fonseca, dá-se num quadro de crescente insatisfação política com a grande ingerência do imperador na política nacional. Este contexto de insatisfação consolida-se quando, segundo Hebe Mattos (2012), “a partir da década de 1870, surgia no Rio de Janeiro uma nascente opinião pública baseada no crescimento dos setores médios urbanos, em uma imprensa crítica e em uma cultura política que passava a valorizar a ocupação dos espaços públicos”, e que “[...] irmanava-se no apreço à modernidade e ao progresso, noções que muitas vezes se confundiam com a idéia republicana.”<sup>109</sup>.

Ainda que parecessem anunciar um novo tempo, essas rupturas com o passado colonial não conseguiram descontinuar velhas desigualdades que, ainda no início do século XX, se perpetuavam no contexto brasileiro. As oligarquias tradicionais do campo perderiam poder no contexto republicano através da perda da autoridade senhorial no pós-abolição, e da centralização do Poder Executivo e instituição de prefeituras em nível local, e buscariam recuperá-lo através do pacto coronelista, com controle do aparelho repressor do Estado. Apesar da crescente industrialização nas capitais, a economia brasileira ainda permanecia largamente dependente e agroexportador, voltada para o mercado externo. No campo político, a extensão dos direitos civis a todos os brasileiros seriam limitados, de um lado, pela sua exclusão da cidadania política. Segundo Mattos (2012):

Durante os debates na Constituinte [republicana], apesar de haver defensores de modelos mais democráticos de cidadania, as opções vitoriosas estiveram sintonizadas com os rumos já sugeridos pela reforma eleitoral de 1881, que, ao elevar a renda mínima exigida para os votantes, reduziu o seu número de 1.114.066 para 145.296, cerca de 1% da população. A Constituição republicana, ao manter a exigência da alfabetização para a cidadania política, elevou essa proporção para não mais de 2% no momento inicial, e ela jamais ultrapassaria os 5% na vigência da Constituição de 1891.<sup>110</sup>

109 MATTOS, Hebe. *A vida política*. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (coord.). *A abertura para o mundo: 1889-1930. Coleção História do Brasil nação 1808-2010: 3*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p. 86.

110 MATTOS, Hebe. *A vida política*. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (coord.). *A abertura para o mundo: 1889-1930. Coleção História do Brasil nação 1808-2010: 3*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p. 93.

No plano social, a abolição da escravidão trouxe um horizonte de extensão de direitos civis a todos os brasileiros, mas as teorias do racismo científico dominantes à época justificavam a retomada de antigas hierarquias sociais dos tempos do Império. Conforme Schwarcz (2012),

Em vez da trajetória assimilacionista que se apresentava como estrada de percurso longo, mas possível, houve a retomada de um projeto hierárquico, agora pautado na diferenciação racial nova moeda corrente. Como mostra o antropólogo Louis Dumont, o racismo emergiu em finais do XIX, justamente num mundo em que a percepção hierárquica das classes cedeu lugar a um ideário mais igualitário. Tratou-se, pois de uma grande reversão de expectativas, diante de um contexto que parecia até então se apresentar como um livro aberto, a oferecer uma miríade de possibilidades de inserção e identificação com uma ordem social consolidada em classes e com a crença internacional de que a cultura e a educação eram o principal veículo para a abolição das travas da escravidão e demais processos de servidão compulsória.<sup>111</sup>

Dessa forma, o que se via no Brasil da Primeira República era uma conjunção muitas vezes contraditória de temporalidades, agudizadas no contexto das aglomerações urbanas. No entanto, a crença no progresso como rumo natural do país, a ser feito através da técnica e da ciência, era irradiada entre as elites na forma das idéias positivistas, que então encontravam grande aceitação nas escolas das capitais brasileiras. Segundo Reis Filho (2006),

Em torno das escolas formam-se grupos entusiastas do desenvolvimento industrial e científico europeu. Influenciados pelo evolucionismo, por Darwin, Spencer, e pelas idéias positivistas, empenham-se na transformação da ordem social brasileira, de modo a substituir o trabalho escravo pelo trabalho remunerado, a ordem monárquica – de sentido tradicionalista – por uma ordem republicana e democrática. Trata-se, no caso, da 'geração que se formou sob o influxo de Benjamin Constant, com idéias nitidamente democráticas e concorreu para a queda do regime monárquico e implantou a república inspirada nos princípios de Augusto Comte.'<sup>112</sup>

É interessante notar que esse mesmo ideário positivista contribuiria, apesar de sua defesa de idéias democráticas, para a continuidade de uma exclusão da maior parte dos cidadãos brasileiros da participação política. Segundo Mattos (2012), a influência do pensamento de Comte sustentaria, no plano político, a defesa de uma “ditadura dos sábios”<sup>113</sup>, tornando a tomada de decisões prerrogativa de uma parcela ínfima da população: “A influência positivista produzia, por um lado, uma busca por respeito ao estágio da evolução do país e, por outro, a defesa de um governo forte controlado por homens de ciência como a melhor opção política.”<sup>114</sup>

111 SCHWARCZ, Lilia Moritz (coord.). *A abertura para o mundo: 1889-1930. Coleção História do Brasil nação 1808-2010: 3*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p. 21

112 COSTA, João Cruz. *História das Idéias no Brasil*, apud REIS FILHO, Nestor Goulart. Quadro da arquitetura no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 2006. p. 150.

113 MATTOS, Hebe. *A vida política*. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (coord.). *A abertura para o mundo: 1889-1930. Coleção História do Brasil nação 1808-2010: 3*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p. 92.

114 MATTOS, Hebe. *A vida política*. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (coord.). *A abertura para o mundo: 1889-1930. Coleção História do Brasil nação 1808-2010: 3*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p. 93.

No contexto urbano, a crescente reivindicação do espaço público pela cultura de inspiração republicana e europeia das elites – o que havia começado no período Imperial, quando as ruas ainda eram evitadas por serem os espaços relegados aos trabalhadores pobres e escravos – trazia uma forte crítica ao estado de precariedade e péssimo saneamento em que estas encontravam-se. A industrialização, atraindo grandes contingentes de trabalhadores para os centros urbanos, agravavam as deficiências da estrutura urbana ainda colonial, adensando as áreas centrais de ocupação pela população pobre. Conforme Reis Filho (2006),

Com a industrialização crescente, a camada dos trabalhadores urbanos marcava, pela primeira vez, a paisagem daquelas aglomerações. Ao mesmo tempo, tendiam a transferir-se para os centros urbanos os componentes daquela parcela da população brasileira, desvinculada da produção agrária tradicional – portanto desvinculada da relação senhor-escravo – até então sem uma situação econômica definida. Essa camada, numericamente significativa – pois chegaria a atingir, segundo Caio Prado Júnior, a *terça parte da população* [grifo da pesquisadora], em fins do Império – procuraria novas oportunidades nas indústrias, no comércio e no funcionalismo público, contribuindo para o processo de congestionamento das cidades, que então se iniciava.<sup>115</sup>

Contra esse estado de coisas na cidade, as camadas médias e alta da sociedade brasileira começavam a insurgir-se, conforme salienta Lemos (1999):

Agora não mais o interesse isolado de um ou outro profissional com formação no estrangeiro externado num artigo ou outro de jornal, numa prosa ou outra entre baforadas de charuto nas reuniões galantes; era, isso sim, o início de uma conscientização coletiva voltada não só para a higiene pública, mas também para a reformulação urbana visando a salubridade e, sobretudo, a beleza e a harmonia nas relações entre construções e logradouros públicos.<sup>116</sup>

Assim, as grandes cidades brasileiras expandiam-se de forma problemática, e era preciso adequá-las aos ideais cosmopolitas materializados no Rio de Janeiro e na Paris de Haussmann. Nesse sentido, o progresso técnico exaltado pelo Positivismo veio a promover o início de grandes reformas e modernizações urbanas:

Para atender às novas solicitações, o número de edifícios cresceu ininterruptamente, durante toda a segunda metade do século XIX, e continuou a crescer durante o século XX. Para adaptar-se a nova escala, os centros urbanos mais populosos lançavam mão dos recursos de técnica disponíveis. Instalaram-se redes de abastecimento de água, de iluminação e esgoto e surgiram as primeiras linhas de transportes coletivos.<sup>117</sup>

Também nas residências abastadas a instalação de equipamentos sanitários ficava mais

115 REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2006. p. 153.

116 LEMOS, Carlos A. C. *A República ensina a morar (melhor)*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1999. p. 72.

117 REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2006. p. 152.

comum, especialmente com a progressiva extinção do trabalho escravo que antes se encarregava da limpeza doméstica. O tipo arquitetônico da casa eclética também se diferenciava dos anteriores na medida em que, por questões estéticas, atendia aos princípios de higiene e ventilação em evidência à época:

As residências maiores eram enriquecidas com um jardim do lado. Esta novidade, que vinha introduzir um elemento paisagístico na arquitetura residencial, oferecia a essa amplas possibilidades de arejamento e iluminação, até então desconhecidas nas tradições construtivas do Brasil. [...] O contato da arquitetura com os jardins laterais, dificultado pela altura dos prédios, era resolvido pela presença de varandas apoiadas em colunas de ferro, com gradis, às quais se chegava por meio de caprichosas escadas com degraus de mármore.<sup>118</sup>

Esta valorização do espaço privado ficaria ainda mais evidente na colocação da entrada na lateral da edificação, e não mais na frente, em contato direto com a rua (fig. 12). Segundo Reis Filho (2006), “o esquema consistia em recuar o edifício dos limites laterais, conservando-o frequentemente sobre o alinhamento da via pública.”<sup>119</sup> Mais frequente nos bairros nobres e mais recentes, esses tipos residenciais com recuos laterais faziam prova de uma liberdade volumétrica maior, com corpos de janelas salientes, balcões e torreões. Estes grandes palacetes ou casas urbanas menores demarcavam e expressavam arquitetonicamente uma separação ainda mais clara entre habitação e trabalho, bem como um anseio de representatividade social de uma camada social urbana e republicana. A esse respeito, Rossi (1977) avalia que este aspecto denotava também um novo contexto de tensão social nas cidades:

[...] a introdução de elementos de representatividade na arquitetura residencial do fim do século [XIX] é uma característica típica de toda a arquitetura daquele período; provavelmente corresponde a modificadas condições de estrutura social e à necessidade de atribuir à casa um valor emblemático. Isto corresponde certamente à crise da unidade urbana de que fala Schumacher e, portanto, a uma necessidade de diferenciação dentro de uma estrutura em que vivem classes sociais cada vez mais antagônicas.<sup>120</sup>

É preciso relacionar essa busca de atualização e sofisticação no âmbito das cidades brasileiras com o esforço do país em inserir-se no contexto de expansão mundial do capitalismo, o que implicava adequar sua sociedade de raízes coloniais a um padrão mundial. Conforme Vargas (1994), “o marco inicial foi o já bastante referido e estudado 'processo de homogeneização'<sup>121</sup> de sociedades tradicionais

118 REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2006. p. 46.

119 REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2006. p. 44.

120 ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. Lisboa: Edições Cosmos, 1977. p. 102.

121 SEVCENKO, 1989, p. 44, apud (VARGAS, Anderson Zalewski. *Moralidade, autoritarismo e controle social em Porto Alegre na virada do século 19*. In: *Porto Alegre na virada do século 19: cultura e sociedade.*/ colab. Claudia Mauch... [et. al.] - Porto Alegre/Canoas/São Leopoldo: Ed. Universidade/UFRGS/ Ed. ULBRA/Ed. UNISINOS, 1994. pp. 25-42. p. 26.

conforme os padrões de pensar e viver da civilização capitalista, um sistema mundial a partir de meados do século passado. O autor ainda desenvolve este ponto quando problematiza a modernização urbana promovida à época:

As transformações não foram apenas econômicas. As pessoas deviam incorporar novos hábitos, novas formas de pensar, viver e trabalhar, as cidades deviam ser reformadas de acordo com os 'foros de povo civilizado' de parte dos habitantes dos países dominados pela ânsia de civilização. 'Foros' daqueles que tinham condições de perceber e interpretar mudanças do mundo, bem como o desejo delas participar. Em várias sociedades como a brasileira, sob o impacto do avanço do sistema capitalista, surgiram elites modernizadoras que procuraram adequá-las àquela forma particular de existência. Entre essas elites estavam os intelectuais, agentes do processo de modernização da sociedade, um processo multifacetado, gerados de inúmeras transformações.<sup>122</sup>

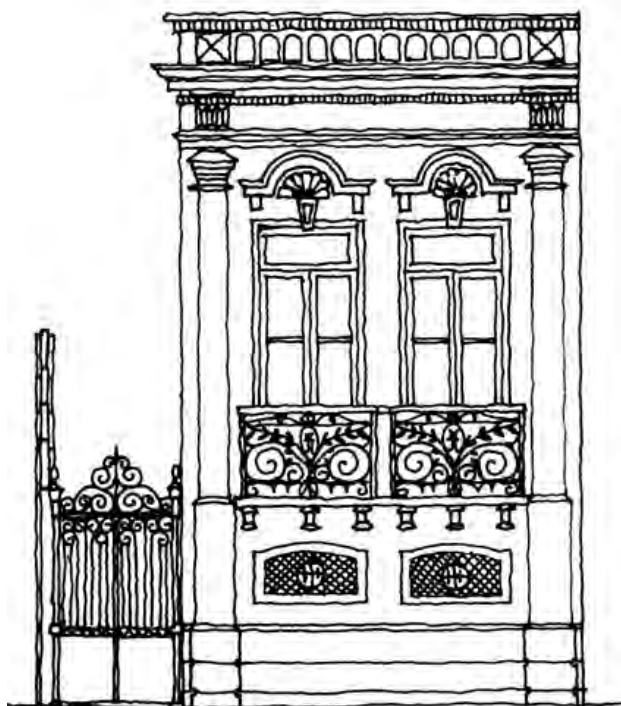


Figura 12: O estilo eclético: recuos laterais, diversidade de estilos decorativos, porões elevados. Desenho de Reis Filho (2006, p. 47)

Se por um lado via-se nas cidades um inegável impulso modernizador, por outro, o caráter

122 VARGAS, Anderson Zalewski. *Moralidade, autoritarismo e controle social em Porto Alegre na virada do século 19*. In: *Porto Alegre na virada do século 19: cultura e sociedade*./ colab. Claudia Mauch... [et. al.] - Porto Alegre/Canoas/São Leopoldo: Ed. Universidade/UFRGS/ Ed. ULBRA/Ed. UNISINOS, 1994. pp. 25-42. p. 26

autoritário sugerido pela passagem acima parecia reforçar-se no plano político, uma vez que o poder dos municípios continuavam reduzidos. Contudo, era nas esferas municipais que se dava o jogo de interesses das antigas oligarquias. Conforme Mattos (2012), “a despeito do esvaziamento da autonomia financeira e política do município na Constituição de 1891, era consenso [...] da época que 'os mandões de aldeia constituíram forças políticas incontornáveis'.”<sup>123</sup>

Juntamente com as emergentes elites urbanas ligadas mais diretamente ao setor industrial capitalista, será também pela vontade destas antigas oligarquias agrárias que as grandes cidades brasileiras serão modernizadas. Seu projeto de cidade, será, contudo, de caráter excludente para a maioria da população. Conforme Lanna (1996),

As elites brasileiras neste momento construía[m] seu projeto [de] sociedade nacional e reivindicavam para si o direito à cidade. A formação do povo foi marcada pela desqualificação do ex-escravo e por uma busca frenética do branqueamento. Elabora-se uma nova forma de viver urbano. Os teatros, cafés, diversões fazem destas cidades que nascem, metrópoles. Pequenas e acanhadas, vilas perante os olhares estrangeiros, serão remodeladas não a partir do mundo do trabalho,. Serão remodeladas pela exclusão do trabalhador, pelo afastar dos olhos uma pobreza indesejável, necessária e permanente. O encantamento com a velocidade, com as luzes, com a agitação noturna ganham espaço no projeto ideal de cidade que as elites estão elaborando.<sup>124</sup>

Nesse contexto de exclusão, a emergência da cidade republicana no Brasil dá-se em meio a crescentes tensões sociais e políticas. A transição para o trabalho livre e a expansão industrial nos grandes centros faziam surgir uma problemática nova no cenário urbano, como ressalta Lanna (1996):

Importante lembrar que no Brasil a questão do trabalho foi resolvida concomitantemente com a expansão das cidades. Os trabalhadores urbanos eram, em grande parte, oriundos da escravidão [...]. Neste sentido, a cidade se faz na transição da escravidão para o trabalho livre. A questão era como lidar com esta população diversa que se imiscuía no mundo urbano que pela primeira vez era formalmente livre e igual. Como tratar a pobreza indesejável mas necessária? Como incorporar estes novos e milhares de trabalhadores *sem alterar os lugares sociais* [grifo da pesquisadora]?<sup>125</sup>

A autora coloca, assim, a problemática que se expressará materialmente no espaço urbano

123 MATTOS, Hebe. *A vida política*. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (coord.). *A abertura para o mundo: 1889-1930. Coleção História do Brasil nação 1808-2010: 3*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p. 105.

124 LANNA, Ana Lúcia Duarte. *Cidade colonial, cidade moderna no Brasil: pontos e contrapontos*. IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, Rio de Janeiro, novembro de 1996. pp. 497-503. Disponível em <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/461/437> p. 502

125 LANNA, Ana Lúcia Duarte. *Cidade colonial, cidade moderna no Brasil: pontos e contrapontos*. IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, Rio de Janeiro, novembro de 1996. pp. 497-503. Disponível em <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/461/437> p. 502



através dos becos e enclaves de moradias pobres nos grandes centros. Estas, aos olhos das elites, davam ares ameaçadores à cidade. Entretanto, era o preço a pagar pela própria concentração de mão-de-obra barata junto às fábricas, sem o qual seu progresso e concentração de capital seria impossível. Conforme Schwarcz, “palco do conflito, a cidade era agora personificada pelas assim chamadas 'camadas perigosas', pelo movimento de reação 'dos de baixo', ou ainda 'pelo barulho e mobilização das multidões'.”<sup>126</sup> Será portanto contra este pano de fundo que se verá implantar os grandes projetos viários e de embelezamento, abrindo as portas para a modernidade nas cidades brasileiras já nas primeiras décadas do século XX.

---

126 SCHWARCZ, Lilia Moritz (coord.). *A abertura para o mundo: 1889-1930*. Coleção História do Brasil nação 1808-2010: 3. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p. 22.

## CAPÍTULO 3 – A FORMAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DE PORTO ALEGRE

### 3.1. AS DISPUTAS TERRITORIAIS ENTRE PORTUGAL E ESPANHA E AS ORIGENS DO NÚCLEO URBANO

No momento em que se dá a fundação de Porto Alegre, a prática de urbanização da colônia pela Coroa portuguesa encontra-se num momento de maior organização, impulsionada pela necessidade de garantir posses territoriais. Segundo Bueno (1997), “a legislação sistemática orientando a fundação de vilas [no Brasil] só foi empregada a partir do século XVIII, momento da mais intensa centralização administrativa por parte de Coroa portuguesa.”<sup>1</sup> Conforme visto no Cap. 2, pode-se dizer que parte deste interesse da Coroa na colônia deve-se, neste século, à descoberta das minas de ouro no centro do país no momento em que a economia açucareira começava a apresentar sinais de declínio. Explorando o trabalho escravo, a atividade mineradora gerava uma grande demanda pelo gado de corte e tração, que se encontrava livre nos pampas gaúchos. Conforme Spalding (1967), a ocupação inicial do território rio-grandense se deu com a função de suprir esses animais para o centro do país:

[...] as doações de terras foram se multiplicando e as estâncias se organizando nos velhos pousos – ‘estanças’ – dos tropeiros, formando-se, a pouco e pouco, nelas, os povoados que, graças ao boi e ao cavalo, principalmente ao boi, se transformaram em verdadeiros redutos *garantindo a posse das terras* [grifo da pesquisadora] para a coroa portuguesa, até então indiferente aos destinos da antiga ‘terra de ninguém’ e ‘Capitania d’El Rei’ [...]<sup>2</sup>

No sul, a ocupação se daria também afim de assegurar as terras para a Coroa Portuguesa, estabelecendo núcleos urbanos com fortificações, conforme Oliveira (1985):

Em 1737 o Brigadeiro Silva Paes fortifica a entrada do canal que dava acesso para a Lagoa dos Patos. Estava iniciado o que seria a Vila de Rio Grande, que desde logo se tornou a sede administrativa da capitania [*Rio Grande do Sul*], até ser tomada pelos espanhóis, em 1763, transferindo-se então para Viamão, onde ficaria por dez anos. Nesse período começou a desenvolver-se a zona de Porto Alegre cujo povoamento havia se iniciado em 1752, pelos açorianos.<sup>3</sup>

É neste contexto de povoamento do Sul por sesmeiros que se dá a formação de Porto Alegre, assegurando a posse do território após longas disputas e acordos territoriais entre Portugal e Espanha. O território de Porto Alegre, no entanto, não foi inicialmente destinado ao estabelecimento de uma

1 BUENO, Beatriz Picolloto Siqueira. *Particularidades do processo de colonização da América espanhola e portuguesa*. In: Anais do IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Rio de Janeiro, 1997. p. 508.

2 SPALDING, Walter. *Pequena história de Porto Alegre*. Porto Alegre: Sulina, 1967. p. 17.

3 OLIVEIRA, Clovis Silveira de. *Porto Alegre: a cidade e sua formação*. Porto Alegre: Gráfica e Editora Norma, 1985.

povoação. Conforme Macedo (1993),

Note-se que estes proprietários, que ocuparam a área por volta de 1732, e receberam o título provisório em 5 de novembro de 1740, não eram colonos de povoamento, não pretendiam estabelecer vizinhança nem ‘criar’ povo. O único propósito que os animava era a apreensão do gado alçado (gado chucro, selvagem, abundante na região, e vende-lo para as capitanias do norte, aplicadas à produção de valores da terra, de imediato interesse da metrópole. Como colonos de produção nada tinham a ver com o povoamento, com a colonização propriamente dita; pelo contrário, a proximidade de um povoado era prejudicial à criação.<sup>4</sup>

Posteriormente, com a devolução das Missões à Espanha, é que os “casais d’El Rei”<sup>5</sup> que vieram dos Açores com destino a esta região, “[...] acomodaram-se provisoriamente na ponta da península e imediações. Pela margem norte (Rua da Praia) chegavam até pouco mais da atual Praça da Alfândega”<sup>6</sup>, segundo Oliveira (1985). Pesavento (1999b) acrescenta que “a área onde ficaram ‘arranchados’ os colonos açorianos cresceu e se tornou o embrião da vida urbana local, que se ligou, através de caminhos que cortavam a península no sentido leste-oeste, à Aldeia dos Anjos de Gravataí e a Viamão.”<sup>7</sup>

Esses caminhos dariam origem às três ruas principais de Porto Alegre, dispostas longitudinalmente sobre o espigão: a Rua da Praia (atual Rua dos Andradas), a Rua da Ponte (atual Rua Riachuelo) e a Rua da Igreja (atual Rua Duque de Caxias). Conforme a tradição setecentista portuguesa, as primeiras ruas sobre o espigão que avança sobre o Guaíba foram traçadas por um engenheiro militar a partir da delimitação de sua praça principal, segundo Oliveira (1985): “quando foram demarcadas as ‘datas’ dos colonos e delineadas as primeiras ruas em 1772 pelo Cap. Alexandre Montanha, foi previsto no Alto da Praia o espaço onde futuramente seriam instalados os primeiros prédios públicos: Palácio da Presidência, Igreja Matriz e Junta.”<sup>8</sup> Estabelece-se assim a Praça da Matriz como espaço gerador da malha urbana, conforme a tradição portuguesa visto anteriormente, definida por duas das ruas principais que percorrem a ponta da península de Leste a Oeste, (a Rua da Ponte, atual Rua Riachuelo, e a Rua da Igreja, atual Rua Duque de Caxias).

Percebe-se pois, pela observação de algumas das diversas plantas da cidade (figs. 13 e 14), uma clara intenção de estabelecer um traçado regular, mas que se desembaraça de parte de sua rigidez

4 MACEDO, Francisco Riopardense de. *História de Porto Alegre*. Porto Alegre: UFRGS, 1993. p. 19.

5 PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Memória Porto Alegre: espaços e vivências*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999. 2a. ed. p. 9.

6 OLIVEIRA, Clovis Silveira de. *Porto Alegre: a cidade e sua formação*. Porto Alegre: Gráfica e Editora Norma, 1985. p. 22.

7 PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Memória Porto Alegre: espaços e vivências*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999. 2a. ed. p. 9.

8 OLIVEIRA, Clovis Silveira de. *Porto Alegre: a cidade e sua formação*. Porto Alegre: Gráfica e Editora Norma, 1985. p. 26.

ao adaptar-se ao terreno acidentado, típico da prática urbanística portuguesa setecentista. Preserva-se onde possível a malha ortogonal, mas estabelece-se uma típica hierarquia de vias e praças que denotam uma organização deliberada do espaço.



Figura 13: Detalhe da Planta de Porto Alegre de 1839. Acervo digital do IHGRS.

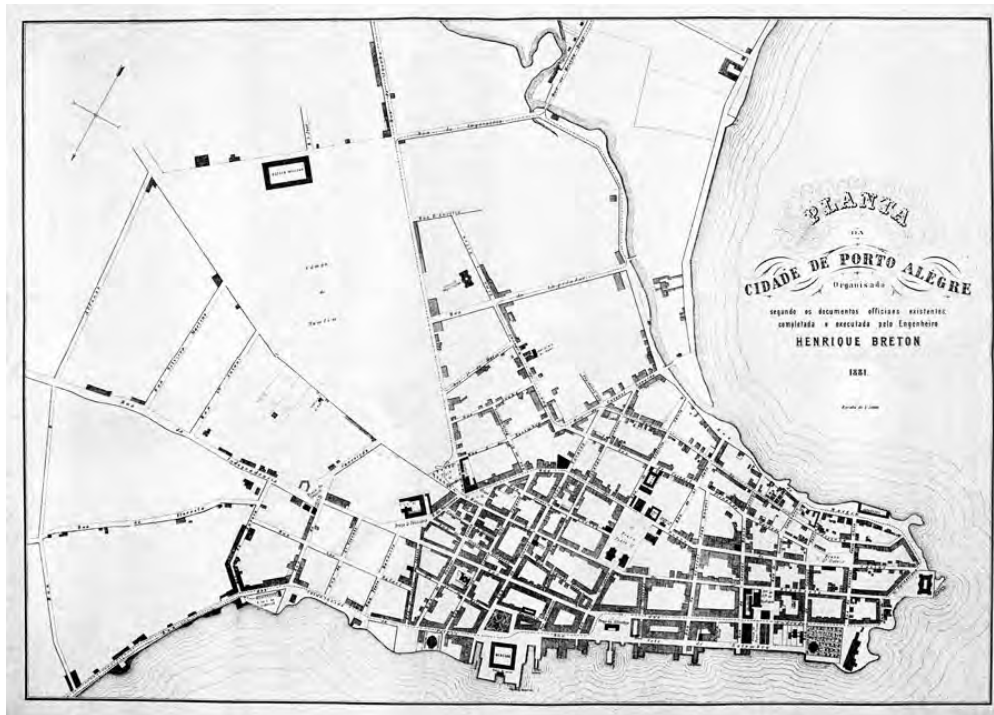


Figura 14: Planta de Porto Alegre de Henri Breton, 1881. Acervo digital do IHGRS.

Pode-se assim dizer que o núcleo urbano primitivo de Porto Alegre é formado à luz da tradição urbanística portuguesa, ou seja, em sítio estrategicamente elevado e junto a um corpo d'água que lhe garantia a defesa. Conforme Teixeira e Valla (1999), “esta proteção natural irá ser um dos fatores mais importantes da localização dos núcleos urbanos no Brasil.”<sup>9</sup> Além disso, o fato de ter sido traçada por um engenheiro militar enviado pela Coroa portuguesa sinaliza um planejamento e erudição maiores na ação de ocupar o espaço. Também nas dimensões de seus lotes Porto Alegre traz a marca do urbanismo colonial português, conforme visto no Cap. 2. Nas palavras de Spalding (1967),

São Francisco dos Casais [*nome então dado ao povoado*] começava a surgir, a se manifestar não mais como simples povoado com casas espalhadas por diversos pontos, mas em povo ordenado, com casas regularmente construídas ao longo de 'ruas' e estradas, lembrando os seus povoados ilhéus, com casinhas pintadas de branco e portaladas e janelas de azul.<sup>10</sup>

Nisso, trazem semelhanças marcantes com os exemplares da arquitetura popular portuguesa examinados por Moutinho (1979): “as paredes são rebocadas e caiadas de branco. O telhado é de uma ou duas águas, coberto de telhas assentes em canas.”<sup>11</sup> É possível observar estas características edilícias

9 TEIXEIRA, Manuel C., e VALLA, Margarida. *O urbanismo português: séculos XIII-XVIII, Portugal-Brasil*. Livros Horizonte, 1999. p. 133.

10 SPALDING, Walter. *Pequena história de Porto Alegre*. Porto Alegre: Sulina, 1967. p. 33.

11 MOUTINHO, Mário C. *A Arquitectura popular portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1979. p. 118.

em diversas fotografias de Porto Alegre no século XIX, como nas figuras 15 e 16.



Figura 15: Descida da Rua do Rosário (atual Vigário José Inácio) no final do século XIX. Observar os tipos construtivos de tradição portuguesa configurando a rua. Fototeca do Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo.



Figura 16: Fotografia do final do século XIX, tirada do alto da Igreja Matriz, mostrando o interior do quarteirão e o tipo de ocupação dos lotes. Notar os tipos arquitetônicos tipicamente portugueses. (Fototeca do Museu Hipólito José da Costa).

Neste primeiro período, a produção de trigo pelos colonos açorianos e a sua situação portuária serão fatores importantes no desenvolvimento da cidade. Segundo Souza (1997), “no período [1772-

1820], o trigo alcança o seu desenvolvimento maior, embora o final já se esboce o rápido declínio do mesmo.”<sup>12</sup> Sua função econômica é assim resumida pela autora:

O crescimento considerável de Porto Alegre, que no período passa de um povoado a um núcleo estruturado, deve-se fundamentalmente a sua função mais dinâmica, a *comercial e a portuária*, complemento desta. O seu desenvolvimento é possível devido à produção de trigo da 'região' pelos açorianos, produção que se destina em boa parte à exportação. Assume ela assim a função de apoio à produção agrícola que vai continuar sendo o marcador de um ritmo de seu crescimento, muito mais do que a pecuária. Esta já assumiu o seu papel no desenvolvimento da 'Campanha', fornecendo durante todo o século XVIII os animais necessários às minas do centro do país.<sup>13</sup>

Neste mesmo período, Spalding (1967), afirma que “o calçamento das ruas da nova capital teve começo no ano de 1794, por determinação da Câmara Municipal que obrigou a todos os proprietários o lajeamento fronteiro a seus prédios.”<sup>14</sup> O mesmo autor também refere-se à criação do primeiro teatro com patrocínio do governador Paulo Gama, ainda em 1805, e que emprestaria o seu nome a um dos becos da cidade: “deve-se-lhe [ao governador] ainda a construção do primeiro teatro em Porto Alegre – o Teatro da Ópera, ou Casa da Ópera – que funcionou no 'Beco da Ópera', criado a 9 de julho de 1805 [...]”<sup>15</sup>

Em 1822, com a independência do Brasil, a vila é automaticamente elevada a cidade. Assim, sobre o traçado primitivo do núcleo urbano vão acrescentando-se gradualmente os primeiros equipamentos urbanos e fazendo-se as primeiras obras de infra-estrutura condizentes com a importância regional que adquiria a cidade.

### 3.2. O DESENVOLVIMENTO DA CIDADE NO SÉCULO XIX

Entretanto, a Guerra dos Farrapos (1835-1845) impôs à cidade uma situação prejudicial à sua função portuária e ao seu entorno uma retração da agricultura. Ainda segundo Souza (1997), “Porto Alegre, resistindo aos Farrroupilhas, fecha-lhes o seu porto e é sitiada. Há uma muralha, mais propriamente uma paliçada, que a defende [...]”<sup>16</sup> Ainda segundo Souza (1997), o período é de “grandes dificuldades à economia rio-grandense em geral. Dá-se o declínio na produção do trigo, enquanto a pecuária se ressentia do permanente vaivém das guerras, nas quais as

12 SOUZA, Célia Ferraz de. *Porto Alegre e sua evolução urbana*./Célia Ferraz de Souza e Dóris Müller. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1997. p. 50.

13 SOUZA, Célia Ferraz de. *Porto Alegre e sua evolução urbana*./Célia Ferraz de Souza e Dóris Müller. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1997. p. 50.

14 SPALDING, Walter. *Pequena história de Porto Alegre*. Porto Alegre: Sulina, 1967. p. 65.

15 SPALDING, Walter. *Pequena história de Porto Alegre*. Porto Alegre: Sulina, 1967. p. 68.

16 SOUZA, Célia Ferraz de. *Porto Alegre e sua evolução urbana*./Célia Ferraz de Souza e Dóris Müller. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1997. pp. 57-58.

'requisições' para o aprovisionamento dos combatentes e as incursões inimigas vão dizimando os rebanhos.”<sup>17</sup> Sitiada, Porto Alegre veria a infra-estrutura de seu espaço *intra-muros* tensionada pelo adensamento demográfico. Conforme Pesavento (1999b),

[...] a concentração populacional na ponta da península fez com que a vida em comum se complexificasse e trouxesse à tona novos problemas. A cidade tornou-se 'suja' aos olhos de seu novo status em face da Província. Repleta de 'miasmas' e 'imundícies', com aglomerações desordenadas de casas, entre cruzamentos de ruas e becos, urgia que se desse à capital um aspecto mais nobre e cidadão.<sup>18</sup>

Com o fim do conflito em 1845, Symanski (1998) afirma que “[...] Porto Alegre contava com 16.000 habitantes (levantamento de 1846), e a necessidade de se expandir para a área extramuros, devido ao adensamento populacional. Assim, em 1846, as fortificações que envolviam a cidade foram destruídas.”<sup>19</sup> A esse respeito, Pesavento (1999b) concorda com o autor, ressaltando o papel do seu crescimento em importância econômica para a atração de maiores contingentes de trabalhadores:

“No período que se seguiu à paz de 1845, que assinalou o fim da Revolução Farroupilha, a cidade se tornara o principal centro econômico da província. Constituído-se num foco de atração para o investimento dos capitais advindos da comercialização dos produtos coloniais, Porto Alegre configurava-se como o maior mercado consumidor do Rio Grande do Sul.”<sup>20</sup>

Portanto, a cidade se adensava sobre a mesma infra-estrutura que a atendia desde a sua fundação. Em resposta ao problema sanitário, Spalding (1967) aponta que “em 1850 [...] foi criada uma Comissão de Higiene, a primeira que existiu. Essa Comissão, composta de médicos e vereadores, continuou por longos anos, transformada, mais tarde, em Secção de Higiene, ligada às Obras Públicas, e, com a República, transformada em Diretoria de Higiene.”<sup>21</sup> O mesmo autor também lembra que o cuidado com a pavimentação começava a se fazer por algumas ruas da cidade:

Foram, então, calçadas as ruas da Praia (parte final), da Graça (a subida hoje da rua da Praia e a ela incorporada em 1864, com o nome de Andradas para toda ela), Formosa e São José (formam hoje a Duque de Caxias), a Ladeira do 8º B. C. (hoje Praça Argentina), do Ouvidor (General Câmara), Clara (João Manoel), Beco do Ópera (Uruguai), Varzinha (Demétrio Ribeiro) e outras mais que continuaram, depois, por anos e anos.<sup>22</sup>

17 SOUZA, Célia Ferraz de. *Porto Alegre e sua evolução urbana*./Célia Ferraz de Souza e Dóris Müller. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1997. p. 58.

18 PESAVENTO, Sandra Jatthy. *Memória Porto Alegre: espaços e vivências*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999. 2a. ed. p. 29.

19 SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. *Espaço privado e vida material em Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998. p. 49.

20 PESAVENTO, Sandra Jatthy. *Memória Porto Alegre: espaços e vivências*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999. 2a. ed. p. 29.

21 SPALDING, Walter. *Pequena história de Porto Alegre*. Porto Alegre: Sulina, 1967. p. 146.

22 SPALDING, Walter. *Pequena história de Porto Alegre*. Porto Alegre: Sulina, 1967. p. 104.



Também se fazia necessário estender a área do espaço *intra-muros*. A esse respeito, Pesavento (1999b) assinala que, à época, “o perfil original de Porto Alegre começou a modificar-se com os primeiros aterros sobre o rio Guaíba [...]”<sup>23</sup>, aumentando gradativamente a área da ponta da península. Contudo, Souza e Damásio (1998) alertam que

Os próprios aterros que serviram para ampliar seu espaço físico ampliaram também os seus problemas, já que a cota existente (cota 3) era bastante inferior àquela considerada de segurança contra as enchentes (cota 6). O resultado era uma cidade com sérios problemas de saneamento: inundações permanentes, ruas esburacadas e alagadas, lama e água parada por toda a parte.<sup>24</sup>



Rua Voluntários da Pátria, o velho Caminho Novo...  
 Figura 17: Chaminés na paisagem da Rua Voluntários da Pátria. Revista Máscara, edição comemorativa do centenário da Independência, 1922. Hemeroteca do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.

Por outro lado, a cidade expandia-se também em direção aos arraiais, ao longo dos caminhos que conduziam a estas áreas mais distantes do espaço *intra-muros*. Um destes caminhos era o Caminho Novo, atual Rua Voluntários da Pátria, que com a imigração alemã iniciada em 1824, fundando as colônias de produção familiar policultora ao longo do Rio Jacuí, tornou-se um eixo

23 PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Memória Porto Alegre: espaços e vivências*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999. 2a. ed. p. 30.

24 SOUZA, Célia Ferraz de; DAMÁSIO, Cláudia Pilla. *Os primórdios do urbanismo moderno. Porto Alegre na Administração Otávio Rocha*. Brasil - Salvador, BA. 1998. p.203-217. In: Cidade e urbanismo : história, teorias e práticas. Salvador, 1998. pp. 208

importante de escoamento de produção para o porto de Porto Alegre. Segundo Oliveira (1985),

Embora o Presidente da Província, Comendador José Feliciano Fernandes Pinheiro tivesse demarcado o lugar para os colonos na Real Feitoria do Linho Cânhamo (hoje São Leopoldo), muitos permaneceram em Porto Alegre, numa zona ribeirinha, afastada do centro da Cidade, ligada a esta pelo Caminho Novo. Eram artesãos que ali permaneceram face a proximidade do grande centro de consumo e com suas residências e oficinas acabaram por iniciar o povoamento do lugar onde é o Bairro Navegantes.<sup>25</sup>

Essas áreas em volta do Caminho Novo receberam, ao longo do século XIX, as primeiras indústrias de Porto Alegre (fig. 17).

A cidade crescia, e a criação de posturas municipais fazia-se necessária para adequar o espaço público ao uso comum, regulando o convívio para coibir abusos. Segundo Freyre (2006 [1933]), “as posturas dos começos do século XIX são quase todas no sentido de limitar os abusos do particular e da casa e de fixar a importância, a dignidade, os direitos da rua outrora tão por baixo e tão violados.”<sup>26</sup> No espaço intra-muros, esse cuidado maior com o espaço público também exigia a intervenção de profissionais com especialização técnica. De acordo com Symanski (1998),

A intensificação dos problemas urbanos levou a Câmara a contratar, em 1870, um engenheiro municipal, encarregado não somente do planejamento dos prédios públicos mas, principalmente, de obras como planos viários, calçamentos e arrumação da cidade. [...] Esse adensamento levou ao crescimento dos arraiais, cuja fusão gerou os primeiros bairros. A cidade começou então a sentir a necessidade de implantar linhas de transporte coletivo, que facilitassem a comunicação entre esses pontos e o centro.<sup>27</sup>

A esse respeito, Spalding (1967), lembra a famosa “‘Machambomba’, que começou a funcionar em 1873 sobre trilhos de madeira que logo foram substituídos por trilhos de ferro, passando a empresa a denominar-se ‘Carris Urbanos’.”<sup>28</sup> Mais tarde, já no início do século XX, o aumento do número de automóveis e a necessidade de transportes públicos para arraiais cada vez mais distantes levaram ao emprego de ônibus, conforme Macedo (1968):

Em 1924 já o número de automóveis era de 1254 e a partir do ano seguinte começaram a circular ônibus nos subúrbios. Ao mesmo tempo que aumentava o número das unidades de transporte coletivo, o aumento da tração com motores a explosão permitiu fossem vencidas algumas rampas entre as radiais, e o casario

25 OLIVEIRA, Clovis Silveira de. *Porto Alegre: a cidade e sua formação*. Porto Alegre: Gráfica e Editora Norma, 1985. p. 45.

26 FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: a decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano*. São Paulo: Global, 2006. p. 33.

27 SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. *Espaço privado e vida material em Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998. p. 53.

28 SPALDING, Walter. *Pequena história de Porto Alegre*. Porto Alegre: Sulina, 1967. p. 127.

começa a subir as primeiras encostas. Isto era, na verdade, uma necessidade urbana, pois na segunda década do século a população havia duplicado. As rampas mais fortes, no entanto, permaneciam vazias sendo envolvidas pela ocupação urbana que no topo das colinas também se densificava, mercê as novas facilidades do transporte coletivo.<sup>29</sup>

Ainda no âmbito dos melhoramentos na infra-estrutura da cidade, Possamai (2006) enumera outras obras que visavam melhorar o funcionamento da cidade:

Para enfrentar a situação, vários serviços públicos haviam sido implantados na segunda metade do século XIX: encanamento de água (1861), linha de bondes (1864), Mercado Público (1870), iluminação a gás (1874), serviços telefônicos (1884). Naquele contexto, a cidade ganhara grande impulso econômico por ser o escoadouro da produção agrícola das colônias imigrantes, destinadas ao mercado interno do centro do Brasil. Via, ademais, aumentar a complexidade das relações sociais na transição do trabalho escravo para o trabalho livre.<sup>30</sup>

Será também na crise do trabalho escravo que a cidade encontrará um ponto de tensionamento social permanente no seu processo de modernização, uma vez que, de acordo com Symanski (1998),

Esse desenvolvimento da Porto Alegre *fin de siècle* foi obtido, no entanto, às custas da exploração econômica de uma grande parcela da população, que constituía a classe operária da cidade, obrigada a duras jornadas de trabalho que variavam entre 12 e 14 horas diárias em ambientes, por vezes, extremamente insalubres. Nesta última década [1890], fatores como o aumento das taxas prediais no centro, que elevaram substancialmente o valor dos aluguéis, obrigaram a migração deste grupo para pontos mais afastados, com moradias mais baratas, que constituíram os bairros operários-fabris da cidade: São João e Navegantes. Ficava assim consolidada uma segregação espacial entre ricos e pobres que havia sido iniciada cerca de 20 anos antes, quando as famílias mais abastadas começaram a abandonar o núcleo urbano e a se estabelecer no arraial do Menino Deus.<sup>31</sup>

Realmente, começava a se dar um esforço no sentido de expulsar as populações pobres da área central da cidade na virada do século XIX para o século XX. Com a proclamação da República em 1889 e ascensão do Partido Republicano Rio Grandense à frente da província, há um movimento de, segundo Bakos, transformar o centro de Porto Alegre na “sala de visitas”<sup>32</sup> do Estado. Segundo a autora, o poder público privilegiou o caráter representativo da cidade, na medida em que promoveu a construção de diversos edifícios monumentais e incentivou a renovação imobiliária por particulares. Fazia-se

29 MACEDO, Francisco Riopardense de. *Porto Alegre: Origem e Crescimento*. Porto Alegre: Livraria Sulina Editora: 1968. p. 109.

30 POSSAMAI, Zita Rosane. *O circuito social da fotografia em Porto Alegre (1922 e 1935)*. Anais do Museu Paulista, junho, ano/vol. 14, número 001. Universidade de São Paulo. São Paulo, Brasil, 2006. pp. 263-289. p. 266.

31 SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. *Espaço privado e vida material em Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998. p. 59.

32 BAKOS, Margaret Marchiori. *Eternos intendentes de Porto Alegre*. Disponível em <http://cdn.fee.tche.br/jornadas/1/s11a7.pdf> [acessado em 03/02/2015] p. 2.

'construir prédios alterosos' com a finalidade de dar boa impressão aos visitantes. Na consecução desse projeto, a título de estímulo, o Poder Público não poupava concessões à Sociedade Civil. Elas iam desde a isenção, por dez anos, do imposto predial, a quem construísse um teatro na capital até a dispensa de multas e parcelamento das taxas devidas às instalações domiciliares de águas e esgotos para construções recentes com novos padrões arquitetônicos. O governo municipal participou ativamente desse projeto, construindo inúmeros prédios públicos, dos quais um dos mais significativos, arquitetonicamente, foi o da atual Prefeitura Velha – o Paço dos Açorianos, construído entre 1898 e 1901.<sup>33</sup>

Essa valorização da cidade era condizente com um momento em que a centralização do poder republicano no país enfraquecia o poder tradicional senhorial do campo, dando status especial à esfera urbana: em todo o país, as classes médias urbanas, em especial a emergente burguesia industrial, impulsionavam o desenvolvimento das cidades e sua modernização, almejando emular o desenvolvimento de cidades como o Rio de Janeiro e Paris. Porto Alegre, porém, sob a batuta do Intendente José Montaury, permanecia uma cidade provinciana, ainda à margem da onda modernizadora que tomava de assalto outras capitais brasileiras. Segundo Bakos (1996), “o horror a mudanças que transparece ao longo das administrações de Montaury contribuíram [...] para criar em torno do Partido e Governo uma atmosfera de impopularidade.”<sup>34</sup>

Vargas (1994) corrobora esse estado de coisas em Porto Alegre quando afirma que

[...] as mudanças não ocorreram em um ritmo regular e não alcançaram as dimensões daquelas que transformaram a capital da República na mesma época. Durante boa parte dos anos 10, Porto Alegre permaneceu sendo uma cidade provinciana, sem os sinais característicos do processo de homogeneização que acompanhou a transformação do capitalismo em um sistema mundial. Enquanto que, no Rio de Janeiro e em outras cidades do país, a civilização anunciava sua chegada, transformando radicalmente a paisagem e a vida urbanas, na capital gaúcha os sinais do progresso pareciam se restringir ao intenso movimento das ruas e ao crescimento da população.<sup>35</sup>

Neste contexto social contraditório de aspiração a um ideal europeu de modernidade e uma realidade de defasagem da infra-estrutura urbana, os espaços das camadas pobres e trabalhadoras da cidade foram condenados e estigmatizados. Assim como a herança colonial, lugares como cortiços e becos não tinham mais espaço na cidade cosmopolita e europeia que se almejava construir. A partir disso, todo um arsenal de discursos e políticas públicas de caráter moral e higienista passarão a tomar a cidade como seu objeto, colocando a questão urbana e social na ordem do dia.

33 BAKOS, Margaret M. *Decorando a sala de visitas: Porto Alegre na virada do século 19*. In: *Porto Alegre na virada do século 19: cultura e sociedade*./ colab. Claudia Mauch... [et. al.] - Porto Alegre/Canoas/São Leopoldo: Ed. Universidade/UFRGS/ Ed. ULBRA/Ed. UNISINOS, 1994. pp. 25-42. p. 149.

34 BAKOS, Margaret Marchiori. *Porto Alegre e seus eternos intendentes*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996. pp. 57-58.

35 VARGAS, Anderson Zalewski. *Moralidade, autoritarismo e controle social em Porto Alegre na virada do século 19*. In: *Porto Alegre na virada do século 19: cultura e sociedade*./ colab. Claudia Mauch... [et. al.] - Porto Alegre/Canoas/São Leopoldo: Ed. Universidade/UFRGS/ Ed. ULBRA/Ed. UNISINOS, 1994. pp. 25-42. p. 33

### 3.3. O SURGIMENTO DOS BECOS COMO ESPAÇOS ESTIGMATIZADOS: CARACTERÍSTICAS GERAIS

Conforme visto acima, a implantação do traçado de Porto Alegre é expressão da prática de urbanização colonial portuguesa, e que encontra inúmeros paralelos no resto do Brasil. Sua hierarquização viária segue o padrão de ruas principais, cujos lotes têm suas testadas ou frentes voltadas para o seu espaço,<sup>36</sup> e que percorrem longitudinalmente (de Leste a Oeste) o espigão (fig. 18).

Pelas suas declividades mais suaves, eram esses os caminhos de mais fácil acesso ao núcleo urbano, especialmente nos seus primeiros tempos, em que os meios de transporte dependiam de tração animal. Consequentemente, seus terrenos eram os mais valorizados: aí localizavam-se as moradias e comércio mais ricos. Symanski (1998) destaca que, “Segundo Dreys, esta rua [da Praia] era formada principalmente por elegantes e modernas casas altas, quase todas habitadas por negociantes. Suas lojas eram ‘...muito bem instaladas, de vendas bem sortidas e de oficinas de várias profissões’<sup>37</sup>.”<sup>38</sup>

Ligando estas ruas principais ortogonalmente, na tradição das ruas travessas do urbanismo português mencionadas no Capítulo 3, surgem as ruas que depois serão conhecidas como becos. Tipicamente, ligam a cidade alta, com seu centro cívico e religioso, à cidade baixa, com seu comércio, atividades portuárias e sociabilidades populares. No caso de Porto Alegre, estas ruas travessas coincidem com a posição dos becos mencionados nas crônicas do século XIX<sup>39</sup>, enumerados por Pesavento (1998).

Nesse sentido, Pesavento (2001) também relaciona o surgimento dos becos em caminhos de ligação entre ruas principais com ocupações “espontâneas”, “fora da norma”:

As referências apontam para o fato de que, entre as ruas principais, abertas pelo poder público ou mesmo por particulares, restavam terrenos vagos, sem proprietário aparente, os quais iam sendo, paulatinamente, ocupados e apropriados pela população. Parece, pois, que os becos se originam de uma ocupação 'espontânea' ou 'orgânica' da cidade que se adensa e espraia. Neste sentido, são também iniciativas que se tomam *fora da norma* [grifo da pesquisadora] ou da regra. Se observarmos a planta da cidade [de Porto Alegre], constatamos que eles são, em geral, situados de forma transversal, em perpendicular e entrecruzando-se com as ruas 'oficiais' traçadas em paralelo ao longo da península. São, portanto, em sua maioria, 'descida'

36 A Rua da Praia, a Rua da Igreja (atual Duque de Caxias), e a Rua da Ponte (atual Rua Riachuelo).

37 DREYS, Nicolau. *Notícia descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Porto Alegre: Nova Dimensão/EDIPUCRS, 1990. pp. 99-100. apud Symanski, 1998.

38 SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. *Espaço privado e vida material em Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998. p. 44.

39 PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os pobres da cidade: vida e trabalho – 1880-1920*. 2.ed. - Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998. pp. 116-117.

ou 'subida' com relação ao espigão central que constitui a 'cidade alta'.<sup>40</sup>



Figura 18: Adaptação digital da "Planta Topographica (antiga)" de Porto Alegre(acervo do AHMMV). Em vermelho, os becos. Em amarelo, as ruas principais. Imagem criada pela pesquisadora.

Com essa topografia relativamente difícil e inseridos no espaço intra-muros, os becos tornam-se no espaço intra-urbano o que Pesavento (1999b) chamou de “lugares de enclave’ por estarem interpenetrados e lado a lado, com espaços da 'cidade da ordem’<sup>41</sup>:

No que chamamos 'lugares de enclave', há palavras específicas para designar as ruas e as habitações dos pobres e, particularmente, negros, que ocupavam as zonas 'nobres' do centro da cidade numa coexistência indesejável com as ruas da elite. Estas ruas da alteridade condenada são chamadas 'becos'. Na situação de enclave, os 'becos' surgiram na 'cidade alta', no coração do centro urbano, cortando as artérias principais da urbe, nas encostas do promontório que se projeta no rio. Havia 'becos' nas vertentes que desciam, ao norte, para a rua da Praia e para o porto, ou ao sul, na descida rumo à zona alagadiça da Praia do Riacho. 'Becos' havia ainda no correr paralelo das ruas principais, ou sinuosos e enviesados, a quebrarem a harmonia de um projeto e de um possível e perdido traçado em xadrez.<sup>42</sup>

40 PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Era uma vez o beco: origens de um mau lugar*. In: BRESCIANI, Maria Stella (org.). *Palavras da cidade*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001. pp. 105-106.

41 PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Lugares malditos: a cidade do “outro” no Sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX)*. São Paulo: Revista Brasileira de História, vol. 19, n. 37. Setembro 1999. p. 2.

42 PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Lugares malditos: a cidade do “outro” no Sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX)*. São Paulo: Revista Brasileira de História, vol. 19, n. 37. Setembro 1999. p. 4

Conforme indica a autora, as ruas transversais que deram origem aos becos de Porto Alegre tinham na sua declividade um problema. Esta característica topográfica fazia o seu acesso mais difícil: Coruja (1983 [1881]) descreve o Beco do Jacques (atual Rua 24 de Maio) como “*estreito e ladeirento* [grifo da pesquisadora] cujas casas também se contavam por unidades.[...]”<sup>43</sup>; Franco, (1988), descreve a antiga Rua General Paranhos (atual avenida Borges de Medeiros), formada popularmente conhecida em um de seus trechos como Beco ou Travessa do Poço, como “estreito beco que subia desde a Rua General Andrade Neves até a Rua Duque de Caxias e dali descia em outra fortíssima ladeira até a Rua Coronel Genuíno”<sup>44</sup>. Quanto ao Beco do Rosário, sua importância como ligação entre a Rua São Rafael e o largo do Paraíso (Mercado Público) deixava sua pavimentação em péssimo estado, tendo a Câmara de decretar que “ficava proibido aos veículos de rodagem descer o Beco do Rosário para irem à Praça do Paraíso, só lhes sendo permitido subirem.”<sup>45</sup> Do ponto de vista do transporte público, Spalding (1967) corrobora que essa problemática provavelmente afetava o acesso aos becos: “os carris de ferro, entretanto, não atendiam a todos os pontos da cidade. As grandes subidas não permitiam que fosse até o centro urbano. Seria impossível aos animais vencerem as ladeiras”<sup>46</sup> (fig. 19). Nisso, é corroborado por Oliveira (1985), que observa que “[...] os bondinhos elétricos, que pela subida ser muito forte [da Rua da Praia esquina com a Rua Senhor dos Passos], aconteceu algumas vezes de faltar energia e eles despencarem de ré.”<sup>47</sup>

---

43 CORUJA, Antônio Álvares Pereira. *Antigualhas; reminiscências de Porto Alegre*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1983. p. 122.

44 FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1988. pp. 80-83.

45 FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1988. pp. 301-302.

46 SPALDING, Walter. *Pequena história de Porto Alegre*. Porto Alegre: Sulina, 1967. p. 137.

47 OLIVEIRA, Clovis Silveira de. *Porto Alegre: a cidade e sua formação*. Porto Alegre: Gráfica e Editora Norma, 1985. p. 159.

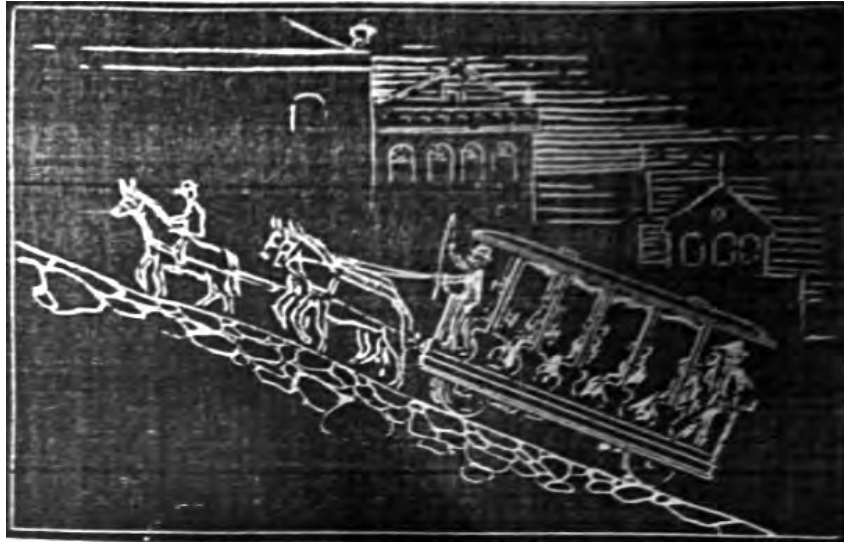


Figura 19: “O bondinho que subia a Rua de Bragança, com o burrinho auxiliar, que ao chegar à esquina da Casa Masson, auxiliava os outros.” (Mazon, 1974).

Apesar destas condições, há relatos de que houve ricos sobrados nas esquinas dos becos com as ruas principais: Coruja (1983 [1881]) dá indícios de construções de maior vulto quando fala, por exemplo, do Beco do Pedro Mandinga (atual Rua General Canabarro):

[...] por trás mais ou menos da Igreja das Dores havia um pequeno *sobrado* [grifo da pesquisadora] em que morava Pedro de Sousa Lobo (Pedro Mandinga) tendo ao lado um *grande sobrado* [grifo da pesquisadora] em que morava seu futuro genro Israel Soares dePaiva. Entre um e outro sobrado havia um curto e *estreito* [grifo da pesquisadora] beco que só chegava ao alto da Bronze, e a que o povo dava o nome de Beco do Pedro Mandinga.<sup>48</sup>

Freyre (2006 [1933]), porém, dá uma pista sobre a possível transformação destas moradas nobras, ao longo do século XIX, em habitações populares: “a transformação, também de antigos sobrados urbanos ou suburbanos, outrora habitações de famílias solidamente patriarcais em [...] cortiços, 'cabeças-de-porco', prostíbulos [...]”<sup>49</sup>

O *Livro de registro das posturas municipais de 1829 até 1888*, por sua vez, aponta para uma interessante relação entre largura das ruas – sendo os becos caracterizados pela sua relativa estreiteza – e a categorização de suas edificações como cortiços:

48 CORUJA, Antônio Álvares Pereira. *Antigalhas; reminiscências de Porto Alegre*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1983 [1881]. p. 111.

49 FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: a decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano*. São Paulo: Global, 2006 [1933]. p. 46.



Acto de 31 de Maio de 1886. Approvando alguns artigos additivos ao Codigo de posturas da Camara Municipal desta Capital. [...] 1º – Todas as ruas que se abrirem d'ora em diante terão 17m,60 de largura, conforme o Artigo 4º do Codigo de posturas; aquellas, porem, que forem abertas fóra destas condições, não poderão de forma alguma ser aceitas pela Camara, ficando nesse caso obrigados os que as abrirem a conservar fechadas as entradas por meio de portões para qualquer rua, travessa ou praça em que desemboquem, e sendo consideradas cortiços quaisquer edificações nellas construidas [...]”<sup>50</sup>. p. 108.

Estas são, pois, algumas das particularidades e contradições próprias dos espaços popularmente descritos como becos na história de Porto Alegre. Entre os já citados acima, pode-se acrescentar muitos outros enumerados por Pesavento (1998)<sup>51</sup>, tais como o Beco do Império ou do Cemitério (atual Rua Espírito Santo), o Beco do Fanha ou do Inácio Manoel Vieira (atual Rua Caldas Júnior), o Beco da Cadeia (Travessa 2 de Fevereiro), o Beco do Ópera ou dos Ferreiros (atual Rua Uruguai), etc.

No contexto de desgaste da precária infra-estrutura e serviços urbanos originários do período colonial, dependentes da mão-de-obra escravizada, característica aliás comum a todas as cidades brasileiras, os becos surgem como locais de preferência para a ocupação das classes mais pobres. Havia grande demanda de moradia no centro da cidade, pois a abertura de fábricas nesse restrito perímetro atraía um grande contingente de trabalhadores pobres: muitos oriundos do campo, outros tantos da imigração europeia, mas todos buscavam na cidade uma moradia próxima ao seu lugar de trabalho. Como Carvalho (1995) afirma, o processo de industrialização implica “na concentração espacial de uma numerosa mão-deobra especializada em tarefas isoladas”<sup>52</sup>, e essa nova demanda passaria a tensionar de forma inédita a estrutura urbana ainda colonial de Porto Alegre. Como explica Possamai (2006), “ocupando a exígua área do centro histórico, às margens do Guaíba, esse contingente populacional tornava mais prementes os problemas relativos à moradia, ao saneamento, aos transportes e à circulação.”<sup>53</sup>

A estas camadas, os becos ofereciam desde cortiços, casarões senhoriais abandonados

50 Porto Alegre (RS). Secretaria Municipal de Cultura. *Livro de registro das posturas municipais de 1829 até 1888.* Coordenação de Silvia Rita de Moraes Vieira. Porto Alegre: Editora da Cidade: Letra & Vida, 2013. p. 108.

51 pp. 116-117.

52 CARVALHO, Lia de Aquino. *Contribuição ao estudo das habitações populares: Rio de Janeiro: 1866-1906.* In: ROCHA, Oswaldo Porto. *A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro: 1870-1920.* Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural. Divisão de Editoração, 1995. p. 48.

53 POSSAMAI, Zita Rosane. *O circuito social da fotografia em Porto Alegre (1922 e 1935).* Anais do Museu Paulista, junho, ano/vol. 14, número 001. Universidade de São Paulo. São Paulo, Brasil, pp. 263-289. p. 266.

e mesmo casinhas de aluguel, ainda que a preços fortemente inflacionados. Ainda assim, pelas suas características mais acidentadas e próximas às ruas principais na hierarquia viária, tornam-se os lugares de ocupação possível para essas populações, cujos limitados recursos tornava dependentes da proximidade das oportunidades de trabalho e relações sociais, bem como da mobilidade pelos pontos principais da cidade. E essas vantagens encontravam na zona central da cidade. Conforme explica Pechmann,

[...] a cidade, o espaço urbano, era vital nos expedientes de sobrevivência das camadas populares. Não se entenda aí, entretanto, o espaço, unicamente em sua materialidade. Mais adequado seria compreendê-lo como lugar das relações, sejam sociais, culturais, econômicas, de luta, de resistência, etc, que davam suporte à reprodução da existência desses grupos. Nesse sentido, o espaço público, a rua, se mostra muito mais importante para a população pobre do que a própria moradia.<sup>54</sup>

Além disso, sabe-se que o transporte público era precário e incipiente em Porto Alegre à época, e que não atendia a todos os pontos da cidade, em especial aqueles situados em partes mais elevadas de seu relevo.

Assim dividida em prósperas ruas comerciais e “áreas de enclave”, a cidade, segundo Pesavento (1999b), “[...] reproduzia, na ocupação do espaço, a assimetria social da ordem burguesa que se consolidava.”<sup>55</sup> As habitações das camadas pobres e trabalhadoras passavam então a ser “objeto de um discurso higienista, que se articulava a uma política moralizadora, as vivências e territórios dos pobres são tematizadas como focos da criminalidade, prostituição e promiscuidade.”<sup>56</sup>

Lanna (1996) reafirma essa posição, relacionando o caráter segregatório do processo de modernização não só com uma negação do passado colonial como também dos remanescentes do trabalho escravo, ou seja, a população negra e pobre:

A preocupação com o progresso, com a inserção no mundo desenvolvido fez com que se estabelecessem preocupações novas com o ordenamento entendido como racionalização do uso do espaço: alinhar, limpar, embelezar, demolir tudo o que fosse 'diferente'. As ruas que passarão a ser entendidas como território da circulação serão constituídas com novas larguras, com calçadas próprias para pedestres, com

54 PECHMANN, Robert Moses. *Os excluídos da rua: ordem urbana e cultura popular*. In: BRESCIANI, Stella (org.). *Imagens da cidade: séculos XIX e XX*. São Paulo: Ed. Marco Zero/FAPESP, 1994. pp. 29-34. p. 29.

55 PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Memória Porto Alegre: espaços e vivências*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999. 2a. ed. p. 58.

56 PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Memória Porto Alegre: espaços e vivências*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999. 2a. ed. p. 58.

vitruvianas e novos espaços de lazer. Ruas para encontros, para passeios. Rua esvaziada de seus antigos habitantes, *preenchida por transeuntes* [grifo da pesquisadora]. A resistência a estes movimentos levou a revoltas urbanas que atacavam as 'novidades', levou a repressões, degredos e mortes. Levou a uma segregação física e social que reforçava as tradições coloniais de alijamento da população da política, da negação da escravidão e do negro, da busca de um povo branco.<sup>57</sup>

Esses espaços inseriam-se, portanto, inconvenientes porém necessários, uma vez que abrigavam mão de obra barata, na cidade que a próspera burguesia reivindicava para si. Esta, porém, buscava a “cidade da ordem” a que a Pesavento (1999) se refere acima, e não mais a acanhada Porto Alegre colonial. Seu ideal era a Porto Alegre republicana, que se modernizava. A esse respeito, Lanna (1996) sintetiza esse movimento de busca de uma nova cidade, condizente em sua forma e sociabilidades aos ideais internacionais e republicanos, introduzindo novos espaços de convívio que começavam a aparecer também em Porto Alegre:

As elites brasileiras neste momento construíam seu projeto [de] sociedade nacional e reivindicavam para si o direito à cidade. [...] Elaborava-se uma nova forma de viver urbano. Os teatros, cafés, diversões fazem destas cidades que nascem, metrópoles. Pequenas e acanhadas, vilas perante os olhares estrangeiros, serão remodeladas não a partir do mundo do trabalho. Serão remodeladas pela exclusão do trabalhador, pelo afastar dos olhos uma pobreza indesejável, necessária e permanente. O encantamento com a velocidade, com as luzes, com a agitação noturna ganham espaço no projeto ideal de cidade que as elites estão elaborando.<sup>58</sup>

A busca deste ideal de modernidade se expressou, inicialmente, no campo das disputas discursivas a respeito do espaço urbano no fim do século XIX, revelando as percepções da época a respeito becos como espaços estigmatizados e na elaboração de estratégias para sua erradicação da área central. Naturalmente, essa tensão entre a cidade que se queria moderna e a cidade remanescente do período colonial, as sociabilidades populares e as sociabilidades burguesas, e entre os espaços da “cidade da ordem” e dos “lugares de enclave” far-se-á sentir nos discursos de imprensa, com vistas a causar indignação dos leitores: “[...] fomos ter à uma rua estreita e suja, ou melhor, a um *beco, pouco distante da principal rua de Porto Alegre isto é bem no centro desta piedosa capital de religiosidades e política* [grifo da pesquisadora].”<sup>59</sup> Mazon (1949) também relata que moradores da Cidade Baixa evitavam frequentar o antigo

57 LANNA, Ana Lúcia Duarte. *Cidade colonial, cidade moderna no Brasil: pontos e contrapontos*. IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, Rio de Janeiro, novembro de 1996. pp. 497- Disponível em <http://unuhoopadagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/461/437> p. 499

58 LANNA, Ana Lúcia Duarte. *Cidade colonial, cidade moderna no Brasil: pontos e contrapontos*. IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, Rio de Janeiro, novembro de 1996. pp. 497-503. Disponível em <http://unuhoopadagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/461/437> p. 502

59 *Gazetinha*, Porto Alegre, 12.05.1898. In: PESAVENTO, Sandra Jatáhy. *Os sete pecados da capital*. São Paulo: Hucitec, 2008. p. 183.

Beco do Meirelles (trecho da Rua General Paranhos) para acessar o centro da cidade “porque arriscavam-se a ficar 'mal vistos' e as famílias passavam de cara virada, mesmo que fosse pelas esquinas.”<sup>60</sup> Também Pesavento (2008) transcreve um trecho do jornal “Gazetinha” (12.01.1896) que trata de pintar com cores fortes o ambiente do Beco do Poço, outro trecho da mal-afamada General Paranhos:

Na quadra calamitosa que atravessamos, com as espeluncas existentes na capital, raro é o dia em que o cadastro da polícia não registra fatos vergonhosos que muito cooperam para o nosso descrédito, entre eles conflitos em plenas ruas ao clarão do dia e nos lugares mais públicos [...] Ruas há nesta cidade em que não pode uma família transitar pacificamente, em face do estado de imoralidade que se nota nas mesmas ruas, já pela permanente convivência de homens de baixa esfera, que vivem em completos desacatos, já pela maneira inconveniente que se portam estas mulheres depravadas, entregues ao vício da embriaguez. Haja vistas a rua General Paranhos, antigo Beco do Poço, que prima pela beleza d'arte, em seus assombros...<sup>61</sup>

---

60 MAZERON, Gaston Hasslocher. *Reminiscências de Pôrto Alegre: A Cidade Baixa não existe mais*. Almanaque do Correio do Povo, 1949. pp. 156-158. Disponível em: [http://pwwweb2.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/cidadebaixa/usu\\_doc/cidade\\_baixa\\_cp\\_1949.pdf](http://pwwweb2.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/cidadebaixa/usu_doc/cidade_baixa_cp_1949.pdf) p. 156.

61 *Gazetinha*, Porto Alegre, 12.05.1898. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os sete pecados da capital*. São Paulo: Hucitec, 2008. p. 150.

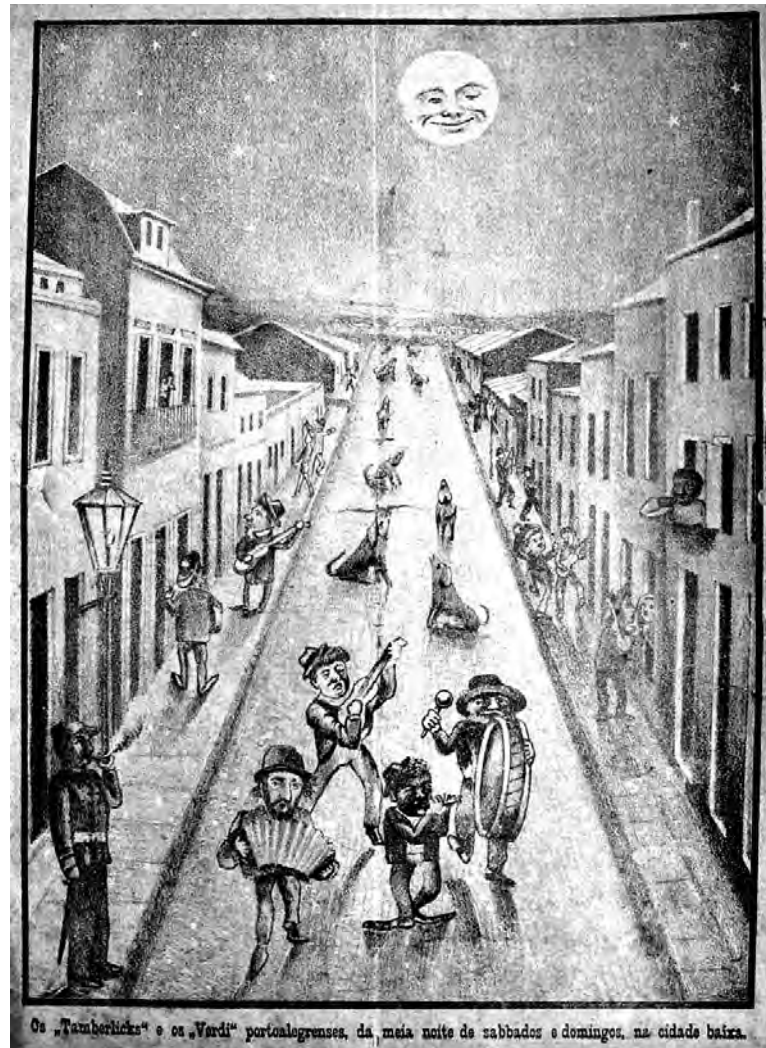


Figura 20: Espaços e sociabilidades populares. Ilustração da revista "O Papa", "Anno I, Nr 8, 22/01/1901. Hemeroteca do Museu Hipólito José da Costa.

Da mesma forma, não há economia de referências à insalubridade dos becos, como o mesmo jornal, de 05/03/1896, destaca: “Horas ha, durante o dia, em que torna-se prejudicial à saúde transitar-se por ali<sup>62</sup>, tal é o fétido que exalam as ditas calhas.”<sup>63</sup> Ainda em 1926, o *Correio do Povo* refere-se ao Beco do Poço como “theatro de inumeras scenas de desordens”<sup>64</sup> e noticia que a demolição deste beco, no mesmo ano,

[...] expulsou a gentalha ali habitante - que, afinal, devia encafiar-se em alguma parte. A mesma gentalha, entretanto, aprecia e prefere o centro da cidade: não as

62 O Beco do Poço.

63 *Gazetinha*, Porto Alegre, 12.05.1898. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os sete pecados da capital*. São Paulo: Hucitec, 2008. p. 165.

64 *Correio do Povo*, 23/06/1926.

arterias principaes, - o que, então, seria o cumulo! - mas as transversaes, que são precisamente a caterva de beccos que infestam o coração da “urbs”.<sup>65</sup>

Trata-se, pois, de discursos contra a manutenção daqueles espaços na cidade que se modernizava, condenando-os tanto pelas sociabilidades que os tinham por cenário (fig. 20), quanto pela sua materialidade como remanescentes insalubres da cidade colonial. Este, portanto, foi o tom do discurso que preparou as cidades brasileiras para os grandes impulsos de modernização urbana da transição do século XIX para o XX. Embora de modo tardio, na gestão do Intendente Otávio Rocha, Porto Alegre teve nesses mesmos moldes o seu processo de inserção na modernidade urbana, implantando as reformas previstas pelo Plano de João Moreira Maciel, de 1914, sob discursos de imprensa que moldaram a opinião pública e geraram pressões políticas, precipitando as grandes remodelações. Muitos dos becos da área correspondente ao Primeiro Distrito, ou seja, central, figuravam naturalmente como alvos preferenciais das grandes demolições e remodelações viárias. Cabe, pois, examinar com que tipo de espaço, e com que tipos de edificações, a municipalidade da capital da Província, combalida pelas disputas políticas que culminaram em 1923, teve de se confrontar para abrir as modernas avenidas da atualidade.

---

65 *Correio do Povo*, 23/06/1926.

## CAPÍTULO 4 – OS BECOS DE PORTO ALEGRE

### 4.1. OS BECOS ATRAVÉS DAS PLANTAS DE PORTO ALEGRE

Conforme Souza,

Porto Alegre está situada nas margens do Guaíba, na desembocadura de cinco rios, e comunica-se com o interior e com o porto de Rio Grande através da laguna dos Patos e desses rios. A cidade localizava-se numa colina, em uma espécie de península que avançava sobre o lago Guaíba. O seu divisor de águas, a atual rua Duque de Caxias, foi também um divisor do território. Sua margem norte era contemplada com as melhores condições de navegabilidade quanto à profundidade e à proteção dos ventos dominantes, e ali foram sendo construídos os trapiches e embarcadouros desde os primórdios da formação da cidade. [...] O lado sul representava as 'costas da cidade'. A exposição ao vento Minuano, forte e desagradável, afastava as populações e as suas atividades do local, fazendo com que tivesse uma densidade de ocupação muito baixa, abrigando uma população de excluídos da sociedade, de gente desempregada, que vivia de expediente.<sup>1</sup>

Conforme aponta a autora, a presença de um divisor de águas no relevo do sítio escolhido para a fundação da cidade teve um papel importante na forma como se deu a sua ocupação. Como pode ser visto na planta de 1839 (fig. 23), os becos da cidade tiveram sua formação sobre estas duas encostas, especialmente a norte, dada a maior ocupação. Essa característica é fruto do modo de ocupação do território de origem colonial portuguesa, como pôde ser visto no Capítulo 3, inserindo portanto a cidade de Porto Alegre nesta tradição.

Cabe, portanto, analisar os registros desta ocupação – as plantas e mapas da cidade produzidos desde seus primórdios -, e o modo como os becos são representados nelas, afim de inferir suas características ao longo do tempo.

A planta de 1833 - *Pianta da Cidade de Porto Allegre*, 1833 de Livio Zambecari (fig. 21) - é bastante esquemática em indicar a ocupação densa da encosta norte do espigão. Em suas legendas citam-se alguns dos principais marcos e ruas da cidade, bem como referências a casas de particulares, sem contudo fazer menção a becos. No mapa propriamente dito, só aparecem as letras e números que são relacionados nas legendas. Entretanto, é possível localizar a provável posição do Beco do Couto ou do Cordoeiro, em direção à Santa Casa, em

<sup>1</sup> SOUZA, Célia Ferraz de. *Plano Geral de Melhoramentos de Porto Alegre: o plano que orientou a modernização da cidade*. Célia Ferraz de Souza. Porto Alegre: Armazém Digital, 2010. pp. 31-32.

região de ocupação ainda relativamente rarefeita. Nota-se nessa área uma clara sinalização de áreas verdes, correspondendo ao que na literatura descreve-se como chácaras. Da mesma forma, tem-se na mesma região uma possível localização do futuro Beco da Cadeia ou do Trem, cruzando o anterior. Mais a oeste, pode-se estimar as possíveis localizações do futuro Beco do Poço ou Rua General Paranhos, bem como das Travessas Angustura e Itapirú. A execução da planta não permite determinar com exatidão a posição dos antigos Beco dos Guaranis (Rua Vasco Alves), Beco do Bot'á Bica (ou do João Manoel Vieira, atual General Portinho); Beco do Pedro Mandinga ou Rua Direita (Rua General Canabarro, embora este esteja indicado possivelmente pela quebra de sentido na altura da rua da Igreja (Duque de Caxias), o que é consistente com os mapas subsequentes); Beco dos Sete Pecados Mortais, Jogo da Bola e Nabos a Doze (Rua General Bento Martins); a Rua Clara (General João Manoel) e Beco do Fanha (Rua Caldas Júnior), embora seja possível que já se encontrem aí representados, dada a densidade da encosta norte aí registrada. Por outro lado, já é possível ver esboçada a localização do Beco do Império ou Cemitério, ao lado da Igreja Matriz .



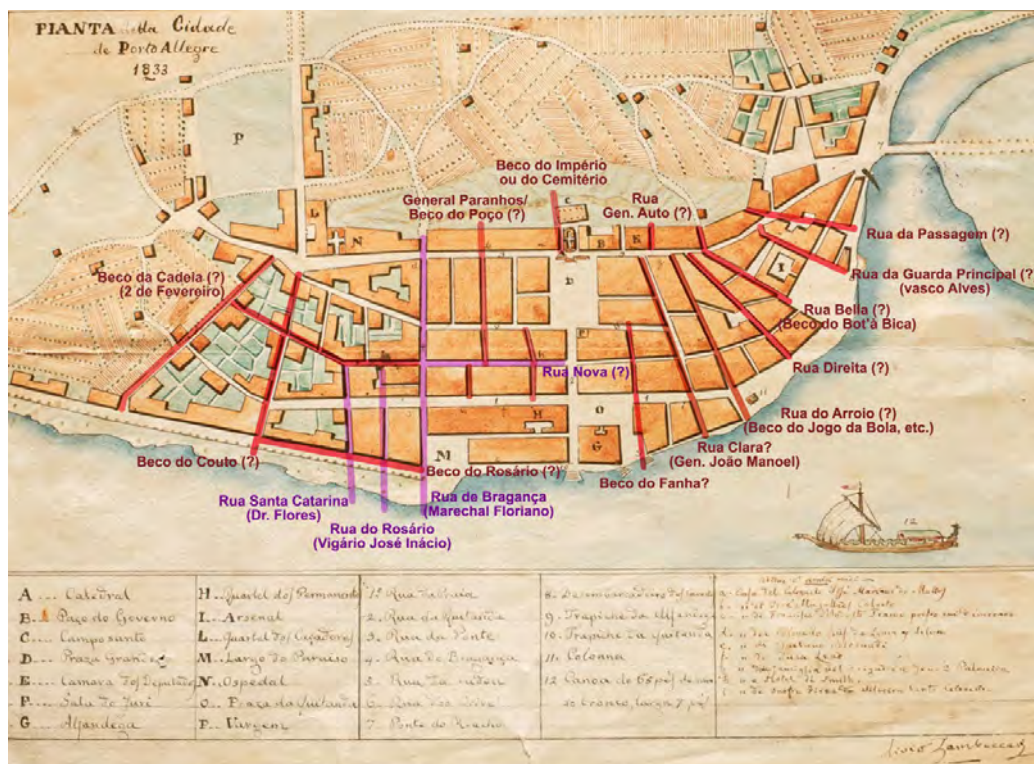


Figura 21: Planta da cidade de Porto Alegre de 1833 com as prováveis localizações de becos e algumas ruas principais marcados em vermelho e roxo pela pesquisadora.

A planta de 1838 (fig. 22) - *Planta da cidade de Porto Alegre Capital da Provincia do Rio Grande de S. Pedro do Sul, vista do rio e terra em toda a sua circumferencia, sua estatística correspondente, demonstração do entricheiramento que lhe tem servido de defeza desde o memoravel dia 15 de Junho de 1836, em que foi verificada a reacção legal, movida por motivo da comoção na Provincia que teve principio nesta mesma cidade em 20 de Setembro de 1835 até ao 2º anno de sua data, tempo em que esta he concluida: achar-se-hão mais as declarações necessarias á sua intelligencia, assim como commemorações do que mais pode interessar a respeito. Porto Alegre 20 de junho de 1837*, sem nome de cartógrafo - não traz indicação de topografia do terreno, mas pode-se notar a continuidade da ocupação rarefeita na encosta sul, bem como na região dos becos próximos à Várzea (do Oitavo, do Israel e do Firme). Em suas legendas aparecem referências a becos da cidade, e no mapa propriamente dito, só aparecem as letras e números que são relacionados nas legendas. Na 1ª

parte das legendas intitulada 'Estatísticas dos subúrbios e entrincheiramento da cidade' três becos aparecem nomeados: (3) Beco do Freitas Travassos, (4) Beco de Antônio Gonçalves Carneiro e (6) Beco de Antônio Martins Barbosa. Na parte intitulada 'Estatísticas da Cidade' 8 becos são nomeados como tal: (86) Beco da Fome, (87) Beco do Quartel do 8º Batalhão, (89) Beco do Firmo, (90) Beco do Israel Soares de Paiva, (94) Beco do Brito, (95) Beco da Casa da Opera, (96) Beco do Barriga e (99) Beco do Fanha. O beco do Firmo está indicado como “Beco do Firmo”, consistente com os erros por vezes cometidos pelo poder público descritos por Porto Alegre<sup>2</sup> (1940), e pode-se notar as edificações representadas em sua esquina junto à paliçada da cidade, o que é consistente com Franco (1988). Mais a leste, a indicação da Igreja do Rosário permite localizar o beco do Rosário, ocupado quase que somente em seu primeiro trecho, o mais próximo à Praça do Paraíso (Mercado Público), bem como o Beco do Couto, que em sua margem leste aparece como “Chácara de S. Rafael, Fonte e Potreiro”, no número 29. Este aparece indicado como “Rua do Coito, ou do Cordoeiro” (nº 79). Na posição do Beco do Jacques aparece o de número 89, indicado como “Beco da Fome”, o que pode ser um possível erro ortográfico. O Beco do Trem ainda aparece aberto entre as ruas de Bragança (Marechal Floriano) e do Rosário (Vigário José Inácio).

---

2 PORTO ALEGRE, Achylles. *História popular de Porto Alegre*. Edição organizada por Deusino Varela para as comemorações do bicentenário da cidade e oficializada pela Prefeitura Municipal. Porto Alegre, 1940. p. 15.

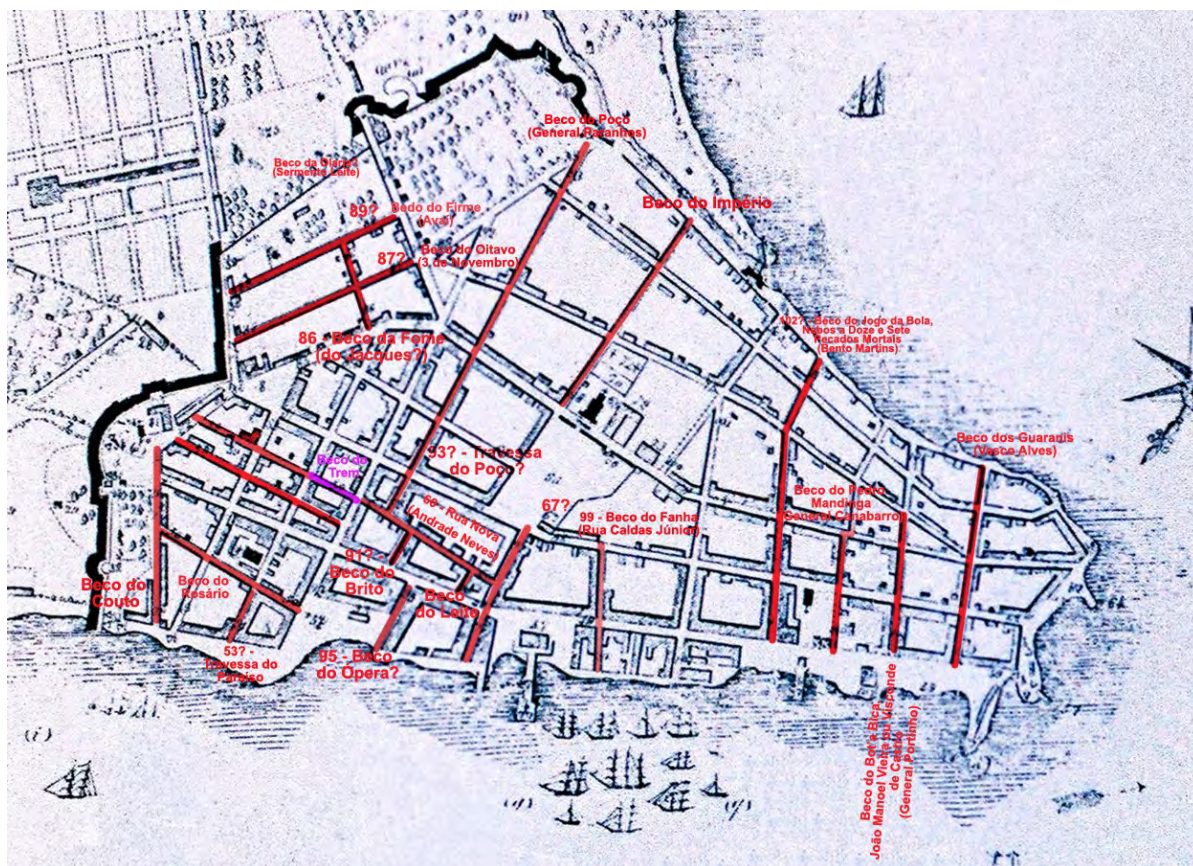


Figura 22: Detalhe da Planta de Porto Alegre de 1838 com os becos indicados em sua legenda e marcados em vermelho pela pesquisadora.

Já a planta de 1839 (fig. 24)- *Planta da Cidade de Porto Alegre, por L. P. Dias. Com a linha de Trincheiras e Fortificações que lhe tem servido de defesa desde o memorável dia 15 de junho de 1836, com as rectificações e melhoramentos que se tem feito por motivo de ter sido atacada pelos sediciosos em 1836, 1837 e sitiada em 1838, 1839 tempo em que esta he concluída com duas Vistas, hua de Leste, outra do Oeste com as declarações a respeito. Porto Alegre, 2 de Dezembro de 1839, feita por Luiz Pereira Dias - é rica em detalhes. Em suas diversas legendas vários becos aparecem e no mapa propriamente dito, só aparecem as letras e números que são relacionados nas legendas (fig. 23). Na legenda da Vista de Leste, não há menção aos becos, mas na legenda da Vista de Oeste o (34) Beco do Barbosa é nomeado. Já na legenda do mapa propriamente dito, intitulada 'Estatística da Cidade e Subúrbios' 11 becos são nomeados: (31) Bêco do Leite, (32) B. do Coelho, (33) Beco do*

Fanha, (34) Beco da Fonte, (35) B. da Opera, (36) B. do 8º Batalhão, (37) B. do Firme, (38) B. do Israel, (39) B. do Barboza, (40) B. do Chico Pinto e (41) B. do Carneiro.

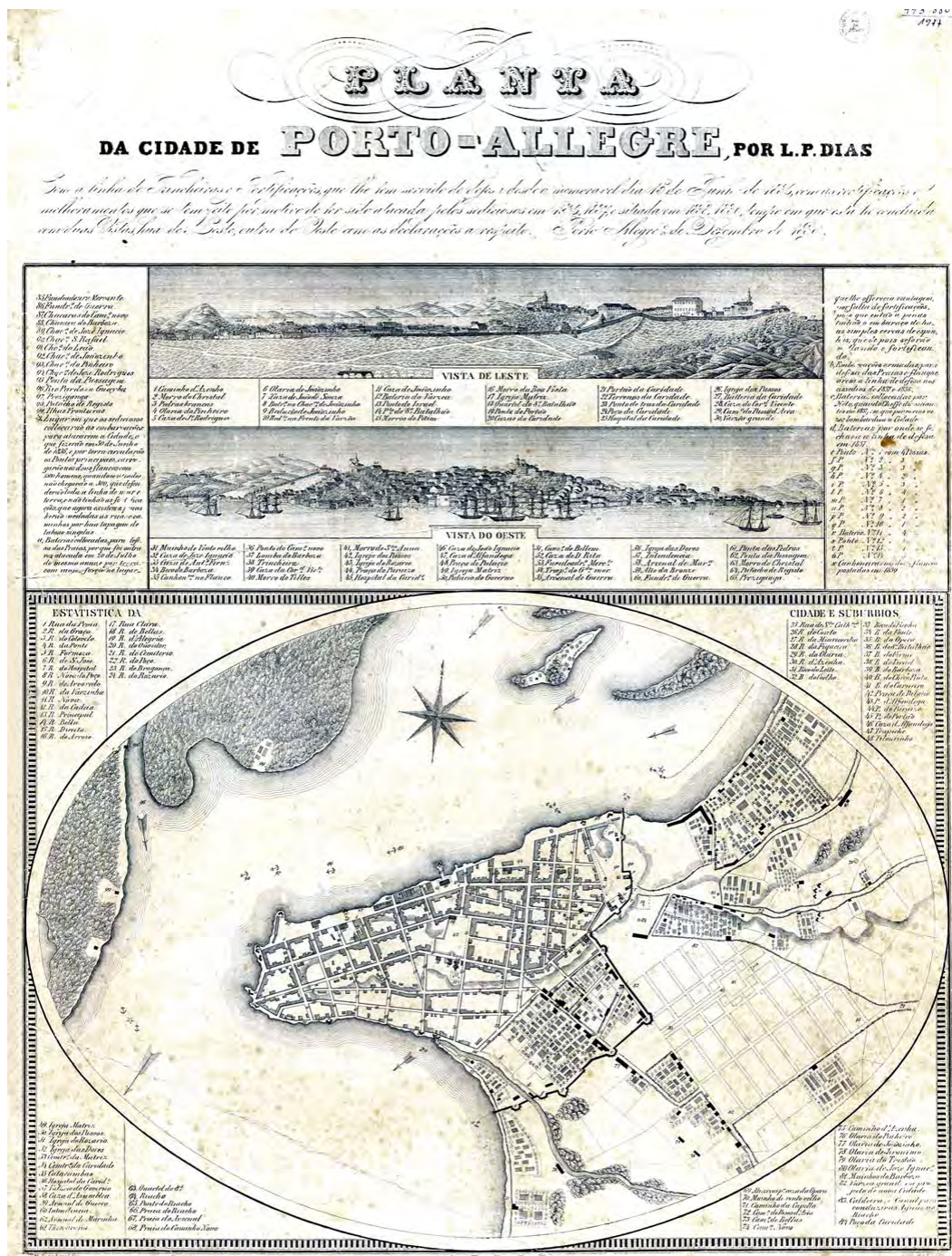


Figura 23: Planta de Porto Alegre de 1839 em sua versão original: as ruas e becos estão sinalizados por letras e números identificados na legenda.

Na sua “vista de Oeste”, pode-se notar a representação dos grandes quintais de interior de quadras, consistentes com a baixa densidade de ocupação urbana apontada por Nestor Goulart Reis (2000), típica do urbanismo colonial português: “as quadras, quando completamente edificadas, compunham-se de uma linha contínua de construções, dos lados das ruas, com um grande vazio constituído pelos quintais, na parte interior.”<sup>3</sup> Na “vista de Leste” aparecem representados a Igreja Matriz e um trecho descampado consistente com a localização do posterior Beco do Jacques (Rua 24 de Maio), subindo em direção à rua da Igreja e posicionado de modo aparentemente transversal ao trajeto presumido do Beco do Oitavo (Avenida André da Rocha) e do Israel (Rua Sarmento Leite). Em seguida, destaca-se o quartel do 8º Batalhão, bem como o seu portão na paliçada de defesa da cidade, de onde se pode deduzir a localização do beco homônimo. Consistente com a representação em planta, a encosta sul logo abaixo da Igreja Matriz aparece como tendo uma ocupação rarefeita e predominantemente silvestre. Localizando a Igreja do Rosário ainda na vista Oeste, pode-se ver o possível trajeto do Beco do Rosário (Avenida Otávio Rocha) numa área ainda de ocupação rarefeita, o que é consistente com Coruja (1983[1881]): “só lhe conheci o nome de Beco do Rosário depois que se edificou o templo deste nome, entre o qual e o beco nenhuma casa então havia.”<sup>4</sup> Da mesma forma, mostra-se ainda de baixa ocupação o provável trajeto do Beco do Couto ou do Cordoeiro (Rua Senhor dos Passos), especialmente na sua margem Leste. Na mesma vista, a representação de um sobrado de três andares como “Caza de João Ignacio” sinaliza o trajeto do Beco da Garapa, seguido da Rua do Ouvidor ou da Ladeira (Rua General Câmara). Adiante, logo após a indicação da posição da Praça da Alfândega, o posicionamento dos telhados das construções indica um trajeto de subida da encosta norte, possivelmente o Beco do Fanha (Rua Caldas Júnior) ou a Rua Clara (General João Manoel). Finalmente, a representação da Igreja das Dores permite localizar dois percursos de subida da encosta cujas posições são consistentes com as do Beco dos Sete Pecados Mortais (Rua General Bento Martins) e do Beco do Pedro Mandinga ou Rua Direita (Rua General Canabarro).

De modo geral, os becos que percorrem transversalmente a península mostram uma

---

3 REIS, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500/1750)*. 2ª edição revisada e ampliada. São Paulo: Pini, 2000. p. 150.

4 CORUJA, Antônio Álvares Pereira. *Antigualhas; reminiscências de Porto Alegre*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1983. p. 105.

ocupação bem menos densa na encosta sul, e especialmente nos trechos de declividade mais acentuada marcados no mapa, o que indica uma dificuldade de ocupação em função da topografia.

Como esperado, os becos próximos à área da Várzea (do Oitavo, do Firme e do Israel) apresentam ocupação bastante baixa, possivelmente predominantemente rural, conforme representado no mapa.

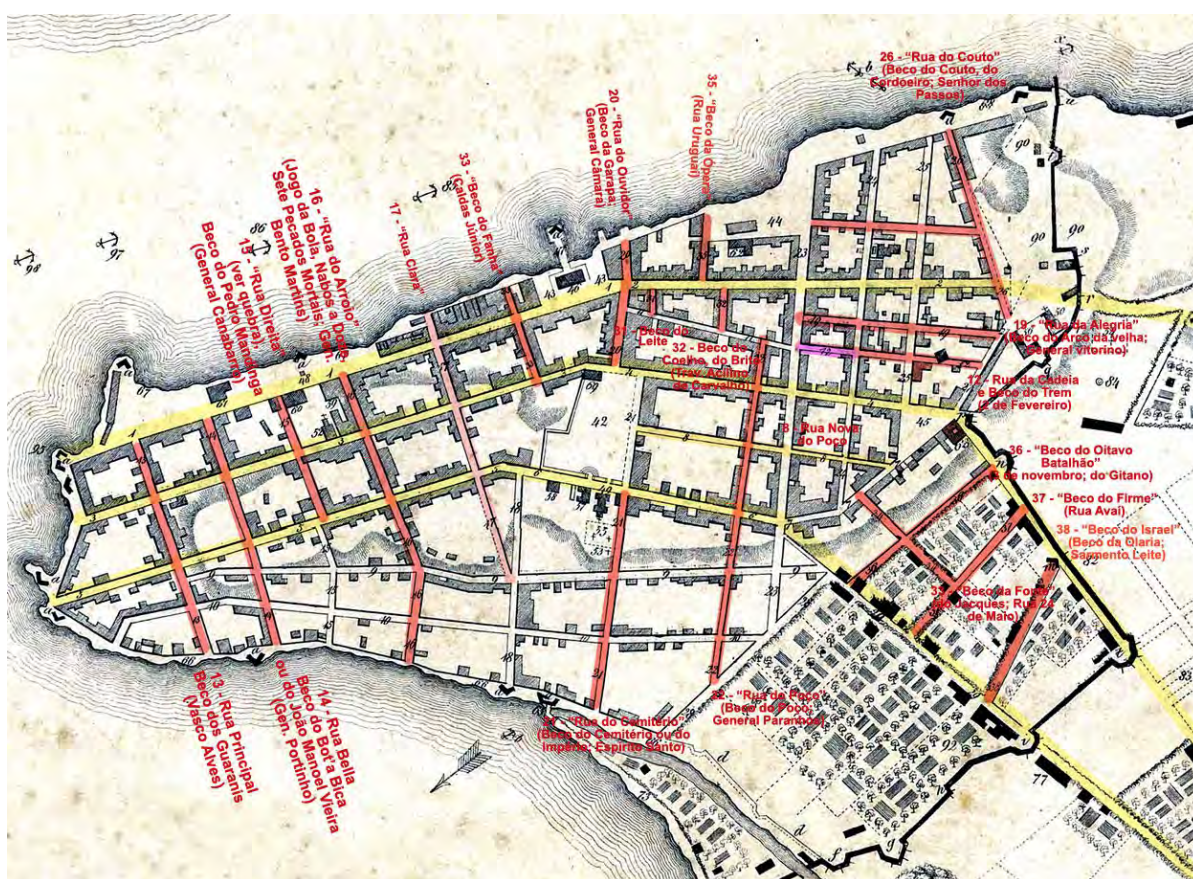


Figura 24: Detalhe da Planta de Porto Alegre de 1839 mostrando os becos indicados na sua legenda e marcados em vermelho pela pesquisadora.

A planta de 1844 (fig. 25) - *Planta da Cidade de Porto-Allegre, 1844* de Conrado Jacob de Niemeyer -, conforme Fialho,

A planta de Porto Alegre de 1844 [...] se apóia na planta de L. P. Dias, impressa cinco anos antes. Isto pode ser constatado ao comparar-se o traçado das duas: a



Na planta de 1868 (fig. 26) - *Planta da Cidade de Porto Alegre Capital da Prov.<sup>a</sup> De São Pedro do Rio Grande do Sul* feita por Antonio Eleuthério de Camargo - suas legendas não nomeiam nenhuma rua, ou beco.

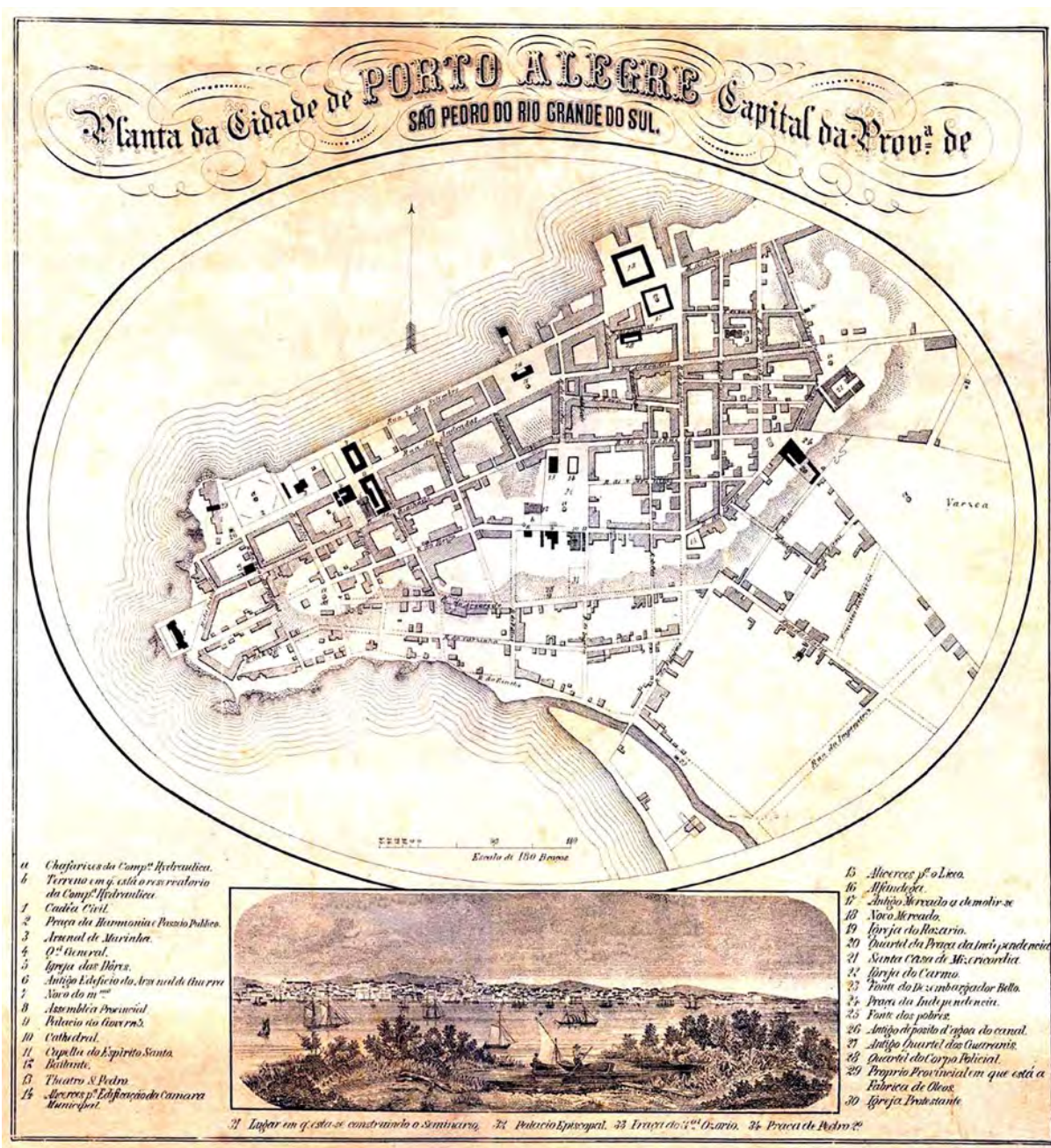


Figura 26: Planta de Porto Alegre de 1868, mostrando o traçado das ruas e becos da cidade sem porém identificá-los.



Os nomes das ruas aparecem nomeados no mapa propriamente dito, aparecendo alguns logradouros - nove - que são intitulados como beco: Beco da Bahia (atual R. Demétrio Ribeiro), Beco do Império (atual R. do Espírito Santo), Beco do Leite (rua que interligava antigamente a Rua Andrade Neves com a Rua dos Andradas - não mais existe), Beco do João Coelho (atual Trav. Eng. Acilino de Carvalho), Beco do Fanha (atual R. Caldas Júnior), Beco do Firme (atual Rua Vinte e Quatro de Maio), Beco da Ópera (atual R. Uruguai), Beco do 8º (atual Av. Des. André da Rocha) e o Beco do Rosário (atual Av. Otávio Rocha). Nota-se no local do Beco dos Guaranis a indicação da edificação do “Antigo Quartel dos Guaranis”. Curiosamente, o Beco do Jacques aparece com um nome diferente, sendo sinalizado na planta como “Beco do Liceu”. Porto Alegre (1940) parece aludir a esse beco que subia para o Liceu, cuja posição dos alicerces são indicados pelo número 15 neste mapa, tornando-o consistente com o nome modificado do logradouro:

Ranchos de moças e rapazes de famílias visinhas, desciam ao cair da tarde a lomba do Lyceu, alegres e contentes em busca da fresca que se encontrava sob a alameda que ia da Ponta de Pedra ao chafariz. Era uma nesga de matto bem espesso, que dava ao local um ar de roça.<sup>6</sup>

Já o Beco do Trem aparece fechado, descontinuando-o com a Rua Nova (Andrade Neves), conforme descrito por Franco (1988):

“[...] em 1824, Lourenço Antônio Pinto de Miranda, invocando direitos de propriedade sobre um terreno da Rua de Bragança, começou a construir ali um prédio que interrompia o desenvolvimento do Beco da Cadeia. A Câmara Municipal (em 21/2/1824) expediu mandado de demolição do 'princípio de edifício' que ali fazia o mesmo Miranda [...] A demanda se arrastou desde 1829 até 1846, quando todos os recursos da Municipalidade se esgotaram, e, derrotada, a Câmara teve de devolver ao contendor a posse do terreno questionado. Fechou-se assim a já estreita ligação que havia entre as ruas de Bragança e do Rosário, conhecida como Beco do Trem [...]”<sup>7</sup>

Nesse mesmo lado, nota-se considerável aumento na ocupação da margem sul do Beco do Rosário, possivelmente em função da construção da Igreja Luterana, já indicada na planta. Outro aspecto importante desta planta é o fato de o Beco do Rosário e a futura General Paranhos (Beco do Poço/Meireles/Freitas) estarem representados significativamente mais

6 PORTO ALEGRE, Achylles. *História popular de Porto Alegre*. Edição organizada por Deusino Varela para as comemorações do bicentenário da cidade e oficializada pela Prefeitura Municipal. Porto Alegre, 1940. p. 57.

7 FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1988. p. 138.



Cordoeiro, agora aparecendo ali como “Rua do Nosso Senhor dos Passos”.

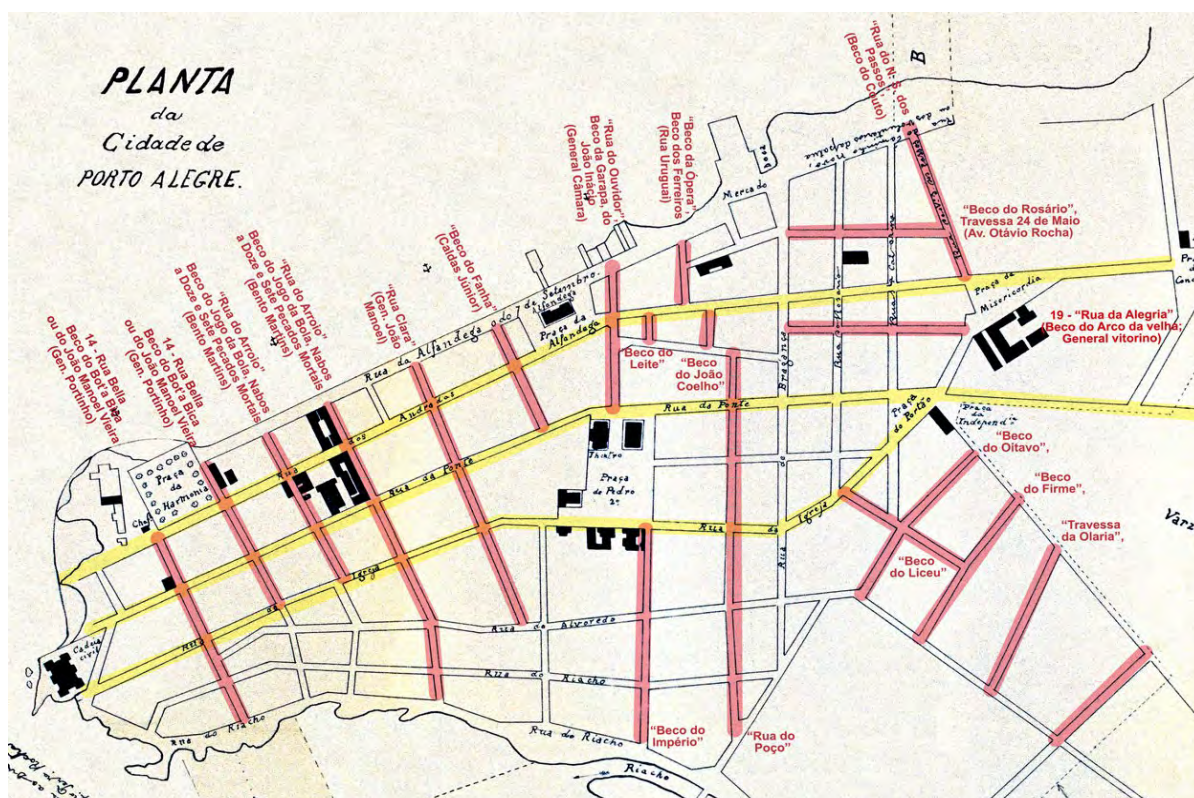


Figura 28: Detalhe da Planta de Porto Alegre de 1872 mostrando as localizações dos becos marcados em vermelho pela pesquisadora.

A planta de 1881 (fig. 29) - *Planta da cidade de Porto Alegre. Organizada segundo os documentos oficiais existentes, completada e executada pelo Engenheiro Henrique Breton, 1881* - não possui legendas. As ruas, praças, espaços e prédios importantes estão nomeados no mapa propriamente dito. O termo beco não é utilizado para nomear nenhum local. Desse modo esta planta traz uma característica marcante: nela, o termo “beco” desaparece completamente das indicações dos diferentes logradouros da cidade, substituídos pelas novas nomeações em homenagem aos heróis da Guerra do Paraguai. Segundo Macedo (1993),

A Proclamação da República trouxe algumas alterações à toponímia. O povo saiu às ruas arrancando placas que evocavam o império e substituindo-as por novas, representativas do novo regime. A Rua da Imperatriz passou a ser Rua Venâncio Aires, a do Imperador ganhou o nome de Rua da República, e a Câmara termina por associar-se ao sentimento popular e, em 11 de dezembro de 1889, a Praça Conde

d'Eu passa, legalmente, a se chamar Praça 15 de Novembro.<sup>8</sup>

De acordo com a massa edificada representada nessa planta, nota-se um aumento na ocupação da encosta sul do espigão, mas ainda mais acentuada ao longo dos percursos longitudinais (Rua do Arvoredo, Rua da Varzinha, Rua da Margem).

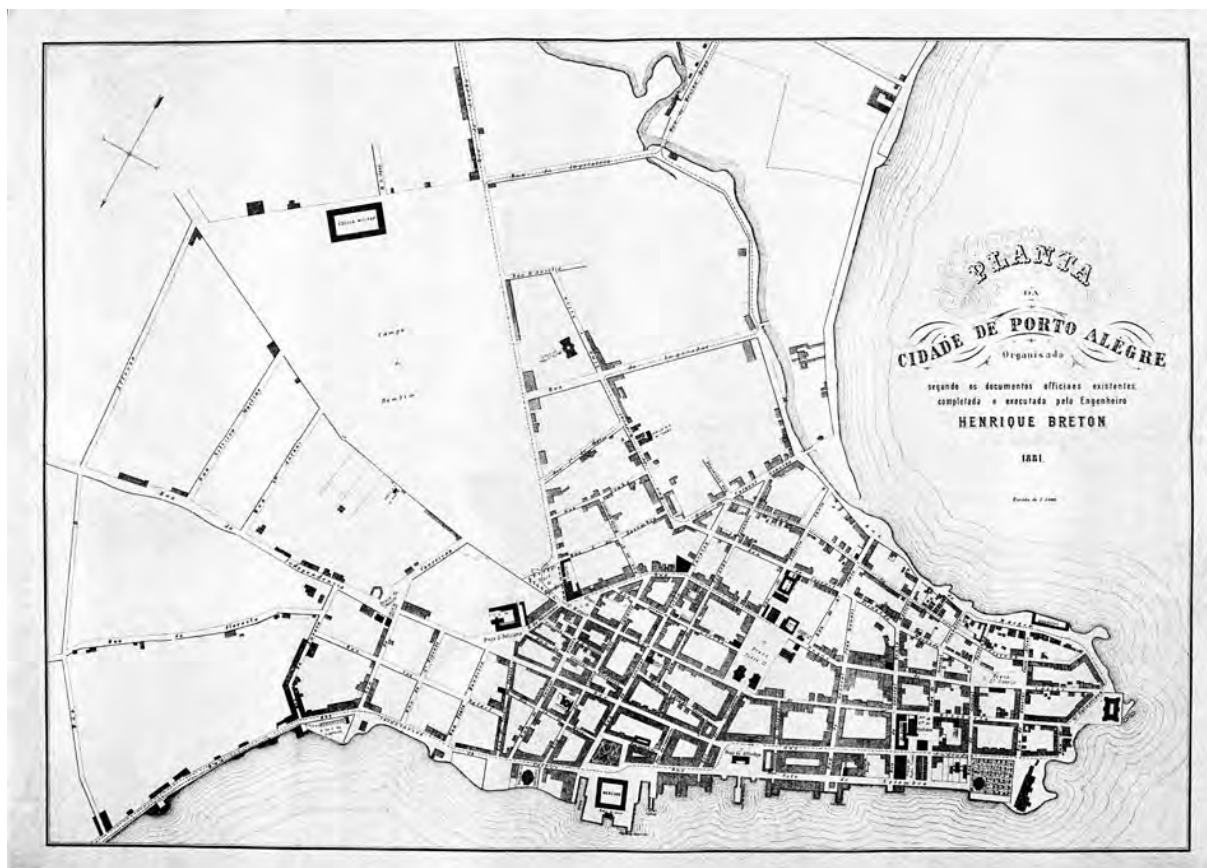


Figura 29: Planta de Porto Alegre de 1881, com os novos nomes dos logradouros colocados diretamente sobre os seus locais.

Na região leste do centro histórico, o Beco do Trem permanece fechado, descontinuando a Travessa 2 de Fevereiro e a Rua Nova (Andrade Neves), e nota-se ligeiro aumento de ocupação da margem leste do Beco do Couto, enquanto que o Beco do Rosário permanece aproximadamente com a mesma ocupação anterior.

8 MACEDO, Francisco Riopardense de. *História de Porto Alegre*. Porto Alegre: UFRGS, 1993. p. 80.

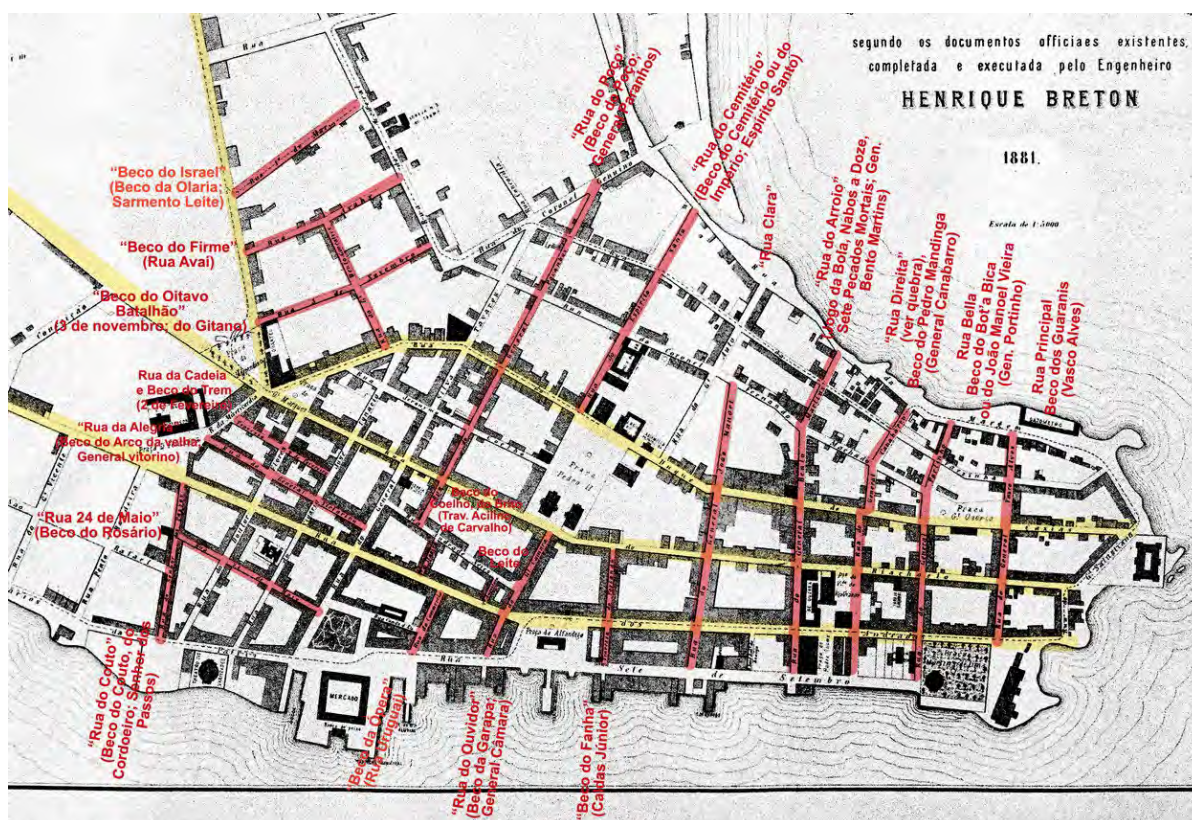


Figura 30 : Detalhe da Planta de Porto Alegre de 1881 com a localização dos becos indicada em vermelho pela pesquisadora.

A Planta de 1888 (fig. 31) - *Planta de Porto Alegre, Capital da Província do Rio Grande do Sul compreendendo os seus arraiaes, organizada e desenhada pelo Capitão de Artilharia e Engenheiro Militar João Candido Jacques* - possui uma legenda intitulada 'Quadro Estatístico' com 55 elementos, na qual nenhum logradouro é nomeado, apenas praças e edificações. Os logradouros estão nomeados no mapa propriamente dito, onde aparecem nomes de ruas, travessas, estradas e apenas um beco - o Becco do Valle, atual Rua Dr. Vale. Menos esquemática que a planta de 1872, a planta de 1888 ainda parece trazer indicações simplificadas da ocupação de cada quadra da área central da cidade. Contudo, pode-se notar uma continuidade na densificação da encosta sul do espigão, especialmente ao longo do Beco do Poço, Beco do Rosário e Beco do Couto, bem como o Beco do Arco da Velha e a Travessa 2 de Fevereiro. Pode-se especular quanto à ocupação adensada nesta área entre a Praça da Matriz e o Mercado Público, diferentemente da ponta da península, mais próximo à Igreja das

Dores. Da mesma forma que a planta de 1881, esta também não traz nomes de becos nas indicações de seus logradouros, mantendo os nomes oficiais dados anteriormente.

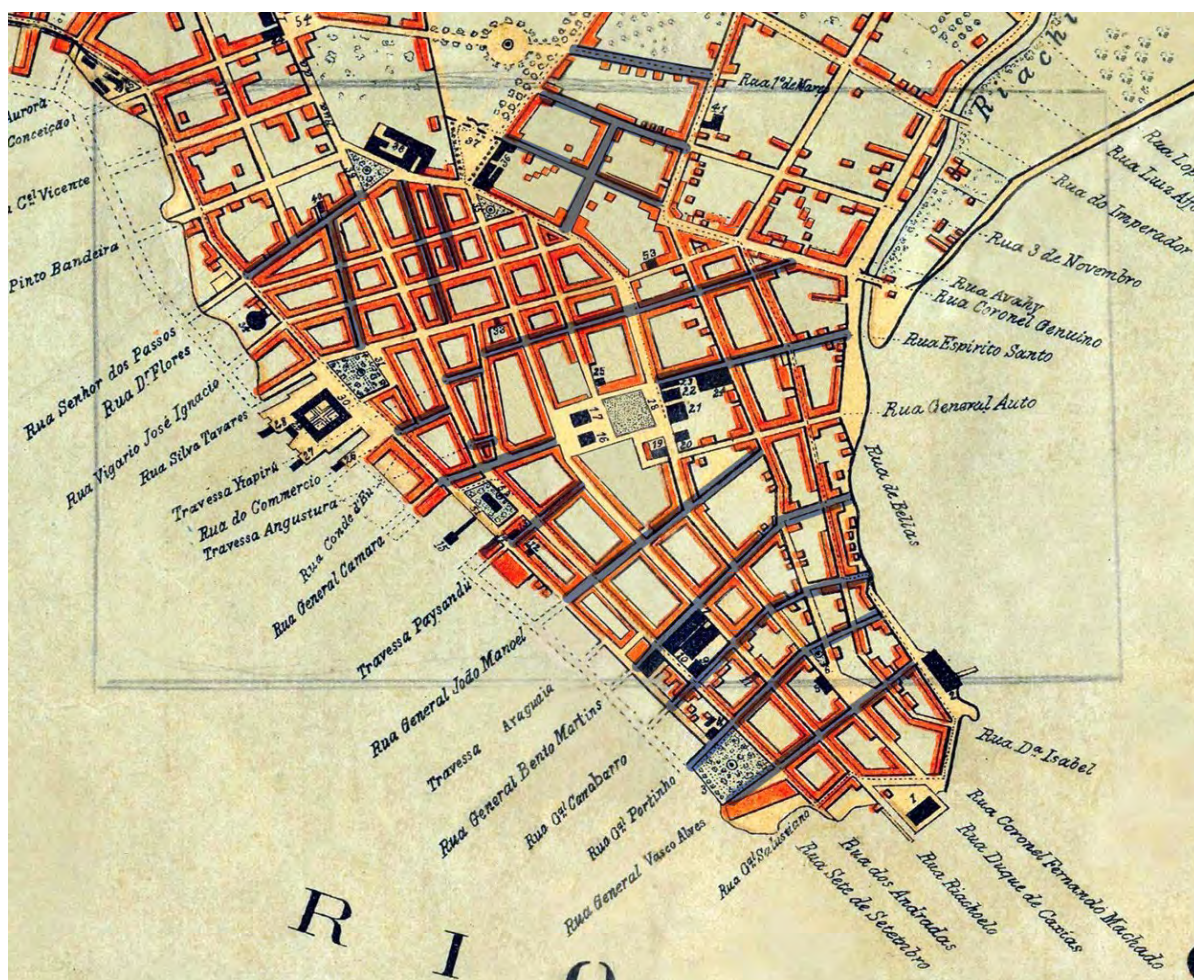


Figura 31: Detalhe da Planta de Porto Alegre de 1888 com as posições dos becos indicadas em azul pela pesquisadora.

Mas esta planta traz um cartucho que vale a pena ser comentado. Trata-se de uma tabela que é intitulada "Quadro das ruas e praças da cidade com os nomes que tiveram em outros tempos e os que tem actualmente", onde se pode ver nomeados vários dos becos da cidade.

**Quadro das ruas e praças da cidade com os nomes que tiveram em outros tempos e os que tem actualmente.**

	<b>Nomes antigos</b>	<b>Nomes actuaes</b>
<b>1</b>	<i>Beco dos Marinheiros</i> Rua da Alfandega	Rua 7 de Setembro
<b>2</b>	Rua da Graça Rua da Praia	Rua dos Andradas
<b>3</b>	Rua Nova	Rua G <sup>al</sup> . Andrade Neves
<b>4</b>	Rua do Cotovello Rua traz das Dores Rua da Ponte	Rua Riachuelo
<b>5</b>	Rua do Pântano Rua Nova do Poço Rua S. Jeronimo	Rua Jerônimo Coelho
<b>6</b>	Rua Formosa Rua Alegre Rua do Hospital Rua da Igreja	Rua Duque de Caxias
<b>7</b>	Rua do Arvoredo	Rua Fernando Machado
<b>8</b>	Rua da Varzinha	Rua D. Izabel
<b>9</b>	Rua costa do Rio Rua do Caminho Novo	R. Voluntários da Pátria
<b>10</b>	Rua da Marcella <i>Becco do Chico Pinto</i>	Rua da Floresta
<b>11</b>	<i>Becco da Marcella</i> <i>Becco do Carneiro</i>	Rua D. Affonso
<b>12</b>	<i>Becco do Rosario</i>	Rua 24 de Maio
<b>13</b>	Rua do Arco da Vellha Rua da Prisão Militar Rua da Alegria	R. Gen. Vitorino
<b>14</b>	Rua do Trem Rua da Cadeia Velha	R. Dous de Fevereiro
<b>15</b>	<i>Becco do Oitavo</i>	R. 3 de Novembro
<b>16</b>	<i>Becco do Firme</i>	Rua Avahy
<b>17</b>	<i>B. do Juca da Olaria</i>	Rua 1 <sup>o</sup> de Março
<b>18</b>	<i>Becco Israel</i>	R. do Imperador
<b>19</b>	Praia do Arsenal	R. G <sup>al</sup> . Salustiano
<b>20</b>	<i>Becco dos Guarany's</i> Rua da Guarda Principal	R. G <sup>al</sup> . Vasco Alves
<b>21</b>	<i>Becco do Bot a Bica</i> <i>Becco do Vieira</i> <i>Becco João de castro</i> Rua Bella	Rua G <sup>al</sup> . Portinho
<b>22</b>	B. do Pedro Mantinga Rua Direita Rua Conde de P <sup>o</sup> . Alegre	Rua G <sup>al</sup> . Canabarro
<b>23</b>	Rua do Arroio Rua do Nabos a doze Rua do Jogo da Bolla Rua dos Peccados Mortaes	Rua G <sup>al</sup> . Bento Martins

24	Rua Clara	Rua G <sup>al</sup> . João Manoel
25	Rua da Ladeira Rua do Ouvidor <i>Becco do J<sup>o</sup>. Ignácio</i> <i>Becco da Garapa</i>	Rua G <sup>al</sup> . Camara
26	<i>Becco do Fanha</i> <i>Becco do M<sup>el</sup>. Vieira</i>	Travessa Paysсандú
27	<i>Beco do Barriga</i> <i>Becco de D<sup>a</sup>. Úrsula</i> <i>Becco do Leite</i>	Travessa da Angustura
28	<i>Becco da Opera</i>	Rua do Commercio
29	<i>Becco do Brito</i> <i>Becco do João Coelho</i>	Travessa do Itapiru
30	<i>Becco do Freitas</i> <i>Becco do Meirelles</i> <i>Travessa do Poço</i>	Rua G <sup>al</sup> . Paranhos
31	Rua de Bragança	Rua G <sup>al</sup> . Silva Tavares
32	Rua da Várzea Grande	Rua da Azenha
33	Rua Menino Deos	Rua 13 de Maio
34	Várzea Campo do Bomfim	Campo da Redempção
35	Praça da Caridade	Praça D. Feliciano
36	Praça do Portão	Praça General Marques
37	Praça do Palácio Praça da Matriz	Praça Pedro II
38	Praça das Dôres	Praça Visconde do Rio Grande
39	Praça da Harmonia	Praça Martins de Lima
40	Praça da Alfandega	Praça Senador Florencio
41	Alto da Bronze	Praça General Ozorio

Já no início do século XX, a “*Planta Topographica Antiga da Cidade de Porto Alegre*”<sup>9</sup> (fig. 32) não possui legenda e apenas a Rua Sete de Setembro é nomeada em seu desenho. Esta planta traz uma diferenciação notável de larguras entre as ruas e alguns becos, mostrando como especialmente estreitos o do Fanha, o Angustura, o do Brito, o do Poço, o do Rosário, o do Firme, o Oitavo, o do Jacques e o do Couto. Os becos da ponta da península aparecem bem mais largos em comparação. Com o propósito de destacar as curvas de nível da região da península, não traz os nomes dos logradouros.

De modo mais específico, a planta altimétrica de Porto Alegre (acervo do AHMMV) indica claramente os becos numa situação de percursos mais acidentados do relevo do

9 Mapoteca do Arquivo Histórico Municipal de Porto Alegre Moysés Vellinho.



espigão. Seus posicionamentos na malha viária mostram-se portanto consistentes com a típica disposição das ruas travessas do traçado urbano colonial português que lhes dão origem.

Finalmente, uma planta de 1916 - *Planta da Cidade de Porto-Alegre Capital do Estado do Rio-Grande do Sul, organizada pela Intendencia Municipal* - possui um quadro estatístico com 68 nomes que apenas indicam praças e edifícios da cidade. Os nomes dos logradouros estão inscritos no mapa propriamente dito, não traz indicação de ocupação das quadras, destacando o traçado viário, e o termo “beco” também parece ausente desta representação.

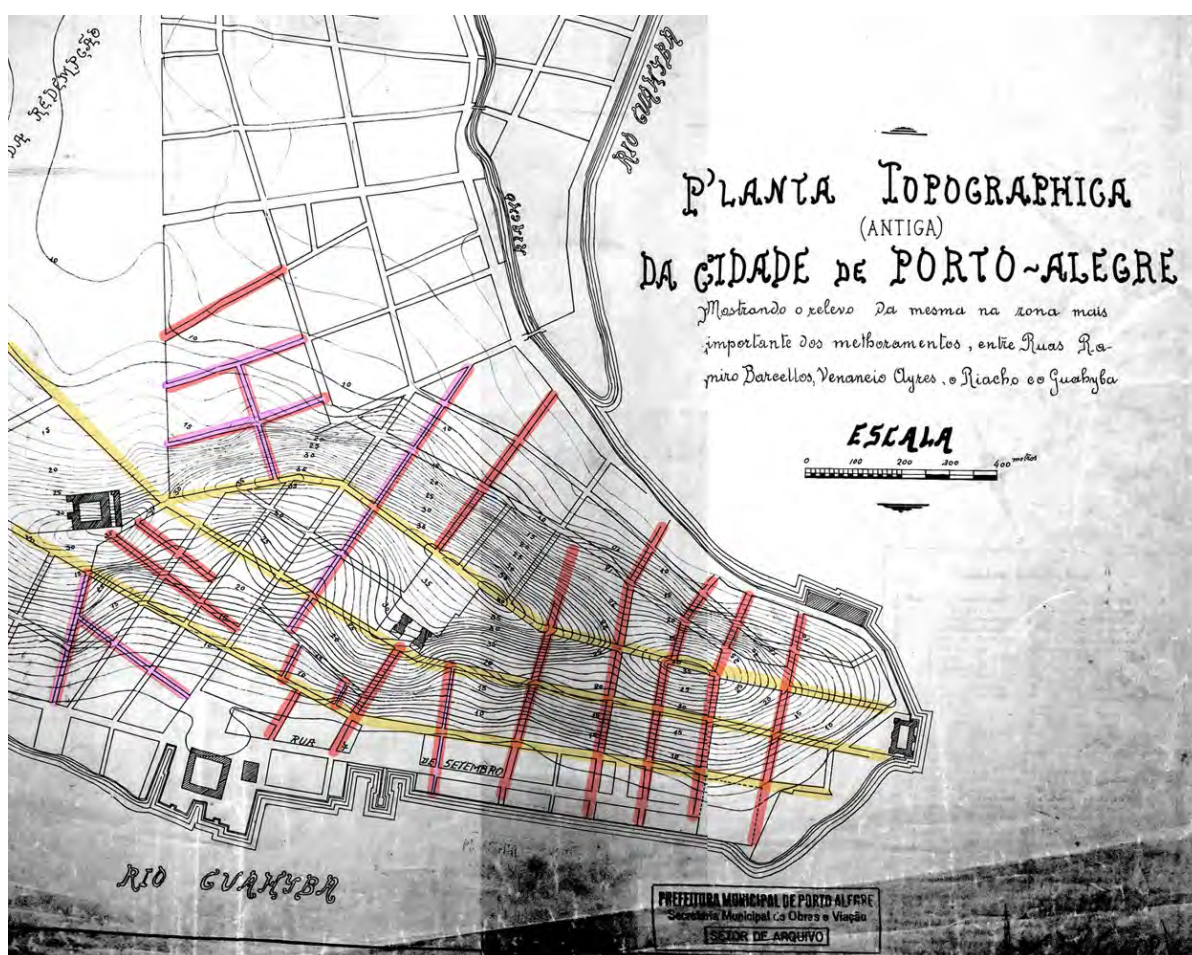


Figura 32: "Planta Topographica (antiga) da cidade de Porto Alegre". Em rosa, os becos desenhados com larguras menores. Notar o posicionamento dos becos em relação à topografia.

## 4.2. Os becos da área central de Porto Alegre

Convém fazer uma retomada dos principais becos da área do centro histórico e arredores imediatos, referidos na literatura e nas plantas de Porto Alegre. Esta revisão não se pretende exaustiva, pois existem outros logradouros que trazem nos registros históricos a denominação de “beco” e não encontram-se na região estudada, bem como referências a outros becos cuja localização não pôde ser determinada com precisão.

Conforme a planta de Porto Alegre de 1839 tem-se localizados os seguintes becos no centro histórico e seu entorno imediato (fig. 33):

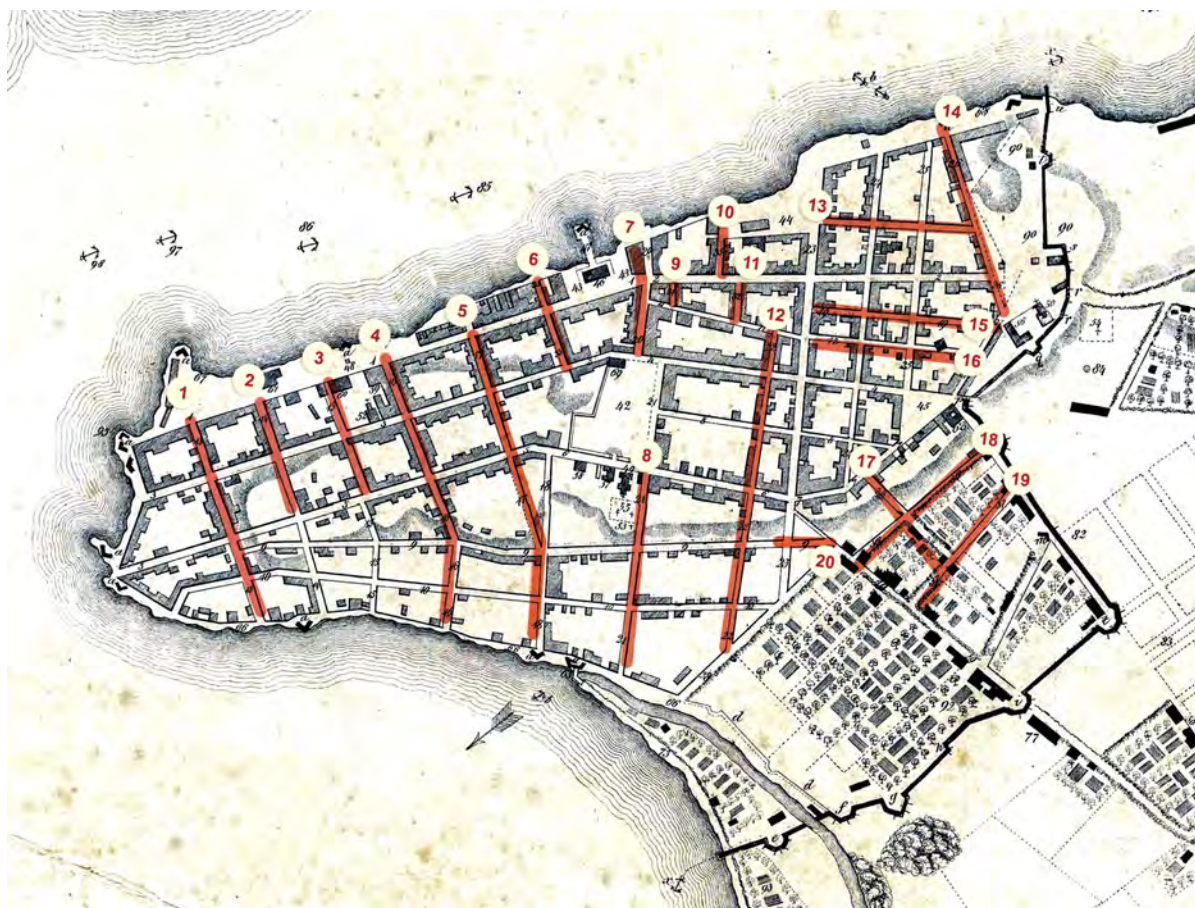


Figura 33: Detalhe da Planta de Porto Alegre de 1839 indicando os seguintes becos: 1. Beco dos Guaranis; 2. Beco do Bot'ã Bica; 3. Beco do Pedro Mandinga; 4. Beco do Jogo da Bola, Nabos a Doze e Sete Pecados Mortais; 5. Beco dos Marinheiros; 6. Beco do Fanha; 7. Beco da Garapa; 8. Beco do Império; 9. Beco do Leite; 10. Beco da Ópera; 11. Beco do Brito; 12. Beco do Poço; 13. Beco do Rosário; 14. Beco do Couto; 15. Beco do Arco da Velha; 16. Beco da Cadeia; 17. Beco do Jacques; 18. Beco do Oitavo; 19. Beco do Firme; 20. Beco do Céu.

O motivo da escolha desta planta em especial deve-se ao seu grau de detalhamento, constituindo uma representação bastante completa e rica em informações sobre a Porto Alegre do século XIX.

Fez-se a leitura de diversos autores memorialistas de Porto Alegre, como Walter Spalding (1967), Sérgio da Costa Franco (1988), Antônio Álvares Pereira Coruja (1881), Macedo (1993) e Achylles Porto Alegre (1940) afim de colher o máximo de informações a respeito de cada um dos becos da cidade antiga. Estabelecem-se assim diversos pontos comuns entre os seus discursos, confirmando relatos e características associadas aos becos, obedecendo à necessidade de vasculhar a literatura atrás de vestígios de informações sobre esses espaços subalternos. Nesse sentido, Monteiro (2010) destaca a importância de Achylles Porto Alegre no registro das memórias populares da cidade:

[...] ele [Achylles Porto Alegre] criou um lugar de memória para outros sujeitos além das elites, como os tipos populares, os negros, as mulheres, os imigrantes, artistas e músicos de rua, entre outros. Da mesma forma, relembra espaços da experiência cotidiana da sociedade porto-alegrense, como ruas, becos, largos, praças, festas populares e procissões religiosas que mobilizavam a cidade, bem como o seu processo de crescimento e expansão rumo aos arrabaldes. No que diz respeito ao tempo, as crônicas desse autor privilegiam a segunda metade do século XIX em relação às mudanças que estavam acontecendo no momento em que as escrevia entre 1915 e 1925.<sup>10</sup>

#### **4.2.1. Beco dos Guaranis (atual Rua Vasco Alves)**

Situado próximo à ponta da península, o Beco dos Guaranis é também uma travessa que intercepta as ruas principais do núcleo, percorrendo as acidentadas encostas do espigão. Este beco aparece na planta de Porto Alegre de 1839 curiosamente nomeado como “Rua Principal”, e na planta de 1868 como “Rua da Guarda Principal”. Na planta de 1881, traz seu nome atual, o de “Rua General Vasco Alves”. O nome “Beco dos Guaranis” seria o mais antigo, e Coruja (1983 [1881]) traz a sua origem na seguinte passagem:

Havia um regimento de caboclos, ou todos da nação guarani, ou a maior parte deles,

10 MONTEIRO, Charles. Políticas da memória: reformas urbanas e polêmicas acerca das comemorações da fundação de Porto Alegre. In: POSSAMAI, Zita (org.). Leituras da cidade. Porto Alegre: Evangraf, 2010. p. 47.

[...]. Nesse beco, de que não diz a crônica qual o nome primitivo, estiveram por alguns anos aquartelados os guaranis, os quais em dia de Santa Bárbara, sua padroeira, divertiam a população com danças de cavalinhos de madeira pintada e revestidos a caráter com colchas e saiotos no terreno fronteiro que estava devoluto. Assim, pois, o povo começou e continuou a chamar Beco dos Guaranis. Mais tarde a edilidade ou quem quer que seja lhe deu o nome de rua da Guarda Principal, como se a guarda principal não devesse ser a do palácio do governo. Hoje tem a placa do General Vasco Alves; mas o povo (sempre o povo) que em pontos de história muitas vezes sabe dar quinaus à edilidade, ainda hoje não esqueceu o nome desses defensores da pátria que deram por ela a vida.<sup>11</sup>

Mais tardiamente, Achylles Porto Alegre (1940) confirma essa versão:

O quartel dos Guaranyys ficava alli no cotovello das actuaes ruas Vasco Alves e do Riachuelo.

Por isso mesmo, a primeira das mencionadas ruas se chamava becco dos Guaranyys e também da Guarda Principal.

Esta utlima designação lhe vinha do facto de estar na visinhança o antigo deposito da polvora, cuja guarda e vigilancia estava confiada á legião guarany.

O nome de becco dos Guaranyys está completamente riscado da memoria dos contemporaneos; mas o de rua da Guarda Principal é ainda de vez em quando pronunciado por um ou outro velho tradicionalista, desses dificeis de acceitarem as bizarras tinturas do progresso.<sup>12</sup>

Contudo, o cronista traz um detalhe interessante sobre o prédio do antigo quartel que, a julgar pela sua descrição, teria se convertido em um cortiço. Isso seria consistente com os indícios de significativa presença de moradias precárias nos becos, e casarões que entraram em decadência, tornando-se habitações multifamiliares para as camadas mais pobres:

Era um edificio vasto, próprio nacional, que como todos os da primitiva edificação da cidade, apresentava uma esthetica grosseira, mas uma solidez incomparavel.

Até bem poucos annos lá estava o seu esqueleto, mostrando todos os vestigios que o camartello [*sic*] do tempo imprime implacavelmente, não só nos indivíduos como nas coisas.

Com algumas janelas para a rua da Ponte, a entrada era pela Vasco Alves.

Ultimamente quasi em ruinas, era o tradicional predio occupado por gente do povo, em que predominava o elemento feminino – de *vida airada* [grifo da pesquisadora].

11 CORUJA, Antônio Álvares Pereira. *Antigualhas; reminiscências de Porto Alegre*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1983. pp. 109-110.

12 PORTO ALEGRE, Achylles. *História popular de Porto Alegre*. Edição organizada por Deusino Varela para as comemorações do bicentenário da cidade e oficialisada pela Prefeitura Municipal. Porto Alegre, 1940. p. 55.

Hoje está todo o terreno amurado, com um portão que abre para a rua da Ponte. Alli, no ângulo recto, entre esta rua e a do General Vasco Alves, tem uma *casinha de madeira* [grifo da pesquisadora] onde môra [sic] Manoel Pereira da Silva, empregado na Casa de Correccção.<sup>13</sup>

Pode-se observar indícios claros de uma ocupação humilde e marginalizada nas palavras de Achylles Porto Alegre. Por sua vez, Franco (1988) corrobora essa hipótese ao aportar os dados da Estatística Predial do Beco dos Guaranis:

A Estatística Predial de 1892 cadastrou nessa rua 54 prédios térreos, dois sobrados e dois assobradados. Mas só se lhe deu calçamento como decorrência de resolução de 9/11/1894, do Conselho Municipal, quando foi aceita a proposta do empreiteiro João Antônio de Medeiros para calçar a Rua Gen. Vasco Alves e outras, com as pedras retiradas da Voluntários da Pátria, onde foram colocados paralelepípedos.<sup>14</sup>

Pode-se deduzir pela proporção de casas térreas aí encontradas à época que o antigo Beco dos Guaranis era um logradouro de ocupação modesta. Talvez por estar mais afastado do centro comercial e administrativo do núcleo, e ter conseqüentemente menos importância à edibilidade, tenha sido calçado somente em fins do século XIX.

#### **4.2.2. Beco do Bot-à-bica (atual Rua General Portinho)**

Paralelo ao Beco dos Guaranis (atual Rua Vasco Alves), o Beco do Bot' à Bica (atual Rua General Portinho) situa-se na ponta da península, em local de ocupação mais antiga da cidade. Obedece ao típico traçado do urbanismo português para ruas travessas, correndo transversalmente sobre o espigão e interceptando a Rua da Praia, a Rua da Ponte (Rua Riachuelo) e a Rua da Igreja (Rua Duque de Caxias). Coruja (1983 [1881]) explica a origem do nome deste logradouro da seguinte forma:

Vem este nome do antigo e talvez primeiro morador da casa que *faz esquina* [grifo da pesquisadora] com a rua da Praia: alguns mais modestos o chamavam – Beco do Vieira, nome do antigo morador. Tendo casado na família o visconde de Castro e ido aí morar, começaram a chamar – Beco do Visconde de Castro. Por belezas que aí

13 PORTO ALEGRE, Achylles. *História popular de Porto Alegre*. Edição organizada por Deusino Varela para as comemorações do bicentenário da cidade e oficializada pela Prefeitura Municipal. Porto Alegre, 1940. p. 56.

14 FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1988. pp. 414-415.

encontraram, talvez em sua antiga calçada pontiaguda [sic] puseram-lhe o nome de Rua Bela.<sup>15</sup>

Contudo, Franco (1988), adverte que “de tantos nomes mencionados por Coruja, na documentação municipal só encontramos referência a 'Beco do Bota Bica' e 'Travessa Bela' ou 'Rua Bela' [...]”<sup>16</sup>, e o autor ainda acrescenta que “a rua, acidentada e tortuosa, tardou a urbanizar-se.”<sup>17</sup>

É digno de nota o fato de que uma das denominações do logradouro deriva do título de nobreza de um dos seus residentes, o que aponta numa direção distinta à má reputação dos espaços qualificados como becos durante o século XIX. Contudo, conforme Coruja (1983 [1881]), o nome do Visconde de Castro associa-se a uma residência na esquina deste beco com a principal rua comercial de Porto Alegre à época, a Rua da Praia. Conforme Franco (1988),

Na ata da sessão de 19/1/1831, lê-se que requerera, 'o Visconde de Castro, licença para depositar na rua travessa Bela desta cidade os materiais precisos para reedificação de uma casa que ali possui por herança de seu sogro Manoel Vieira Rodrigues, com algum acréscimo, e que o Arruador da cidade lhe desse a altura das soleiras e qualquer direção que for precisa...'. As referências confirmam a asserção do cronista Coruja, quanto ao Vieira que morava na esquina da Rua da Praia com a Rua bela, e em cuja família se casara o Visconde de Castro – João de Castro Canto e Melo.<sup>18</sup>

Nas plantas de Porto Alegre, aparece como “Rua Bella” (1839, 1868), e ganha seu nome atual de “Rua do General Portinho” na planta de 1881.

#### **4.2.3. Beco do Pedro Mandinga (atual Rua General Canabarro)**

Paralela à Rua General Bento Martins, que compreende o Beco dos Sete Pecados Mortais, o Beco do Jogo da Bola e o Beco dos Nabos a Doze, situa-se transversalmente ao espigão o antigo Beco do Pedro Mandinga, a atual Rua General Canabarro. Este nome, porém, só aparece na planta de 1881, enquanto que na de 1839 este beco é mencionado como

15 CORUJA, Antônio Álvares Pereira. *Antigualhas; reminiscências de Porto Alegre*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1983. p. 110.

16 FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1988. pp. 324-325.

17 FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1988. pp. 324-325.

18 FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1988. pp. 324-325.

“Rua Direita”. Por sua vez, este último parece ter sucedido ao nome de Pedro Mandinga, e é explicado por Coruja (1983 [1881]):

Entre um e outro sobrado havia um *curto e estreito* [grifo da pesquisadora] beco que só chegava ao alto da Bronze, e a que o povo dava o nome de Beco do Pedro Mandinga. Depois do seu falecimento este nome foi ficando esquecido por ter sido substituído pelo de Rua Direita ou rua do Conde de Porto Alegre. Chamou-se rua direita por ser *muito torta* [grifo da pesquisadora], pois de praia a praia tem nada menos de quatro rumos ou direções diversas e na rua da Igreja desencontrou-se de tal modo que nas suas duas partes sul e norte as casas de uma não vêem nem podem ver as casas da outra.

O que as liga entre si, estas duas seções da rua direita, é uma pequena parte da rua da igreja.<sup>19</sup>

Mais adiante, o cronista chama atenção para aquilo que também ocorre no caso de outra becos: sua associação a um personagem importante da sociedade porto-alegrense do século XIX. No caso, trata-se do Conde de Porto Alegre: “Chamou-se rua do Conde de Porto Alegre porque aí morou este titular no grande sobrado fronteiro à casa do Pedro Mandinga”<sup>20</sup> (fig. 34). Achylles Porto Alegre (1940) confirma esta informação, e ainda acrescenta-lhe o nome de “Beco da Ferraria” que também estaria associado ao logradouro:

General Canabarro: *Becco do Pedro Mandinga* [grifo da pesquisadora]. [...] rua Direita de São José e Conde de Porto Alegre, por ali ficar localizado o palacete desse titular, que tem agora ligado seu título honorífico a uma rua do 3º distrito atual. Lá está a placa – Conde de Porto Alegre. Na história da rua General Canabarro ha a referir o *becco da Ferraria* [grifo da pesquisadora].<sup>21</sup>

Pesavento (2001) também também destaca a presença de um personagem nobre dando nome ao beco:

Já o Beco do Pedro Mandinga registrava a presença de sobrados, entre os quais nada menos do que o do conde de Porto Alegre! Apesar de curto e estreito, diz Coruja, pode-se ver que, entre seus moradores, havia gente de estirpe [...]<sup>22</sup>

19 CORUJA, Antônio Álvares Pereira. *Antigalhas; reminiscências de Porto Alegre*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1983. p. 111.

20 CORUJA, Antônio Álvares Pereira. *Antigalhas; reminiscências de Porto Alegre*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1983. p. 111.

21 PORTO ALEGRE, Achylles. *História popular de Porto Alegre*. Edição organizada por Deusino Varela para as comemorações do bicentenário da cidade e oficializada pela Prefeitura Municipal. Porto Alegre, 1940. p. 14.

22 PESAVENTO, Sandra Jatáhy. *Era uma vez o beco: origens de um mau lugar*. In: BRESCIANI, Maria Stella (org.). *Palavras da cidade*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001. p. 110.



Figura 34: Casa residencial do Conde de Porto Alegre. Vista da esquina da Rua Riachuelo com a Rua General Canabarro. Fototeca do Museu Hipólito José da Costa.

Todavia, Achylles Porto Alegre (1940) também alerta para a presença de espaços marginalizados e pobres neste beco, especial no que descreve como o “Reducto”:

Aquelle quarteirão em frente ao 'Quartel General' [*ao lado da Igreja das Dores, na rua General Canabarro ou Beco do Pedro Mandinga*], onde estão installados os armazens de immunisação de productos agricolas, era chamado o 'Reducto', não sei porque cargas dagua. [...]

No recinto da area descripta, as aguas da chuva se escoavam para o rio, por largo cano subterraneo que atravessava a rua Sete de Setembro.

Via-se ahi intrincado conjunto de *casinhas de mau aspecto, telhados baixos e irregulares* []. Quem penetrasse ahi supporia que estava num arraial mourisco ou, antes, num acampamento de ciganos.

*Eram habitações de feitura simples e toscas, tectos de taboas velhas de caixões, folhas de zinco manchadas pela acção do tempo e tapando as janellas com pedaços de tiras de aniagem* [grifo da pesquisadora].

Vivia ali gente da peor especie, mulheres da vida airada e sujeitos com má nota nas chronicas da policia. Era uma colmeia de vagabundos, gatunos, desordeiros e faquistas.

Naquelles casebres moravam mulheres, soldados e jornaleiros em confusa convivencia, por vezes pouco harmoniosa.

Esse era o 'Reducto', segundo a denominação vulgar e correcta cuja origem se perdia na noite do passado.<sup>23</sup>

Tem-se aí novamente todas as nuances de um beco situado como enclave no núcleo da

23 PORTO ALEGRE, Achylles. *História popular de Porto Alegre*. Edição organizada por Deusino Varela para as comemorações do bicentenário da cidade e oficialisada pela Prefeitura Municipal. Porto Alegre, 1940. pp. 70-71.



cidade que se desenvolvia: de um lado, sua associação a membros da elite; de outro, a miséria de sua ocupação em determinados trechos. Achylles Porto Alegre (1940) ainda menciona um trecho do Beco do Pedro Mandinga chamado “Cova da Onça”, que descreve na seguinte passagem:

Conta a tradição que na Curva do Pereira, hoje rua General Canabarro, a suas imediações, naquele barranco, onde existem ainda, no alto, as ruínas de um casebre – é que ficava a Cova da Onça.

Era um terreno acidentado, cheio de bibocas, árvores esgalhadas, pedras soltas, que davam ao sítio um pittoresco original.

Alta noite, quando os moradores da povoação ouviam os rugidos dos animais ferozes, saltavam da cama e empunhavam o trabuco de boca de sino, com receio que a fêra forçasse a porta e penetrasse na casa.<sup>24</sup>

Ora, nota-se aí também a menção a “casebres” e “terreno acidentado”, e o nome evoca a parca urbanização do trecho. À Cova da Onça correspondia, segundo o autor, o percurso “Desde a rua Coronel Fernando Machado até a Demétrio Ribeiro”<sup>25</sup>

Por fim, cabe lembrar que, segundo Franco (1988), a rua também era associada à atividade militar: “[...] essa velha Rua Direita, que também era chamada ‘*dos Quartéis*’ (vereança de 16/5/1829), por hospedar corpos de tropa e, na esquina da Rua da praia, os Armazéns Nacionais [...]”<sup>26</sup> (fig. 35). Essa característica permanece até a contemporaneidade.

24 PORTO ALEGRE, Achylles. *História popular de Porto Alegre*. Edição organizada por Deusino Varela para as comemorações do bicentenário da cidade e oficializada pela Prefeitura Municipal. Porto Alegre, 1940. pp. 208-209.

25 PORTO ALEGRE, Achylles. *História popular de Porto Alegre*. Edição organizada por Deusino Varela para as comemorações do bicentenário da cidade e oficializada pela Prefeitura Municipal. Porto Alegre, 1940. p. 14.

26 FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1988. pp. 96-97.



Figura 35: Figura 12: Antigo Quartel General (1º quartel do século XX), sito à Rua dos Andradas esquina com a Rua General Canabarro. Fototeca do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.

#### **4.2.4. BECO DO JOGO DA BOLA, DOS NABOS A DOZE E DOS SETE PECADOS MORTAIS (ATUAL RUA BENTO MARTINS)**

Paralela à Rua General Canabarro, antigo Beco do Pedro Mandinga (fig. 36), a atual Rua General Bento Martins também se encontra disposta como travessa no traçado da área central. Chamada de “Rua do Arroio”, comportava nada menos do que três becos com nomes populares que permaneceram registrados pelos cronistas da cidade. Coruja (1983 [1881]) dá a origem destes nomes no seguinte trecho:

Rua do Arroio, dos Nabos, do Jogo da Bola, dos Pecados Mortais e de Bento Martins. Eis uma rua com 5 nomes! E se mais um mundo houvera... A rua do Arroio (sem arroio) era tão pouco conhecida por este nome, que para sabê-lo era necessário ir revolver os arquivos da câmara, pois era este o seu nome oficial; mas em compensação era ela dividida em três seções. A 1ª seção era da rua da Praia até a da Ponte: aí se edificaram as primeiras *sete casinhas* [grifo da pesquisadora]; e ou pela quantidade delas, ou pela qualidade das pecadoras que aí moravam, ou por ambos os motivos, o vulgo por gracejo a começou a chamar os sete pecados ou os pecados

mortais, nome que se perpetuará, embora lhe queiram sobrepor a placa de gerais. A 2ª secção era da rua da Ponte até a da Igreja: aí morava em um sobrado próprio com frente ao nascente Antônio Pereira da Silva [...] com uma casa de molhados no pavimento térreo, e um extenso quintal onde aos domingos os operários e mais fregueses da taverna se divertiam ao jogo da bola. Era ele conhecido – por Antônio do jogo da bola; e o quarteirão tomou o nome de – Beco ou rua do Jogo da Bola. A 3ª secção era da rua da Igreja para a do Arvoredo onde em uma casa de fraca aparência com frente ao nascente tinha uma pequena tenda um homem alto, idoso e magro, quase sempre encapotado, conhecido pela alcunha de Nabos a doze, talvez porque os vendesse ou tivesse vendido a doze por um vintém. Chamavam a esse quarteirão a – Rua dos Nabos a doze, ou simplesmente – Rua dos Nabos... Estes três quarteirões com as suas três denominações diferentes formavam a rua do Arroio, que tem hoje a placa de general Bento Martins.<sup>27</sup>

Achylles Porto Alegre (1940) corrobora a versão de Coruja (1983 [1881]) da localização e nome de cada trecho, acrescentando ainda que

Chamava-se dos Peccados Mortaes, por nella haver um *proprietário* construído *sete casinhas horríveis* [grifo da pesquisadora], ocupadas por moradores, que, tanto pela plastica, como pelo sentimento se tornavam parelhas, pelo que vieram a ser conhecidas por Sete Peccados Mortaes.<sup>28</sup>

---

27 CORUJA, Antônio Álvares Pereira. *Antigualhas; reminiscências de Porto Alegre*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1983. pp. 111-112

28 PORTO ALEGRE, Achylles. *História popular de Porto Alegre*. Edição organizada por Deusino Varela para as comemorações do bicentenário da cidade e oficializada pela Prefeitura Municipal. Porto Alegre, 1940. p. 14.



Figura 36: Postal de 1906 mostrando o trecho da Rua Bento Martins da Riachuelo até a Duque de Caxias – o Beco do Jogo da Bola. Fototeca do Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo.

O cronista é claro em indicar a condição baixa tanto das moradias quanto de seus frequentadores, apontando também para a ocupação de condição humilde do logradouro. Nesse sentido, os nomes das outras duas seções da rua, o Beco do *Jogo da Bola* e o Beco dos *Nabos a Doze* apontam também para vivências e sociabilidades de caráter popular que aí tinham lugar. Não obstante, Franco (1988) relata que “[...] parece certo que esses três nomes especiais para os diversos segmentos da rua sempre conviveram com o nome genérico de *Rua do Arroio*, que veio do século XVIII e foi o de mais longa sobrevivência.”

Por fim, Franco (1988) também menciona a extensão da rua quando do aterramento da margem do Guaíba, referindo-se ao problema de drenagem pluvial que havia em seu percurso sul:

Em tomo de 1862, quando da urbanização da Rua 7 de Setembro e costa do rio, construiu-se uma rampa de acesso ao Guaíba, com frente a embocadura da Rua do Arroio. Era ali, então o limite da rua, que neste século foi prolongada, em

decorrência do aterro do porto e implantação da Rua Siqueira Campos e da Av. Mauá. Para o lado sul, o melhoramento mais significativo do século passado foi um cano subterrâneo implantado para impedir a estagnação das águas pluviais na esquina da Rua da Varzinha, hoje Demétrio Ribeiro (1881, atas de 21/jan., 4 e 18/mar.).



Figura 37: Rua General Bento Martins, esquina com a Rua dos Andradas - Beco dos Pecados Mortais. Início do século XX. Fototeca do Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo.

Tem-se portanto uma rua que, assim como a Rua General Paranhos, teve nomes populares para seus diferentes trechos, indicando um tipo de ocupação que é consistente com os registros de estigmatização dos becos e de sua ocupação pelas camadas mais pobres da população. O traçado da Rua Bento Martins (fig. 37) mantém-se até a contemporaneidade, pois que a área da ponta da península não foi alvo das grandes reformas urbanas do decorrer do século XX.

#### 4.2.5. RUA CLARA E O BECO DOS MARINHEIROS (ATUAL RUA GENERAL JOÃO MANOEL)

Localizada mais em direção à ponta da península, área onde viria a se instalar a Cadeia Pública, a antiga Rua Clara (atual Rua General João Manoel) posiciona-se tipicamente como travessa em relação às ruas principais, interceptando-as perpendicularmente.

Segundo Coruja (1983 [1881]), a Rua Clara “[...] assim se chamou por antítese – Rua Clara a mais escura das ruas, pois se prestava a boas quedas na pedreira que havia na esquina da rua da Ponte”<sup>29</sup>, e seu nome posterior, constante na planta de 1881, dá a pista para personagens de destaque da cidade associados ao logradouro: “o nome do General João Manoel, nascido na rua de Bragança, foi transferido para as placas das esquinas da rua Clara, e o do General Câmara, cuja família muitos anos residiu na rua Clara, foi transferido para a rua do Ouvidor [Beco da Garapa ou do João Inácio]”<sup>30</sup>.

Contudo, deve o nome do seu trecho final, entre a Rua da Praia e a margem do Guaíba, à associação com outro tipo de personagem urbano. Segundo Porto Alegre (1940), a atual Rua General João Manoel “da rua Duque de Caxias á dos Andradas, chamou-se Clara e dahi para baixo becco dos Marinheiros”<sup>31</sup>. A esse respeito, Coruja (1983 [1881]), traz mais detalhes:

Quem da Rua Clara descesse para os lados do rio, passando da Rua da Praia para baixo, aí encontraria à esquerda um terreno *quase devoluto* [grifo da pesquisadora] a que por falta de outro nome denominavam – Beco da Rua Clara. Este terreno, até certo tempo composto de um marachão ou entulhos, e a que puseram um paredão que servia de cais onde desembarcavam marinheiros frequentadores de bodegas e freges [Dão aqui o nome de freges a umas casas de fraca aparência que dão comida a operários e pessoas de poucas posses.] que aí se foram estabelecendo, foi por esse fato conhecido pelo nome de Beco dos Marinheiros.<sup>32</sup>

29 CORUJA, Antônio Álvares Pereira. *Antigualhas; reminiscências de Porto Alegre*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1983. p. 17.

30 CORUJA, Antônio Álvares Pereira. *Antigualhas; reminiscências de Porto Alegre*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1983. p. 20.

31 PORTO ALEGRE, Achylles. *História popular de Porto Alegre*. Edição organizada por Deusino Varela para as comemorações do bicentenário da cidade e oficializada pela Prefeitura Municipal. Porto Alegre, 1940. p. 14.

32 CORUJA, Antônio Álvares Pereira. *Antigualhas; reminiscências de Porto Alegre*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1983. p. 98.



67

Sete de Setembro, uma das mais antigas ruas de comércio da capital, que na metade do século 19 chamava-se Rua Nova da Praia. Foto do início do século, de Calegari.

Figura 38: A Rua Sete de Setembro no século XIX (Pesavento, 1992, p. 67).

Ainda segundo Coruja (1983 [1881]), neste beco “[...] não se podia ir à noite por ser foco de desordens entre os ditos [...]”<sup>33</sup>, o que é consistente com o imaginário e as vivências associadas a tantos outros becos da cidade. Entretanto, o Beco dos Marinheiros, assim como outros próximos ao porto, desenvolveu-se a ponto de deixar nos primórdios da cidade sua má reputação. Coruja (1983 [1881]) relata que “este beco foi crescendo; estendeu-se para o lado do nascente; e aumentou tanto, que forma o que hoje se chama Rua Sete de Setembro (fig. 38), que, como se vê, é composta de belos e custosos edifícios.”<sup>34</sup>

33 CORUJA, Antônio Álvares Pereira. *Antigualhas; reminiscências de Porto Alegre*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1983. p. 112.

34 CORUJA, Antônio Álvares Pereira. *Antigualhas; reminiscências de Porto Alegre*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1983. p. 98.

Segundo Franco (1983), “no seu segmento inicial, à esquina da Rua 7 de Setembro, a Rua General João Manoel foi sede da usina elétrica da Cia. Fiat Lux, a primeira que teve a cidade.”<sup>35</sup>

#### 4.2.6. BECO DO FANHA (ATUAL RUA CALDAS JÚNIOR)

O Beco do Fanha está traçado transversalmente sobre o espigão, mas estende-se somente ao longo da encosta norte, indo do Guaíba até a antiga Rua da Ponte (rua Riachuelo). Nesse sentido, apresenta o padrão típico das ruas travessas do urbanismo português, ligando duas ruas principais (Rua da Praia e Rua Riachuelo).

Localizado onde hoje situa-se a Rua Caldas Júnior, o Beco do Fanha era próximo à Praça da Alfândega, um dos espaços mais importantes do antigo núcleo urbano (fig. 39). Este logradouro também foi conhecido como beco do Inácio Manoel Vieira, do Quebra Costas e aparece nomeado na planta de 1881 como “Travessa Payssandu”. Coruja (1983 [1881]) explica a origem do nome “Fanha” na seguinte passagem:

Em um beco onde era principal proprietário Inácio Manoel Vieira, avô materno do Dr. Paranhos e do professor do mesmo nome em S. Leopoldo, e por isso denominado então Beco de Inácio Manoel Vieira, foi morar o taverneiro Francisco José de Azevedo que nem fanhoso era, e apenas tinha voz de endefluxado; e como todos o chamavam – Fanha – aí ficou o nome de Beco do Fanha. E as edilidades, que tão solícitas têm sido em mudar os nomes das ruas, deram-lhe um nome enviesado, que uns dizem Paissandu e outros Passandu.<sup>36</sup>

Achylles Porto Alegre (1940) corrobora esta versão, detalhando ainda que

'Fanha' era o appellido do taverneiro Francisco José de Azevedo, estabelecido no local. Devia esse appellido á sua voz nasalada. Foi elle o primeiro morador – isto em 1800. Edificou casa na rua dos Andradas, bem no centro da quadra que então ia da rua Clara á da Ladeira. *Julgando necessaria a abertura de uma outra rua, entendeu deixar a largura que hoje forma o becco do Fanha* [grifo da pesquisadora], onde construiu outra casa á moda do tempo, com rotulas pintadas de verde, que em 1895 foram demolidas por ordem da Intendência.<sup>37</sup>

35 FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1988. pp. 227-229.

36 CORUJA, Antônio Álvares Pereira. *Antigualhas; reminiscências de Porto Alegre*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1983. p. 20.

37 PORTO ALEGRE, Achylles. *História popular de Porto Alegre*. Edição organizada por Deusino Varela para as comemorações do bicentenário da cidade e oficializada pela Prefeitura Municipal. Porto Alegre, 1940. p.16.





Figura 39: Foto da demolição da antiga Sociedade Bailante, com o provável Beco do Fanha em segundo plano. Finais do século XIX. Virgílio Calegari - Fototeca do Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo. A sinalização em vermelho é da pesquisadora.

É interessante notar que o cronista indica que o surgimento deste logradouro se deu por iniciativa do seu primeiro morador, que também arbitrou a largura necessária para o trânsito na via. Nesse sentido, confirma a asserção de Pesavento (2001) quando esta afirma que a ocupação dos becos se deu de maneira até certo ponto espontânea, possivelmente fora das normas da época<sup>38</sup>. Franco (1988) corrobora essa hipótese ao relatar a descontinuação do beco por provável intervenção de particulares no espaço público:

Curiosa particularidade dessa rua, que as atas da Câmara revelam: segundo seu traçado original, o beco deveria subir o morro em direção à Rua Duque de Caixas [Rua da Igreja], continuando-se no que é hoje a Rua General Auto. Mas já em 1829 a passagem morro acima achava-se vedada 'por ter o Exmo. Visconde de São Leopoldo, em tempo que serviu de Presidente desta Província, amurado os terrenos de sua propriedade e estreitado a largura do dito beco', segundo consta de um requerimento de Manoel Antônio de Magalhães, mencionado em sessão cameral de

38 PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Era uma vez o beco: origens de um mau lugar*. In: BRESCIANI, Maria Stella (org.). *Palavras da cidade*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001. pp. 105-106.

26/5/1829. Referência que ratifica a existência desse segmento do Beco do Fanha, *abortado pelo desuso ou usurpado por proprietários privados* [grifo da pesquisadora], pode-se também ler na ata da edilidade em 17/2/1834, que fala na 'continuação da rua ou beco denominado de Inácio Manoel Vieira a sair à rua da Igreja [Rua Duque de Caxias].<sup>39</sup>

Por outro lado, Coruja (1983 [1881]) traz um indício interessante da posição de enclave deste beco em meio a um entorno de casas mais abastadas quando afirma que, próximo a ele, situava-se a primeira casa a ter janelas envidraçadas em Porto Alegre:

A grande casa da rua da Ponte perto do beco do Fanha pertencente a Manoel Antônio de Magalhães [...] É esta a primeira casa envidraçada de Porto Alegre; e daí datam as janelas de vidraça e o progressivo mas lento desaparecimento das rótulas e janelas de pau.<sup>40</sup>

Por sua vez, Spalding (1967) relata que a referida Rua da Ponte (atual Rua Riachuelo) deve seu nome à ponte existente na altura do Beco do Fanha, que seria, segundo o autor, uma das vias de escoamento das águas pela encosta:

A falta de água, é bem verdade, não se fez sentir, pois que, além de ficar, a capital, nas margens do Guaíba, havia em tôda encosta da colina de granito, boas fontes de águas cristalinas que deixavam o precioso líquido dentro das casas construídas na encosta. A água era, então, coletada em fontes feitas no solo e o que sobrava ia, por canaletas, diretamente para o Guaíba. Nasceram, assim, as ruas da Ponte e do Arroio. A 'ponte' da Rua da Ponte ficava na boca da atual Caldas Júnior (ex-Beco do Fanha). No local do edifício destinado ao Arquivo Público, nos fundos do Teatro São Pedro, existia uma enorme fonte feita pelas águas que surgiam dentre as rochas, formando substancial arroio que descia pela atual Caldas Junior e se lançava no Guaíba atravessando a Rua da Praia, onde também havia uma ponte.<sup>41</sup>

Relativamente às sociabilidades do beco do Fanha (fig. 40), Coruja (1983 [1881]) afirma que “suas moradoras distinguiam-se pela “vida alegre”, e entre elas se contavam as Tagarras e as Potreiras e outras da mesma vida.”<sup>42</sup> Mais uma vez, tem-se a caracterização de personagens marginalizados, como no caso das referidas prostitutas que habitavam o beco. Porém, já no último quartel do século XIX, Franco afirma que “a rua talvez começasse, então e melhorar de status: ali morava, então, na casa de nº 33, o ilustre médico, escritor e político

39 FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1988. pp. 91-92.

40 CORUJA, Antônio Álvares Pereira. *Antigualhas; reminiscências de Porto Alegre*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1983. p. 19.

41 SPALDING, Walter. *Pequena história de Porto Alegre*. Porto Alegre: Sulina, 1967. p. 142.

42 CORUJA, Antônio Álvares Pereira. *Antigualhas; reminiscências de Porto Alegre*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1983. pp. 112-113.

Dr. José Antônio Caldre e Fião<sup>43</sup>.



O Beco do Fanha, também conhecido popularmente por Travessa Paissandu (atual Caldas Jr.) era conhecida pelos seus bordéis e tavernas.

Figura 40: O beco do Fanha no final do século XIX. (Pesavento, 1992, p. 44.)

Contudo, é provável que também a sua proximidade à Praça da Alfândega tenha acelerado os melhoramentos do logradouro, pois Franco (1988) relata que, já no início do século XX, esse beco foi alvo de substanciais melhoramentos:

Na administração do Intendente José Montauray [1897-1924], o beco veio a perder suas características primitivas, sendo alargado em sete metros do lado da numeração ímpar, ficando com a largura de 13 metros, maior que a de várias ruas centrais consideradas nobres. Os trabalhos tiveram um desenvolvimento lento, mas em 1919

43 FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1988. pp. 91-92.

já se achavam praticamente concluídos. A construção do primeiro prédio da Caixa Econômica Federal, na esquina da Rua 7 de Setembro, de A Federação e do Grande Hotel, na esquina da Rua dos Andradas, concorreram decisivamente para inovar a imagem da Travessa Paysandu (ou brasileiroamente Paissandu), que os velhos ainda insistiam em chamar de Beco do Fanha.<sup>44</sup>

A nova sede do jornal “A Federação” já tinha um antecedente no beco, relatado por Achylles Porto Alegre (1940): segundo o autor,

O edifício ocupado pelo Jornal do Commercio ficava no meio da quadra [*entre a rua da Praia e a Sete de Setembro?*]. Era velho, acaçapado, com tres portas de frente para a praça [da Alfândega], e duas janellas e uma porta, aos fundos, que davam para o becco do Fanha.<sup>45</sup>

O beco do Fanha apresenta, pois, uma história rica em registros e nuances, caracterizando um espaço de ocupação popular e até marginalizada inserido no coração do antigo núcleo urbano.

#### **4.2.7. BECO DA GARAPA (ATUAL RUA GENERAL CÂMARA)**

O antigo Beco da Garapa ou do Beco do João Inácio aparece como “Rua do Ouvidor” na planta de 1839, e já como “Rua do General Câmara” na planta de 1881. Este antigo beco corresponde ao trecho final da Rua da Ladeira, outro nome dado ao logradouro, que ia da Rua da Praia até a margem do Guaíba. Assim, apesar de estar em posição transversal ao espigão da área central, não apresenta as mesmas declividades marcadas que outros logradouros também qualificados como becos.

A origem de seu nome é explicada por Coruja (1983: 31) da seguinte forma: “era assim chamado o beco e a esquina por se vender aí garapa extraída do canavial de João Inácio Teixeira em sua chácara da costa do rio, ou Caminho Novo”<sup>46</sup>. A casa do referido João Inácio aparece marcada na “Vista do Oeste” da planta de Porto Alegre de 1839, aparecendo como um sobrado de três pavimentos e indicando a posição do beco (fig. 41).

44 FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1988. pp. 91-92.

45 PORTO ALEGRE, Achylles. *História popular de Porto Alegre*. Edição organizada por Deusino Varela para as comemorações do bicentenário da cidade e oficializada pela Prefeitura Municipal. Porto Alegre, 1940. p. 121.

46 CORUJA, Antônio Álvares Pereira. *Antigualhas; reminiscências de Porto Alegre*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1983. p. 31.

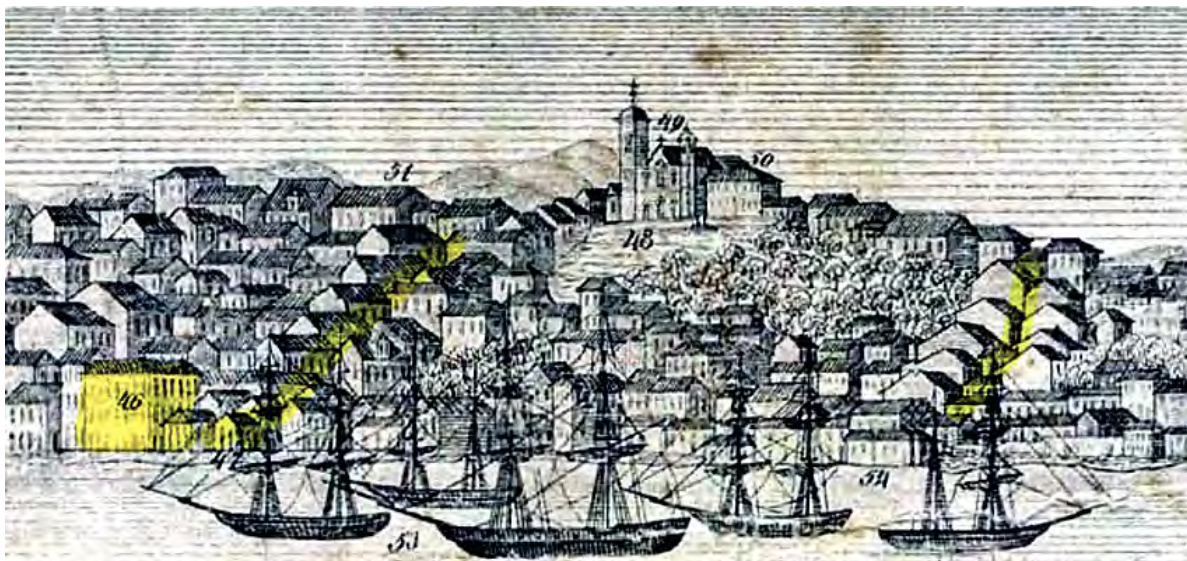


Figura 41: "Vista do Oeste" da Planta de Porto Alegre de 1839. O número 46 indica a "Caza de João Inácio", e a posição do Beco da Garapa. O outro trajeto indicado é provavelmente o beco do Fanha. A sinalização em amarelo é da pesquisadora.

Achylles Porto Alegre (1940) destaca-o como um dos antigos becos da cidade que passou a ser ou fazer parte de uma rua importante. De fato, a julgar pelas fotografias já do início do século XX, pode-se notar a importância e riqueza das construções que passam a configurar esse espaço, em substituição aos remanescentes coloniais. É na altura da esquina desse beco com a Rua dos Andradas que serão erguidas duas das confeitarias mais importantes da cidade, a Confeitaria Colombo e a Central, que Porto Alegre (1940) menciona da seguinte forma:

Na esquina da rua dos Andradas e da Ladeira, está o elegante edifício, de construção moderna da 'Confeitaria Central'.  
 O predio que allí existia era baixo, acaçapado, de máo aspecto. Parecia antes uma vendola da roça á beira da estrada quasi sem transito em Belém Velho ou no morro Sant'Anna.  
 Quando eu a conheci não era propriamente uma casa de negocio, mas um ponto de reunião de um ou outro amigo do dono da casa.<sup>47</sup>

Nesse sentido, também é interessante observar que o mesmo autor menciona personagens importantes da cidade como sendo descendentes do João Inácio Teixeira que empresta seu nome ao beco: nome ao beco:

47 PORTO ALEGRE, Achylles. *História popular de Porto Alegre*. Edição organizada por Deusino Varela para as comemorações do bicentenário da cidade e oficializada pela Prefeitura Municipal. Porto Alegre, 1940. p. 63.

Esse João Ignacio [...]. É de família que deixou não pequena arvore genealogica. Faz parte della o advogado do fôro de Porto Alegre Dr. José Ignacio Teixeira de Andrade, já fallecido, e *os reputados clinicos* José Alves e José Ignacio Alves Valença, sendo aquelle *deputado estadual* [grifo da pesquisadora].<sup>48</sup>



Figura 42: "Trecho da rua General Câmara", na revista "Mascara" de 01/01/1925. Vê-se o Banco do Brasil em primeiro plano, à esquerda, e a Confeitaria Central na esquina da direita.

Consistente com esses indícios de prestígio do logradouro, Franco afirma que “as duas ou três designações coexistiram pelo menos até 16/4/1870, quando a rua passou a chamar-se oficialmente de Rua General Câmara, em toda a sua extensão”<sup>49</sup>, consolidando-a com o nome

48 PORTO ALEGRE, Achylles. *História popular de Porto Alegre*. Edição organizada por Deusino Varela para as comemorações do bicentenário da cidade e oficializada pela Prefeitura Municipal. Porto Alegre, 1940. pp. 14-15.

49 FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1988. p. 95

que traz na planta de 1881, e que “pela sua vizinhança em relação ao Foro e Tribunal, instalados na Praça da Matriz, a Rua Gen. Câmara tem sido, desde o século passado, rua procurada para escritórios de advogados e cartórios.”<sup>50</sup> Mais recentemente, fotos (fig. 42) do início do século XX mostram a sede do Banco do Brasil na esquina da Rua General Câmara com a Rua Sete de Setembro, passando a caracterizar-se também por abrigar sedes de instituições financeiras.

#### 4.2.8. BECO DO IMPÉRIO (ATUAL RUA ESPÍRITO SANTO)

O antigo Beco do Império ou do Cemitério, atual Rua Espírito Santo (fig. 44), posiciona-se sobre o espigão de modo transversal, descendo sua encosta norte a partir da esquina da Igreja Matriz. Como o nome “do Cemitério” assinala, este espaço está intimamente relacionado ao antigo cemitério atrás desta. Segundo Franco (1988),

Segundo se vê nas atas de 11/out. e 16/out., de 1817, esta rua foi aberta por determinação expressa do governador da Capitania, Marquês de Alegrete, atendendo a requerimento de moradores da Rua do Arvoredo. [...] O memorial dos moradores da Rua do Arvoredo alegava, em síntese, que para irem aos ofícios da Matriz serviam-se de um caminho que passava pelo interior do cemitério da mesma matriz; e como se projetava fazer uma tapagem do cemitério, ficariam eles privados da passagem. Pediam, por isso a abertura de um *beco ou viela* [grifo da pesquisadora] por for a da parede do cemitério, a sair 'entre as casas do Império e as do falecido Domingos de Lima Veiga, de que não provirá prejuízo de terceiros, por ser já destinado antigamente o terreno da dita viela para servidão pública'. 'Império', como bem se sabe, era a construção que servia às festas da Irmandade do Divino Espírito Santo, ao lado da Matriz.<sup>51</sup>

Por sua vez, Achylles Porto Alegre (1940) ratifica essa associação do logradouro ao antigo cemitério, detalhando porém a relação deste beco com o “Império”:

Teve o primeiro nome [*do Cemitério*] pelo facto de nas suas proximidades no lugar hoje ocupado pela praça Marechal Deodoro, estabelecer-se o segundo cemiterio que tivemos. Imperio – assim se baptisou a rua hoje do Espirito Santo, mas sempre chamada por aquele nome, recordando a criação na esquina da praça, da capella ou imperio do Divino. Este templo ha passado por sucessivas reformas, datando seu levantamento pouco mais ou menos de 1772. A antiga construcção tinha cinco portas de frente, como ver-se-á por uma vista antiga. Mais tarde foi demolida, ficando com tres. Ainda soffreu nova demolição em 1882, para dar lugar á interessante capella

50 FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1988. p. 95

51 FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1988. pp. 155-156.

que hoje se levanta no mesmo sitio.<sup>52</sup>

Segundo Franco (1988), “por muito tempo, usou-se indiferentemente o nome de *Beco do Império* ou de *Beco do Cemitério*, para esta ladeirenta via pública”.<sup>53</sup> Esta afirmação é ratificada por Coruja (1983 [1881]), quando o cronista diz que “eis pois o que se chamava Beco do Império por onde se descia em terreno *ladeirento* [grifo da pesquisadora] tendo de um lado o cemitério e do outro os *quintais fronteiros* [grifo da pesquisadora,], e se chama hoje Rua do **Espírito Santo**.”<sup>54</sup>



Figura 43: "Quintais fronteiros" no antigo Beco do Império. Final do século XIX - início do XX. Acervo do Museu Hipólito José da Costa.

52 PORTO ALEGRE, Achylles. *História popular de Porto Alegre*. Edição organizada por Deusino Varela para as comemorações do bicentenário da cidade e oficializada pela Prefeitura Municipal. Porto Alegre, 1940. p. 15.

53 FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1988. pp. 155-156.

54 CORUJA, Antônio Álvares Pereira. *Antigualhas; reminiscências de Porto Alegre*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1983. pp. 120-121.



Por fim, Coruja (1983 [1881]) corrobora os indícios de ocupação rarefeita do lado sul da encosta, percorrido por este antigo beco. Segundo o cronista, “quem conheceu este beco desde os antigos tempos, sabe ou deve lembrar-se que só tinha duas casas nas duas esquinas da rua da Igreja [...]”<sup>55</sup>



Figura 44: O antigo Beco do Império em finais do século XIX. Fototeca Sioma Breitman/Acervo Família Prati.

#### 4.2.9. BECO DO LEITE (NÃO EXISTE NA ATUALIDADE)

Segundo Franco (1988), trata-se de “antigo beco que deixou de existir desde a década de vinte (fig. 45), ligando a Rua Gen. Andrade Neves com a Rua dos Andradas, na altura do atual prédio da Cia. Estadual de Energia Elétrica”<sup>56</sup>. Esta curta travessa da área central

55 CORUJA, Antônio Álvares Pereira. *Antigalhas; reminiscências de Porto Alegre*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1983. pp. 120-121.

56 FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1988. pp. 39-40.

situava-se transversalmente sobre o espigão, fazendo com que se enquadrasse quase que perfeitamente no padrão das ruas travessas do urbanismo português. Contudo, ligava não duas ruas principais, mais uma rua principal (Rua da Praia) a uma rua secundária, a antiga Rua Nova (atual Rua General Andrade Neves).

Conforme Coruja (1983 [1881]), esse antigo logradouro teve muitas denominações, e, como outros becos examinados aqui, também estava associado a personagens notáveis da vida urbana no século XIX:

Este beco apesar de estreito e curto passou por diversas transformações. Um dos seus antigos moradores, e talvez o mais antigo, foi João da Silva Ribeiro Lima, conhecido por João Barriga e João da Silva Barriguinha; pelo que o chamavam de Beco do Barriga; por sua morte puseram-lhe o nome de sua viúva, Beco de D. Ursula, e também – Beco do Lisboa, negociante que tinha sua loja na rua da Praia em frente ao beco; e posteriormente indo para ali morar o alfaiate Manoel José Leite na esquina fronteira à D. Ursula, ficou e permaneceu por muitos anos o nome de – Beco do Leite. Hoje, na distribuição que a edilidade fez das placas, tocou-lhe o bem merecido nome de Beco da Angustura. Convém aqui saber que João da Silva R. Lima e sua mulher D. Ursula eram os avós maternos do *senador* Florêncios e do *Sr. Dr. Moura de Magalhães* [grifo da pesquisadora].<sup>57</sup>

---

57 CORUJA, Antônio Álvares Pereira. *Antigalhas; reminiscências de Porto Alegre*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1983. p. 114.



Figura 45: Travessa Angustura já no início de sua demolição. Fotografia da Revista "A Mascara", 06/02/1925. Hemeroteca do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.

Cabe observar a menção a ninguém menos do que um senador, e ainda por cima o senador que daria nome à Praça da Alfândega no início do século XX. Porém, quanto aos nomes mencionados, tem-se a corroboração de Achylles Porto Alegre: “[Travessa] Angustura: becco da Barriga, D. Ursula, do Lisbôa e do Leite, pessoas essas todas que alli moraram. Dura até hoje o de Leite – como recordação do alfaiate Manoel José Leite”.<sup>58</sup>

Na imprensa da década de 1920, já se encontram referências e até uma fotografia relativas à demolição do casario deste beco, celebrando o seu desaparecimento da cidade que se moderniza:

Intrometido bem no centro da cidade, o Becco da Angustura de há muito devera

<sup>58</sup> PORTO ALEGRE, Achylles. *História popular de Porto Alegre*. Edição organizada por Deusino Varela para as comemorações do bicentenário da cidade e oficializada pela Prefeitura Municipal. Porto Alegre, 1940. p.16.

desaparecer, pelo que apresenta de mais desagradavel á vista. Estreito, constituido de cochicholos velhos fócios de enfermidade, sem ar, sem luz, sem um "que" de pittoresco, sem uma nota de tradição - a não ser (que ironia!) - a do nome que relembra a guerra com o Paraguay - não se sabe como foi se retraindo no misero aspecto, á medida que Porto Alegre foi se dilatando e modernizando.<sup>59</sup>



Figura 46: Fotografia mostrando a Rua Andrade Neves na esquina com o Beco do Leite ou Travessa Angustura. O casarão do lado direito da esquina (em rosa) será o endereço do futuro Club dos Caçadores. Acervo do Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo/Acervo Prati.

Entretando, como espaço marginalizado do antigo centro de Porto Alegre, o antigo beco do Leite não se furta a uma relação íntima com espaços de prestígio da vida urbana: embora não se encontre textualmente associado ao beco, o que por si só também é sintomático, verifica-se pela planta cadastral de 1893 e por fotografia de finais do século XIX que o endereço do antigo *Club dos Caçadores* (Rua General Andrade Neves, nº 26) situava-se num casarão à esquina da Rua Andrade Neves com a antiga Travessa Angustura (fig. 47). A antiga casa de espetáculos é assim descrita na imprensa da época:

59 *Correio do Povo*, 01/02/1925. Acervo da hemeroteca do Museu de Comunicação de Porto Alegre Social Hipólito José da Costa.

O Centro dos Caçadores, que é a mais procurada das casas de diversões da capital, tem concorrido muitíssimo para a movimentação de nossa urbs, pois, sua numerosa freguezia alimenta a movimentação de um grande número de vehiculos. Esse maginifico cabaret, artiscamente montado com deslumbrante luxo, tendo uma excellente cosinha e um inexcédível serviço de bebidas, fez, pela atracção das maiores celebridades da cançoneta internacional, da velha, monotona e dorminhoca cidade, que era Porto Alegre de antanho, uma city moderna, onde a elegancia, o luxo, e o gosto pela musica de Montmartre imperam.<sup>60</sup>



Figura 47: Fotografia da sede do Club dos Caçadores na Revista A Mascara, Número Comemorativo do Centenário da Independência (1922): “Centro dos Caçadores”. Acervo da hemeroteca do Museu de Comunicação de Porto Alegre Social Hipólito José da Costa.

#### 4.2.10. BECO DA ÓPERA (ATUAL RUA URUGUAI)

Compreendendo um trecho relativamente curto, pois que partia da Rua da Praia para o Guaíba, o Beco da Ópera dispõe-se em sentido transversal em relação ao espigão do centro

<sup>60</sup> *A Mascara*, Número Comemorativo do Centenário da Independência (1922): “Centro dos Caçadores”. Acervo da hemeroteca do Museu de Comunicação de Porto Alegre Social Hipólito José da Costa.

histórico, configurando assim o traçado de rua travessa visto no urbanismo colonial português (fig. 48). Segundo Franco (1988),

Nasceu com desenvolvimento bem menor em fins do século XVIII, como um simples beco transversal à Rua da Praia, descendo desta via até o então chamado Porto dos Ferreiros, que correspondia aproximadamente ao litoral do rio, adjacente à atual Rua 7 de Setembro. E como aí se edificasse, em 1794, um barracão de madeira destinado a servir de teatro, que foi chamado sucessivamente de Casa da Comédia e de Casa da Ópera, a rua ganhou o nome popular de Beco ou Rua da Casa da Ópera.<sup>61</sup>

A respeito da referida Casa da Ópera, o relato de Coruja (1983 [1881]) traz mais detalhes:

Pouco tendo a dizer deste beco, falarei do teatro que lhe deu o nome. Era este de pau a pique com entrada geral pelo lado do rio e entrada particular para a caixa do teatro pelo lado do beco, contendo duas ordens com 36 camarotes. [...] Com o correr dos tempos o teatro que era de pau a pique também foi a pique, edificando-se sobre o seu terrenos algumas *casinhas* [grifo da pesquisadora] transformadas hoje em dia em lojas de fazendas. [...] Quem conheceu o triste e mesquinho Beco da Ópera de outros tempos, e vê hoje as casarias da Travessa do Comércio, não pode deixar de exclamar: - Quem te viu e quem te vê!<sup>62</sup>

Já Macedo (1993) traz a explicação para o nome “Beco dos Ferreiros” no desenvolvimento da cidade:

Pouco a pouco novas áreas vão sendo aterradas, surgindo o Beco dos Ferreiros, perpendicular à Rua da Praia e outra paralela a esta que seria mais tarde a Rua 7 de Setembro. Na esquina delas se instalou importante ferraria que fabricava peças para montaria e atendia aos estaleiros próximos.<sup>63</sup>

O desenvolvimento e enriquecimento deste logradouro, ressaltado por Coruja (1983 [1881]) no trecho acima, também é ratificado por Achylles Porto Alegre (1940): “É interessante de ver-se como algumas das nossas ruas importantes, tinham na cidade velha a denominação de beccos. Entre outras, que nos ocorre está a do Commercio (fig. 49), que se chamava becco da Opera [...]”<sup>64</sup>. O cronista traz ainda em suas memórias uma referência a um armazém de comércio de tecidos na então renomeada Travessa do Comércio, indicando uma etapa da mudança de status do beco:

Em 1866, o cholera morbus invadiu a nossa cidade, espalhando o terror por toda a parte. E não era para menos. Em 1855, a mesma peste devastara impiedosamente a população. Deante, pois, do seu reaparecimento o povo acobardou. Entretanto, o velho Ladeira e mais meia duzia de abnegados, com desprezo da

61 FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1988. pp. 412-413.

62 CORUJA, Antônio Álvares Pereira. *Antigalhas; reminiscências de Porto Alegre*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1983. p. 116

63 MACEDO, Francisco Riopardense de. *História de Porto Alegre*. Porto Alegre: UFRGS, 1993. pp. 34-36.

64 PORTO ALEGRE, Achylles. *História popular de Porto Alegre*. Edição organizada por Deusino Varela para as comemorações do bicentenário da cidade e oficializada pela Prefeitura Municipal. Porto Alegre, 1940. p. 55.

própria vida, tomaram conta da *enfermaria que o governo installára, na recrudescencia do mal, na rua do Commercio, si não me engano, naquelle predio onde tem a sua loja de fazendas o Sr. Marianno Cunha* [grifo da pesquisadora]. Foram collocados n'aquelle armazem umas quantas camas, e logo occupadas pelos cholericos que iam cahindo pelas ruas.<sup>65</sup>



Beco do Ópera (atual Rua do Uruguai), também chamado de Beco do Porto dos Ferreiros e Rua do Comércio.

Figura 48: O Beco da Ópera em fotografia de fins do século XIX-início do XX. (Pesavento, 1992, p. 42)

65 PORTO ALEGRE, Achylles. *História popular de Porto Alegre*. Edição organizada por Deusino Varela para as comemorações do bicentenário da cidade e oficializada pela Prefeitura Municipal. Porto Alegre, 1940. p. 206.



Figura 49: Postal da "Rua do Commercio", início do século XX. Fototeca Sioma Breitman do Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo.

De fato, a partir desta década Franco (1988) detalha essa evolução ao longo do século XIX, em que a proximidade com o porto e as reformas portuárias da gestão do Intendente José Montauray viriam a acelerar no início do século XX:

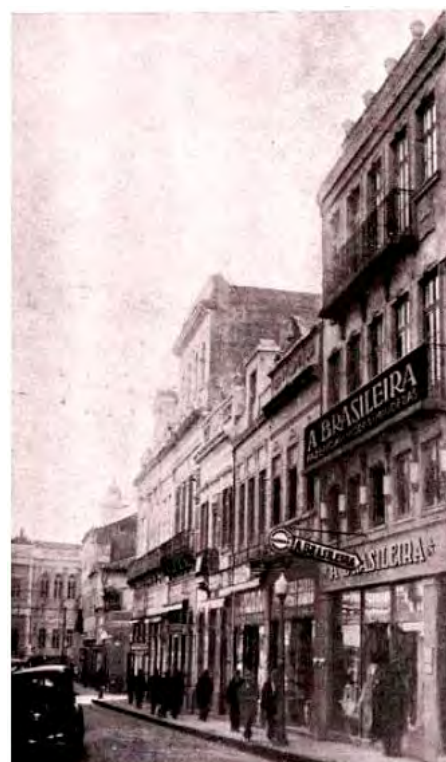
A partir de 1860 (ata de 26/abr.), já estando definida e urbanizada a atual Rua 7 de Setembro, marcou-se o alinhamento do Beco da Ópera para além daquela, em direção ao rio, que começava a regredir, por força dos aterros continuados. Mas, por esse tempo, toda a área se transformara, desaparecera o Porto dos Ferreiros, e sua vocação comercial se acentuara decisivamente. Isso explica a resolução da Câmara Municipal, em 18 de setembro de 1869, determinando que o Beco da Casa da Ópera passasse a denominar-se Rua do Comércio, sendo, logo em seguida, posta em arrematação a obra de seu calçamento. Como Rua do Comércio, prolongou-se até a Rua das Flores, hoje Siqueira Campos, viu nascer à sua frente o Paço Municipal, no princípio deste século.<sup>66</sup>

66 FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1988. pp. 412-413.





Figura 50: Anúncio do Banco da Província na revista "A Mascara" de 01/01/1925. Hemeroteca do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.



ASPECTO DA RUA URUGUAY

Figura 51: "Aspecto da Rua Uruguay"- "Recordações de Porto Alegre. 1o Centenario da Epopeia Farrroupilha". Porto Alegre: Globo, 1935. (Possamai, 2005, p. 182)

Por fim, o mesmo autor ainda acrescenta que “[...] o que foi uma travessa de ferreiros, depois um centro de comércio lojista de fazendas, apresenta-se hoje como uma rua de bancos e de financeiras.”<sup>67</sup> Tem-se registro, através de anúncios na imprensa, de estar o Banco da Província (fig. 50), situado do lado Oeste da esquina entre a Rua Uruguai e a Rua Sete de Setembro, bem como de importante comércio (fig. 51). Do lado Leste desta mesma esquina havia a lotérica “Club Excelsior” (fig. 52), que se anunciava como a primeira do Estado:

67 FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1988. pp. 412-413.



Figura 52: O prédio do Club Excelsior na esquina do antigo Beco da Ópera com a rua Sete de Setembro. (A Máscara - Num. Comemorativo do Centenário da Independência, 1922).

#### **4.2.11. BECO DO BRITO (ATUAL TRAVESSA ACYLINO DE CARVALHO)**

Esta curta travessa que liga ainda hoje a antiga Rua Nova (atual Rua Andrade Neves) e a Rua da Praia desenvolve-se no sentido transversal ao espigão, seguindo o padrão das típicas ruas travessas do traçado colonial português. Como no caso de outros becos anteriores, deve seu nome a um morador eminente do início da história da cidade,

Este é mais um caso a indicar, portanto, que ao menos nas esquinas personagens importantes da vida pública de Porto Alegre habitavam espaços estigmatizados como os becos. É o que descreve precisamente Coruja(1983) na seguinte passagem:

Na rua Nova, esquina da travessa do Poço [Beco do Poço] morava o brigadeiro Brito, ajudante de ordens de D. Diogo; e defronte dele, ou antes não bem defronte, havia um beco sem nome a que o povo não sei por que começou a chamar de Beco do Brito: depois João Coelho Neves (pai de João Coelho Barreto, levantou um sobrado da rua da Praia, esquina deste beco, pelo que então com mais propriedade o chamaram Beco do João Coelho, que tem hoje a placa de Itapiru. [...] No beco do João Coelho morava seu sobrinho chamado Inácio José de Abreu, conhecido por Sonaço; quando lhe perguntavam onde morava, respondia logo: Moro no beco do meu tio.<sup>68</sup>

O sobrado, tipologia arquitetônica indicativa da ocupação por uma camada mas abastada da população, aparece na esquina do beco com a Rua da Praia, a principal rua comercial e onde se concentravam as moradias mais ricas da cidade.

Achylles Porto Alegre (1940) descreve que o Beco do Brito ou Travessa Itapiru foi também um espaço marcado por atividade intelectual na cidade. O autor relata que uma das esquinas era ocupada por um órgão de imprensa: “A 'Reforma' havia sido installada naquele velho sobrado da Rua Nova, esquina da 'Travessa Itapirú'. Era ahi o quartel-general do grande partido que dominou o Rio Grande largos anos.”<sup>69</sup> O autor não explicita de qual partido esteja falando nessa passagem, embora deixe subentendido tratar-se do Partido Liberal, de Gaspar Silveira Martins. Também numa das esquinas desta travessa deu-se as reuniões que originariam o Parthenon Literário:

Em torno, então, de Apollinario Porto Alegre, reuniu-se um grupo de sonhadores, que iam escutal-o [sic] como um oraculo. Em rua residencia á rua Nova, hoje General Andrade Neves, *esquina* [grifo da pesquisadora] da travessa Itapirú, realizaram-se as sessões preparatórias para a fundação do Parthenon [Litterario].<sup>70</sup>

No que é corroborado por Macedo (1993):

A idéia [do Partenon Literário] começou a germinar na casa de Apolinário Porto Alegre, na Rua Andrade Neves, quase esquina da Travessa Acelino de Carvalho (Itapiru). Ali se reunia vivo grupo de intelectuais, discutindo os temas mais audaciosos para a época, inclusive abolição, república e direitos das mulher; debatiam suas produções literárias como teatro, poesia, mode a com teses muito avançadas se organizavam para melhorar o nível cultural da população: fundação de escola noturna gratuita, criação de uma biblioteca, encenação de peças teatrais, etc.<sup>71</sup>

68 CORUJA, Antônio Álvares Pereira. *Antigualhas; reminiscências de Porto Alegre*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1983. pp. 116-117.

69 PORTO ALEGRE, Achylles. *História popular de Porto Alegre*. Edição organizada por Deusino Varela para as comemorações do bicentenário da cidade e oficializada pela Prefeitura Municipal. Porto Alegre, 1940. p. 126.

70 PORTO ALEGRE, Achylles. *História popular de Porto Alegre*. Edição organizada por Deusino Varela para as comemorações do bicentenário da cidade e oficializada pela Prefeitura Municipal. Porto Alegre, 1940. p. 148.

71 MACEDO, Francisco Riopardense de. *História de Porto Alegre*. Porto Alegre: UFRGS, 1993. p. 70.

Tem-se, portanto um espaço caracterizado como “beco”, carregado de toda sua conotação negativa na memória da cidade, e onde se encontram ocupações e marcas de personagens importantes de sua história. Tais detalhes contrastam com a idéia de que os becos eram espaços devotados à criminalidade e à contravenção, como os discursos de imprensa dão a entender.

Contudo, a origem deste beco parece corroborar o que Pesavento (2001) afirma a respeito do modo como esses espaços vão surgindo na cidade: “parece, pois, que os becos se originam de uma ocupação 'espontânea' ou 'orgânica' da cidade que se adensa e espraia. Neste sentido, são também iniciativas que se tomam *fora da norma* [grifo da pesquisadora] ou da regra”<sup>72</sup>. E é precisamente o que Franco (1988) recupera sobre o Beco do Brito no seguinte trecho:

Tem-se notícia segura de sua existência desde o princípio do século XIX. Felicíssimo de Azevedo, em *Cousas municipais* (p. 9) escreve o seguinte sobre a sua origem: 'Creio que foi em 1814 -, João Coelho das Neves, fazendo uma casa no meio da quadra entre a Ladeira e a rua de Bragança, deixou igualmente a extensão do beco João Coelho, e a Câmara, que entendia que uma rua ali era um luxo que requeria um dispêncio de duzentos mil réis para desapropriar o terreno necessário, deixou permanecendo o beco até hoje'.<sup>73</sup>

Franco (1988) também se refere a determinação da municipalidade no sentido de regulamentar o trânsito do logradouro, afirmando que a partir de meados do século XIX “a edilidade submetia o beco a um regime de mão única, no sentido da subida, tal como determinou também para o Beco do Fanha, hoje Rua Caldas Júnior, e o Beco do Rosário. É possível imaginar, devido à declividade do trecho, que tenha sofrido o mesmo problema de desgaste da pavimentação apontado pelo mesmo autor (1988) no caso do Beco do Rosário.

Por fim, Franco (1988) aponta a origem do nome que aparece na planta de 1881: “em 28/8/1879, a Câmara mudou o nome espontâneo do beco para Travessa Itapiru, homenagem a uma das batalhas da Guerra do Paraguai.”<sup>74</sup>

72 PESAVENTO, Sandra Jatáhy. *Era uma vez o beco: origens de um mau lugar*. In: BRESCIANI, Maria Stella (org.). *Palavras da cidade*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001. pp. 105-106.

73 FRANCO, Sérgio da Costa. Porto Alegre: guia histórico. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1988. pp. 17-18.

74 FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1988. pp. 17-18

#### 4.2.12. BECO DO POÇO (RUA GENERAL PARANHOS, ATUAL AVENIDA BORGES DE MEDEIROS)

Disposta transversalmente sobre o espigão, a antiga Rua General Paranhos, também conhecida como “Rua do Poço” pela planta de 1839, era, segundo Franco (1988),

[...] estreito beco que subia desde a Rua General Andrade Neves até a Rua Duque de Caxias e dali descia em outra fortíssima ladeira até a Rua Coronel Genuíno. O nome de General Paranhos datava de uma resolução da Câmara Municipal em 30/10/1871, mas a população porto-alegrense, com seu aferrado tradicionalismo, ainda aludia àquela via pública como o 'Beco do Poço' [...]<sup>75</sup>

Segundo Coruja, trata-se de uma rua que comportava becos de diferentes nomes em seus diversos segmentos:

O Beco do Freitas, a Travessa do Poço, e Beco do Meireles. Eis mais uma rua com três nomes diferentes, e que por isso se pode também descrever em 3 secções diferentes.

A 1ª secção, a mais antiga, era da rua da Ponte à da Igreja, onde *raríssimas eram as casas e de fraca aparência* [grifo da pesquisadora], em uma das quais morava o Pedro Penacheiro que saudava os transeuntes com as barreteadas de Meu Sinhozinho [*sic*]. A casa de sobrado da esquina da rua da Ponte com frente ao norte e poente, edificada sobre um charco pelo padre Inácio Soares Viana, 1º vigário do Rosário, por falta de bons alicerces teve de ceder ao peso do madeiramento, pelo que foi de novo reedificada. Esta 1ª secção tinha o nome de Travessa do Poço.

A 2ª secção, da rua da Ponte à rua Nova, só tinha uma casa velha em frente a do padre Inácio, e como Manoel José de Freitas Travassos aí fizesse edificar uma *carreira de casas* [grifo da pesquisadora] ao lado dos números ímpares, ficou-se chamando Beco do Freitas.

A 3ª secção, denominada Beco do Meireles, só veio mais tarde depois que o tenente coronel Meireles levantou as suas *casinhas* [grifo da pesquisadora] da rua da Igreja para a do Arvoredo. Hoje o nome do general Paranhos substitui com sua placa todos esses nomes de princípio a fim.<sup>76</sup>

Nota-se que o cronista descreve uma via de ocupação esparsa, e onde se fazia construir “casinhas”, tendo os proprietários dado nome aos trechos da rua onde as erguiam. Mais uma vez, tem-se o espaço de um beco associado à ocupação popular e destinada às camadas mais pobres da população, problema que se agravaria com o crescimento da cidade ao longo do século XIX e início do XX.

Quanto aos nomes, a mesma sequência de denominações para cada trecho pode ser encontrada em Achylles Porto Alegre (1940): “General Paranhos: da rua Andrade Neves á do

75 FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1988. pp. 80-83.

76 CORUJA, Antônio Álvares Pereira. *Antigalhas; reminiscências de Porto Alegre*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1983. p. 117.

Riachuelo chamou-se – *becco do Freitas* [grifo da pesquisadora]. Dahi á Duque de Caxias, *becco do Poço ou da Cacimba* [grifo da pesquisadora], e dahi para baixo – *becco do Meirelles* [grifo da pesquisadora]”<sup>77</sup>.

O nome “Rua do Poço”, que aparece nas plantas de 1839 e 1868 nomeando toda a extensão do beco, ou “Travessa do Poço”, a que se refere Coruja (1983 [1881]), tem sua origem no poço ou fonte aberta pela municipalidade na altura do cruzamento com a atual Rua Jerônimo Coelho. De acordo com Coruja (1983 [1881]),

A rua da Ponte [*atual Rua Riachuelo*], assim se chamou por causa de uns paus estendidos ou atravessados em ar de pinguela dobrada, que servia de ponte, mais ou menos pelas alturas da *travessa do Poço* [grifo da pesquisadora], e por baixo da qual (ponte) passavam as águas que desciam como nativas do antigo poço ou fonte que deu nome à rua, depois denominada de S. Jerônimo, quando presidiu a província Jerônimo Francisco Coelho.

Essa rua do Poço, que alguns também chamavam rua da Cacimba, e que melhor se chamaria rua da Fonte, tinha uma fonte preparada e coberta de madeira [...].

Para essa fonte ia todos os dias uma sentinela da guarda do palácio para impedir que os rapazes da escola do Amansa matassem o solitário cágado que aí vivia; e que afinal, retirada a sentinela, morreu a pedradas.

Hoje nem sentinela, nem fonte, nem cágado. Há apenas o locus ubi Troya fuit.<sup>78</sup>

77 PORTO ALEGRE, Achylles. *História popular de Porto Alegre*. Edição organizada por Deusino Varela para as comemorações do bicentenário da cidade e oficializada pela Prefeitura Municipal. Porto Alegre, 1940. p. 15.

78 CORUJA, Antônio Álvares Pereira. *Antigalhas; reminiscências de Porto Alegre*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1983. pp. 17-18.



Figura 53: "Beco do Poço", aquarela de Francis Pelichek. Acervo da Pinacoteca Aldo Locatelli. Note-se o sobrado de esquina com três andares, e a fileira de casinhas com características coloniais.

Achylles Porto Alegre (1940) concorda com esta versão para a origem do nome do trecho:

Ahi pelas proximidades da rua ainda hoje chamada becco do Poço, havia uma fonte cuja guarda estava confiada ás sentinella[s] do palacio, afim de zelarem pela conservação da mesma e do kágado, que, como era de costume, usava-se pôr para limpeza da agua. Afinal, relaxada a pratica, o inoffensivo bicho foi morto a pedradas pelos discipulos do Amansa-Burros, que aproveitou o ensejo para solene aula de moral.<sup>79</sup>

Contudo, Franco (1983), em suas "Notas ao Capítulo I", de Coruja (1983 [1881]),

79 PORTO ALEGRE, Achylles. *História popular de Porto Alegre*. Edição organizada por Deusino Varela para as comemorações do bicentenário da cidade e oficializada pela Prefeitura Municipal. Porto Alegre, 1940. p. 14.

esclarece que

Rua da Ponte é a atual Riachuelo [...]. A ponte ou pinguela que lhe deu o nome primitivo situava-se, a julgar pelo texto, no cruzamento com a atual avenida Borges de Medeiros, que veio a ser rasgada naquele trecho mediante o alargamento da rua General Paranhos, íngreme travessa que galgava a elevação de terreno até a Rua Duque de Caxias, e que foi conhecida como *Travessa do Poço* [grifo da pesquisadora]. Também a deduzir pelo texto, o poço ou fonte pública em questão ficaria aproximadamente no cruzamento da travessa do Poço com a atual rua Jerônimo Coelho, que se chamou outrora Nova do Poço e São Jerônimo, sucessivamente.<sup>80</sup>



Figura 54: Fotografia da demolição da "Travessa" General Paranhos na revista "A Mascara", de 06/02/1925. A fileira de edificações à esquerda parecer se de casas térreas, possivelmente de aluguel.

Fica assim esclarecido que a ponte ficava na altura do cruzamento do beco do Poço (atual Avenida Borges de Medeiros) com a Rua da Ponte (atual Rua Riachuelo), e o poço ou fonte ficava na altura da Rua Nova do Poço (atual Rua Jerônimo Coelho).

80 FRANCO, José da Costa. In: CORUJA, Antônio Álvares Pereira. *Antigalhas; reminiscências de Porto Alegre*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1983. p. 46.



Os cronistas da cidade associam diversos personagens populares ao Beco do Poço. Coruja (1983 [1881]), por exemplo, cita habitantes populares do Beco do Poço das primeiras décadas do século XIX:

Para se livrar de mais encontros tomou o soturno beco do Poço, onde teve ainda de corresponder aos humilíssimos cumprimentos do Barbulo Robalo ou Pedro Penacheiro que com a sua calça larga, gibão comprido, barrete, e barbas de quichequiche, tirava o barrete até o chão, chamando-o de 'Meu Sinhozinho'.<sup>81</sup>



Figura 55: Fotografia da demolição de outro trecho da Rua General Paranhos. Década de 1920. Porto Alegre: Biografia duma Cidade, 1941.

Já Achylles Porto Alegre (1940) é pródigo em enumerar personagens e suas atividades quotidianas no lugar:

Havia ainda o Eiras, barbeiro-esfola-queixos, cirurgião, dentista. Fazia sangrias, applicava bichas [sanguessugas, como descrito no 'vidro de boca larga?'], ventosas e, aos domingos, ia caçar perdizes na Tristeza. Sua barbearia ficava na rua da Ponte, a actual Riachuelo, no pavimento terreo do *sobrado sito á esquina da rua General Paranhos* [grifo da pesquisadora].<sup>82</sup>

81 CORUJA, Antônio Álvares Pereira. *Antigualhas; reminiscências de Porto Alegre*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1983. p. 36.

82 PORTO ALEGRE, Achylles. *História popular de Porto Alegre*. Edição organizada por Deusino Varela para as comemorações do bicentenário da cidade e oficializada pela Prefeitura Municipal. Porto Alegre, 1940. p. 20.

E acrescenta mais adiante, descrevendo com maior detalhe a barbearia: “Era uma porta larga e toda a *casa constava apenas de uma sala exigua e de um quarto microscopico, sem luz directa* [grifo da pesquisadora], sob as escadas do pavimento superior”<sup>83</sup>. Porto Alegre (1940) também assinala um personagem proeminente associado ao beco: “Na esquina era a venda do João dos Santos, - trunfo na maçonaria, onde chegou ao grão 33, e na politica, em que attingiu á poderosa posição de - inspector de quarteirão.”<sup>84</sup>

Todavia, já no final do século XIX, são personagens marginalizados que se encontram associados à antiga General Paranhos/Beco do Poço. Pesavento (2008), dedica um capítulo de sua obra “Os Sete Pecados da Capital” ao “Pássaro Negro do Beco do Poço”

[...] foi neste ano de 1890 que chegara à cidade de Porto Alegre uma certa Anna Fausta Marçal, vinda de Camaquã, do interior do estado, alugando um sobrado no nº 42 do Beco do Poço, na segunda quadra e à esquerda de quem subia a Rua da Ponte para a Rua da Igreja. Neste local, a crioula Fausta instalou um prostíbulo ou bordel, tratado também no linguajar da época de *bodega, espelunca, alcouce, lupanar*, e que recebeu o poético nome de A Flor da Mocidade. Poético e sugestivo, pois *era o tal bordel frequentado não só pelos subalternos da urbe como, ao que se dizia, pela fina flor da sociedade porto-alegrense...* [grifo da pesquisadora]<sup>85</sup>

Mais uma vez, tem-se no espaço estigmatizado do beco um imbricamento de sociabilidades, que, conforme a autora, pertenciam a camadas muito diferentes da população porto-alegrense da época. Pesavento (2008) ainda se vale das cores vívidas da imprensa do fim do século XIX para dar uma idéia do ambiente do Beco do Poço:

Na quadra do referido beco, entre as ruas general Andrade Neves e Riachuelo, existem duas bodegas que acham-se seguidamente cheias de vadios e vadias que, na falta de qualquer ocupação proveitosa, passam o dia e até alta noite a fazer algazarra, da qual sobressaem de quando em vez palavras muito pouco admissíveis sob o ponto da moralidade.

Mulheres de má nota, algumas das quais já tem o nome registrado no livro da cadeia, soldados, marinheiros de navios mercantes e paisanos de ínfima classe, levam à porfia, a depravarem-se mais ainda e a prejudicar o transito publico pois ao ponto a que acha-se transformado aquele beco, é muitas vezes preferível à uma pessoa decente evitar passar por ali à sujeitar se [sic] a levar esbarradas dos ébrios imundos que por ali vagam.

83 PORTO ALEGRE, Achylles. *História popular de Porto Alegre*. Edição organizada por Deusino Varela para as comemorações do bicentenário da cidade e oficialisada pela Prefeitura Municipal. Porto Alegre, 1940. p. 185.

84 PORTO ALEGRE, Achylles. *História popular de Porto Alegre*. Edição organizada por Deusino Varela para as comemorações do bicentenário da cidade e oficialisada pela Prefeitura Municipal. Porto Alegre, 1940. p. 20.

85 PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os sete pecados da capital*. São Paulo: Hucitec, 2008. p. 151.

Ainda na segunda-feira ultima duas crioulas, sem casaco e sentadas à beira da calçada, 'divertiam-se' a proferir obscenidades dirigidas à outra postada junto à porta de uma casa do lado oposto e que, por turno, respondia-lhes no mesmo tom.<sup>86</sup>

As referências a distúrbios, contravenção e grupos marginalizados da população é frequente tanto nos cronistas como na imprensa, o que vale até para o fim da década de 1920, quando o Beco do Poço foi aberto para dar lugar à moderna Avenida Borges de Medeiros.

Mazon (1949), por sua vez, relata que

Para chegar à Cidade [*centro histórico*] [...] Alguns [*moradores da Cidade Baixa*] subiam o 'Beco do Meireles', que ficava paralelo à rua acima citada [*Marechal Floriano*], onde hoje existe a Avenida Borges de Medeiros, porém, não era grande o trânsito, porque arriscavam-se a ficar '*mal vistos*' e as famílias passavam de cara virada, mesmo que fosse pelas esquinas [grifo da pesquisadora].<sup>87</sup>

E acrescenta, celebrando a abertura da grande avenida no lugar do antigo beco:

Um porto-alegrense que esteja há muitos anos ausente da sua terra, no dia em que cá voltar, ficará surpreendido com a transfor[m]ação, pois em lugar do 'Beco do Meireles', vai encontrar a linda avenida Borges de Medeiros com seus magestosos edifícios, que substituíram as *velhas casinhas* [grifo da pesquisadora] de outros tempos.<sup>88</sup>

Novamente, faz-se referência à presença de “casinhas” no beco, o que indica uma ocupação pelas camadas mais pobres da população. Tendo em vista a estigmatização e exclusão da população negra durante o período, a referência feita por Achylles Porto Alegre (1940) à presença dos cultos e festejos afro-brasileiros no Beco do Poço parece consistente com a realidade do logradouro:

Havia pontos da cidade onde, aos domingos, o 'batuque' era infallível. O becco do Poço, o do Jacques e a rua da Floresta eram sitios de eleição para o 'batuque'. Nos dias de 'folia', já de longe se ouviam a melopéa monotona do canto africano e o som cavo de seu originalissimo tambôr. Nessas ocasiões a aguardente corria copiosamente á roda, mas como o africano é de uma resistencia assombrosa para toda a especie de alcool, nunca se davam casos escandalosos de embriaguez.<sup>89</sup>

De fato, o Beco do Poço, desde então marginalizado, no início do século XX havia se

86 *Gazetinha*, 05.03.1896. In: PESAVENTO, Sandra Jatthy. *Os sete pecados da capital*. São Paulo: Hucitec, 2008. p. 165.

87 MAZERON, Gaston Hasslocher. *Reminiscências de Pôrto Alegre: A Cidade Baixa não existe mais*. Almanaque do Correio do Povo, 1949. pp. 156-158. Disponível em: [http://pwwweb2.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/cidadebaixa/usu\\_doc/cidade\\_baixa\\_cp\\_1949.pdf](http://pwwweb2.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/cidadebaixa/usu_doc/cidade_baixa_cp_1949.pdf) p. 156.

88 MAZERON, Gaston Hasslocher. *Reminiscências de Pôrto Alegre: A Cidade Baixa não existe mais*. Almanaque do Correio do Povo, 1949. pp. 156-158. Disponível em: [http://pwwweb2.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/cidadebaixa/usu\\_doc/cidade\\_baixa\\_cp\\_1949.pdf](http://pwwweb2.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/cidadebaixa/usu_doc/cidade_baixa_cp_1949.pdf) p. 156.

89 PORTO ALEGRE, Achylles. *História popular de Porto Alegre*. Edição organizada por Deusino Varela para as comemorações do bicentenário da cidade e oficialisada pela Prefeitura Municipal. Porto Alegre, 1940. p. 99.

tornado um foco de criminalidade. Segundo Franco (1988), “unificados os três nomes sob a denominação comum de Rua Gen. Paranhos, essa via pública mortalmente prejudicada pela topografia nunca adquiriu respeitabilidade. E, nos últimos tempos de sua vida, se transformara em foco de crimes e prostituição”.<sup>90</sup> A crônica policial da época é pródiga em menções ao beco do Poço, tanto que até manifesta sua surpresa quando passa-se um tempo sem ocorrências policiais:

Extranhavamos a quietude em que mergulhára, há varias semanas, o celebre becco do Poço, ponto predilecto da capadoçagem da cidade. Ha muito que o nome do famigerado beco desertára das chronicas dos jornaes, sem que factio algum explicasse a origem de tal 'pacatização': O policiamento e o movimento, os mesmos; as mesmas tascas e casas de libertinagem abertas, com a frequencia de sempre.<sup>91</sup>

Pode-se dizer, pois, que tanto as sociabilidades marginais e os conflitos policiais quanto a topografia dessa via pública (fig. 56) levaram a Intendência a encomendar o plano e colocar em prática as obras que iriam fazer da antiga General Paranhos uma via de conexão entre o porto e a margem sul da península, otimizando o sistema de transportes públicos. Segundo Franco (1988),

Esses trabalhos chegaram a ser iniciados pelo Intendente José Montauray. Mas foi, decididamente, o seu sucessor, Otávio Rocha, o pai da atual Av. Borges de Medeiros. Segundo se vê de seu relatório de 1925, ela figurava entre as metas mais importantes de sua administração: 'Ao assumir o cargo, encontrei já iniciado esse melhoramento, mas o alargamento estava projetado apenas entre as ruas 15 de Novembro (atual José Montauray) e Coronel Genuíno. Julguei que era uma obra apenas de higiene e de embelezamento, e não uma obra de viação. Com a largura de 13 metros, sem ligação com o Porto, em nada viria a melhorar o tráfego de veículos e muito menos concorrer para descongestionar a circulação dos bondes'. [...] 'As rampas de acesso à rua Duque de Caxias, que atualmente têm 9% e 12%, ficarão reduzidas, respectivamente, de 1% e 5%, para o que se vai fazer o rebaixamento de 13 metros no ponto culminante. Aí será construído um viaduto de cimento armado, em arco abatido, por onde se fará a passagem da rua Duque de Caxias. [...] É uma obra de viação de grande relevo, por que vai encurtar o trajeto para todas as linhas de comunicação dos arrabaldes Menino Deus, Glória, Teresópolis e Partenon'.<sup>92</sup>

Monteiro (1995) também traz a importância da ligação entre a encosta norte e sul da península como fator determinante para a execução desta grande obra:

Segundo novos padrões estéticos e higiênicos da elite dirigente, estas construções constituíam uma ameaça à saúde pública e não estavam a altura da capital de um dos mais importantes estados do país que se modernizava. Além disso, através da correção do seu arco, pelo escavamento de suas rampas e construção de um viaduto sob a rua Duque de Caxias, possibilitaria encurtar o trajeto das linhas de bonde e a

90 FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1988. pp. 80-83.

91 *Correio do Povo*, 19/02/1926: “O Becco do Poço em polvorosa!..”.Acervo da hemeroteca do Museu de Comunicação de Porto Alegre Social Hipólito José da Costa.

92 FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1988. pp. 80-83.

comunicação com os arrabaldes do Menino Deus, Glória, Teresópolis e Partenon.<sup>93</sup>

Será possível encontrar na imprensa da época frequentes menções à obra de alargamento e escavação da antiga General Paranhos, referindo também as desapropriações de seus imóveis feitas pela Intendência:

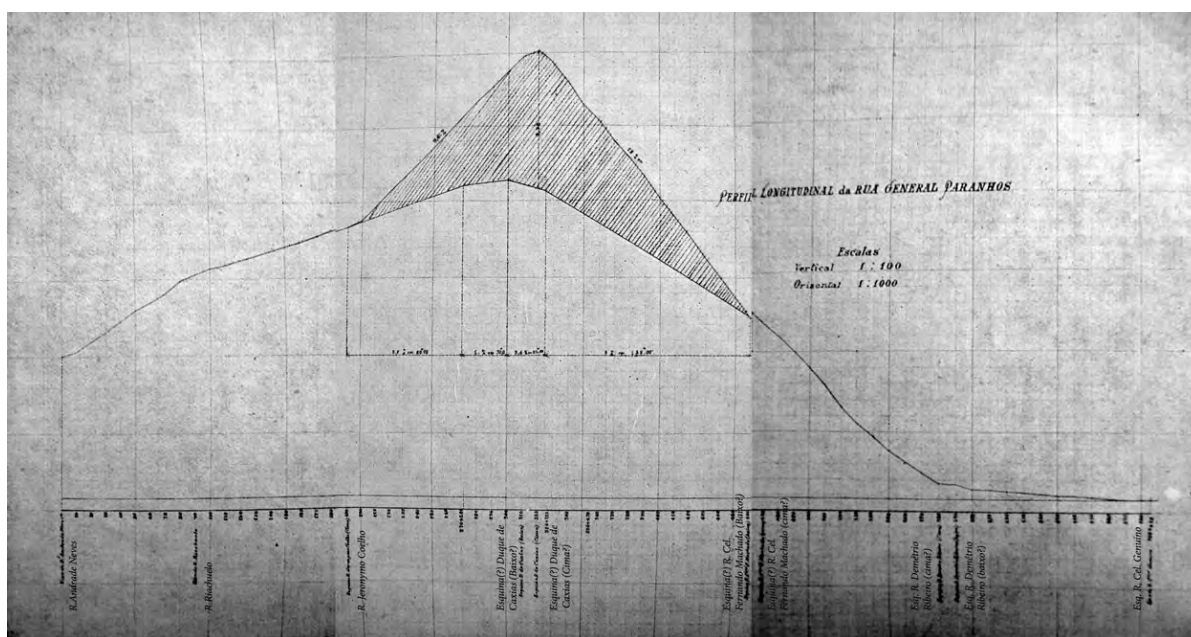


Figura 56: "Perfil Longitudinal da Rua General Paranhos", revista "A Mascara", 06/02/1925.

“A abertura da avenida Borges de Medeiros - A municipalidade continua o desaterro da rua General Paranhos, para a construção da [sic] viaducto na rua Duque de Caxias e que se destinará a abertura da avenida Borges de Medeiros. Os trabalhadores aproximam-se dos predios da rua Duque de Caxias.

A secção do desaterro foi modificada, por se temer que comprometta a estabilidade do predio da exma. senhora d. Generosa de Azevedo. Por esse motivo está se procedendo, agora, ao escoamento dos massifos de terra.

Ao mesmo tempo, o dr. Fernando Martins, chefe das Obras Novas, está estudando os projectos dos drs. Duilio Bernardi e Manoel Itaquy, para, adoptado um delles, proceder-se-á construção da muralha ou dos passeios duplos, conforme fôr adoptado em outros projecto.

Para abertura da Avenida Borges de Medeiros foram comprados até ante-hontem os seguintes predios:

Coronel Genuino, 42, por 14:00\$;

General Paranhos 70, por 15:000\$;

Duque de Caxias, 238 e General Paranhos, 32, por 48:500\$;

rua Jeronymo Coelho n. 33, por 2:00\$;  
 rua Riachuelo 309, por 36:900\$;  
*rua General Paranhos, 40, 40-A e 40-B, por 11:491\$;*  
 rua Coronel Fernando Machado 182 e 184, por 60:280\$;  
*rua General Paranhos ns. 93-4A, 95 e 107, por 75:000\$;*  
 rua Jeronymo Coelho 31, por 40:000\$;  
 rua Coronel Fernando Machado, ns. 341 e 343, por 50:000\$;  
 rua General Paranhos n. 93, por 15:000\$;  
*rua General Paranhos, 60 e 60-A, por 15:800\$;*  
*rua General Paranhos, ns. 2, 24, e 40-C e Andrade Neves n. 77, por 100:000\$;*  
 rua General Paranhos n. 83, por 6:000\$;  
*General Paranhos 54 e General Paranhos 58, por 28:000\$;*  
*General Paranhos ns. 80-A, 84, 86, 88, 90-B e 90-C, por 1000:000\$;*  
 rua Fernando Machado 347 a 353, por 59:000\$;  
 General Paranhos 112, por 50:000\$;  
*General Paranhos 97 e 99, por [...] [grifos da autora]”<sup>94</sup>*

É interessante notar a aquisição de múltiplos imóveis por um preço fechado, o que pode indicar um proprietário comum para edificações vizinhas, a julgar pela numeração. Isso seria consistente com às recorrentes menções a “casinhas” para aluguel para a população pobre trabalhadora.

---

94 *Correio do Povo*, 12/06/1926. Acervo da hemeroteca do Museu de Comunicação de Porto Alegre Social Hipólito José da Costa.

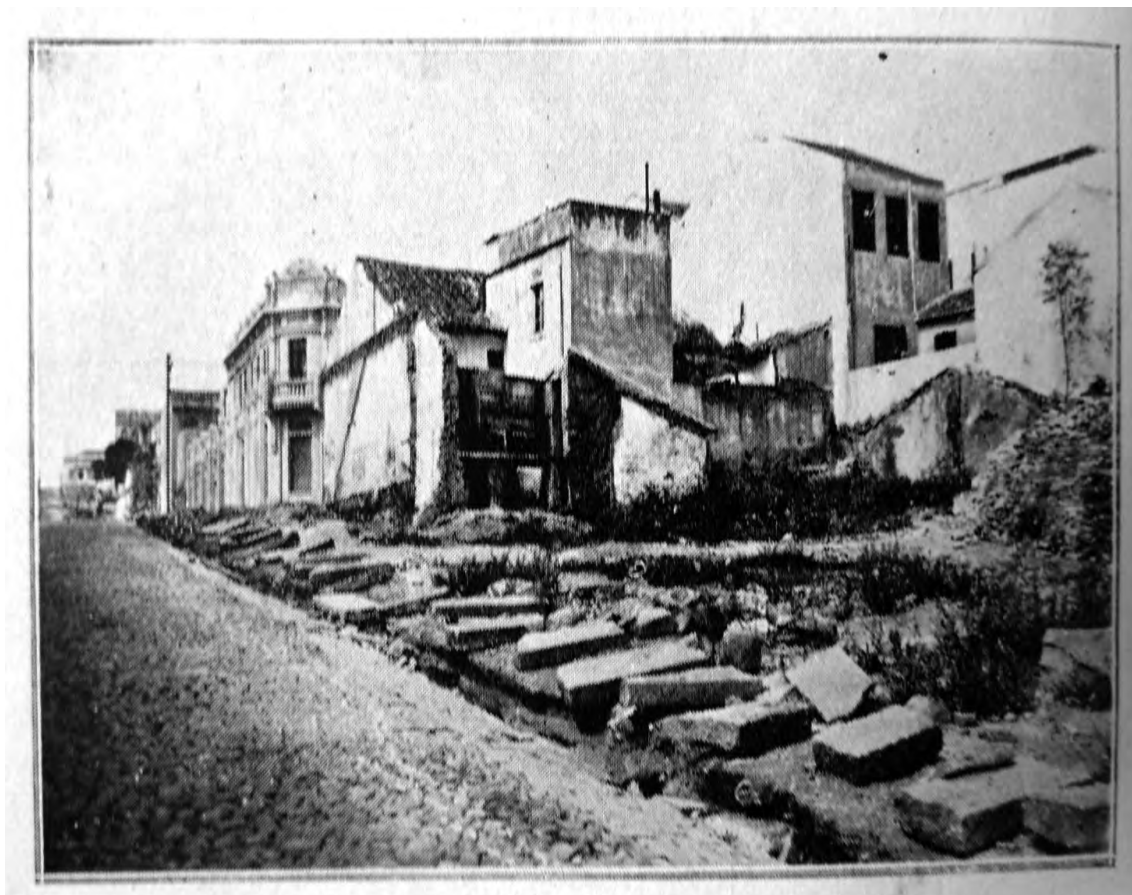


Figura 57: Fotografia da demolição de outro trecho da Rua General Paranhos. Década de 1920. Porto Alegre: Biografia duma Cidade, 1941.



Figura 58: "Viaducto à Rua Duque de Caxias - Corte da Rua General Paranhos". Projeto do eng. Duilio Bernardi na revista "A Mascara" de 06/02/1925.

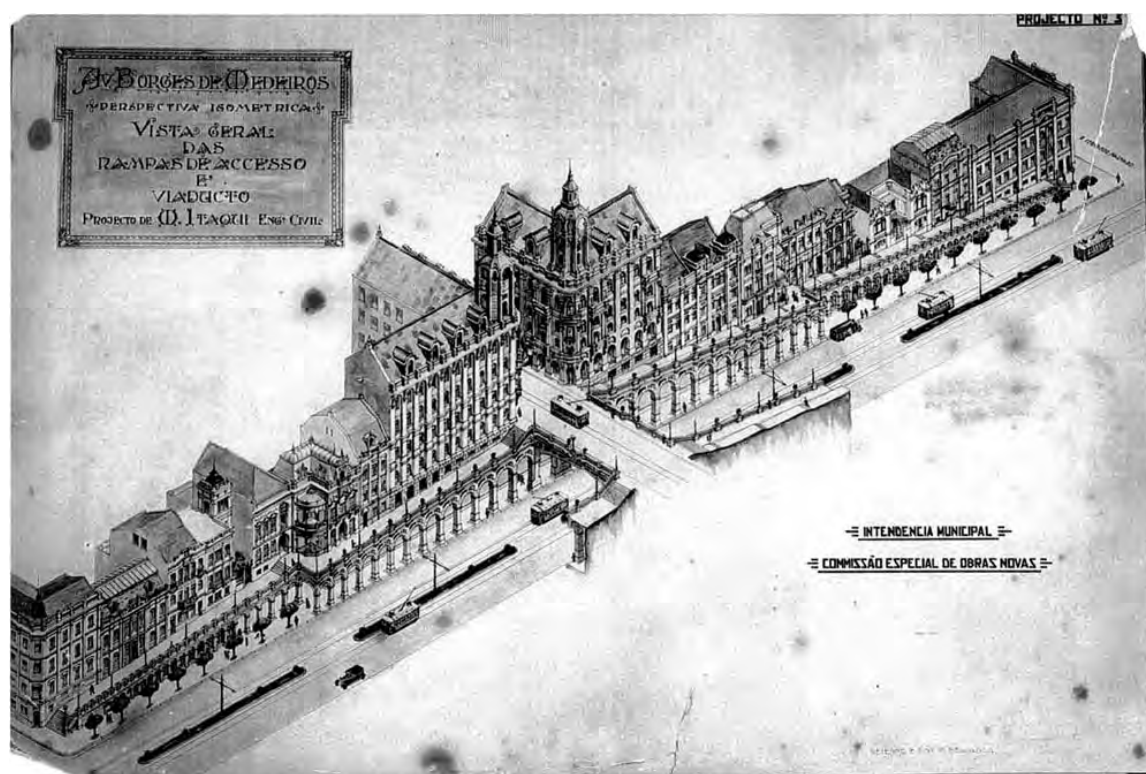


Figura 59: Projeto ganhador para o Viaduto Otávio Rocha e a Avenida Borges de Medeiros, de autoria do engenheiro Manoel Itaquí. (Moraes, 2003. p. 114.)



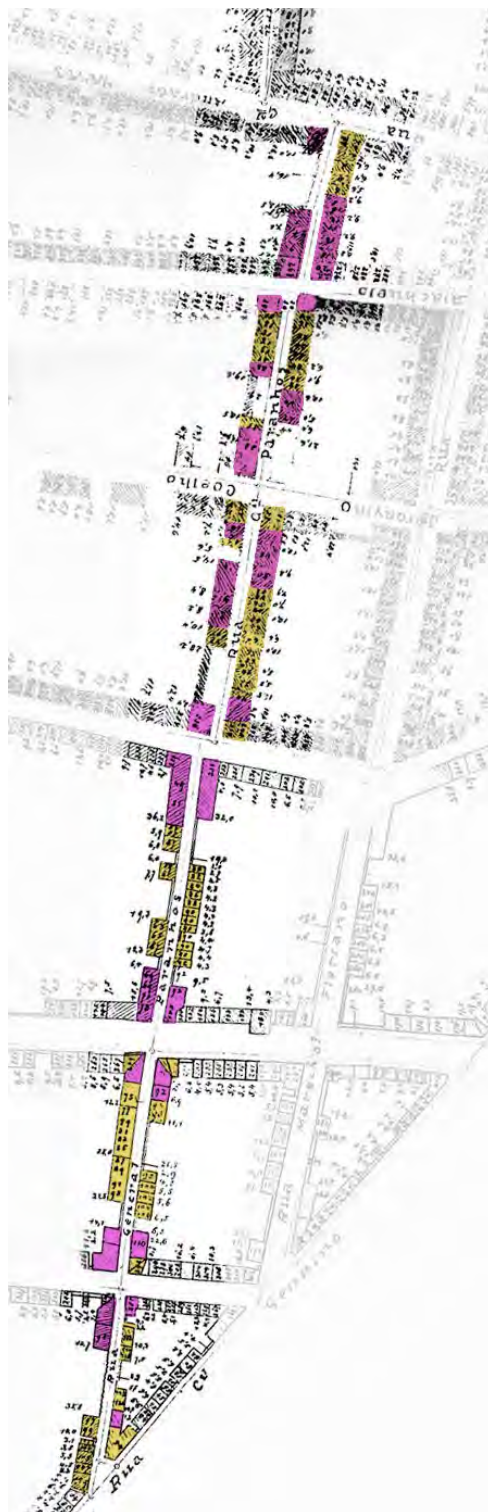


Figura60: Planta Cadastral de 1893, apresentando uma marcação aproximativa de tamanhos de testadas na Rua General Paranhos. Em rosa, as maiores de 7m. Arquivo Histórico Municipal Moysés Vellinho. Para ampliação, ver anexos.

Como fica evidente nas figuras 55 e 57, a antiga General Paranhos/Beco do Poço alterna edificações assobradas e de testadas maiores nas esquinas, entremeadas de casas térreas mais frequentes nos trechos centrais das quadras. Esse padrão reflete a lógica que valorizava os lotes de esquina com ruas principais, deixando o interior da quadra para as moradias mais humildes.

A fotografia da revista “Máscara” (fig. 54) mostra, apesar do ângulo pouco vantajoso para a observação, o conjunto do que parecem ser casas térreas, provavelmente de origem colonial, revestidas de uma roupagem neoclássica. Esta se evidencia pelos arcos plenos nas aberturas e presença de platibanda escondendo o telhado, porém sem contar com porões elevados. Do mesmo lado da foto, nota-se os beirais do que parecem ser as casas térreas retratadas por Pelichek (Fig. 53). De acordo com a pintura, pode-se dizer que trata-se de típicas casas térreas coloniais, com águas perpendiculares à direção da rua, e sem condutos pluviais. Suas aberturas apresentam ora vergas retas, ora vergas em arco abatido, também típicas da arquitetura colonial portuguesa.

Adiante, vê-se um sobrado de meia-água com platibanda e duto de coleta de águas da chuva descendo pela empena lateral. Tem aspecto dilapidado, podendo tratar-se de um antigo sobrado convertido em habitação multifamiliar. Sua altura e cobertura características fazem desta edificação uma referência que pode, em outras fotografias, identificar o lugar como sendo o Beco do Poço ou antiga General Paranhos. Também a respeito dos sobrados do Beco do Poço, Pesavento (2008), transcreve a seguinte passagem de jornal: “na quadra seguinte e em frente a um sobradinho antigo, com três janelas no pavimento superior, e duas janelas e *porta com corredor* [grifo da pesquisadora], no térreo, o Quirino parou.”<sup>95</sup> Esta descrição parece indicar um sobrado do tipo colonial urbano, anteriormente descrito por autores como Reis Filho (2006) e Veríssimo (1999) como sendo o tipo arquitetônico prevalente nas cidades brasileiras de colonização lusa. Em especial, a descrição “porta com corredor” remete claramente à distribuição típica dos cômodos destes sobrados que, em planta, que ocupam de lado a lato o lote, resultando em um corredor que partia da porta de entrada e levava até os fundos, passando por alcovas.

---

95 *Gazetinha*, 12.05.1898. apud PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os sete pecados da capital*. São Paulo: Hucitec, 2008. p. 183.

A aquarela de Pelichek (fig. 53) ainda mostra a edificação térrea da esquina seguinte à do sobrado, que provavelmente é de origem colonial. Teve, porém, sua fachada adaptada ao gosto neoclássico: o telhado é escondido por platibandas, e janelas com bandeiras em vergas retas.

Vê-se, assim, uma alternância de temporalidades nas edificações que configuram este beco. Ainda na foto da revista “Máscara” (fig. 55), e ao lado de casas térreas e sobrados de provável origem colonial, vê-se uma alterosa edificação de esquina em estilo eclético. Isso indica, mais uma vez, a valorização dos terrenos de esquina dos becos junto às ruas principais.

As figuras 58 e 59 mostram o projeto dos engenheiros Duilio Bernardi e Manoel Itaqui para a Avenida Borges de Medeiros e seu viaduto sob a Rua Duque de Caxias.

#### **4.2.13. BECO DO ROSÁRIO (ATUAL AVENIDA OTÁVIO ROCHA)**

O antigo Beco do Rosário (fig. 61) é uma via travessa que, curiosamente, destoa do padrão dos outros becos do centro histórico de Porto Alegre em sua posição relativa às vias principais. Ao invés de interceptá-las, ligando-as em ângulo reto, este beco corre quase que em paralelo à Rua da Praia. Outro aspecto o diferencia em sua relação com as ruas principais: ele não se liga diretamente a nenhuma delas, conectando a antiga Rua de Bragança (Marechal Floriano) a outro beco, este sim posicionado como travessa em relação às ruas principais: o Beco do Couto ou do Cordoeiro, ou atual Rua Senhor dos Passos. Nisso, o Beco do Rosário é comparável ao Beco do Jacques, uma vez que este também conectava uma rua principal (a Rua Duque de Caxias) a um beco (o do Oitavo).

Coruja (1983 [1881]) relata as origens desta via na seguinte passagem:

Na praça do Paraíso entre a esquina do Caminho Novo e a Rua da Praia havia uma *travessa* [grifo da pesquisadora] *quase sem casas* [grifo da pesquisadora] que dava para os terrenos do Couto. Parece que em outro tempo era beco sem nome, pois só lhe conheci o nome de Beco do Rosário depois que se edificou o templo deste nome, entre o qual e o beco nenhuma casa então havia. O nome de Beco do Rosário hoje está circunscrito *às casas que rodeiam a igreja* [grifo da pesquisadora], e o antigo beco deste nome tem a placa de 24 de Maio para fazer recordar o grande efeito de armas de Tuiuti.<sup>96</sup>

96 CORUJA, Antônio Álvares Pereira. *Antigalhas; reminiscências de Porto Alegre*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1983 [1881]. p. 105.

Na expressão “quase sem casas”, Coruja faz referência clara à escassa ocupação da via, o que é consistente com a sua representação nas primeiras plantas de Porto Alegre. Essa baixa ocupação é também vista no caso de outros becos da cidade antiga. A julgar pelo seu relato, em sua época o nome de Beco do Rosário seria dado apenas a um segmento mais próximo à Igreja do Rosário da então Rua 24 de Maio. Contudo, segundo Achylles Porto Alegre (1940), “[a travessa] 24 de Maio: era o antigo becco do Rosario.”<sup>97</sup>



Figura 61: Localização do Beco do Rosário em foto do século XIX. Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo/Acervo Prati. A marcação em vermelho é da pesquisadora.

Que o nome refira-se a um marco urbano que não esteja diretamente situado no beco, mas numa rua de maior importância, como é o caso da Igreja do Rosário (fig. 62) na Rua Vigário José Inácio (antiga Rua do Rosário), não deve surpreender de todo. Marx (1999) assinala essa escolha de referencial como recorrente nas cidades coloniais brasileiras:

97 PORTO ALEGRE, Achylles. *História popular de Porto Alegre*. Edição organizada por Deusino Varela para as comemorações do bicentenário da cidade e oficializada pela Prefeitura Municipal. Porto Alegre, 1940. p.16.

Vasculhando os nomes das vias em nossos núcleos mais antigos, encontramos os das ruas; nem sempre, poucas vezes, ou àqueles referidos, os das travessas. Aos nomes das ruas já nos referimos rapidamente com alguns exemplos ilustrativos, fáceis de evocar, ou ainda com certa frequência existentes. O das travessas são ou eram mais raros e *reportados a outros referenciais* [grifo da pesquisadora], como travessa do Cais, do Rosário, da Bica, travessa Velha.<sup>98</sup>



Figura 1: Igreja de N. S. do Rosário nos anos 1930, antes da demolição.  
Fonte: Arquivo Noronha Santos (ANS).

Figura 62: A antiga igreja do Rosário.  
(POSSAMAI, 2010, p. 299).

Isso explica a nomeação inicial do beco referindo-se à antiga Igreja do Rosário, situada bem próxima. Não obstante, sua posição relativa à área do Mercado Público tornava-o um espaço de trânsito importante e frequente, conforme relata Franco (1988):

Sendo um dos acessos à Praça 15 de Novembro e seu Mercado, o Beco do Rosário sofria com o trânsito de carretas sobre o seu calçamento. Em 1853 (jul./28), Caetano Morandi, proprietário, pedia à Câmara para ficar isento de lajear constantemente a sua testada em razão dos danos que lhe causava o trânsito, ou que lhe fosse permitido colocar frades de pedra junto ao passeio. De sua parte, a Câmara resolvia proibir o trânsito de carretas, carros e carroças por aquele e por outros becos da zona central. Mas seria impossível aplicar regra tão rígida. De modo que, em 1861, (abr./24), o que a câmara estabeleceu foi um sistema de “mão única”: ficava proibido aos veículos de rodagem descer o Beco do Rosário para ir à Praça do Paraíso, só lhes sendo permitido subirem.<sup>99</sup>

98 MARX, Murillo. *Cidade no Brasil em que termos?* São Paulo: Studio Nobel, 1999. p. 110.

99 FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1988. pp. 301-302.

Em anúncios do Anuário da Província de 1885 e 1888 (figs. 63 e 64), os sobrados comerciais que ficavam à esquina do Beco do Rosário com a Praça XV atestam esta posição de importância na malha urbana:



Figura 63: Anuário da Província do Rio Grande do Sul, 1885, p. 281. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.



Figura 64: Anuário da Província do Rio Grande do Sul, 1888, p. 296. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

As duas edificações podem ser vistas até na seguinte fotografia do início do século XX (fig. 65), provavelmente poucos anos antes de sua demolição:



Figura 65: Autor Desconhecido - "Avenida Otávio Rocha" - 1º quartel do séc XX.  
Fototeca Sioma Breitman.

Com o crescimento e industrialização da cidade na segunda metade do século XIX, esse problema agravou-se. Era necessário criar uma via de conexão mais eficiente entre as indústrias no 4º Distrito e a importante área do porto. Ainda segundo Franco (1988),

A era do automóvel e a crescente congestão das ruas centrais obrigaria à solução cirúrgica. Em seu relatório de 1925, o Intendente Otávio Rocha expunha o plano: 'O alargamento da Rua 24 de Maio e a sua ligação com a São Rafael é outro importante problema que faz parte do nosso programa. Esta rua será ligada com Cristóvão Colombo e 24 de Maio, sendo esta alargada na face norte, entre as ruas Marechal Floriano e Dr. Flores. Aí deflexionando, vai bifurcar-se com São Rafael, ficando um largo de forma triangular, compreendido por este novo alinhamento, Rua Senhor dos Passos e face sul da Rua 24 de Maio.'<sup>100</sup>

Além desse problema, que seria efetivamente resolvido com a abertura da avenida Otávio Rocha no início da década de 1930, o Beco do Rosário seguiu o caminho de outros becos da antiga Porto Alegre, tornando-se um foco de criminalidade e, conseqüentemente, um espaço estigmatizado no coração da cidade. Conforme o *Correio do Povo* de 17/01/1926,

100 FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1988. pp. 301-302.

Releva notar que as viellas transversaes vão, todas, desembocar ou nascer, ou, ainda, encravar-se nas ruas principaes do centro, de movimento quotidiano forçado em todas as horas e de habitação familiar. Pois as desordens, os debóches, todas as inconveniencias revoltantes da ralé estão a atormentar pavorosamente os transeuntes e os moradores proximos do famigerado Becco do Rosario. A coisa tem proporções: desenvolve-se da rua Vigario José Ignacio á Senhor dos Passos, quasi todo o perimetro da má afamada e mal cheirosa rua 24 de Maio.

O sarilho é constante: diaria e nocturnamente. De permeio, quitandas asquerosas ou bodegas ignobeis a empestar a atmospherá. E, a coroar tudo, os ajuntamentos repulsivos, quadros de miseria e de revolta, os outros, as outras... Ora, a policia, se não póde eliminar aquillo, póde, ao menos, attenua-lo um pouco.

Este é o pedido, não muito exigente, de algumas familias das immediações e endereçado, por nosso intermedio, a quem de direito.<sup>101</sup>

O jornal é claro em caracterizar o logradouro como um antro de desregramento e contravenção, relacionando-o inclusive com os moradores do Beco do Poço e deplorando “as transversaes, que são precisamente a caterva de beccos que infestam o coração da 'urbs’”. Contudo, o *Correio do Povo* ainda informa, em edição de 11/05/1926, o endereço dos focos de criminalidade, clamando à policia por providências:

Com a policia

Negociantes da rua 24 de Maio, antigo becco do Rosario, pedem-nos chamemos [*sic*] a atenção da policia para a vergonhosa quadrilha de vigaristas que, impune e vergonhosamente, opera nessa rua e Praça 15 de Novembro, sem ter quem a perturbe nem resalve os interesses dos negociantes ali estabelecidos

Accrescentam esses negociantes que nos predios 24 e 52 da citada rua está estabelecido o quartel-general desses vigaristas.<sup>102</sup>

---

101 *Correio do Povo*, 17/01/1926. Acervo da hemeroteca do Museu de Comunicação de Porto Alegre Social Hipólito José da Costa.

102 *Correio do Povo*, 11/05/1926. Acervo da hemeroteca do Museu de Comunicação de Porto Alegre Social Hipólito José da Costa.





Figura 66: O Beco do Rosário na Planta Cadastral de 1893. Os números 24 e 52, denunciados na nota jornalística, encontram-se assinalados.

A Planta Cadastral de 1893 (fig. 66) permite localizar os endereços indicados na nota do *Correio do Povo*, a que podem ser comparados registros fotográficos, encontrados na Coleção Eva Schmidt (figs. 67 e 68, Fototeca Sioma Breitman):



Figura 67: O Beco do Rosário na altura do número 30 a 52, este último denunciado na nota jornalística do *Correio do Povo*, 11/05/1926. Coleção Eva Schmidt, Fototeca Sioma Breitman.



Figura 68: O Beco do Rosário na altura do nr. 25. Coleção Eva Schmidt, Fototeca Sioma Breitman.

As fotos acima são consistentes com a Planta Cadastral de 1893, mostrando uma ocupação por moradias térreas bastante modestas e o que parece ser, em primeiro plano, casarões ocupados por mais de uma família. Ao fundo, pode-se identificar o número 52 mencionado na nota jornalística como uma das moradias modestas mais próximas da esquina com a Rua Dr. Flores.

A presença de casas térreas, as recorrentes “casinhas de aluguel” nos registros dos becos de Porto Alegre, é sugerida pela nota de compra de imóveis pela Intendência, pouco antes da abertura da via:

Compra de predios - Sabbado ultimo, pela Intendencia, foram comprados os predios

ns. 2-B da rua 24 de Maio, 82 e 84 da rua Marechal Floriano, de propriedade de d. Maria Joaquina de Barcellos, por 133: 760\$; os prédios ns. 32-E, 32-F, 36, 56 e 56-A, da rua 24 de Maio de propriedade do sr. Luiz Rothfuchs por 307:435\$, destinados à abertura da rua S. Raphael.<sup>103</sup>

A quantidade de imóveis pertencentes a um único proprietário conduz à conclusão de que se tratava possivelmente de casinhas de aluguel, o que é corroborado pelos tamanhos das testadas encontradas nestas numerações na Planta Cadastral de 1983 (fig. 66).

Outra fotografia (fig. 69), constante no acervo fotográfico do Museu Hipólito José da Costa, também evidencia essa alterância, mostrando casas térreas em frente a casarões de aspecto mais abastado:



Figura 69: Beco do Rosário, década de 1920. Fototeca Museu Hipólito da Costa.

103 *Correio do Povo*, 29/06/1926. Acervo da hemeroteca do Museu de Comunicação de Porto Alegre Social Hipólito José da Costa.

Outra fotografia (fig. 70) da mesma coleção obtidas na Fototeca Sioma Breitman mostram edificações mais importantes, algumas até com porões elevados, o que pode indicar serem de época posterior ao período colonial:



Figura 70: O Beco do Rosário na altura do nr. 33. Coleção Eva Schmidt, Fototeca Sioma Breitman.

Spalding (1967) menciona o Beco do Rosário em passagem sobre a modernização de Porto Alegre iniciada pelo Intendente Otávio Rocha, caracterizando-o como um espaço insalubre da cidade:

A obra cidadina de Otávio Rocha [...] transformou vielas imundas e escuros becos, e abriu amplas portas de largo acesso à cidade. São de sua administração [...] a abertura da Avenida São Rafael (depois dividida em duas: Av. Otávio Rocha e Av. Alberto Bins), compreendendo o antigo “beco” 24 de Maio e Rua São Rafael, o primeiro estreitíssimo e verdadeiro antro de vícios em quase toda a sua extensão da

Praça 15 de Novembro à Rua Senhor dos Passos, onde terminava defronte da Igreja Protestante. Do resultante da curva ligando a antiga 24 de Maio à São Rafael, ficou uma praça que, mais tarde, recebeu o nome do imortal remodelador – a Praça Otávio Rocha, como terminar da Avenida de mesmo nome.<sup>104</sup>

Nisso, é corroborado por Monteiro (1995), que da mesma forma afirma a necessidade premente de ligação da área portuária e centro da cidade com o então distrito industrial através do alargamento deste beco:

O prolongamento da rua São Raphael encontrando-se com a rua 24 de Maio torna-se, também, uma das prioridades da administração de Otávio Rocha. Representava a demolição de antigo 'beco', de um conjunto de cortiços e habitações de madeira [?] consideradas ameaças à higiene e ao aspecto estético do centro da cidade. Outra razão importante era que esta rua ligaria o centro aos arrabaldes da zona norte, ocupados por fábricas e por um contingente crescente de operários em geral, permitindo melhor tráfego de bondes e auto-ônibus.<sup>105</sup>

O jornal “A Federação” de 01/01/1927 (fig. 71) traz registros das obras de abertura do Beco do Rosário, o que não deixa de mostrar também partes do antigo tecido urbano que dava lugar ao novo. Da mesma forma, a Fototeca do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa traz um registro das demolições deste beco (fig. 72).



Figura 71: "Demolições de predios da rua 24 de Maio" – A Federação, 01/01/1927.

104 SPALDING, Walter. *Pequena história de Porto Alegre*. Porto Alegre: Sulina, 1967. p. 167.

105 MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre: urbanização e modernidade: a construção social do espaço urbano*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995. p. 75.



Figura 72: Demolição Beco do Rosário. Fototeca do Museu Hipólito José da Costa.

#### 4.2.14. BECO DO COUTO (ATUAL RUA SENHOR DOS PASSOS)

Este beco estende-se das margens do Guaíba até o alto da Santa Casa de Misericórdia, trazendo hoje o nome que passou a ter a partir já da planta de 1868, “Rua do Nosso Senhor dos Passos” ou, de acordo com a planta de 1881, “Rua Senhor dos Passos”. Estende-se sobre o relevo portanto como travessa de ruas longitudinais, obedecendo ao traçado típico do urbanismo colonial português.

Segundo Achylles Porto Alegre (1940), o nome deste beco vem “do nome de um velho Couto. A outra denominação veio do facto de ahi haver residido um tal João do Couto”<sup>106</sup>, e acrescenta que “ahi ha o becco da Pulga”<sup>107</sup>. Este Beco da Pulga é também mencionado<sup>108</sup> por

106 PORTO ALEGRE, Achylles. *História popular de Porto Alegre*. Edição organizada por Deusino Varela para as comemorações do bicentenário da cidade e oficializada pela Prefeitura Municipal. Porto Alegre, 1940. p. 15.

107 PORTO ALEGRE, Achylles. *História popular de Porto Alegre*. Edição organizada por Deusino Varela para as comemorações do bicentenário da cidade e oficializada pela Prefeitura Municipal. Porto Alegre, 1940. p. 15.

108 PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os pobres da cidade*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade, UFRGS, 1998. p. 117.

Pesavento (1998), mas não parece estar indicado nas plantas da cidade que foram examinadas. Provavelmente, trata-se de um trecho do Beco do Couto.



Figura 73: O Beco do Couto na Planta de Porto Alegre de 1868. Marcação em vermelho da pesquisadora.

Por estar nos limites do núcleo urbano durante os seus primórdios, Coruja relata que o Beco do Couto tinha inicialmente uma ocupação muito rarefeita:

Em terrenos contíguos da chácara da Brigadeira e de Antônio Pereira do Couto havia uma estrada, viela, ou atalho, que dava caminho da Caridade para a praia, e que *não tinha o nome de rua por não ter casas laterais* [grifo da pesquisadora]. Edificadas algumas *casinhas* [grifo da pesquisadora], foi para uma delas morar um cordoeiro chamado João, conhecido por João Cordoeiro, que deu à rua o nome de **Beco do Cordoeiro**, que mais tarde se veio a chamar de **Rua do Senhor dos Passos**.<sup>109</sup>

Sua posição limítrofe durante os primórdios da ocupação urbana é atestada também por Achylles Porto Alegre:

Pela rua do Senhor dos Passos corria a cerca velha de tunas, maricás e unhas de gato que fechavam o tapume da chacara e o tornava impenetravel. Para guardar a propriedade da dona das terras ahi nos fundos morava numa palhoça á sombra de umas árvores, um aggregado de confiança. [...] Toda aquella enorme area comprehendida entre as ruas da Conceição e Senhor dos Passos fazia parte da chacara da Brigadeira com todo o peso das ruas fortificações extendidas pelo morro abaixo e que vinham a expirar alli, em frente á capella do Senhor dos Passos.<sup>110</sup>

109 CORUJA, Antônio Álvares Pereira. *Antigualhas; reminiscências de Porto Alegre*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1983. pp. 119-120.

110 PORTO ALEGRE, Achylles. *História popular de Porto Alegre*. Edição organizada por Deusino Varela para as comemorações do bicentenário da cidade e oficializada pela Prefeitura Municipal. Porto Alegre, 1940. p. 48.

De fato, é manifesta na planta de 1868 (fig. 73) a posição do antigo Beco do Couto em uma área com características ainda mais rurais do que urbanas.

Franco (1988) relata que “a Estatística Predial de 1892 encontrou 75 prédios construídos na rua, sendo 50 térreos, 14 sobrados e 11 assobradados”<sup>111</sup>, o que é consistente com os registros que indicam presença significativa de casas térreas nos becos, de modo geral. O mesmo autor acrescenta, a respeito da largura da via, que “o alargamento só veio a ser determinado pelo decreto de 4/2/1944, do Prefeito Antônio Brochado da Rocha: de 8,10m para 14,00m, mediante recuo progressivo das construções”<sup>112</sup>.



Figura 74: Postal colorido do final do século XIX mostrando o beco do Couto com alguns sobrados e casas térreas. à direita, vê-se parte da Igreja Luterana. Fototeca do Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo/Acervo Prati.

111 FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1988. pp. 382-383.

112 FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1988. pp. 382-383.



#### 4.2.15. BECO DO ARCO DA VELHA (ATUAL RUA GENERAL VITORINO)

Paralelo ao Beco da Cadeia (Travessa 2 de Ferereiro), o Beco do Arco da Velha é assim descrito por Coruja (1983 [1881]):

Assim se chamava uma *travessa* [grifo da pesquisadora] que ia da rua de Bragança entre a Rua Nova e a da Praia segue para os lados do nascente. Havia nela uma casa de fortes alicerces e grossas paredes com frente ao norte para onde foi mudada a prisão militar; por esse fato se ficou chamando **Rua da Prisão Militar**. Mudada a prisão e demolida a casa, pertencente então ao capitão José Gomes de Vasconcelos Jardim, sobre as suas ruínas se elevou uma outra de aspecto mais elegantes com duas grandes serpentes na frente; e, como extinta a causa cessa o efeito, a nossa Edilidade ou alguém por ela lhe pôs o nome de **Rua da Alegria**; houve porém depois uma outra Edilidade, que achando a rua pouco alegre para o nome que tinha, mudou o nome para um nome guerreiro mandando-lhe pôr a placa de **General Vitorino**.<sup>113</sup>

A nomenclatura diversa que precedeu o nome oficial de Rua General Vitorino (fig. 75), constante na planta de 1881, é corroborada por Porto Alegre (1940), que afirma que “Foi: Arco da Velha, Prisão Militar e Alegria. O segundo proveio d'uma prisão alli havida”<sup>114</sup>. No entanto, Franco (1983) relata que, em tempos ainda mais remotos,

A designação mais frequente nas concessões de lotes urbanos, em torno de 1813 e 1814, era a de Travessa de Baixo, talvez para distinguir da outra transversal á Misericórdia, que veio a ser a Travessa da Cadeia e Rua 2 de Fevereiro, que lhe ficava superior<sup>115</sup>,

e que

Numa ata da Câmara Municipal de 1831 (jun./15) vê-se referência ao requerimento de demarcação de um terreno, de Manoel Ferreira Porto Filho, onde se menciona 'travessa da Caridade, esquina da Rua de Bragança', que faz pensar em mais uma denominação para a General Vitorino, desta vez Travessa da Caridade.<sup>116</sup>

A planta de 1839, por sua vez, traz o logradouro sob o nome de “Rua da Alegria”.

113 CORUJA, Antônio Álvares Pereira. *Antigualhas; reminiscências de Porto Alegre*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1983. p. 105.

114 PORTO ALEGRE, Achylles. *História popular de Porto Alegre*. Edição organizada por Deusino Varela para as comemorações do bicentenário da cidade e oficialisada pela Prefeitura Municipal. Porto Alegre, 1940. p. 15.

115 FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1988. pp. 430-431.

116 FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1988. pp. 430-431.

A respeito da ocupação e importância na cidade, Franco (1983) traz os seguintes dados:

A Estatística Predial de 1892 encontrou na General Vitorino um total de 69 prédios, sendo 50 térreos, 14 assobradados e cinco sobrados. Era já uma rua do centro urbano, na plenitude da ocupação. Pela mesma época, dali – ou mais precisamente da esquina da Rua Marechal Floriano – começaram a partir os bondes a burro da Cia. Carris Urbanos, da linha Floresta.<sup>117</sup>

A prevalência de prédios térreos pode indicar uma ocupação por parte das camadas mais modestas da população, o que é consistente com o tipo de ocupação observado nos registros sobre outros becos.



Os velhos cangueiros, que transportavam mercadorias e outros volumes, na Rua General Vitorino, antiga Rua da Alegria. Início do século.

Figura 75: A Rua General Vitorino no início do século XX (Pesavento, 1992, p. 66).

117 FRANCO, Sérgio da Costa. Porto Alegre: guia histórico. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1988. pp. 430-431.

#### 4.2.16. BECO DA CADEIA (ATUAL AVENIDA SALGADO FILHO)

Correndo paralelo às ruas principais, entre a Rua da Ponte (Rua Riachuelo) e a Rua dos Andradas (Rua da Praia), esta rua ligava a antiga Rua da Misericórdia à Rua do Rosário (Rua Vigário José Inácio). Segundo Franco (1988), ela “foi conhecida durante muito tempo como Beco da Cadeia ou Travessa da Cadeia Velha, por ter ali existido, no quarteirão situado entre a rua Dr. Flores e a da Misericórdia, o acanhado prédio da primeira cadeia pública da capital”<sup>118</sup>. Essas denominações são substituídas na planta de 1881 por “Travessa 2 de Fevereiro”.



Figura 76: Demolições na antiga Travessa 2 de Fevereiro entre a atual rua Marechal Floriano Peixoto (Rua de Bragança) e Vigário José Inácio (Rua do Rosário). Porto Alegre: Biografia duma Cidade, 1941.

Porto Alegre (1940) também faz referência ao nome encontrado na planta de 1881, ligando-o ao antigo topônimo referente à antiga prisão: “[Travessa] 2 de Fevereiro: foi Cadeia Velha e becco do Trem”<sup>119</sup>. O Beco do Trem a que o autor se refere corresponde ao

118 FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1988. p. 138.

119 PORTO ALEGRE, Achylles. *História popular de Porto Alegre*. Edição organizada por Deusino Varela para as

trecho do Beco da Cadeia “quase em continuação com a rua Nova”<sup>120</sup> (atual Andrade Neves); e que deve seu nome a outro marco referencial importante aí situado: segundo Franco (1988), “outro de seus marcos referenciais importantes era o *Trem de Guerra* [grifo da pesquisadora], que funcionou na esquina do Beco da Cadeia com a Rua do Rosário.”<sup>121</sup>. Coruja (1983 [1881]), por sua vez, relata que o nome do logradouro persistiu mesmo após a retirada deste marco:

Na rua de Bragança um pouco abaixo da Rua Nova e em frente a ela, [...] havia um terreno devoluto que seguia para os lados da antiga Cadeia da Justiça, tendo do lado de baixo na Rua do Rosário a casa de Joaquim Carioca e na esquina de cima a casa do Trem, [...]; pelo que era este terreno conhecido por Beco do Trem. O Trem mudou-se em tempo para o arsenal de guerra, deixando porém aí o nome para perpetuar a sua memória.<sup>122</sup>

Contudo, o Beco do Trem foi “mandado tapar judicialmente em consequência de um processo havido entre a câmara municipal e Francisco Pinto de Sousa”<sup>123</sup> iniciada nos anos 1850. Consistente com esse desenvolvimento, o beco aparece fechado por construções já na planta de 1868. Curiosamente, não aparece indicado na planta de 1872.

---

comemorações do bicentenário da cidade e oficializada pela Prefeitura Municipal. Porto Alegre, 1940. p. 16.

120 CORUJA, Antônio Álvares Pereira. *Antigualhas; reminiscências de Porto Alegre*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1983. p. 30.

121 FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1988. p. 138.

122 CORUJA, Antônio Álvares Pereira. *Antigualhas; reminiscências de Porto Alegre*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1983. p. 106.

123 CORUJA, Antônio Álvares Pereira. *Antigualhas; reminiscências de Porto Alegre*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1983. p. 30.



Figura 77: Demolições na antiga Travessa 2 de Fevereiro junto à Rua Nova (atual Andrade Neves). Porto Alegre: Biografia duma Cidade, 1941.

O logradouro permaneceu com o nome de “Travessa 2 de Fevereiro” até sua demolição parcial em 1939 (figs. 76 e 77), dando lugar à Avenida Salgado Filho. Segundo Franco (1988), “algumas construções remanescentes da Travessa Dois de Fevereiro ainda podem ser vistas no lado par e no último quarteirão da Av. Salgado Filho”<sup>124</sup>.

#### **4.1.17. BECO DO JACQUES (ATUAL RUA 24 DE MAIO)**

O antigo Beco do Jacques (atual Rua 24 de Maio) posiciona-se transversalmente ao espigão em sua encosta sul, perfazendo um trajeto acidentado que se verifica também nos outros becos, caracterizando consistentemente sua herança do urbanismo português. Contudo, o antigo Beco do Jacques liga não duas ruas principais, mas uma rua principal e um outro beco: a antiga rua da Igreja (Rua Duque de Caxias) e o antigo Beco do Oitavo (fig. 78), atual Avenida André da Rocha). Esse trajeto é assim descrito por Coruja (1983 [1881]): “da rua da

124 FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1988. p. 138.

Igreja quase em frente a do Rosário seguia um *beco estreito e ladeirento* [grifo da pesquisadora] cujas casas também se contavam por unidades.[...]”<sup>125</sup> A referência às poucas habitações é consistente com os outros registros de ocupação rarefeita da encosta sul da área central de Porto Alegre.

O Beco do Jacques também teve outros nomes. Na planta de 1839, aparece como “Beco da Fonte”, mas, segundo Coruja (1983 [1881]), este nome não teve aceitação suficiente para associar-se ao logradouro no imaginário popular: “existe entre os registros municipais o Beco da Fonte, nome que nunca foi conhecido porque conhecido só foi o Beco do Jaques, por ter aí morado quase durante a sua vida o escrivão Francisco Jacques Neves.”<sup>126</sup> Achylles Porto Alegre (1940) ratifica essa duplicidade de nomes: “O primeiro [*beco da Fonte*] lhe veio por ter ahi existido uma fonte, de logradouro publico, e o segundo [*beco do Jacques*] por que ahi residiu por longos annos o escrivão Francisco Jaques Neves”.<sup>127</sup>

Coruja (1983 [1881]) reafirma, em passagem posterior, a presença do funcionário público como um dos moradores do beco:

Este beco, que não tinha então casas laterais, tinha nos arquivos da câmara o nome de beco da Fonte, mas depois que lá embaixo foi morar o *escrivão* [grifo da pesquisadora] de ausentes Francisco Jaques Nicós, ficou geralmente conhecido por – Beco do Jaques. Hoje tem a placa de Bento Gonçalves, nome que tendo outrora ecoado por toda a província e for a dela, se acha hoje *amesquinhado nas placas de um estreito beco!* [grifo da pesquisadora] Será ironia?<sup>128</sup>

De fato, tem-se aqui também outro beco, espaço da cidade textualmente descrito como marginal e “mesquinho”, intimamente associado a um personagem notável da vida urbana do século XIX.

Achylles Porto Alegre (1940) descreve em detalhe o escrivão Jacques, em que se pode destacar as seguintes passagens:

125 CORUJA, Antônio Álvares Pereira. *Antigualhas; reminiscências de Porto Alegre*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1983. p. 122.

126 CORUJA, Antônio Álvares Pereira. *Antigualhas; reminiscências de Porto Alegre*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1983. p. 17.

127 PORTO ALEGRE, Achylles. *História popular de Porto Alegre*. Edição organizada por Deusino Varela para as comemorações do bicentenário da cidade e oficializada pela Prefeitura Municipal. Porto Alegre, 1940. p. 15.

128 CORUJA, Antônio Álvares Pereira. *Antigualhas; reminiscências de Porto Alegre*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1983. pp. 122-123

Abriu os olhos á luz da vida, na mesma *casinha* [grifo da pesquisadora], em que morreu, no becco do Jacques.

Nessa época, o sítio em que morava era um *deserto áspero e de difficil accesso para a cidade* [grifo da pesquisadora], como o é ainda hoje, apesar de melhorada a *viella* [grifo da pesquisadora].

Era uma pequena chacara, que herdara de seus paes e que elle cultivara com as suas próprias mãos.<sup>129</sup>

Nota-se a menção à palavra “casinha” para descrever o tipo de habitação em que o escrivão Jacques morava, além do fato de ter passado toda a sua vida neste beco, contribuindo para associar o seu nome ao lugar. Da mesma forma, o termo “pequena chácara” é consistente com o tipo de loteamento colonial português, caracterizado por terrenos estreitos e profundos, em cujos quintais se praticava cultivo de subsistência. A descrição do beco como “deserto áspero e de difficil accesso para a cidade” é consistente com a associação dessas vias a percursos acidentados e, em especial na encosta sul do antigo núcleo urbano, baixa ocupação e urbanização.



Fig. n.º 104 — Belveder à rua 24 de Maio.

Figura 78: Entrada do Beco do Jacques, atual rua 24 de Maio. Acervo Adriana Bednarz.

129 PORTO ALEGRE, Achylles. *História popular de Porto Alegre*. Edição organizada por Deusino Varela para as comemorações do bicentenário da cidade e oficializada pela Prefeitura Municipal. Porto Alegre, 1940. pp. 198-199.

#### 4.2.18. BECO DO OITAVO (ATUAL AVENIDA ANDRÉ DA ROCHA)

Situado próximo ao antigo beco do Firme, e também ligando a antiga Rua da Olaria (atual Rua General Lima e Silva) à Várzea ou Campo da Redenção (fig. 79), o Beco do Oitavo tem fartos registros das atividades ilícitas e distúrbios de que foi palco. Segundo Franco (1988), a avenida André da Rocha

Resultou do alargamento e reforma do primitivo Beco do Oitavo, que ali existiu desde a construção do quartel do 8º Batalhão de Infantaria, em torno de 1828, no local da hodierna Praça Raul Pilla. Em ata da Câmara Municipal de 4/1/1833, já se faz referência à 'rua travessa abaixo do edificio' do dito quartel. E se multiplicam, de então em diante, as referências à mencionada travessa ou beco do 8º batalhão, sempre por causa de reclamações de moradores, pelos dejetos que aquela unidade militar lançava na via pública.<sup>130</sup>



fig. 98, Porto Alegre, vista do hospital.

Figura 79: Aquarela de H. R. Wendroth (1852) retratando a cidade a partir do "hospital" (Santa Casa). O grande sobrado em amarelo ao centro da imagem é possivelmente o quartel do 8º Batalhão.

Achylles Porto Alegre (1940) não se furta a denunciar a criminalidade dos próprios militares aquartelados aí, quando, ao referir-se ao Beco do Oitavo, afirma que

Ali na Varzea, que era então um ermo, eu me lembro de haver sido atacado mais de um sujeito, *por soldados do exercito* [grifo da pesquisadora], que os depenavam em plena rua, deixando, uma ou outra vez, escapar, por commiseração, em fraldas de

130 FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1988. pp. 36-37.



camisa.

E ai de quem tentasse reagir contra esse desacato!... Era bem capaz de ficar estendido alli mesmo, com as tripas de fóra.<sup>131</sup>

Contudo, o cronista faz também referência à honradez de um dos habitantes do beco, detalhando a precariedade de sua casa na seguinte passagem:

Alli, naquelle sitio, entre as travessas do Cruzeiro [*sic*] e Bento Gonçalves [*Beco do Jacques*], existiu um predio com frente para o norte, um pouco acima do nivel da rua, com tres janellas e uma porta ao lado. Ahi morava um bom homem, trabalhador como elle só com a sua honrada familia. Era o velho Simoni.

No portão da habitação, cuja entrada era pelo lado, havia umas quatro ou cinco portas para dar acesso ahi. Antes, porém, de penetrar no 'rez-do-chão', se tinha que descer uma rampa de pedras soltas que não offercia a menor segurança, parecendo antes uma armadilha para os mais virarem alli de pernas para o ar.<sup>132</sup>



Este prédio foi construído em 1828, era sede do 8º BC. Bem ao lado situou-se o famoso Portão que dava acesso à Praça. Era o trecho mais importante das fortificações que cercavam a Cidade pelo lado leste. Neste mesmo lugar, em 1774, o Governador José Marcelino de Figueiredo havia mandado instalar os Armazéns de S.M. Foto de Virgílio Calegari

Figura 80: Foto de Virgílio Calegari do quartel do 8º Batalhão, fim do séc. XIX/início do séc. XX. (Oliveira, 1983. p. 36)

Não falta na fala de Porto Alegre (1940), também, a referência a casas de jogo no Beco do Oitavo, a que exemplifica com o “Rei de Ouros”, a “bodega do cabo Salles, praça

131 PORTO ALEGRE, Achylles. *História popular de Porto Alegre*. Edição organizada por Deusino Varela para as comemorações do bicentenário da cidade e oficializada pela Prefeitura Municipal. Porto Alegre, 1940. pp. 69-70.

132 PORTO ALEGRE, Achylles. *História popular de Porto Alegre*. Edição organizada por Deusino Varela para as comemorações do bicentenário da cidade e oficializada pela Prefeitura Municipal. Porto Alegre, 1940. pp. 69-70.

reformada do exercito”<sup>133</sup>:

Quizesse ou não quizesse, havia de prestar atenção áquelle 'Rei de Ouros' já velho, de cabeça branca que ali estava como um chamariz para a *jogatina* [grifo da pesquisadora].

E a casa vivia cheia de homens e mulheres, desde que o sol apontava até um pedaço de noite.

De repente, armava-se um rolo alli. Era preciso, então, a intervenção do cabo Salles, que aparecia de cacete á mão.

Elle era um pardavasco, cheio de corpo e valente como as armas. [...]

No grosso do conflicto, em que as facas e os cacetes riscavam nos ares, á voz do cabo Salles, a coisa serenava logo. Era agua fria na fervura.

*A gente que frequentava o seu botequim era da peor especie e muito conhecida no becco pelos seus disturbios* [grifo da pesquisadora].

Quasi todos traziam ainda no corpo as cicatrizes dos ferimentos colhidos nas lutas em que se acharam envolvidas.<sup>134</sup>

De fato, as menções a distúrbios, “gente da peor espécie” e jogos de azar serão uma constante até as primeiras décadas do século XX (figs. 81 e 82). Segundo Franco (1988),

Nos primeiros decênios do século XX, toda a rua se transformou num grande foco de meretrício e cabarés de terceira ordem. E só perdeu essa característica em 1938, quando o Prefeito José Loureiro da Silva, em sua primeira administração, desapropriou as casinhas que marginavam a rua, alargando-a, e ali implantando uma avenida de duas pistas, que passou a ser oficialmente denominada Avenida 3 de Novembro.<sup>135</sup>

133 PORTO ALEGRE, Achylles. *História popular de Porto Alegre*. Edição organizada por Deusino Varela para as comemorações do bicentenário da cidade e oficializada pela Prefeitura Municipal. Porto Alegre, 1940. pp. 69-70.

134 PORTO ALEGRE, Achylles. *História popular de Porto Alegre*. Edição organizada por Deusino Varela para as comemorações do bicentenário da cidade e oficializada pela Prefeitura Municipal. Porto Alegre, 1940. pp. 69-70.

135 FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1988. pp. 36-37.



Entrada do antigo Beco do Oitavo (atual André da Rocha), famoso foco de meretrício no início do século 20.

Figura 81: A entrada do antigo Beco do Oitavo em fotografia do início do século XX. (Pesavento, 1992, p. 43)

Os indícios encontrados na imprensa também apontam para este beco um espaço de sociabilidades marginalizadas e ocupação humilde. O jornal *O Exemplo*, traz os seguintes anúncios como “aluga-se casas de 12 a 20\$ na rua 3 de Novembro n. 5 (antigo becco do Oitavo). Trata-se com Salvador Antonio da Silveira, na mesma rua n. 23”.<sup>136</sup> O *Correio do Povo*, já na década de 1920, não raro trazia manchetes como “Um homem fere outro, no becco do Oitavo”<sup>137</sup> ou “No Becco do Oitavo - Num conflicto entre praças da Brigada e civis, sahiram feridos dois soldados”<sup>138</sup>. Nem mesmo o órgão oficial de comunicação do Partido Republicano Rio-grandense, o jornal “A Federação”, se furta a mencionar o beco do Oitavo para defender suas praças, pois é notório o envolvimento das mesmas nos conflitos e desordens:

136 *O Exemplo*, 19/10/1902. Anno I – Numero. Acervo da hemeroteca do Museu de Comunicação de Porto Alegre Social Hipólito José da Costa. p. 3.

137 *Correio do Povo*, 10/07/1925. Acervo da hemeroteca do Museu de Comunicação de Porto Alegre Social Hipólito José da Costa.

138 *Correio do Povo*, 30/01/1926. Acervo da hemeroteca do Museu de Comunicação de Porto Alegre Social Hipólito José da Costa.

Conflicto no Becco do Oitavo - Na noticia sob as epigraphes - 'Ultima hora - Grave conflicto no Becco do Oitavo' - inserta em o número de hoje do "Correio do Povo" ha o seguinte trecho que transcrevemos aqui, fazendo a seguir o reparo que merece:

Diz a noticia:

'Como tem succedido innumeras vezes, foram promotores da grande desordem desta madrugada varios soldados da Brigada Militar, desordeiros contumazes, bastante conhecidos dos moradores daquelle Becco. Esses individuos, reconhecidamente perigosos á ordem publica, andam pelas ruas ostensivamente armados, e, quasi sempre, alcoolizados, não trepidam por qualquer motivo, em promover desordens, fazendo uso de armas de fogo, e cometendo as maiores tropelias.'

O nosso confrade foi mal informado. A afirmativa que fez no trecho transcripto é falsa pois, tendo os soldados implicados no conflicto chegado recentemente a esta capital, vindos do interior do Estado, onde servem em corpos auxiliares, sem que anteriormente aqui tivessem servido ou permanecido, não podiam ser bastante conhecidos pelos moradores do Becco do Oitavo, nem ser tidos como desordeiros contumazes, tanto assim que é esta a primeira falta que comemettem, após sua chegada.

Esta circumstancia em verdade não, attenua a conducta reprovavel dessas praças, que serão submettidas a rigoroso inquerito militar, afim de ser apurada a responsabilidade de cada uma, e que sacrificaram o confeito em que é justamente tida a briosa e disciplinada força estadual.[...] <sup>139</sup>

---

139 *A Federação*, 06/02/1926 - "Conflicto no Becco do Oitavo". Acervo da hemeroteca do Museu de Comunicação de Porto Alegre Social Hipólito José da Costa.



Figura 82: Notícia da demolição do Beco do Oitavo no Diário de Notícias de 20/02/1938. Acervo Adriana Bednarz/Hemeroteca do Museu Hipólito José da Costa.

Tem-se, portanto, no Beco do Oitavo, as características marcantes dos antigos becos da cidade, com o acento nos relatos de ocorrências criminais citados por inúmeras fontes. Ainda que não se situasse na região mais importante da cidade durante os seus primeiros séculos, e nesse sentido as tardias obras de seu alargamento e melhoramento apontam, o Beco do Oitavo era alvo de menções frequentes na literatura e na imprensa.

#### 4.2.19. BECO DO FIRME (ATUAL RUA AVAÍ)

Situado fora dos limites do núcleo urbano, o Beco do Firme não se encontrava originalmente

posicionado sobre a encosta, como nos casos típicos das ruas travessas. Ainda assim, ligava dois espaços importantes da antiga periferia da cidade: a antiga Rua da Olaria (atual Rua Gen. Lima e Silva) e a antiga Várzea ou Campo da Redenção. Nas palavras de Coruja (1983 [1881]),

Paralelo ao Beco do Oitavo abriu-se um beco entre a Várzea e a rua da Olaria, ou antes não se abriu porque já estava aberto, entre uma e outra, o largo onde nos domingos à tarde africanos de diversas nações com seus canzás, tambores e marimbas formavam o denominado **Candombe da mãe Rita** para suavizar os labores da escravidão. Aberto pois ou alinhado esse beco, por alguns anos aí morou em uma casa da esquina com frente ao nascente e norte Antônio Francisco Firme com sua família; pelo que o denominaram Beco do Firme. Hoje tem a placa de Rua Avaí, que é mais uma comemoração dos nossos feitos de armas no Paraguai.<sup>140</sup>

A referência às vivências afro-brasileiras e à memória da escravidão neste logradouro se repete em Achylles Porto Alegre (1940):

Avaí: foi o becco do Firme ou rua do Vallo. Alguns escrevem Firme, mas é erro, porque recorda um nome: o de Antonio Francisco Firme. Taes terrenos, antes do arruamento e quando de todo abertos, servi[a]m para a realização de festejos dos negros africanos que ahi realizavam seus ruidosos candomblés.<sup>141</sup>

Outra referência do Beco do Firme parece ter sido uma antiga fonte ou chafariz. Segundo Franco (1988), “a inicial denominação que se lhe deu foi a de *Rua da Fonte*, pela razão de que desembocava na Várzea diante de uma das primeiras fontes que teve a Vila.”<sup>142</sup> Esta fonte também é mencionada por Achylles Porto Alegre (1940): “na esquina da rua Avaí, em frente ao chafariz, existia uma bella figueira do matto, de folha miuda, bem copada, que era um encanto.”<sup>143</sup> Hoje, mantém o nome de Rua Avaí (fig. 83).

Contudo, foi o nome de seu prominente morador, Antônio Francisco Firme, que passou a ser comumente usado pela população. De acordo com Franco (1988),

Na esquina voltada para o norte e o nascente, olhando para a Várzea e para a nova ruela, fez *casa sólida* [grifo da pesquisadora] Antônio Francisco Firme. E nada mais faltou para que a população consagrasse espontaneamente aquela denominação. A casa era boa *tanto que foi uma das requisitadas para abrigar gente da comitiva do Imperador Pedro I* [grifo da pesquisadora], quando este veio a Porto Alegre em 1826; E Firme era pessoa muito conhecida, que desempenhou as funções de

140 CORUJA, Antônio Álvares Pereira. *Antigualhas; reminiscências de Porto Alegre*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1983 [1881]. p. 106.

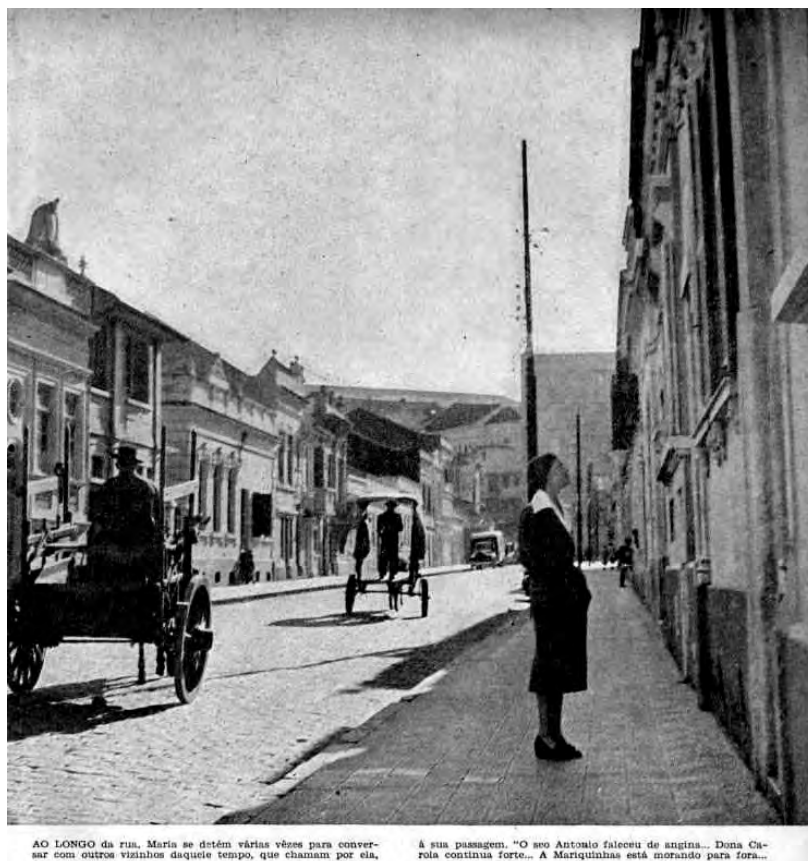
141 PORTO ALEGRE, Achylles. *História popular de Porto Alegre*. Edição organizada por Deusino Varela para as comemorações do bicentenário da cidade e oficializada pela Prefeitura Municipal. Porto Alegre, 1940. p. 15.

142 FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1988. p. 50.

143 PORTO ALEGRE, Achylles. *História popular de Porto Alegre*. Edição organizada por Deusino Varela para as comemorações do bicentenário da cidade e oficializada pela Prefeitura Municipal. Porto Alegre, 1940. p. 57.

arruador da cidade entre 1831 e 1833.

Mais uma vez, nota-se a presença de um personagem importante da sociedade da antiga Porto Alegre associado a um beco, em aparente contradição entre a sua condição individual e o imaginário associado a um espaço estigmatizado.



AO LONGO da rua. Maria se detém várias vezes para conversar com outros vizinhos daquele tempo, que chamam por ela,

à sua passagem. "O seo Antonio faleceu de angina... Dona Círola continua forte... A Mariquinhas está morando para fora..."

Figura 83: A Rua Avai. Revista do Globo, 9/8/1952. Acervo Adriana Bednarz/Hemeroteca do Museu Hipólito José da Costa.

#### 4.2.20. BECO DO CÉU (PROVAVELMENTE NA RUA FERNANDO MACHADO)

Este beco não aparece diretamente indicado nas plantas de Porto Alegre que foram consultadas, e sua indicação no mapa é deduzida dos relatos dos cronistas analisados.

Segundo Pesavento (1998), o Beco do Céu consta como “situado na Colônia Africana”<sup>144</sup>, ao que Achylles Porto Alegre (1940) é mais preciso ao indicar que trata-se de um trecho da Rua do Arvoredo (Rua Fernando Machado), afirmando que: “ahi existiu o becco do Céu”.<sup>145</sup> Esta localização faz sentido à luz da descrição da encosta sul da península por Saint-Hilaire, já por volta de 1820: “[...] há, também, casas no lado oposto da colina, porém esparsas e mal alinhadas, entremeadas de terrenos baldios, na maior parte pequenas, mal-construídas e quase todas habitadas por gente pobre.”<sup>146</sup> Nisso, é corroborado por Franco (1988), quando este afirma que “no fim do século, havia trecho da rua [Fernando Machado] maculado pela prostituição: o famigerado Beco do Céu movimentava os plantões policiais...”<sup>147</sup>. Consistente com essa localização, próxima ao Beco do Oitavo, o autor ainda descreve com riqueza de detalhes o que provavelmente é o mesmo trecho com um nome semelhante:

Era pessoal do 'Cominho do Céu' [*sic*], um sitio que existia alli, a poucos passos, em frente ao 'Rei de Ouros' e fornecia a *peor gente para as desordens daquella zona com tão má nota na policia* [grifo da pesquisadora].

O 'Caminho do Céu', cujo nome deveria ser trocado pelo 'Caminho do Inferno', - *era um becco estreito, ladeirento e pedregoso, com duas filas de casebres, em máo estado, que trepavam pela rampa acima* [grifo da pesquisadora] quasi aos fundos das edificações da rua da Igreja, onde se viam ainda umas velhas laranjeiras dos tempos coloniaes da cidade.

*O becco era tão estreito que um visinho fronteiro podia da janella da sua casinha, num gesto de delicadeza, passar ás mãos da sua namorada a cuiã de matte, sem que fosse preciso espichar o braço ou erguer-se na ponta dos pés* [grifo da pesquisadora].

Raro era o dia, entretanto, que não se dessem ahi uns tres ou quatro rolos.

Às vezes, começavam num casebre e alastravam-se pelo visindario como um incendio.

Morava ahi, no becco do Oitavo, nas immediações do 'Rei de Ouros', e do 'Caminho do Céu' o major Santa Rita, *que fiscalisava o batalhão aquartelado na praça da Independencia* [grifo da pesquisadora].<sup>148</sup>

A referência irônica à troca de nome para “Caminho do Inferno” encontra paralelo na nota do jornal “Gazetinha” citada por Pesavento (1999) a respeito do mesmo logradouro:

'O Beco do Céu, famigerado na chronica perigosa do cacete manejado, tem me dado

144 PESAVENTO, Sandra Jatay. *Os pobres da cidade*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade, UFRGS, 1998. p. 117.

145 PORTO ALEGRE, Achylles. *História popular de Porto Alegre*. Edição organizada por Deusino Varela para as comemorações do bicentenário da cidade e oficializada pela Prefeitura Municipal. Porto Alegre, 1940. p. 15.

146 SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 2002. pp. 43-45, apud OLIVEIRA, Alberto Tavares Duarte de; TOCCHETTO, Fernanda Bordin. *Uma leitura arqueológica do Centro de Porto Alegre*. In: POSSAMAI, Zita (org.). *Leituras da cidade*. Porto Alegre: Evangraf, 2010. p. 64.

147 FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1988. pp. 171-172.

148 PORTO ALEGRE, Achylles. *História popular de Porto Alegre*. Edição organizada por Deusino Varela para as comemorações do bicentenário da cidade e oficializada pela Prefeitura Municipal. Porto Alegre, 1940. pp. 69-70.



agua pela barba, ou, tinta em abundancia pelo bico da penna que manejo.  
 Gosto daquella força daquella valentia a prova de tudo do becco do... inferno.  
 Proponho uma mudança – em vez de Becco do Ceo simplesmente, isto – Becco do  
 Ceo com bordoeira até o céu da boca dos agredidos.  
 É preciso que um hodierno leve os seus sentimentos pacificadores aquella gente.  
 Viver debaixo de sustos, ninguém pôde.  
 Portanto ás autoridades do districto peço - “un bom marvement”.  
 Faça-se a pacificação no becco do Céu.  
 Parece ironia cruel?  
 Mas, não é, o céu daquelle becco está negro, pejado de nuvens borrascosas, faça-se  
 ali em pleno azul, luzir a estrella argentina e branca da paz.<sup>149</sup>

Não escapa à atenção, da mesma forma, a menção ao Major Santa Rita como morador, indicando tratar-se os becos de espaços também ocupados por militares humildes. Relatos de distúrbios e contravenções praticados por essa categoria serão tema frequente também nos registros relativos ao vizinho Beco do Oitavo, o que indica com consistência como eram as sociabilidades nos becos, especialmente os localizados em áreas menos desenvolvidas da cidade, como era o caso da Rua do Arvoredo (Fernando Machado). A respeito de seus moradores, Franco (1988) afirma “tratava-se sempre de pessoas de condição modesta.”<sup>150</sup>

### 4.3. CONCLUSÕES PRELIMINARES

Tem-se assim uma análise das características e peculiaridades de cada um destes espaços da antiga Porto Alegre, compreendendo-os a partir da lógica de formação estudada no Capítulo 3. Cada um destes becos mostra-se portanto como a expressão do urbanismo colonial português no caso específico da ponta da península, local escolhido para a fundação da cidade, e mostrando características comuns a espaços semelhantes encontrados em inúmeras outras cidades brasileiras.

O próximo passo será abordar dois deles que foram escolhidos como objeto deste estudo – o Beco do Rosário e a Rua General Paranhos (Becos do Poço, do Meirelles e do Freitas) com uma aproximação maior ao detalhe, buscando encontrar as informações mais próximas à escala da rua. Isso é necessário para responder às questões que surgem no

149 *Gazetinha*, Porto Alegre, 2/2/1896. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Memória Porto Alegre – Espaços e Vivências*. 2.ed. - Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999c. p. 46.

150 FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1988. pp. 171-172.

momento de criar as suas reconstituições visuais, tais como: que tipo de ocupação havia nesses espaços? Que tipologias arquitetônicas e modos de implantação nos lotes configuravam-nos? Que sociabilidades e equipamentos encontravam-se aí? Enfim, tudo que diz respeito à escala da rua e de como se dava a experiência dos habitantes nestes espaços.

## CAPÍTULO 5 – BECOS RECONSTITUÍDOS

### 5.1. A ANÁLISE DO BECO DO ROSÁRIO E DA RUA GENERAL PARANHOS

Neste capítulo, serão analisados em maior profundidade os becos escolhidos para serem reconstituídos graficamente – o Beco do Rosário e a Rua General Paranhos, que compreendia o Beco do Poço, o Beco do Meirelles e o Beco do Freitas, conforme visto anteriormente. Estes dois becos foram escolhidos em função de sua exemplaridade como espaços tidos como degradados, focos de criminalidade e sociabilidades populares inseridos no centro histórico e, portanto, em contato íntimo com a cidade que se modernizava e se disciplinava. Ambos trazem a característica de serem ligações das partes baixas da cidade com a cidade alta, percorrendo encostas e diferenciando-se das ruas principais pela sua estreiteza. Suas posições na geografia da cidade fizeram deles alvos ideais para as primeiras grandes intervenções urbanas da gestão de Otávio Rocha, visando não só a melhorar as conexões viárias do centro histórico de Porto Alegre com o seu entorno como também livrar a cidade de espaços e populações então indesejadas.

Será a partir destas transformações que também será gerado um número considerável de registros fotográficos destes espaços, cujas demolições serão documentadas de modo raramente devotado a espaços subalternos da cidade. Isso é válido para a Rua General Paranhos, cujo conjunto de registros das obras de demolição e construção da atual avenida Borges de Medeiros – ícone da modernização da cidade – é considerável, contrastando com a pequena quantidade de fotografias anteriores que pôde ser levantada neste estudo. O Beco do Rosário, por sua vez, e provavelmente por um capricho do destino, foge a esta regra: foi registrado por autor desconhecido<sup>1</sup> no final do século XIX, décadas antes de voltar a ser alvo da atenção das câmeras quando da sua demolição, iniciada em 1926.

A importância de todos estes registros fotográficos para o esforço de reconstituição visual destes espaços é inestimável. Ainda que trazendo imagens de espaços em transformação, são capazes de oferecer pistas e indícios que respondem a várias lacunas de conhecimento que surgem quando se interroga como eram afinal estes espaços da cidade perdida. No caso deste estudo, estes registros fotográficos foram levantados em acervos e arquivos históricos públicos e particulares, permitindo,

---

1 Fotografias da Coleção Eva Schmidt da Fototeca Sioma Breitman (Museu Porto Alegre).

num cruzamento de informações presentes na Planta Cadastral de 1893<sup>2</sup>, nos relatos dos memorialistas e na imprensa da época, começar a dar forma a estes dois espaços desaparecidos da cidade.

Por sua vez, a Planta Cadastral de 1893 foi fundamental para retomar de maneira verossímil o traçado antigo, trazendo, apesar de algumas ambiguidades e lacunas, informações como as numerações e testadas dos lotes. Nela, procurou-se ler a espacialização das camadas mais pobres da cidade, já indicada pelos relatos dos memorialistas e pelas crônicas de imprensa, através das dimensões de testadas que corresponderiam às “casinhas de aluguel”, “avenidas” e cortiços referidos por tantos autores. Contudo, essa leitura resultou ambígua, dada a natureza da forma como essas informações foram registradas – ora individualizando lotes mínimos e evidenciando uma provável ocupação modesta, ora trazendo múltiplas numerações em lotes maiores, com grandes variações dos “módulos” de 5,5m e 6,6m para testadas do urbanismo colonial português, vistos anteriormente.

Nela, também nota-se que os imóveis de esquina – que parecem ser frequentemente mais alterosos dos que os exemplares de meio de quadra dos becos – são quase todos registrados como pertencentes às ruas principais adjacentes. Tanto no caso da Rua General Paranhos quanto no Beco do Rosário, nota-se que os meios de quadras são ocupados por conjuntos de lotes diminutos, apontando para uma situação de enclave e segregação da pobreza nestes becos.

As tipologias arquitetônicas estudadas nos capítulos anteriores são condizentes com as dimensões de testadas encontradas, tendo sido possível localizar diversos conjuntos arquitetônicos em fotografias que podem ser diretamente referidas à Planta Cadastral de 1893. É em especial o caso do conjunto de casas muito modestas no lado norte do beco (números 40 a 52) e próximas à esquina com a Rua Doutor Flores. Às diminutas testadas registradas na Planta, correspondem moradias de aspecto bastante pobre na fotografia intitulada “Rua 24 de Maio nº 30”, encontrada na Coleção Eva Schmidt<sup>3</sup>. Do conjunto de prováveis casinhas para moradia popular correspondente na Rua General Paranhos (números 80 a 92), contudo, não se obteve imagens outras que o eloqüente desenho da Planta. Por outro lado, fala-se destas casinhas em nota do *Correio do Povo*<sup>4</sup>, em que se noticia a aquisição de algumas destas propriedades pela Intendência Municipal para a abertura da atual avenida Borges de Medeiros.

No que diz respeito à relação entre as dimensões das testadas e a espacialização da pobreza, o

---

2 Mapoteca do Arquivo Histórico Municipal de Porto Alegre Moysés Vellinho.

3 Foto 4707f - “Autor Desconhecido -Coleção Eva Schmidt - Avenida Otávio Rocha - déc 1890-1900”.

4 *Correio do Povo*, 12/06/1926. Acervo da hemeroteca do Museu de Comunicação de Porto Alegre Social Hipólito José da Costa.

fato de se ter notícia da ocupação de casarões abandonados ou sublocados por diversas famílias humildes (fig. 84) adiciona um novo complicador. Sabe-se que era fenômeno corriqueiro na Porto Alegre do final do século XIX e início do XX, conforme visto nos capítulos anteriores, e pode-se pensar que seja o caso do grande sobrado da mesma fotografia “Rua 24 de Maio nº 30”, do Beco do Rosário. Da mesma forma, na aquarela “Beco do Poço”<sup>5</sup>, de Francis Pelichek (1925), o sobrado de uma água que se destaca na paisagem pode ter abrigado várias famílias modestas. Nesses casos, tem-se testadas relativamente grandes de lotes, sem contudo indicar com clareza o tipo de ocupação que houve nestes imóveis.



Figura 84: Casa multifamiliar à Rua Riachuelo, fotografia de Virgílio Calegari. Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo.

Por outro lado, a aquarela de Pelichek traz um indício importante: não somente o título da

---

5 Acervo da Pinacoteca Aldo Locatelli.

pintura corresponde ao trecho denominado na literatura como “Beco do Poço”, como nota-se que o artista escolheu um ponto em que a característica estreiteza do beco se abre para dar-lhe um recuo maior em relação ao casario modesto que retratou, o que seria impossível se os terrenos em frente aos mesmos estivessem ocupados (figs. 53 e 85). Nota-se no primeiro plano à direita a basta vegetação que se estende para fora do quadro:



Figura 85: “Beco do Poço”, de Francis Pelichek (1925). Pinacoteca Aldo Locatelli.

Isso pode ser indício de um terreno desocupado deste lado do beco, o que é confirmado pela análise da provável localização do conjunto arquitetônico na Planta Cadastral de 1893:



Figura 86: Provável localização do casario retratado por Pelichek na Planta Cadatral de 1893, indicando terrenos vazios em frente. Comparação com foto da revista "A Mascara", de 06/02/1925. Imagem feita pela autora.



De fato, o aspecto abandonado da calçada e a abundante vegetação registradas por Pelichek é consistente com os relatos e descrições dos becos de Porto Alegre como lugares de modesta ocupação, em contraste com os embelezamentos urbanos em curso no início do século XX. Além disso, indica também a presença de terrenos vazios nos becos, o que se nota especialmente no caso da Rua General Paranhos conforme registrado na Planta Cadatral de 1893. Em especial na encosta sul, é possível notar grandes trechos de testadas desocupadas, o que é condizente com a menor densidade desta encosta (ver item 5.1.2). O esboço do perfil topográfico do beco (fig. 56) ainda reforça esta ocupação mais rarefeita nos trechos de maior declividade.

De modo geral, nas imagens apuradas de ambos os becos foram identificados exemplares de arquitetura francamente colonial (com beiral e duas águas perpendiculares à rua), exemplares provavelmente de época colonial mas que ganharam tratamento neoclássico ou eclético de fachada, exemplares claramente neoclássicos (com porões elevados, balaústres e cimalthas no lugar dos beirais, etc.) e alguns de arquitetura eclética que puderam ser identificados em fotografias da Rua General Paranhos (fig. 55 e 87):



Figura 87: Demolição do Beco do Poço (General Paranhos). Autor desconhecido, década de 1920. À direita, vê-se um grande edifício em estilo eclético. Porto Alegre: Biografia duma Cidade. Ed. Tipografia do Centro S/A. Porto Alegre, 1941.

Na fotografia acima é possível ver um exemplar de arquitetura eclética no que provavelmente

é a esquina do Beco do Poço com a Rua Riachuelo. Ainda em 1925, tem-se notícia da remodelação de um prédio mais adiante (fig. 88):



Figura 88: "Projecto para a remodelação do predio sicto a rua Gal. Paranhos esquina Jeronymo Coelho, propriedade do snr. Gal. Manoel Palmeiro" (1925). Arquivo Histórico Municipal de Porto Alegre Moysés Vellinho.

Estes casos corroboram a hipótese de que as esquinas dos becos junto às ruas principais eram locais de ocupação de camadas mais abastadas da sociedade.



Figura 89: Detalhe da fotografia 239f, de Virgílio Calegari. Museu Porto Alegre Joaquim José Felizardo. Observar as casinhas no canto inferior direito.

Por outro lado, é possível pensar na presença de cortiços e pequenas ocupações coletivas e precárias em fundos de terrenos e mesmo recuadas em relação ao lote, conforme é possível ver no detalhe da Fotografia 239f de Virgílio Calegari (fig. 89).

Pode-se notar nestas construções enfileiradas o caráter modesto e coletivo, com várias portas abrindo-se ao que parece ser um pátio comum aos fundos de um terreno (provavelmente à Rua General Canabarro, ou Beco do Pedro Mandinga. Fig. 89). Essas construções (figs. 90 e 91) são diversas vezes referidas na literatura referente aos becos de Porto Alegre, e correspondem também a um padrão registrado em outras capitais do país:



Figuras 90 e 91: Revista "A Máscara", 21/08/1920. Cortiços mostrados na reportagem "As habitações em Porto Alegre" mostrando tipos diversos de cortiços. Hemeroteca do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.

Este tipo de ocupação é possível ver na Fotografia 236f de Virgílio Calegari (fig. 92), em que se pôde localizar os fundos de quadra da Rua General Paranhos entre as ruas Riachuelo e Jerônimo Coelho, bem como da Rua Marechal Floriano, aqui marcadas em vermelho:



Figura 92: Fotografia 236f, de Virgílio Calegari. Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo. Marcações em vermelho e laranja da pesquisadora.

A observação destes espaços de miolo de quarteirão, com sua ocupação densa e quase coberta pro telhados, torna ainda mais compreensível as preocupações dos médicos higienistas da época com a pouca insolação e ventilação destas ocupações modestas e frequentemente superlotadas.

Por outro lado, é possível observar alguns detalhes das tipologias arquitetônicas que constituíam o antigo Beco do Poço no final do século XIX e início do XX: sobrados com fachadas neoclássicas, características em suas cimalhas com balaústres e ponteiros ou compoteiras, provavelmente algumas já transformadas em moradias multifamiliares. Em cruzamento de informações com a Planta Cadastral de 1893, foi possível estabelecer as prováveis numerações destes imóveis, conforme marcado na imagem. Cabe destacar o sobrado de número 42 como sendo o da famosa cafetina Fausta, conforme os relatos de imprensa recolhidos por Pesavento (2008). Por sua vez, o Beco do Rosário conta com o registro de um ocupante notório da história da cidade: o poeta e dramaturgo Qorpo Santo. Ele registra sua estadia no sobrado de número 21 do beco, em que escreveu

a peça “Hoje sou um, e amanhã outro”: “produzido em 15 de Maio de 1866, por José Joaquim de Campos Leão Qorpo-Santo, no beco do Rosário, em Porto Alegre, sobrado por cima do número 21.”<sup>6</sup>

De forma sintética, pode-se resumir a análise do Beco do Rosário e da Rua General Paranhos nas seguintes imagens. Estas foram feitas pela pesquisadora de maneira aproximativa a partir da Planta Cadastral de 1893 e da “Planta Topographica Antiga de Porto Alegre”, às quais foram incorporadas algumas das imagens mais representativas que puderam ser encontradas destes espaços.

---

6 SANTO, Qorpo. *Hoje sou um; e amanhã outro*. Biblio.com.br, A Biblioteca Virtual de Literatura.[Disponível em: <http://www.dominipublico.gov.br/download/texto/bi000199.pdf>]

### 5.1.2. RUA GENERAL PARANHOS (BECOS DO POÇO, DO MEIRELLES, DO FREITAS)



Figura 93: Análise da Rua General Paranhos relacionando fotografias, perfil topográfico aproximado, e recorte de imprensa. Versão ampliada disponível em Anexos.

### 5.1.3. BECO DO ROSÁRIO

#### Rua 24 de Maio [Beco do Rosário]

- Menos de 4,5m (1 módulo)
- 1 módulo (5,5m ou 6,6m)
- Ca. 2 módulos (9 a 12m)
- Maior que 2 módulos
- Terreno vazio

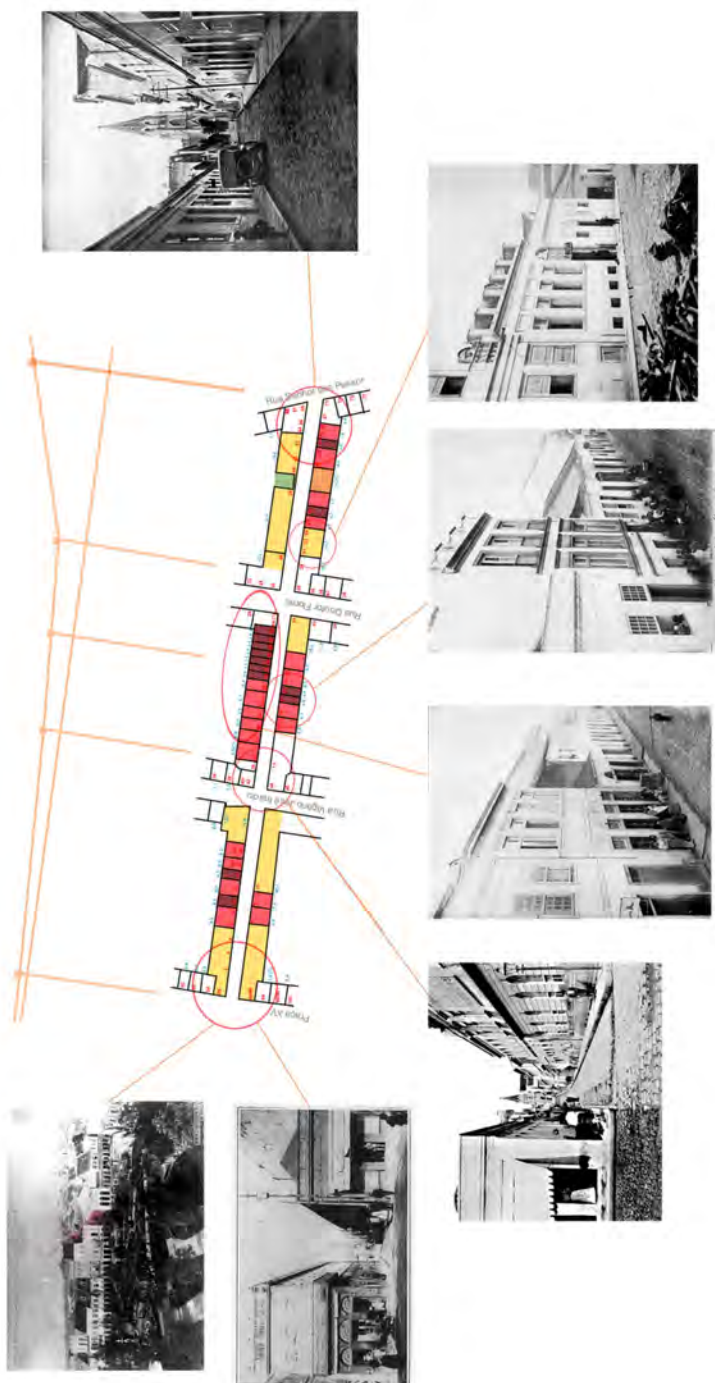


Figura 94: Análise do Beco do Rosário relacionando fotografias, perfil topográfico aproximado, e recorte de imprensa. Versão ampliada disponível em Anexos.

## 5.2. RETRAÇANDO A CIDADE PERDIDA

A representação do espaço urbano por pintores, gravadores e desenhista é uma leitura singular onde certos elementos da paisagem são selecionados tanto pela representatividade e referência para a memória dos habitantes, como pelo desafio técnico para o desenvolvimento das diferentes linguagens artísticas.<sup>7</sup>

Deve-se ter em mente a condição de “leitura singular”, conforme apontada por Krawczyk (2010), das imagens de reconstituição da cidade, uma vez que é fruto da sensibilidade da pesquisadora e das informações que puderam ser colhidas dentro de sua trajetória de pesquisa. É pois, neste âmbito, que pode-se recriar representações daquilo que a Porto Alegre da Primeira República deve ter sido em sua forma. Para isso, utilizou-se a técnica do desenho a lápis sobre papel, finalizado depois com bico de pena e, em alguns casos, colorizado com aquarela. Muitos dos desenhos aqui apresentados foram feitos no âmbito da produção do primeiro volume das histórias em quadrinhos “Beco do Rosário”<sup>8</sup> e do artigo em quadrinhos “Beco do Rosário: espaço e sociabilidades em um beco da antiga Porto Alegre”.<sup>9</sup>

### 5.2.1. CROQUIS E ESBOÇOS: A APROPRIAÇÃO DO REPERTÓRIO VISUAL DA CIDADE ANTIGA

Nesta seção será apresentada a trajetória de aquisição do repertório visual da antiga Porto Alegre através de estudos e croquis feitos em diversos *sketchbooks*, e baseados em fotografias e plantas dos becos e espaços públicos – especialmente as ruas e espaços do cotidiano – levantados nesta pesquisa.

Este procedimento é comum entre artistas e necessário para a apropriação da forma daquilo que se quer representar, constituindo um estudo fundamental desta através da representação gráfica. É nesta etapa que se “adquire” o código e o repertório visual necessário para se proceder às reconstituições de paisagens urbanas do passado

---

7 KRAWCZYK, Flávio. *Paisagens silenciosas: Porto Alegre na Pinacoteca Aldo Locatelli*. In: POSSAMAI, Zita (org.). *Leituras da cidade*. Porto Alegre: Evangraf, 2010. p. 181.

8 Ver Anexos.

9 Revista *Illuminuras*, vol. 15, nr. 36 (2014). Núcleo de Antropologia Visual - Publicação Eletrônica do Banco de Imagens e Efeitos Visuais - NUPECS/LAS/PPGAS/IFCH e ILEA/UFRGS. [Disponível em <http://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/52646/32594>]





Figura 95: Estudo baseado em foto (fig. 81) da entrada do Beco do Oitavo.  
Lápis e bico de pena sobre papel, 2014. Fonte: Ana Luiza Koehler.



Figura 96: Estudo sobre fotografia de casarão transformado em cortiço em Pesavento, 1992, p. 41.  
Lápis e bico de pena sobre papel, 2014. Fonte: Ana Luiza Koehler.



Figura 97: Estudo de representação do espaço da rua do ponto de vista dos pedestres, mostrando sociabilidades e cenas do cotidiano. Criação livre com lápis e bico de pena sobre papel, 2014. Fonte: Ana Luiza Koehler.



Figura 98: Estudo de rua a partir da visão do pedestre. Criação livre com lápis e bico de pena sobre papel, 2015. Fonte: Ana Luiza Koehler.



Figura 99: Esboço a lápis de estudo sobre foto (fig. 75) da antiga Rua General Vitorino.  
 Fonte: Ana Luiza Koehler.



Figura 100: Estudo do Beco do Rosário a partir de fotografia da Coleção Eva Schmidt (fig. 67). Lápis e bico de pena sobre papel, 2014. Fonte: Ana Luiza Koehler.

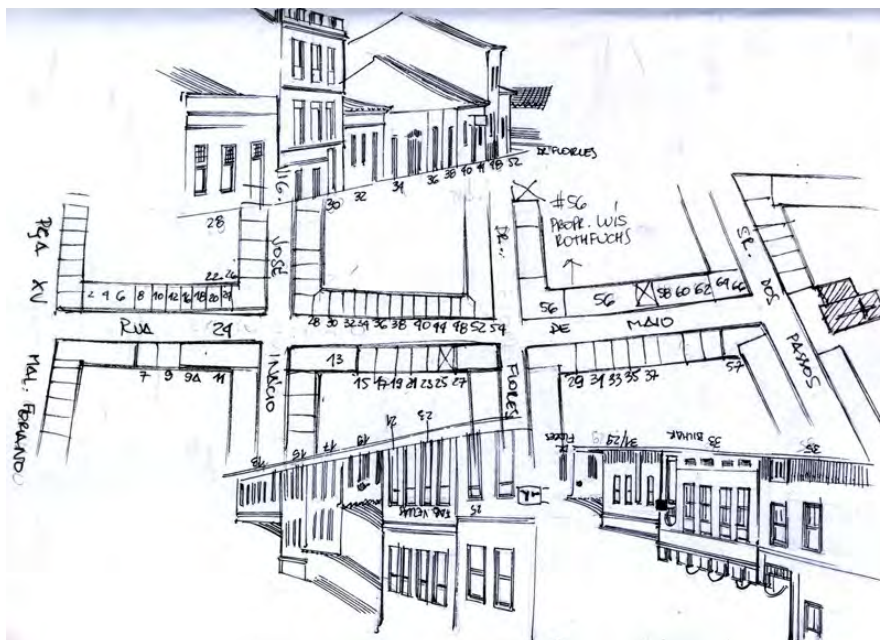


Figura 101: Croquis do Beco do Rosário cruzando informações das fotografias da Coleção Eva Schmidt (figs. 67, 68 e 70), a Planta Cadastral de 1893 e notas de jornal (citação 102). Lápis e caneta sobre papel, 2014. Fonte: Ana Luiza Koehler.

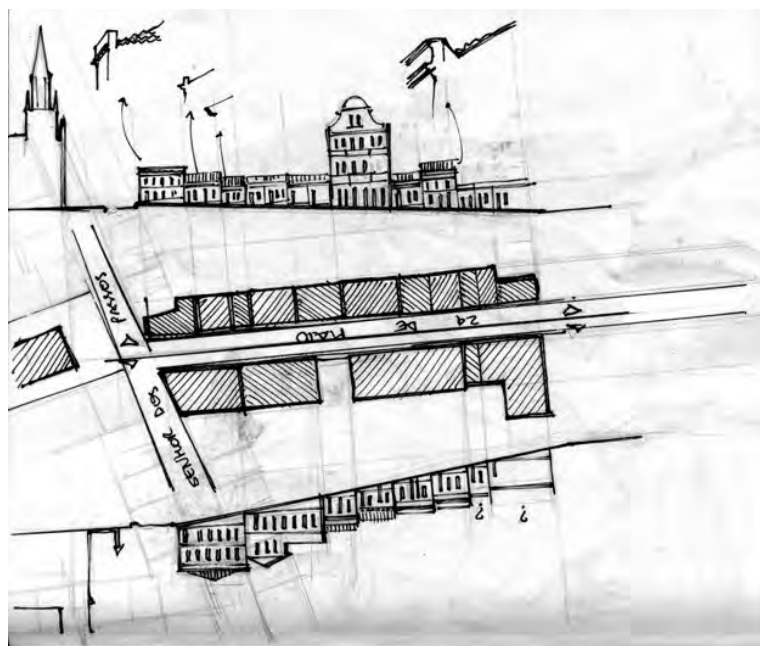


Figura 102: Estudo do Beco do Rosário a partir da Planta Cadastral de 1893 e da fig. 69. Lápis e caneta sobre papel, 2013. Fonte: Ana Luiza Koehler.

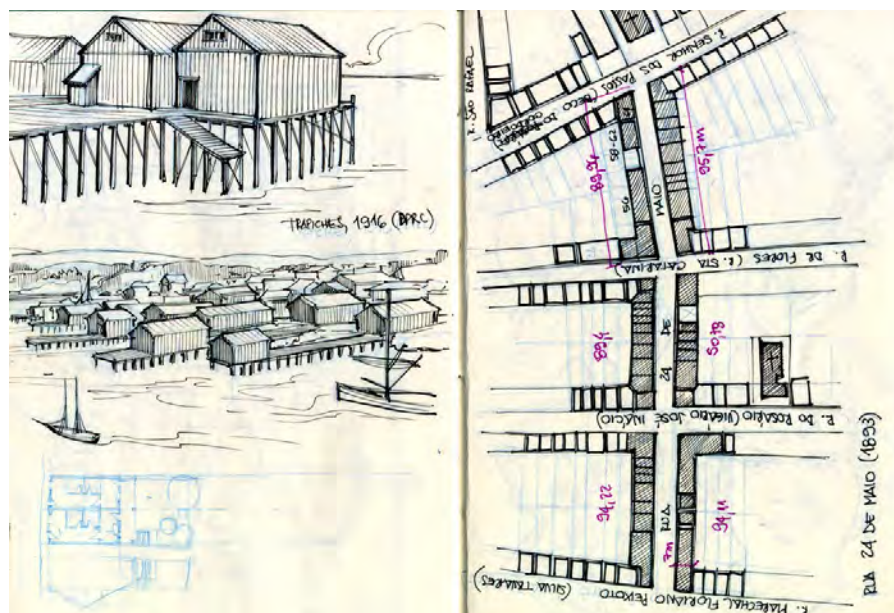


Figura 103: Estudos do cais e antigos armazéns do porto (fotografias em Souza, 2010, p. 72) e estudo do Beco do Rosário a partir da Planta Cadastral de 1893. Lápis e caneta sobre papel, 2013. Fonte: Ana Luiza Koehler.



Figura 104: Estudos do Beco do Rosário e da Igreja Evangélica a partir de fotografias (Praça Otávio Rocha na década de 1930 em *Porto Alegre: Biografia duma cidade*, 194, e fig. 69). Lápis e caneta sobre papel, 2013. Fonte: Ana Luiza Koehler.

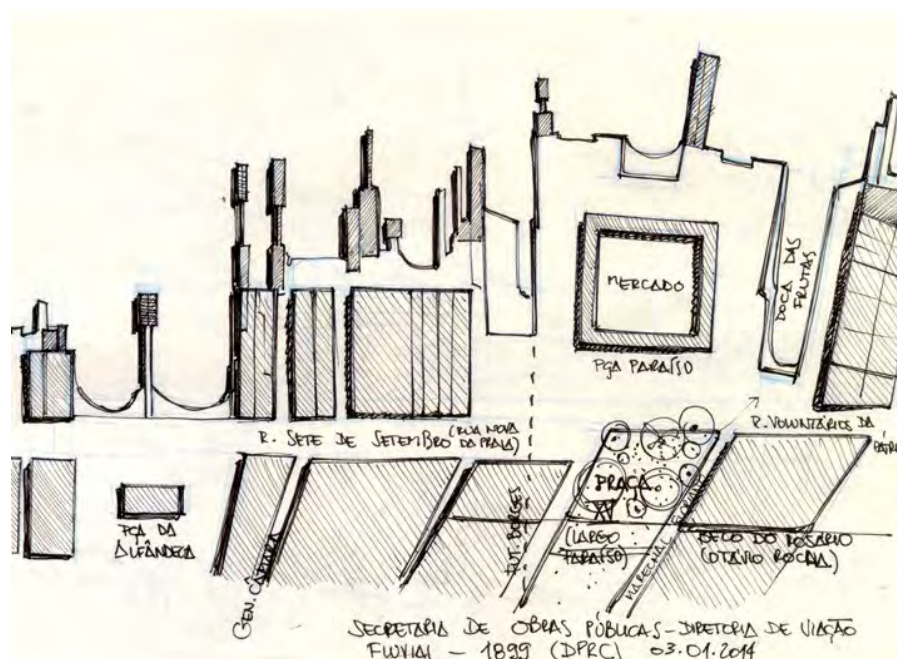


Figura 105: Estudo de planta do antigo cais do porto com o Mercado Público baseado em planta de 1899 do DPRC (Souza, 2010, p. 74). Lápis e caneta sobre papel, 2013. Fonte: Ana Luiza Koehler.

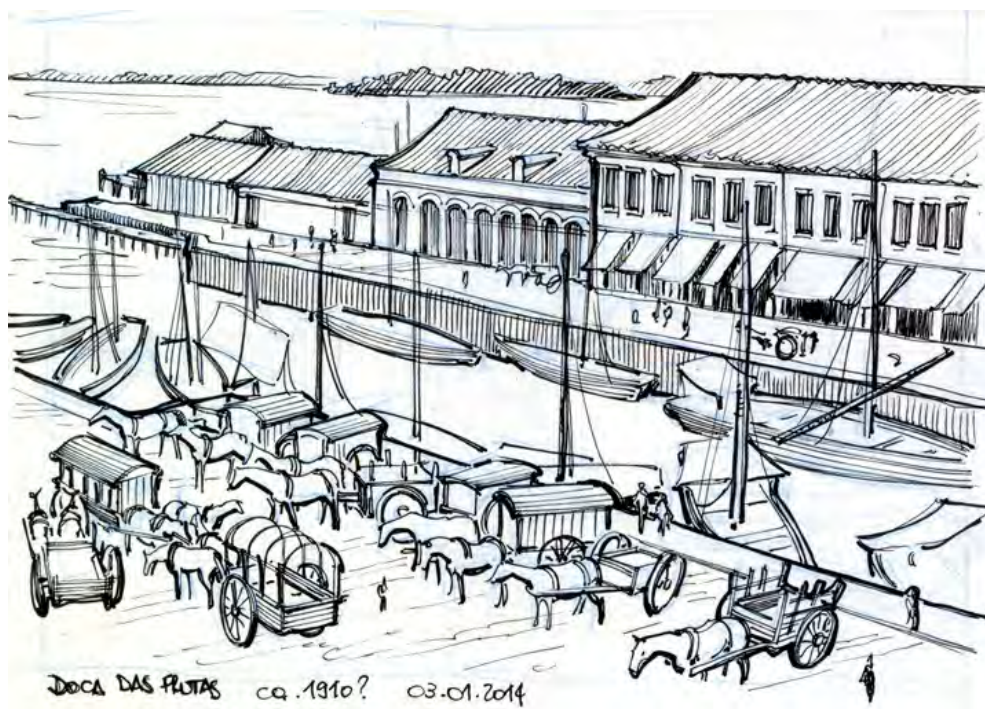


Figura 106: Estudo da antiga Doca das Frutas a partir de fotografia de Virgílio Calegari (Fototeca Sioma Breitman). Lápis e caneta sobre papel, 2013. Fonte: Ana Luiza Koehler.



Figura 107: Estudo do espaço da rua no início do século XX a partir de fotografia da esquina das ruas Voluntários da Pátria e Vigário José Inácio (Virgílio Calegari, Fototeca Sioma Breitman). Lápis e bico de pena sobre papel, 2014. Fonte: Ana Luiza Koehler.



Figura 108: Estudo do Beco da Ópera a partir de fotografia (fig.48). Lápis e bico de pena sobre papel, 2013. Fonte: Ana Luiza Koehler.



Figura 109: Estudo do Beco do Fanha a partir de fotografia (fig. 40). Lápis e bico de pena sobre papel, 2014. Fonte: Ana Luiza Koehler.



Figura 110: Estudo do Beco do Leite a partir de fotografia (fig. 45). Lápis e bico de pena sobre papel, 2014. Fonte: Ana Luiza Koehler.



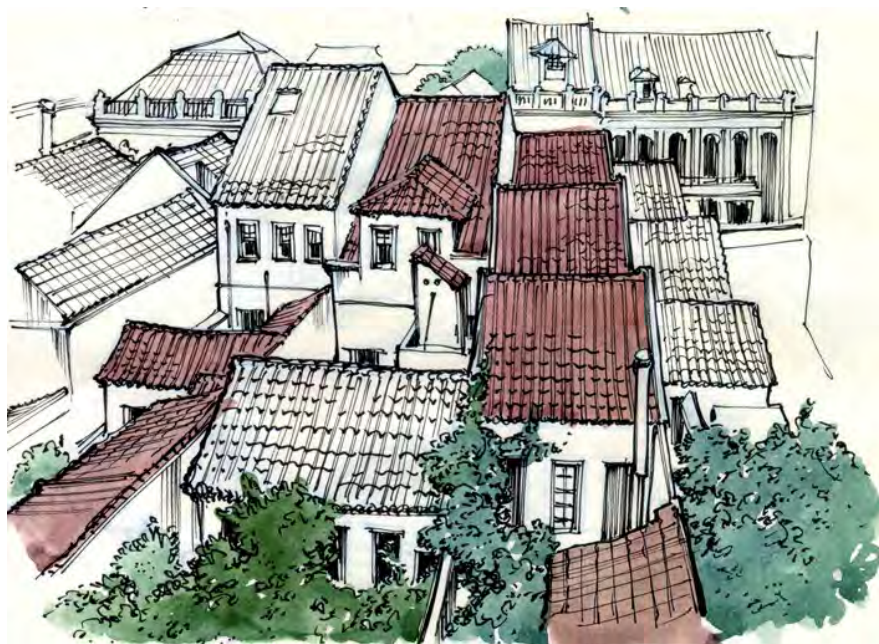


Figura 111: Estudos de casario antigo e fundo de quarteirão a partir de fotografia (Fototeca Sioma Breitman). Lápis, caneta e aquarela sobre papel, 2013. Fonte: Ana Luiza Koehler.



Figura 112: Estudo sobre foto da demolição do Beco do Poço (Carricóde, 1926). Lápis e caneta sobre papel, 2013. Fonte: Ana Luiza Koehler.



Figura 113: Estudo de provável fotografia da Rua General Paranhos a partir da Coronel Genuíno (origem não confirmada). Lápis e caneta sobre papel, 2013. Fonte: Ana Luiza Koehler.



Figura 114: Estudos de tipos arquitetônicos e equipamentos a partir de foto do Beco do Rosário (fig. 69). Lápis e bico de pena sobre papel, 2014. Fonte: Ana Luiza Koehler.

### 5.2.2. RETRAÇANDO A CIDADE ANTIGA E SEUS BECOS

Finalmente, as imagens resultantes dos estudos e pesquisas são aqui mostradas, buscando dar a ver a forma urbana do passado. Recria-se pois uma versão possível de como esta forma urbana teria se apresentado, que ambientes teria oferecido ao olhar do pedestre, e que forma global teria tomado na sua ocupação do território como um todo.



Figura 115: Ambiente do Beco do Rosário (atual Avenida Otávio Rocha), produzido para o artigo *Beco do Rosário: espaço e sociabilidades em um beco da antiga Porto Alegre* (Revista *Iluminuras*, v. 15, n. 36 (2014)). Lápis, bico de pena e aquarela sobre papel, 2014. Fonte: Ana Luiza Koehler.

**Figura 115:**

Esta figura traz um aspecto do Beco do Rosário reconstruído, mostrando detalhes como calçamento da via, detalhe de passeio, e tipologias arquitetônicas do lado norte do beco que configuravam o espaço desta via na altura do pedestre. Os três personagens principais da história/artigo em quadrinhos *Beco do Rosário: espaço e sociabilidades em um beco da antiga Porto Alegre* (Revista Iluminuras, v. 15, n. 36 (2014)) aparecem em primeiro plano, enquanto que nos planos mais recuados são representados personagens que provavelmente habitariam e frequentariam o Beco do Rosário na virada do século XIX para o século XX. Ao fundo, vê-se o verde da vegetação da Praça XV, marcando sua proximidade como espaço tradicional de vivências populares de Porto Alegre. Vê-se à esquerda e ao fundo uma carroça, meio de transporte típico da época, e recorrente em diversas fotografias da cidade, e mais à direita, ao fundo, outro equipamento característico: o poste de luz, provavelmente ainda a gás. No canto superior direito da imagem, vê-se a vegetação dos jardins dos interiores de lotes a que Freyre (2006 [1933]) se refere em citação no Cap. 2, quebrando a monotonia do plano de fachadas coloniais que definia o espaço do Beco.

Esta imagem foi construída tendo por base uma perspectiva cônica na altura do pedestre, tirando por base a largura da via e adicionando-se, proporcionalmente, a largura dos passeios, e, em seguida, a altura das construções e suas aberturas. As fachadas que aparecem no trecho são inspiradas na fotografia da fig. 67, que mostra justamente o trecho do beco representado aqui.



Figura 116: Vista do Beco do Rosário (atual Avenida Otávio Rocha) a partir da Praça XV produzida para o artigo *Beco do Rosário: espaço e sociabilidades em um beco da antiga Porto Alegre* (Revista Iluminuras, v. 15, n. 36 (2014)). Lápis, bico de pena e aquarela sobre papel, 2014. Fonte: Ana Luiza Koehler.

### Figura 116:

Esta imagem foi feita a partir de uma perspectiva cônica mais afastada da esquina do Beco do Rosário com a Praça XV, e vista de um ponto de observação mais alto do que a altura de uma pessoa no nível da rua. Em primeiro plano, vê-se as árvores e vegetação da Praça XV, criando uma moldura verde para as fachadas que definem a margem da praça em continuidade com a rua Marechal Floriano. Para isto, foram tomadas referências de fotografias diversas da Praça XV na virada do século XIX para o século XX, em especial a da fig. 61, quando a maioria destas construções coloniais ou neoclássicas já havia adquirido uma linguagem de fachada eclética. Centralizada na porção inferior da imagem, vê-se a entrada do Beco do Rosário, com os dois prédios que configuram esta esquina aí representados. As referências para estes prédios são as diversas fotografias encontradas na fototeca do Museu Hipólito José da Costa, fototeca Sioma Breitman (Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo) levantadas no Cap. 4 e os anúncios das respectivas casas comerciais nesta esquina estabelecidas, constantes nos Anuário do Rio Grande do Sul de 1881 e 1885 (figs. 63 e 64,

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional). Ao fundo, à margem direita da imagem, vê-se a Igreja Luterana, marco de finalização do beco do Rosário, e mais adiante a paisagem da cidade ainda rarefeita, mas que se expandia na direção norte.



Figura 117: Desenho do Beco do Rosário (atual Avenida Otávio Rocha) a partir da Igreja Luterana. Lápis e caneta sobre papel, 2013. Fonte: Ana Luiza Koehler.

**Figura 117:**

Esta vista do Beco do Rosário é feita a partir de uma perspectiva cônica tomada acima da altura do pedestre, mostrando características físicas do espaço urbano, como pavimentação da via, passeios, equipamentos como postes de iluminação (à direita) e meios de transporte (a carroça ao fundo e ao centro da imagem). Cabe a ressalva de que, no estágio da pesquisa em que foi feita, esta imagem ainda traz o Beco do Rosário com uma largura provavelmente maior do que efetivamente teve antes de sua abertura. Por outro lado, são mostrados aspectos do cotidiano que provavelmente, a partir das leituras feitas, estariam presentes no espaço como um beco em Porto Alegre, como a conversa entre tipos populares da cidade na virada do século XIX para o XX, como uma moradora e um vendedor de frutas, à esquerda, um transeunte em primeiro plano e embaixo, baldes e achas de lenha sobre a calçada junto às fachadas, e animais soltos. Aqui também vê-se a vegetação da Praça XV ao fundo, no fim do beco, marcando a sua proximidade com a área mais central e portuária da cidade. Quanto às fachadas das construções que configuram o espaço do beco, todas foram tomadas, no que foi possível deduzir a partir da observação das fotografias, ainda que em perspectiva, remanescentes do beco, a partir das que aparecem fotografia do Beco do Rosário (fig. 69) e da fotografia da avenida e praça Otávio Rocha presente em *Porto Alegre: Biografia duma cidade* (1941) na década de 1930, em que ainda aparecem prédios remanescentes do beco no seu lado sul.



Figura 118: Cena de rua do Beco do Rosário (atual Avenida Otávio Rocha), produzida para o artigo da Revista Iluminuras. Lápis, bico de pena e aquarela sobre papel, 2014. Fonte: Ana Luiza Koehler.



**Figura 118:**

Esta cena apresenta em primeiro plano os personagens da história/artigo *Beco do Rosário: espaço e sociabilidades em um beco da antiga Porto Alegre* (Revista Iluminuras, v. 15, n. 36 (2014)), e busca mostrar uma reconstrução do beco do Rosário a partir da altura do observador. Como no caso da imagem anterior, aqui também o beco foi representado com mais largura do que provavelmente teve, apesar da cuidadosa observação das fotografias que foram usadas para criar essa reconstrução visual. Mais uma vez, busca-se aqui mostrar aspectos físicos deste espaço urbano, como pavimentação, forma dos passeios, equipamentos como postes de iluminação e personagens de tipos populares para mostrar a animação do espaço, bem como animais soltos e poças nas sarjetas junto aos passeios. A ausência de postes de transmissão de eletricidade deve-se à principal fotografia de referência do beco que foi usada, datada provavelmente de 1875 (Fototeca Sioma Breitman), onde esse equipamento urbano ainda não está presente. Contudo, as informações constantes nesta fotografia serviram para determinar que ela foi tomada a partir da esquina da Rua Vigário José Inácio, antiga rua do Rosário que dá nome ao beco. Assim, as fachadas do lado sul, aqui representadas à direita, reproduzem as dos prédios retratados naquela fotografia. As fachadas do lado norte, posteriormente demolido para a abertura da avenida, foram tomadas a partir das fotografias constantes na coleção Eva Schmidt da fototeca Sioma Breitman (figs. 67, 68 e 70, do Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo).



Figura 119: Vista aérea do beco do Rosário (atual Avenida Otávio Rocha), esquina com a Rua Dr. Flores, produzida para o artigo da Revista Iluminuras. Lápis, bico de pena e aquarela sobre papel, 2014. Fonte: Ana Luiza Koehler.

**Figura 119:**

Esta vista aérea do beco do Rosário foi um exercício dedutivo de reconstrução das edificações que, de um lado e de outro, configuravam esse espaço. O que se buscou aqui foi criar uma imagem especulativa de como seriam essas edificações vistas do alto, a partir de seus telhados de cobertura, o que levou a uma investigação destas formas construtivas cruzando fotografias de outras partes do centro histórico da cidade com fotografias do beco do Rosário tomadas a partir da altura do observador. As primeiras foram principalmente as fotografias tomadas do alto das torres da Igreja Matriz e da Igreja das Dores, e que assim trazem a informação de como eram construídos os telhados das edificações urbanas e como elas se posicionavam em seus lotes, trazendo informações inacessíveis a partir de fotografias ao nível do observador, como edículas e edificações de fundo de lote, arborização e equipamentos de quintais, águas-furtadas e outros elementos que desvendam a configuração dos interiores de quadra na Porto Alegre da virada do século XIX para o XX. Muitos desses aspectos, como a vegetação no interior dos lotes, foram representados nesta imagem. As principais referências para as fachadas foram a fotografia do Beco do Rosário de 1875 e as constantes na coleção Eva Schmidt (figs. 67, 68 e 70) da fototeca Sioma Breitman do Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo.



Figura 120: Vista do Beco do Rosário (atual Avenida Otávio Rocha). Lápis e bico de pena sobre papel, 2015. Fonte: Ana Luiza Koehler.

**Figura 120:**

Esta imagem é um dos quadros do primeiro volume da história em quadrinhos Beco do Rosário, em que se busca recriar o beco já na década de 1920, pouco antes da desapropriação das construções de sua margem norte para a abertura da avenida Otávio Rocha. Esta imagem é feita a partir de uma perspectiva cônica tomada a partir da quadra entre as ruas Dr. Flores e Vigário José Inácio, mostrando justamente a subida do trecho que ia da rua Dr. Flores à esquina com a rua Senhor dos Passos, onde se erigia a antiga Igreja Luterana. Esta é mostrada como marco característico do beco, modo como aparecia nas fotografias deste espaço que chegam até a contemporaneidade (figs. 67, 68, 69, 70). Nesta imagem, afim de marcar a década de 1920, mostra-se o espaço do beco reconstruído conforme as pesquisas feitas nas imagens precedentes neste capítulo, adicionando-se porém automóveis e postes de transmissão de energia elétrica. Parte-se do princípio, e do embasamento encontrado em outras fotografias e descrições de becos em Porto Alegre, que muitas das edificações de tempos coloniais e imperiais poderiam se ter mantido, chegando até o século XX com poucas modificações. Assim, aproveita-se muitas das informações a respeito das fachadas e ocupação de lotes encontradas nas pesquisas anteriores para compor graficamente o espaço do beco nesta imagem. Mais uma vez, faz-se o exercício de imaginar as coberturas dos prédios que configuravam esse espaço, partindo-se de informações sobre as características das técnicas construtivas do século XIX.



Figura 121: Vista do Beco do Rosário (atual Avenida Otávio Rocha) a partir da Igreja Luterana. Lápis e bico de pena sobre papel, 2015. Fonte: Ana Luiza Koehler.

### Figura 121:

Como na figura 117, esta imagem traz uma reconstrução visual do beco do Rosário visto a partir da sua esquina com a rua Senhor dos Passos, tendo-se a vegetação e pilares da mureta frontal da igreja como moldura no primeiro plano. Da mesma forma que na figura 109, mostra-se aqui sociabilidades e equipamentos presentes na Porto Alegre da década de 1910, como as carroças, os postes de luz (à direita), as placas de ruas (à esquerda, na edificação que faz esquina com a rua Senhor dos Passos, postes de transmissão de energia elétrica e iluminação pública residencial, remanescente do século XIX (à esquerda da carroça). Fiel à investigação histórica, a figura do aguadeiro vendendo água potável em barris puxados por animais, (à direita), situando assim o tempo histórico da imagem não somente através da fachadas das edificações do beco, mas também da representação dos incipientes serviços públicos da época.

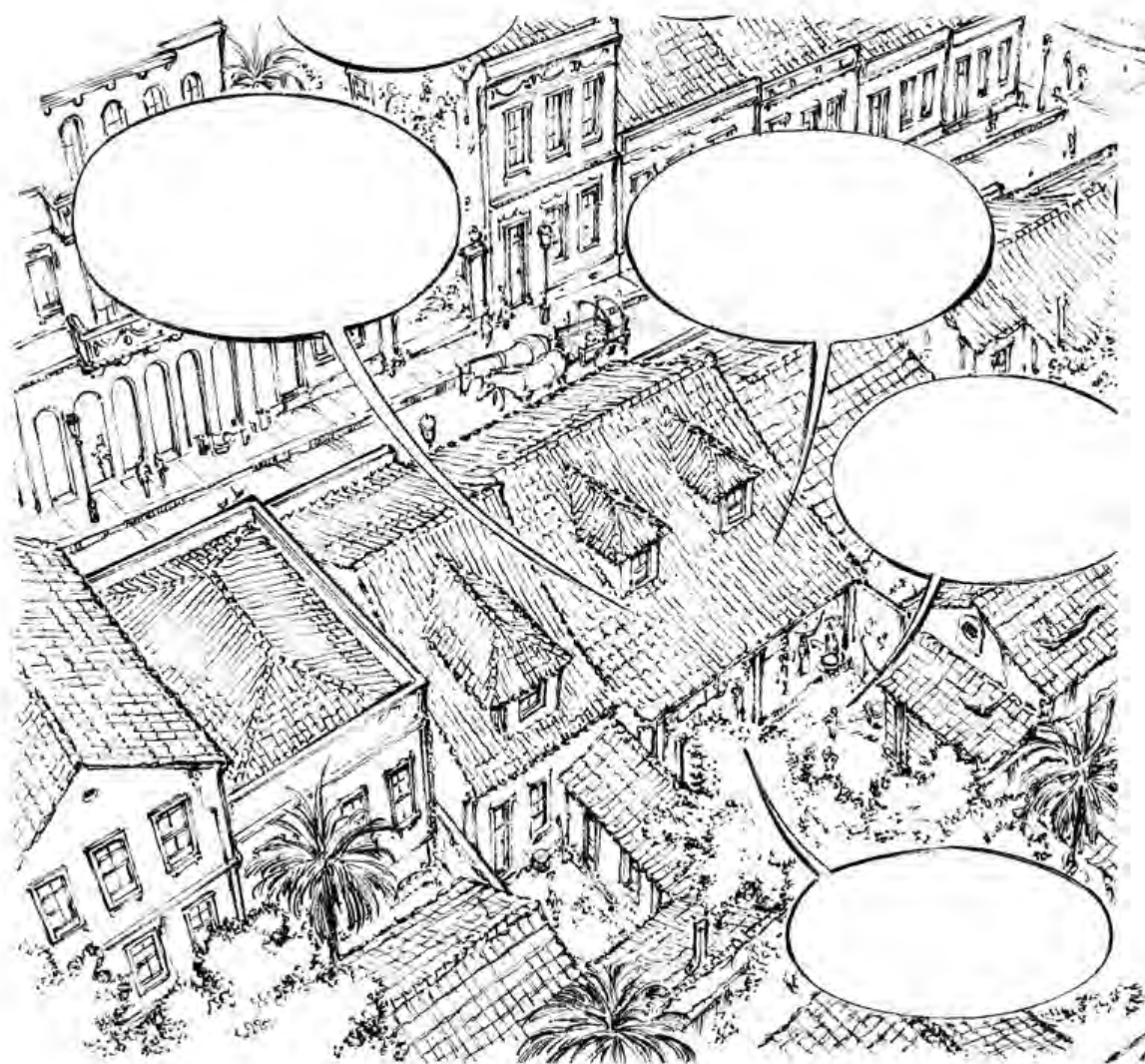


Figura 122: Vista do Beco do Rosário (atual Avenida Otávio Rocha) a partir do fundo do quarteirão. Lápis e caneta sobre papel, 2014. Fonte: Ana Luiza Koehler.

**Figura 122:**

Esta imagem busca representar uma vista da quadra do Beco do Rosário entre a rua Senhor dos Passos e a rua Dr. Flores, representando precisamente o lado norte, demolido para a abertura da avenida em 1926. Especula-se aqui, portanto, como seriam as partes posteriores dessas edificações do trecho de que se encontrou somente uma fotografia mais aproximada neste trabalho de pesquisa, e que mostra, em perspectiva, as suas fachadas. Com base no estudo de fotografias tomadas das torres da Igreja Matriz e das Dores, mostrando fundos de quarteirão e lotes no fim do século XIX e início do século XX, fez-se aqui um exercício de imaginar, com base nos vestígios históricos imagéticos, como seria o fundo de quarteirão deste trecho do beco. Desta maneira, representa-se ao fundo as edificações do lado sul do beco, também deduzidas da observação de várias fotografias anteriormente referenciadas (especialmente a fig. 69), e constrói-se a imagem do interior do quarteirão com edículas, águas-furtadas, extensões e edificações anexas no fundo dos quintais. Importante também notar a vegetação abundante nos quintais, e quase inexistente junto às fachadas que configuram a via. Isso reflete também o relato de autores como Freyre (2006 [1933]), que descrevem essa falta de vegetação no espaço público das cidades coloniais e imperiais brasileiras, em contraponto com a abundância de verde nos interiores dos longos lotes. Os balões de fala aqui deve-se a ser essa imagem um dos quadros de uma página da do primeiro volume da história em quadrinhos "Beco do Rosário", posteriormente refeita.



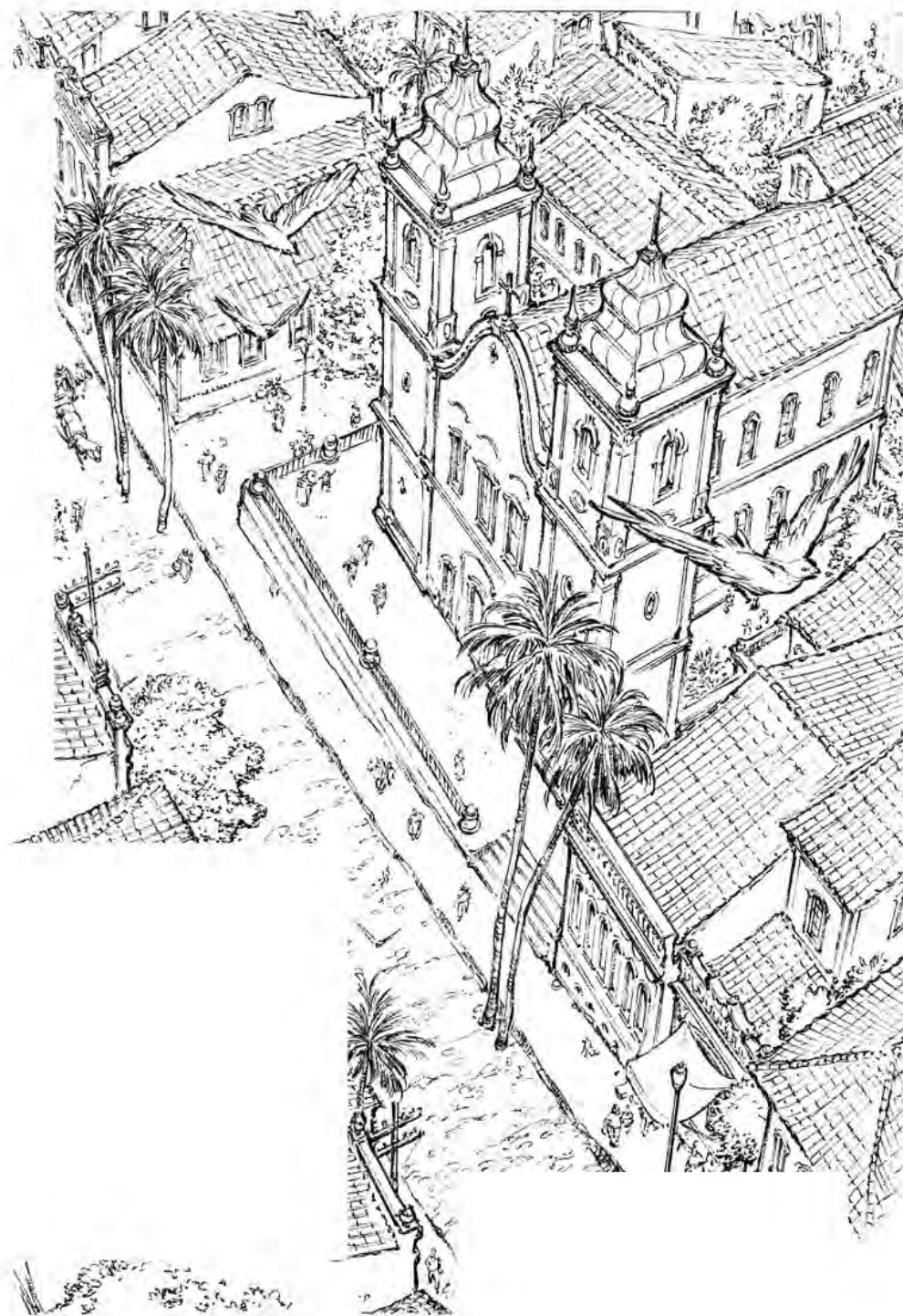


Figura 123: Vista aérea da rua e Igreja do Rosário (atual Rua Vigário José Inácio). Lápis e caneta sobre papel, 2013. Fonte: Ana Luiza Koehler.

**Figura 123:**

Embora não seja do beco do Rosário, essa imagem é uma reconstituição visual do trecho da antiga Rua do Rosário (atual Vigário José Inácio) em que estava sita a antiga Igreja do Rosário. Construída no início do século XIX pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, de maioria negra e escrava à época, esta edificação aparece em diversas fotografias tiradas a partir da altura do observador (como a fig. 62) e de alguma edificação vizinha, mostrando suas características arquitetônicas coloniais portuguesas e como estava situada junto à rua, com devido recuo e um pequeno adro. Essas informações são transpostas para esta imagem, em que se parte de uma perspectiva cônica aérea, com três pontos de fuga, para tentar recriar a inserção da igreja no tecido urbano à sua volta. Este, baseado nas informações sobre arquitetura colonial e imperial no Brasil foi feito a partir das edificações em torno da igreja encontradas nas fotografias. Assim, busca-se ter uma idéia de como era o entorno do monumento que emprestou seu nome ao beco do Rosário, e cuja proximidade certamente traz informações relevantes a respeito da forma daquela via.



Figura 124: Vista da subida do Beco do Couto (Rua Senhor dos Passos). Lápis e bico de pena sobre papel, 2015. Fonte: Ana Luiza Koehler.

**Figura 124:**

Esta imagem, integrante de uma página do primeiro volume da história em quadrinhos “Beco do Rosário”, traz a reconstituição visual de um espaço contíguo ao beco. A rua Senhor dos Passos aparece aqui em sua subida, já na década de 1920, nos anos que antecederam a demolição de seu lado oeste (aqui representado em perspectiva à direita). De fato, representa-se aqui a antiga igreja Luterana, que marcava a esquina da rua Senhor dos Passos com o beco do Rosário. Presume-se que muitas edificações encontradas nos dois espaços tenham sido semelhantes em dimensões, estilo e idade, o que serviu para preencher algumas lacunas nesta imagem, especialmente quanto ao desenho do lado oeste da Senhor dos Passos, demolido para dar lugar à Praça Otávio Rocha. Quanto ao lado leste, tem-se informação das fachadas e edificações aí existentes a partir de fotografias posteriores às reformas urbanas de Otávio Rocha, e que se procurou reproduzir nesta imagem. O balão de fala e a onomatopéia foram posicionadas de forma a prejudicar minimamente a representação do espaço urbano, trazendo equipamentos presentes à época como postes de luz e transmissão de energia elétrica, pavimentação e passeio, assim como os automóveis que começam a se fazer cada vez mais presentes nas imagens da cidade à época.

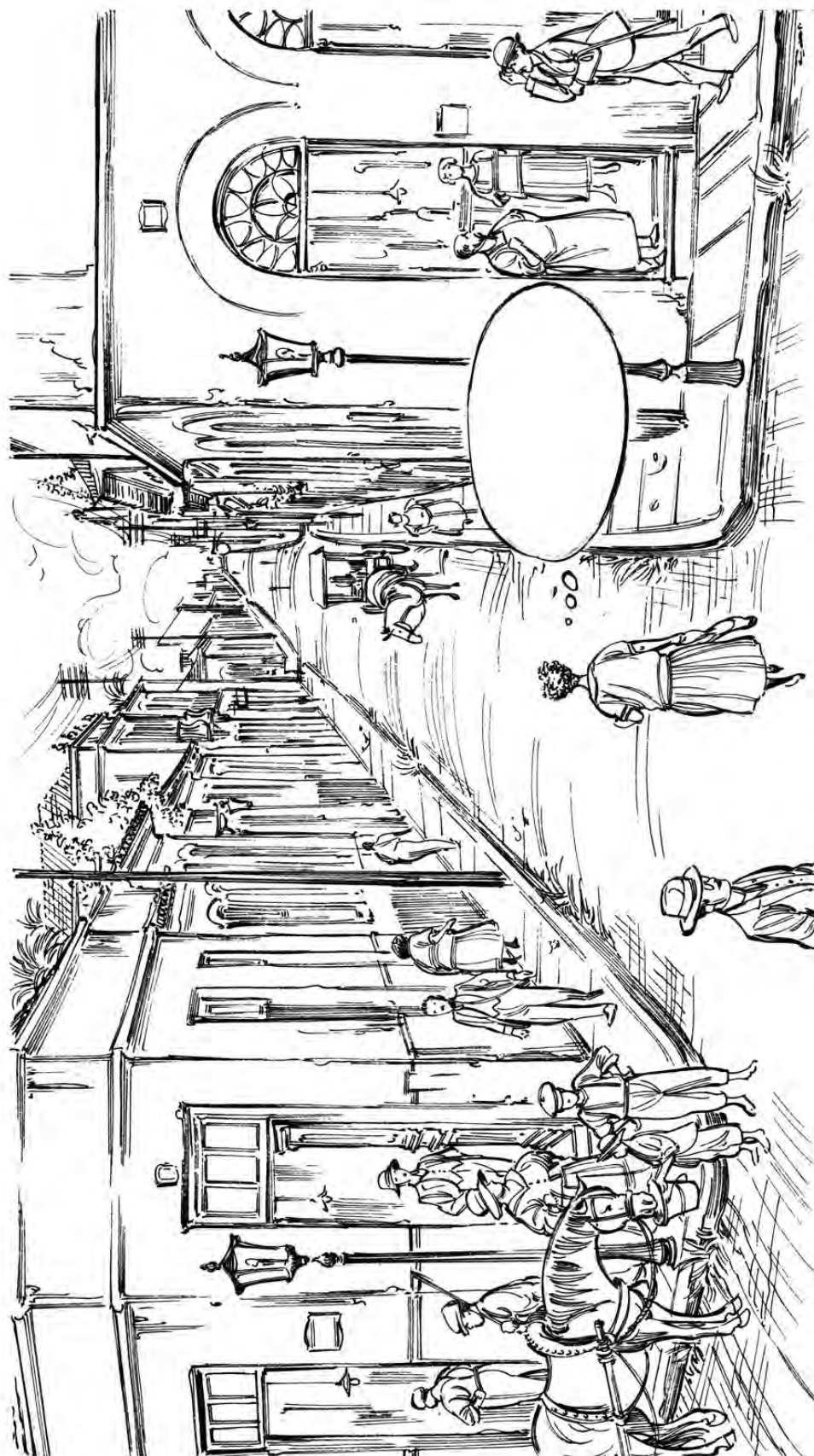


Figura 125: Vista do Beco do Poço (início da General Paranhos, atual Avenida Borges de Medeiros) a partir da esquina com a Andrade Neves. Lápis e bico de pena sobre papel, 2015.  
Fonte: Ana Luiza Koehler.

**Figura 125:**

Assim como as anteriores, representando o beco do Rosário, esta imagem traz diversas informações levantadas sobre o trecho inicial da antiga rua General Paranhos, denominado Beco do Poço e famoso pelas sociabilidades marginalizadas de que era palco. Tem-se pois uma sugestão de pavimentação da via, com os tufo de vegetação que pareciam crescer junto às sarjetas e que aparecem na aquarela de Pelichek (fig. 53) e nas fotografias obtidas da época da demolição deste beco (figs. 54 e 55). É possível especular que esse estado de abandono se deva à estigmatização deste beco, evidenciada em diversos relatos tanto do fim do século XIX quanto do início do século XX, e possivelmente o menor trânsito também, o que pode se explicar pela sua topografia íngreme. Além disso, busca-se representar aqui as sociabilidades e tipos populares que as fontes apontam como tendo frequentado majoritariamente os becos de Porto Alegre: moleques de rua, taverneiros, carroceiros, etc., aqui cercados dos sinais do início da modernidade na cidade: equipamentos como postes de iluminação placas de ruas e numeração (nas edificações em primeiro plano, na esquina com a antiga rua Nova (atual Andrade Neves), postes de eletrificação, etc. Também são marcadores desta temporalidade os figurinos dos personagens presentes. Por outro lado, vê-se ainda a persistência de características da cidade colonial: a vegetação aparecendo por sobre os muros e fachadas que constituíam o plano definidor do espaço público, a presença de casas térreas com beirais e a estreiteza da via. O balão de pensamento à direita deve-se ao fato desta imagem ser pertencente a uma das páginas do primeiro volume da história em quadrinhos “Beco do Rosário”, também de autoria da pesquisadora (ver Anexo).



Figura 126: Vista do Beco do Poço (atual Avenida Borges de Medeiros). Lápis e bico de pena sobre papel, 2015. Fonte: Ana Luiza Koehler.

**Figura 126:**

Esta imagem representa um trecho do Beco do Poço na altura do observador pedestre, detalhando mais os aspectos deste espaço na escala humana. Assim, vê-se aqui a configuração global do beco, com sua pavimentação irregular entremeada de vegetação rasteira, casario com exemplares de estilo colonial e eclético. Estes se distinguem pelos seus beirais à moda colonial, aqueles pelas suas cornijas com compoteiras, e tanto uns quanto outros foram baseados em fotografias colhidas na pesquisa e aqui apresentadas no item 4.2.12 (figs. 53, 54 e 55). Também buscou-se representar aqui tipos populares e querelas de vizinhança, como aparece ao fundo e à esquerda da imagem. Aqui também foram desenhados tufo de vegetação dos quintais internos ao quarteirão, mas que se insinuam sobre as muradas dando ao beco um aspecto menos cuidado, até ainda menos desenvolvido do que as ruas mais importantes da cidade. Como esta cena é retratada no início da década de 1920, vêem-se aqui elementos que denotam um certo avanço da modernização da infra-estrutura: os postes de energia elétrica e de iluminação (ao centro da imagem). Este desenho foi feito a partir de uma perspectiva cônica sobre a qual se projetou a largura proporcional do beco, bem como as suas inclinações enquanto percurso que subia e descia a encosta norte (neste trecho). Assim, esse movimento de subida está representado no percurso da via até o fundo da imagem, e sobre a qual se assenta o casario majoritariamente térreo ou de dois pisos. Este desenho faz parte do primeiro volume da história em quadrinhos “Beco do Rosário”, de autoria da pesquisadora (ver Anexo).



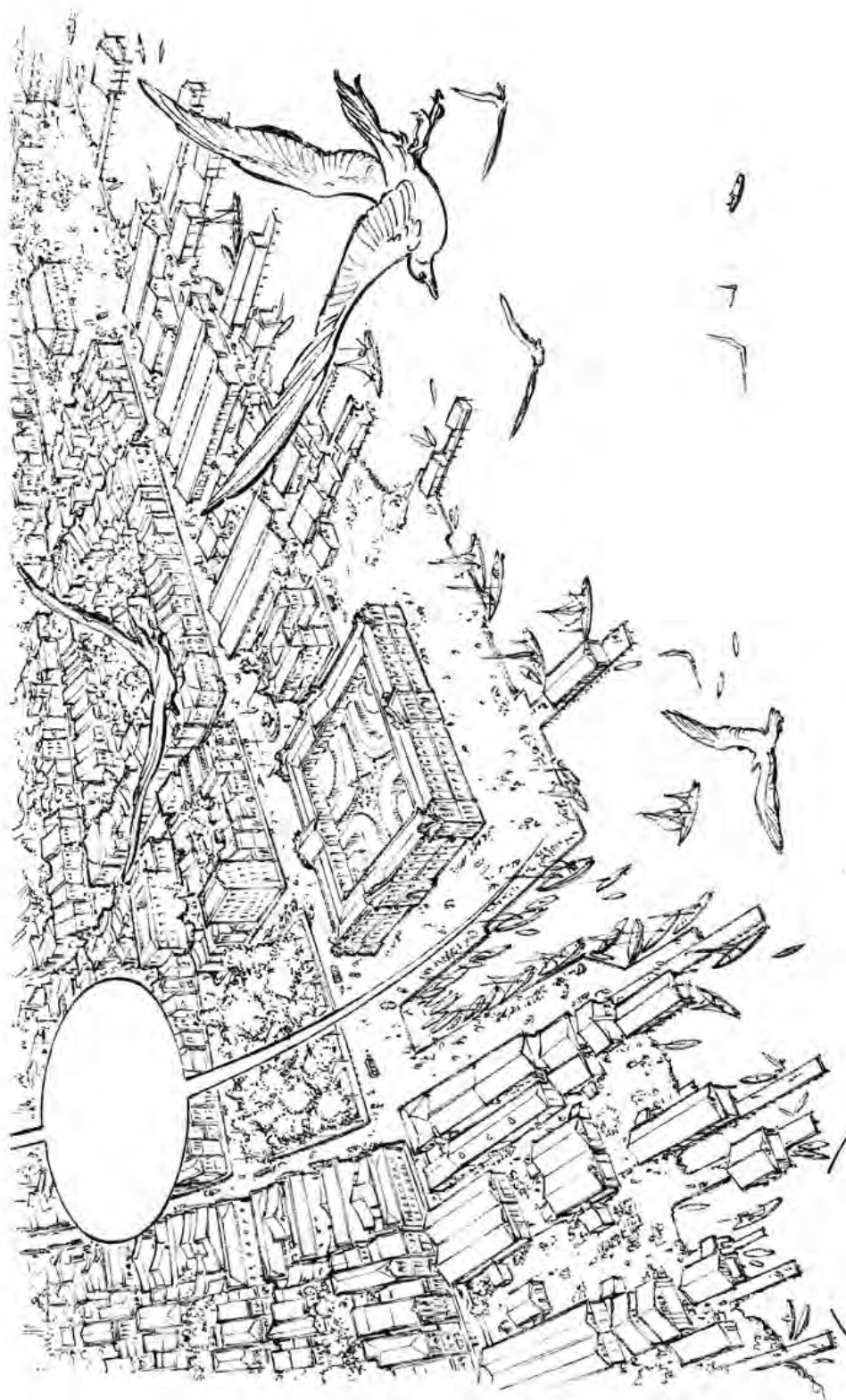


Figura 127: Vista reconstituída da encosta norte de Porto Alegre em torno de 1910, a partir do Guaíba. Lápis e caneta sobre papel, 2014. Fonte: Ana Luiza Koehler.

**Figura 127:**

Esta ampla vista aérea da encosta norte da cidade de Porto Alegre foi feita a partir de uma perspectiva cônica com linha do horizonte alta, como é característico das vistas aéreas. Nela, foram traçadas, de maneira proporcional e aproximada, as ruas desta área conforme encontradas nos mapas do século XIX (1839, 1881, etc.), buscando assim retomar os antigos traçados aplicando-os ao relevo da área central. A partir disto, e uma vez estabelecido o traçado das ruas da cidade, procedeu-se à colocação das edificações que constituíam essas ruas, examinando-se para isso fotografias de Porto Alegre na virada do século XIX para o século XX (como as figs. 15 e 16), e também do estudo das técnicas construtivas do século XIX e início do século XX. Nesta etapa, também, buscou-se elevar estas edificações sobre o traçado antigo de forma proporcional, optando por uma variação entre edificações térreas e sobrados, sendo estes mais frequentes nas ruas principais e próximas ao porto e ao Mercado Público. Assim como nos desenhos de reconstituição anteriores, foram examinadas fotografias de interior de quadra de Porto Alegre para mostrar a configuração destes espaços, em especial com a abundante vegetação. Em primeiro plano, porém, tem-se uma reconstituição da antiga zona portuária da encosta norte da cidade, mostrando os primitivos trapiches e armazéns das diversas empresas e companhias do início do século XX, bem como o Mercado Público. Este, à esquerda, aparece ladeado pela antiga doca das frutas, com seu comércio intenso de alimentos trazidos das ilhas, e à direita pela então recentemente construída Prefeitura ou Intendência Municipal. Um pouco acima e à esquerda do Mercado Público, nota-se a Praça XV com o edifício Malakoff à direita. A configuração dos trapiches foi feita de acordo com levantamentos da planta do projeto de 1899 e fotografias dos trapiches e armazéns tiradas a partir do Guaíba disponíveis no DPRC, e anteriores às obras de modernização do porto durante o governo de José Montauray de Aguiar Leitão. À esquerda e em cima nota-se um balão de fala, pois esta imagem foi feita para o volume 1 da história em quadrinhos “Beco do Rosário” (ver Anexos).

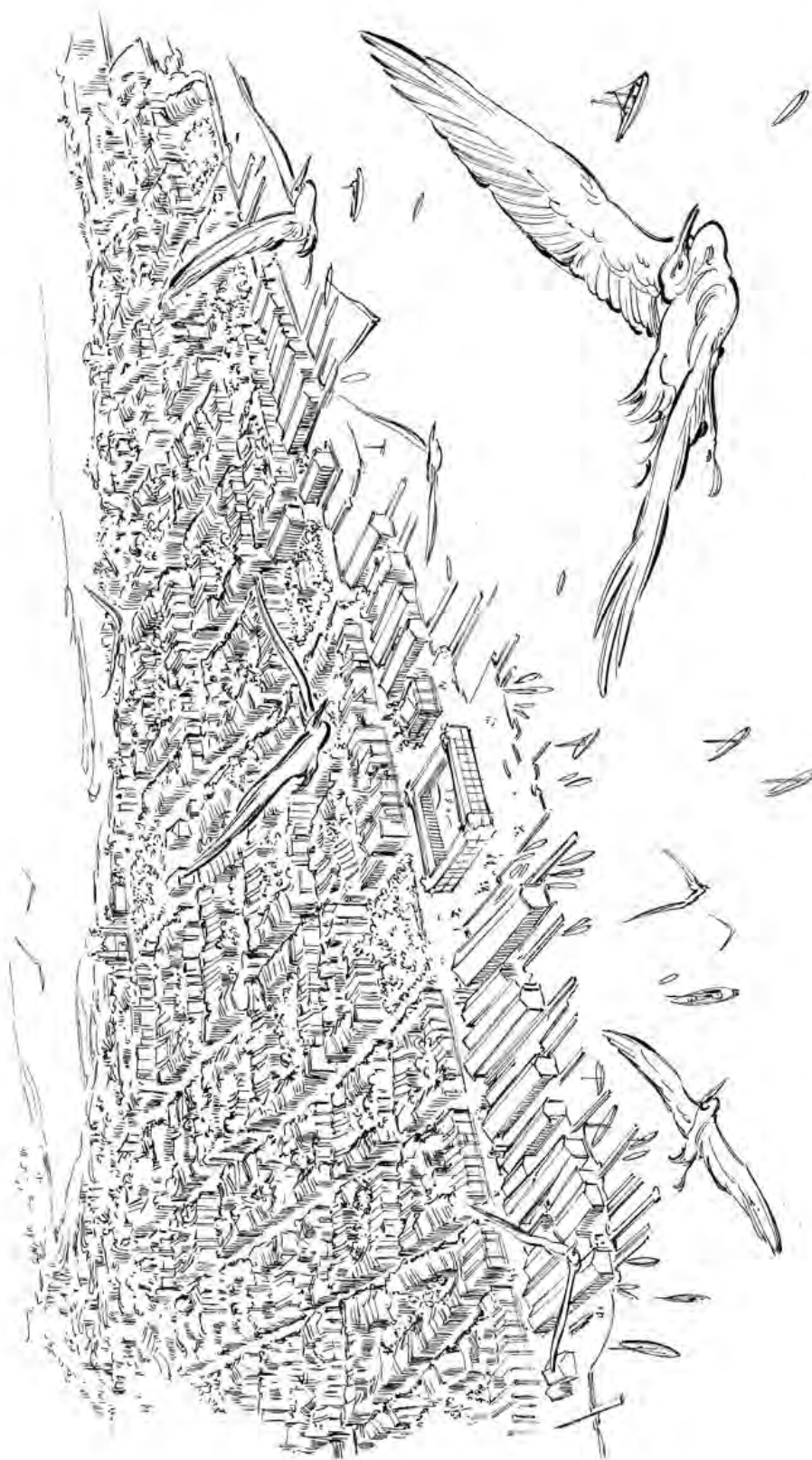


Figura 128: Vista aérea reconstituída de Porto Alegre em torno de 1910 a partir do Guaíba. Lápis e bico de pena sobre papel, 2015. Fonte: Ana Luiza Koehler.

**Figura 128:**

Esta imagem foi feita conforme a figura 127, sendo portanto idêntica em seu processo de criação e utilização de referências fotográficas, cartográficas e textuais em sua construção. Diferencia-se contudo no que tange ao ângulo de visão escolhido para fazer a vista perspectiva da encosta norte da cidade: uma vez que se toma aqui uma linha do horizonte ou altura do observador mais alta e mais afastada da ponta da península, tem-se aqui uma vista mais abrangente da mesma, podendo-se ver, no canto superior esquerdo da imagem, uma sugestão da margem sul do Guaíba e sua urbanização menos intensiva em relação à margem norte. Nesta vista, detalha-se um pouco mais o espaço do Alto da Praia, marcado pela Igreja Matriz Nossa Senhora Madre de Deus na linha divisora de águas do espigão. Também abrange-se nesta vista aérea a área da Ponta da Cadeia, mostrando, de maneira sugerida devido à escala, alguns dos becos desta área. De maneira geral, os volumes das edificações nas quadras e nos armazéns do porto estão mais sugeridos através de hachuras, dando a ver mais a relação entre o volume e a altura média das construções e a área ocupada pela cidade. Da mesma forma, também são sugeridos os interiores de quadras com sua vegetação.

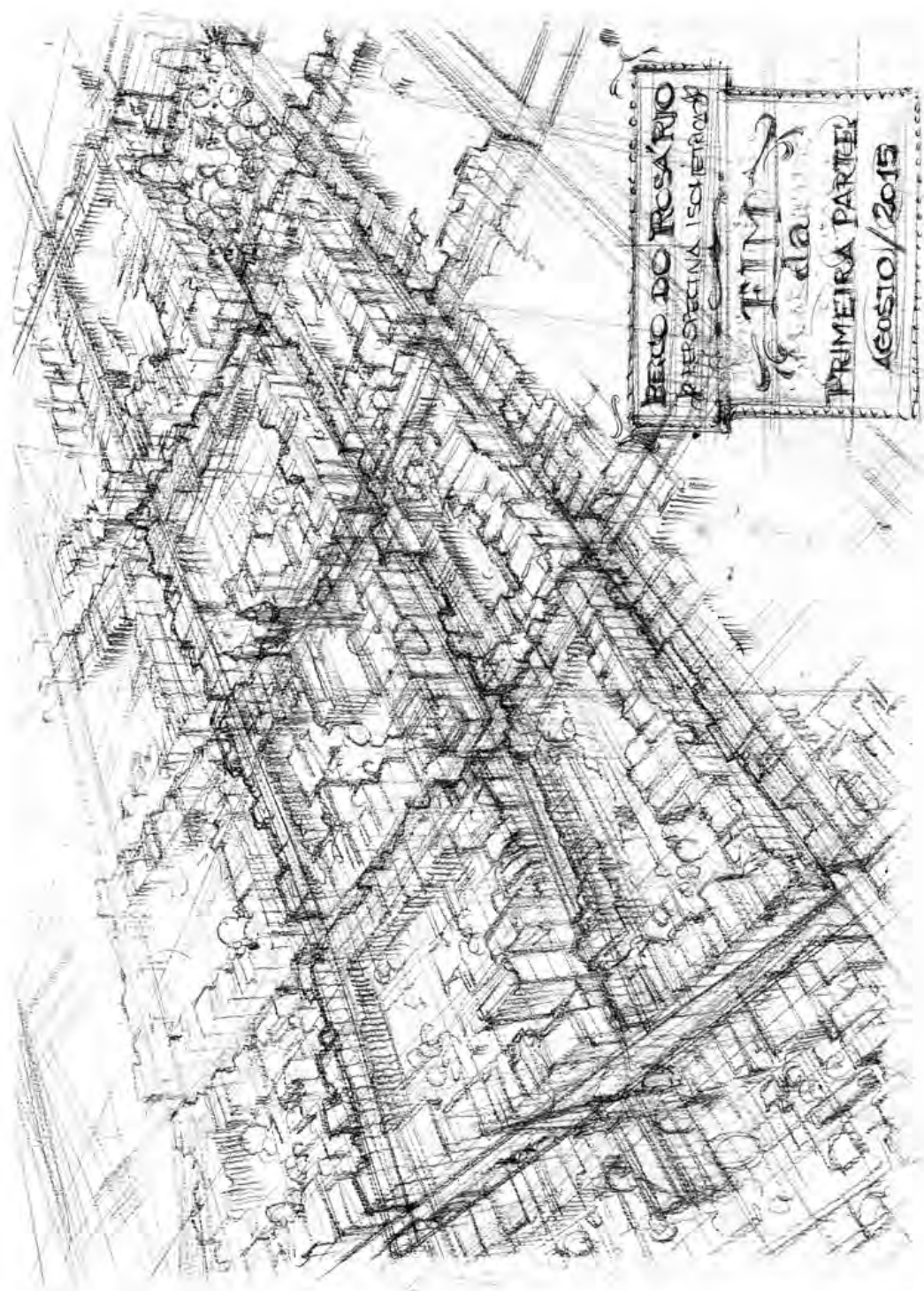


Figura 129: Esboço a lápis de reconstituição do Beco do Rosário (atual Avenida Otávio Rocha) em torno de 1920, 2015. Fonte: Ana Luiza Koehler.

**Figura 129:**

Esta imagem mostra o processo de construção da forma da cidade no plano do papel, partindo-se de uma perspectiva cônica que estrutura a disposição dos diversos elementos que constituem a forma urbana. Vê-se, desta maneira, algumas das linhas de fuga da perspectiva usadas para situar a forma das quadras e o traçado das ruas, bem como as linhas simulando o relevo da encosta norte sobre a qual está situado o Beco do Rosário. Parte-se de uma vista com altura do horizonte ou do observador bastante alta, e olhando esta região da encosta norte da cidade na direção do Leste para o Oeste. É possível identificar este pela presença do volume da Igreja Luterana, à esquerda e embaixo, marcando a sua intersecção com a Rua Senhor dos Passos. A partir daí, o Beco do Rosário desenvolve-se pela extensão de três quadras, em conformidade com a Planta Cadastral de 1893, até chegar à Praça XV, aqui esboçada o canto superior direito da imagem. Outro marco importante a ser notado é, na segunda quadra do Beco do Rosário que aparece na porção superior da imagem, a volumetria da antiga Igreja do Rosário. É possível notar a reconstituição da quadra do lado norte do Beco do Rosário junto à Rua Senhor dos Passos, num esforço de retomar a sua forma anterior à sua demolição parcial para a construção da Praça Otávio Rocha e a ligação da antiga Rua São Raphael (atual Avenida Alberto Bins) com a avenida Otávio Rocha após a abertura do Beco. Mais uma vez, assim como nas imagens anteriores, tem-se a forma das quadras e os seus interiores sugeridos através de hachuras dos contornos das edificações. Por sua vez, buscou-se, nesta imagem, utilizar referências de fotografias e descrições imediatamente anteriores à demolição do lado norte do Beco, afim de recriar uma imagem mais aproximada de sua forma original na década de 1920.



Figura 130: Vista aérea reconstituída do Beco do Rosário (atual Avenida Otávio Rocha) em torno de 1920. Lápis e bico de pena sobre papel, 2015. Fonte: Ana Luiza Koehler.

**Figura 130:**

Esta imagem é a versão finalizada da figura 129, agora tendo os volumes das edificações e marcos da paisagem definidos através da linha do bico de pena. Como aspectos adicionais, é possível ver algum detalhamento de interiores de quadras com suas vegetações e arborização, nem como divisões dos lotes, denotando a sua proporção característica já referida no capítulo 2 (testadas estreitas e grande profundidade). Também vê-se de forma mais definida os objetos singulares da estrutura urbana que estavam diretamente relacionados ao Beco do Rosário: a Igreja Luterana (à esquerda), Igreja do Rosário (ao centro), e a Praça XV (à direita). As demais vias e estruturas urbanas adjacentes são apenas sugeridas, concentrando a composição global da imagem e o centro de interesse no percurso do Beco do Rosário. O selo presente no canto inferior direito é inspirado no selo da Planta de Porto Alegre do Plano de Melhoramentos e Embelezamentos de João Moreira Maciel, de 1914, em referência direta à estética da época, e serve aqui como fechamento do primeiro volume da história em quadrinhos “Beco do Rosário”.



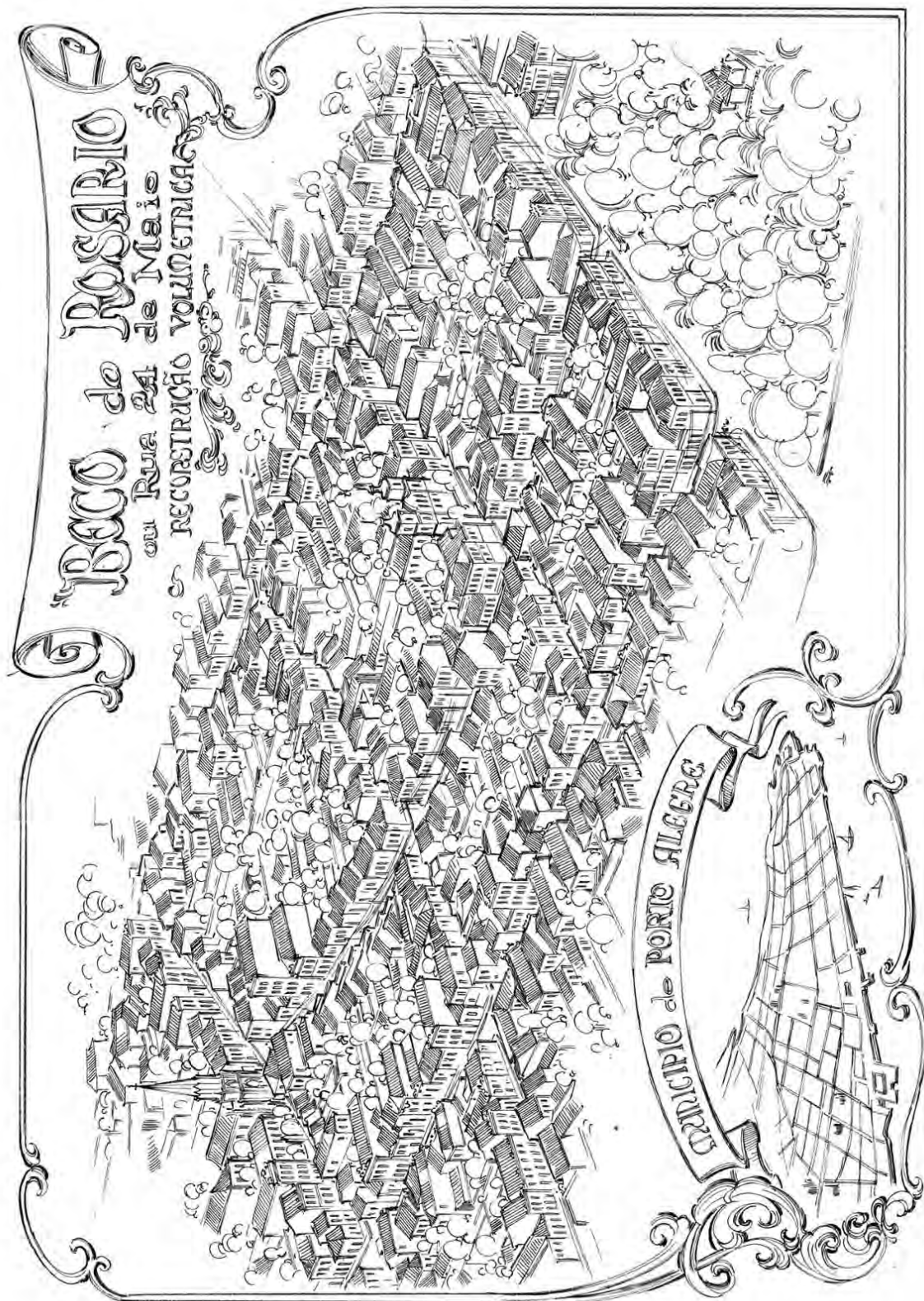


Figura 131: Vista aérea reconstituída do Beco do Rosário (atual Avenida Otávio Rocha) em torno de 1920. Lápis e bico de pena sobre papel, 2015. Fonte: Ana Luiza Koehler.

**Figura 131:**

Esta imagem, decorada com margens e arabescos inspirados na estética da Planta de Porto Alegre de 1906 (de A.A. Trebbi) mostra uma perspectiva cônica feita a partir de uma altura do observador e linha do horizonte altas, e sobre a qual construiu-se uma vista do Beco do Rosário a partir do Oeste. Vê-se portanto o trecho da encosta norte do centro histórico de Porto Alegre, tendo ao centro da composição o percurso do Beco do Rosário. Nota-se aqui também as referências de estruturas primárias do tecido urbano que eram vizinhas e formadoras deste espaço: a Igreja Luterana (no canto superior esquerdo), a Igreja do Rosário (ao centro, ligeiramente à direita), e a Praça XV (no canto inferior esquerdo da imagem). Assim como suas precedentes, esta vista foi construída sobre a perspectiva cônica, traçando-se as ruas e quadras a partir da Planta Cadastral de 1893, e adaptando esse traçado à sugestão do declive característico da área. A partir desta estruturação, desenhou-se os conjuntos de casas térreas e sobrados que definiam o espaço do Beco do Rosário e das vias circundantes, tomando-se por base as características construtivas da arquitetura brasileira dos séculos XIX e início do XX vistas no capítulo 2 desta dissertação. Novamente, os interiores de quadras são mostrados com sua vegetação característica, e os telhados das construções são marcados por hachuras que denotam a direção do caimento das águas. Em muitos, colocou-se a direção característica das duas águas da arquitetura colonial portuguesa no Brasil, com a presença de beirais para o deságue das águas pluviais diretamente na rua. Em outros, colocou-se a variante posterior de 4 águas, uma vez que ambas eram possíveis de serem deduzidas através das fotografias das edificações do Beco utilizadas como referência. Na inserção do canto inferior esquerdo da imagem, um desenho volumétrico do espigão onde se formou o centro histórico de Porto Alegre serve para situar a imagem maior do Beco do Rosário na área da cidade como um todo, mostrando-o sobre a encosta norte e próximo à região do Mercado Público.

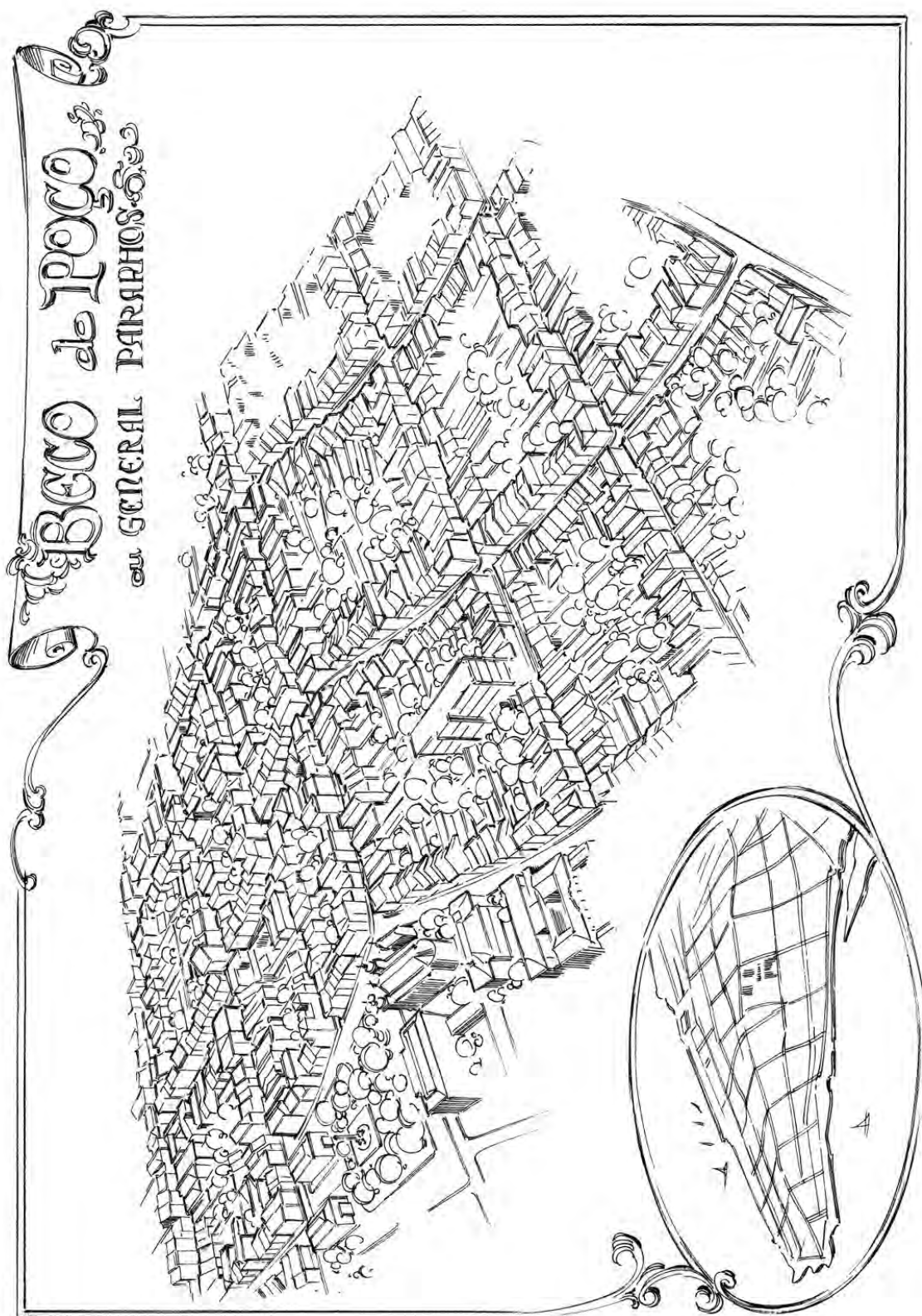


Figura 132: Vista aérea reconstituída da Rua General Paranhos (atual Avenida Borges de Medeiros) em torno de 1920.  
Lápis e bico de pena sobre papel, 2015. Fonte: Ana Luiza Koehler.

**Figura 132:**

Tem-se aqui uma tentativa de reconstituição de uma área bem mais abrangente da Porto Alegre do início do século XX, compreendendo o longo percurso da Rua General Paranhos, indo de parte da encosta norte do centro histórico até quase a margem sul do Guaíba. Afim de contextualizar a situação desta antiga rua, que compreendia em seus trechos três becos (Beco do Poço, Beco do Freitas, Beco do Meireles), desenhou-se uma inserção no canto inferior esquerdo da imagem, na qual uma volumetria da ponta da península de Porto Alegre é mostrada afim de situar a Rua General Paranhos em relação às outras vias e estruturas primárias da cidade. Assim, tem-se visível na perspectiva maior marcos como a Praça da Matriz (atual Praça Marechal Deodoro) e o conjunto do Palácio do Governo e Igreja Matriz Nossa Senhora Madre de Deus (na porção esquerda do desenho), e que configuravam por sua vez o Beco do Império ou do Cemitério, paralelo à Rua General Paranhos. Esta última aparece reconstituída em seu traçado e edificações no centro da composição, que por sua vez foi feita a partir de uma perspectiva cônica com o observador e a linha do horizonte posicionados a grande altura. A vista é tomada, portanto, da margem sul da península, olhando para a cidade na direção nordeste. Conforme as linhas de fuga esboçadas, fez-se o traçado original das ruas circundantes e da Rua General Paranhos, estabelecendo em seguida uma declividade similar à do terreno. O traçado foi baseado no estudo de vários mapas, sobretudo a Planta Cadastral de 1893 e alguns mais antigos da cidade (1839, 1881, 1916), e as edificações configuradoras do espaço da Rua General Paranhos foram baseadas nas encontradas nas fotografias de alguns de seus trechos já à época de sua demolição. Da mesma forma, foram desenhadas sobre as suas posições aproximadas nos lotes, os quais são vistos nos interiores de quadras com suas muradas e vegetações, estas baseadas em algumas fotografias desta parte da cidade tiradas no final do século XIX e início do XX. Deste modo, desenhou-se uma forma possível daquela original da Rua General Paranhos antes da abertura da Avenida Borges de Medeiros, em toda sua extensão partindo da Rua Nova (atual Rua Andrade Neves) até o seu fim no cruzamento oblíquo com a Rua da Figueira (atual Coronel Genuíno).

O título da imagem traz, erroneamente, a identificação da Rua General Paranhos com o Beco do Poço. Como visto anteriormente, o Beco do Poço correspondia apenas ao primeiro trecho da Rua General Paranhos, conforme visto no item 4.2.12.

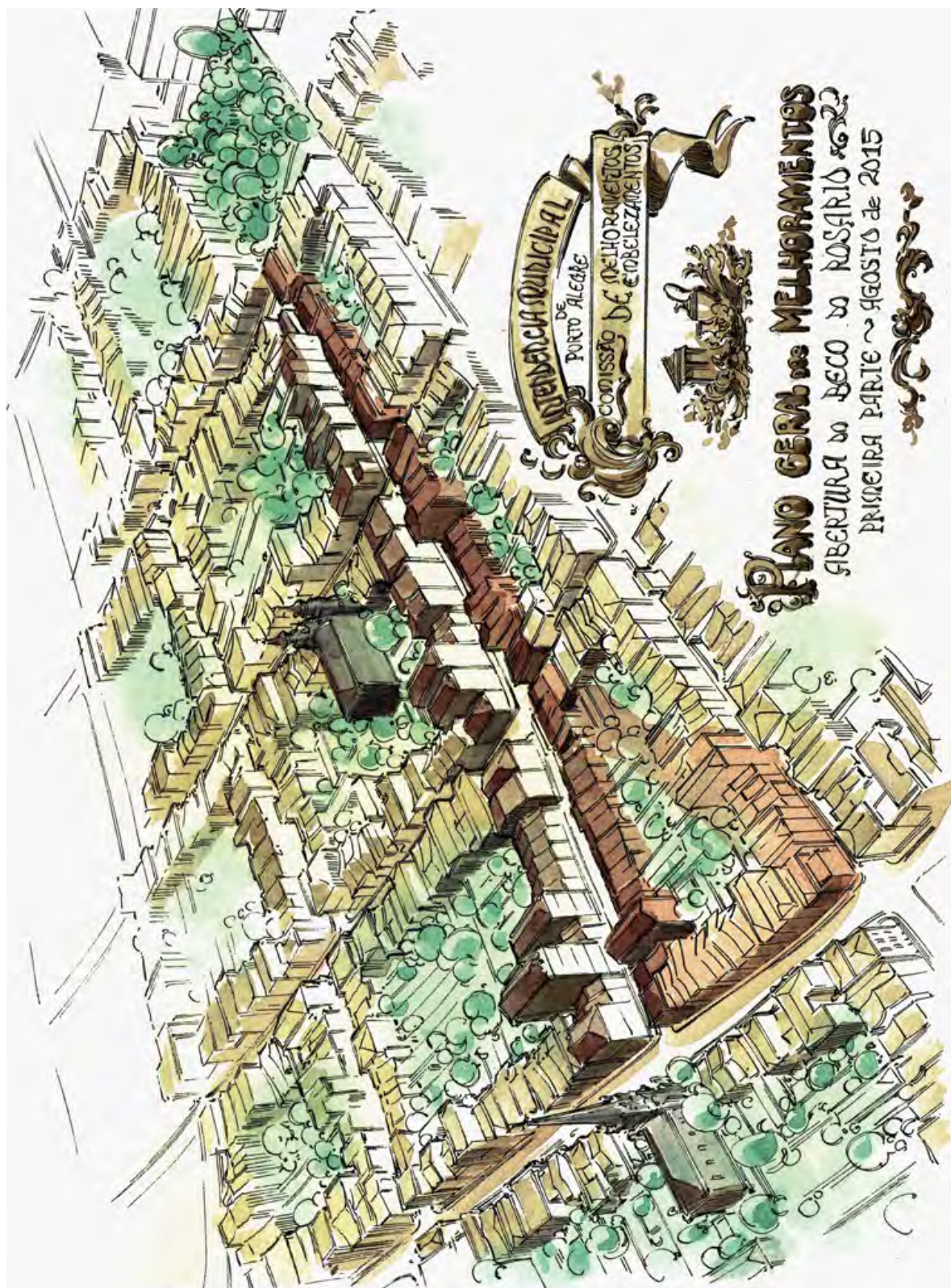


Figura 133: Vista aérea colorizada do Beco do Rosário (atual Avenida Otávio Rocha) em torno de 1920. Lápis, bico de pena e aquarela sobre papel, 2015. Fonte: Ana Luiza Koehler.

**Figura 133:**

Esta imagem corresponde à figura 131 com adição de cores para destaque das edificações e percurso do Beco do Rosário. Nela, foram marcados em verde as áreas ocupadas por vegetação na Praça XV e nos interiores dos quarteirões. As ruas e edificações circundantes ao Beco do Rosário foram pintados em tons mais claros tanto em suas fachadas e coberturas, enquanto que as edificações configuradoras do Beco foram pintadas com tons mais fortes afim de marcar com clareza o seu percurso no contexto da área. A quadra formada pela Rua Senhor dos Passos e pelo Beco do Rosário no seu lado norte, e cuja metade demolida deu lugar à atual Praça Otávio Rocha, está também marcada por cores mais escuras afim de mostrar a recriação da forma original através do desenho. Também vê-se aqui, acentuadas por tons de cinza escuro, os marcos do Beco do Rosário: a Igreja Luterana (à esquerda) e a Igreja do Rosário (ao centro, na porção superior da imagem).

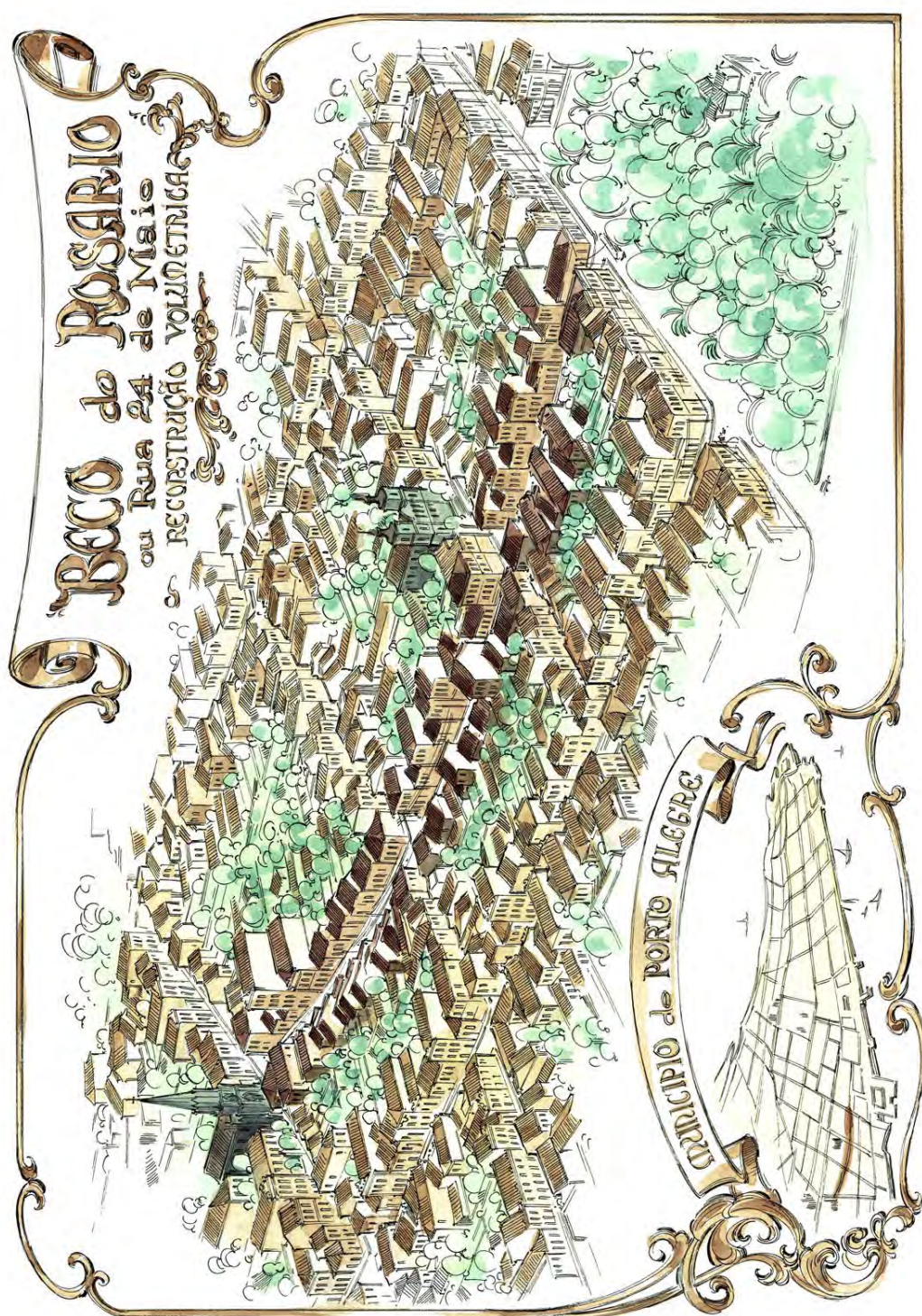


Figura 134: Vista aérea colorizada do Beco do Rosário (atual Avenida Otávio Rocha) a partir da Praça XV, em torno de 1920. Lápis, bico de pena e aquarela sobre papel, 2015. Fonte: Ana Luiza Koehler.

**Figura 134:**

Esta imagem é a versão colorizada da figura 131, na qual aplica-se a cor afim de ressaltar o percurso do Beco na sua situação junto às ruas e marcos adjacentes da cidade. Da mesma forma como na imagem 133, usa-se aqui tons mais claros para sugerir a volumetria e a queda das coberturas dos quarteirões adjacentes, bem como tons de verde para indicar a significativa extensão de vegetação e arborização nos seus interiores. O mesmo é feito para a vegetação da Praça XV, que aparece no canto inferior direito da imagem. As edificações que configuram o Beco do Rosário em sua extensão tem suas coberturas pintadas em tons mais escuros, criando um contraste com as suas circundantes. Da mesma maneira, os marcos de referência do Beco do Rosário são pintados em tons de cinza mais escuro: a Igreja Luterana (no canto superior esquerdo) e a Igreja do Rosário (ao centro, ligeiramente à direita). A volumetria do centro histórico de Porto Alegre que se encontra na inserção à esquerda e embaixo tem o percurso do Beco do Rosário destacado com a cor vermelha.



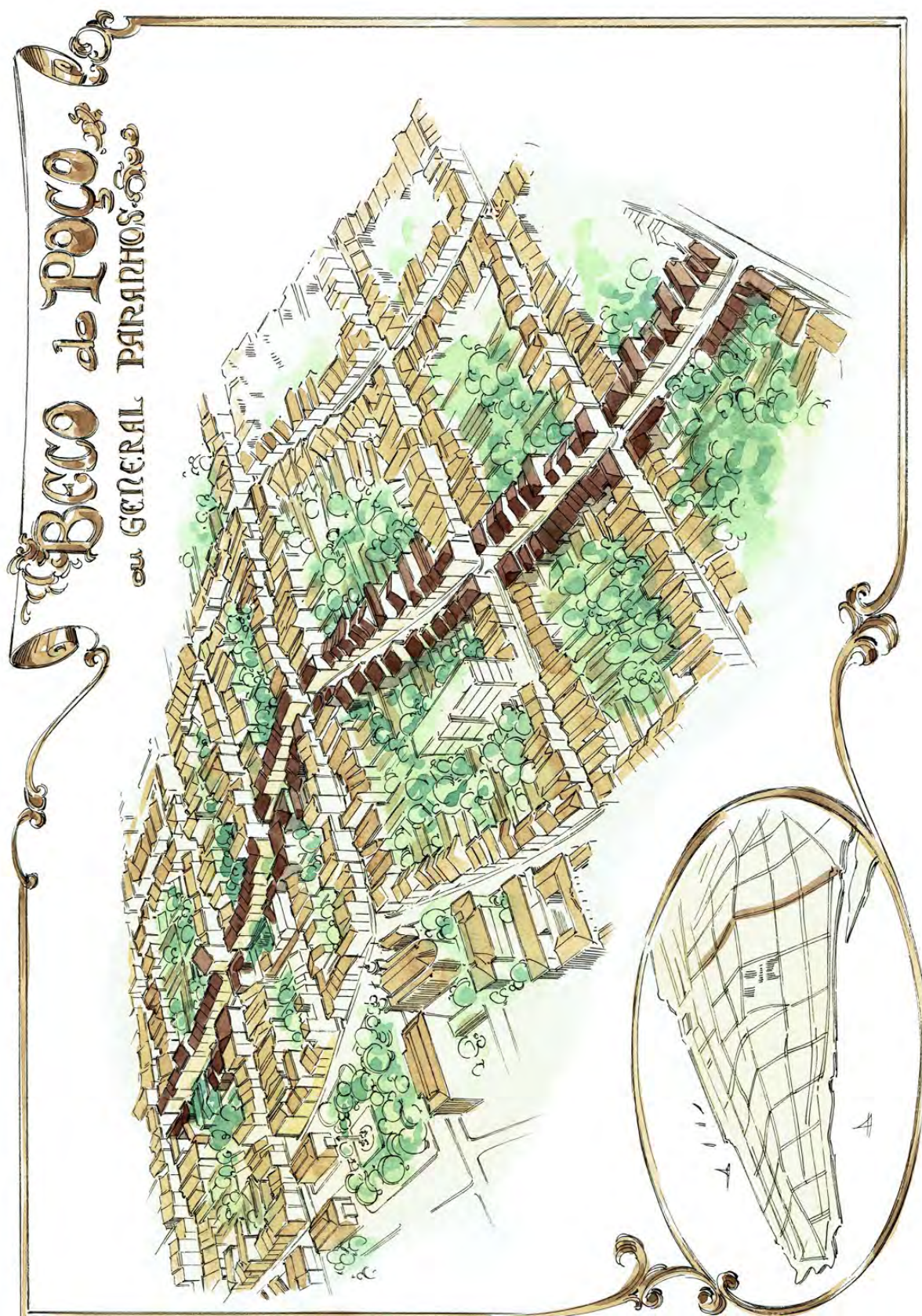


Figura 135: Vista aérea colorizada da Rua General Paranhos (atual Avenida Borges de Medeiros) em torno de 1920. Lápis, bico de pena e aquarela sobre papel, 2015. Fonte: Ana Luiza Koehler.

**Figura 135:**

Tem-se aqui a versão colorizada da figura 132, e na qual são usados as mesmas cores das imagens precedentes do Beco do Rosário para destacar a forma da Rua General Paranhos: nota-se a grande ocupação dos interiores de quarteirões por vegetação, como muitos cronistas indicavam em relação à ocupação menos densa da encosta sul; as demais edificações configuradoras das vias circundantes pintadas em tons claros de laranja, e as coberturas das edificações configuradoras da Rua General Paranhos pintadas em tons escuros de vermelho. Fica clara aqui a extensão considerável desta rua, o que explica, possivelmente, os diferentes nomes de becos em seus vários trechos. Como na figura 126, aqui também o mapa de Porto Alegre desenhado sobre o relevo da península que aparece na inserção no canto inferior esquerdo apresenta, marcada em vermelho claro, a extensão da Rua General Paranhos no contexto da área do centro histórico da cidade.

## CAPÍTULO 6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises dos principais becos do antigo centro de Porto Alegre feitas neste estudo, pode-se depreender uma série de características comuns que, embora não se mostrem presentes em todos os casos, podem ser reconhecidas na maioria destes espaços. Aspectos como seu traçado e hierarquia viária da cidade, sua relação com os espaços principais e ruas mais importantes, os tipos arquitetônicos que configuravam o seu espaço, bem como as sociabilidades que neles se davam e o imaginário urbano associados a eles foram examinados no âmbito de cada beco, buscando encontrar um padrão que explicasse sua designação como “becos” e, conseqüentemente, como espaços marginalizados da cidade.

Do ponto de vista morfológico, percebe-se uma forte consistência com os padrões de traçado da prática urbanística portuguesa colonial descrita por vários autores. No caso de Porto Alegre, a formação dos espaços que vieram a ser caracterizados como becos no imaginário urbano do final do século XIX e início do XX segue o tipo de implantação em percursos de declividade acentuada e hierarquia viária descritos na literatura, e tradicionalmente tidos como espaços subalternos da cidade.

Embora nem sempre denotado nas plantas da cidade, seu traçado, aferido por outras fontes como relatórios, registros e fotografias, também segue esse padrão tradicional da cidade colonial portuguesa no Brasil. Sua posição na hierarquia viária é depreendida pela sua largura, informação que aparece em algumas delas, como a de 1868 e a “Planta Topographica Antiga de Porto Alegre”<sup>1</sup>, por exemplo. Contudo, os cronistas da cidade fazem referência à estreiteza e parca insolação e ventilação das habitações nos becos.

Entretanto, a partir da análise das fotografias, os relatos – especialmente os de imprensa – parecem exagerados em desqualificar esses espaços. Nas imagens, não é possível perceber mais dejetos ou calhas de águas paradas do que em outras vias públicas do centro de Porto Alegre, que, por sua vez, sofriam dos mesmos problemas decorrentes do caráter primitivo da arquitetura colonial. Assim, é possível cogitar que as campanhas de opinião pública perpetradas pelos jornais da época carregassem nas tintas com que pintavam os becos, servindo o intuito de justificar sua destruição ou, ao menos, a expulsão de sua população para a periferia da cidade.

Nesse sentido, há indícios de que a proximidade com espaços importantes teria facilitado e acelerado a transformação de alguns dos becos do centro de Porto Alegre. A característica comum dos

---

1 Mapoteca do Arquivo Histórico Municipal Moysés Vellinho.

primeiros becos a sofrerem significativos melhoramentos foi justamente essa situação junto a espaços de prestígio e poder econômico, como o porto e a Praça da Alfândega. O Beco do Fanha, o Beco da Garapa, o Beco dos Marinheiros e o do porto dos Ferreiros, também conhecido como o da Ópera, foram os primeiros a serem embelezados já no tempo em que Achylles Porto Alegre escreve sua “História Popular de Porto Alegre”, nos anos 1920. Tem-se, portanto, que essa inserção especial na malha urbana tenha colaborado para fazer a edilidade investir e modernizar espaços de origem colonial aos quais não havia prestígio associado.

Inversamente, outros tantos pareceram degradar-se ainda nas primeiras décadas do século XX, fazendo surpreender a tradicional associação a personagens importantes da sociedade porto-alegrense do século anterior. Desde os tempos mais primitivos de ocupação da ponta da península, os becos desenvolveram-se imbricados com as ruas comerciais mais prestigiosas e os espaços mais ricos do núcleo urbano, ligando a cidade baixa à cidade alta, o que permite inscrever Porto Alegre na tradição urbanística colonial portuguesa. Tal proximidade às instituições e espaços de prestígio da cidade alta e a abundância de mão de obra escrava para o transporte levavam, naqueles tempos, à sua ocupação por moradores importantes. É possível que nesse momento, quando a ocupação ainda era muito escassa e a degradação e estigmatização ainda não fizesse parte do imaginário dos becos, estes espaços tenham sido lugares habituais de instalação de casarões de pessoas importantes, em especial nas esquinas com as ruas principais. Posteriormente, com a ocupação mais intensiva do núcleo urbano trazida pela industrialização e adensamento, a proximidade do centro da cidade e das fábricas tornaram-nas pontos de maior procura para as camadas mais pobres da população, que buscava moradias a baixo custo no espaço intra-muros. Assim, permaneceu a referência a antigos moradores de prestígio em seus nomes, ainda que isso contrastasse com o tipo de ocupação que neles ia se dando e conseqüentemente, com as sociabilidades marginalizadas e estigmatizadas de que se tornava palco.

A julgar pelos registros iconográficos, as tipologias arquitetônicas encontradas são predominantemente de origem colonial e imperial com ocupação humilde, encontrando-se também exemplares cujo exterior foi provavelmente adaptado ao estilo neoclássico. Por sua vez, edificações de estilo eclético parecem encontrar-se apenas nas esquinas com as ruas principais ou suas proximidades, refletindo o poder aquisitivo das camadas da população que ocupavam esses trechos mais valorizados do logradouro.

Essa mescla de diferentes camadas da população no espaço urbano intra-muros se dava, é possível dizer, grande parte graças aos becos e travessas. Não é à toa que se fez campanhas de estigmatização e controle social tão ferrenhas quanto as que se encontram nos jornais da época,

deplorando a presença dessas pessoas no centro da cidade. A atração da mão-de-obra pela industrialização trazia legiões de pobres para os centros urbanos à procura de trabalho e, pois que não se contava ainda com transporte público plenamente funcional, também moradia de baixo custo. A transformação dos becos em grandes avenidas, a renovação de seus exemplares arquitetônicos e a mudança demográfica de sua ocupação foram medidas para romper com esse convívio difícil porém necessário entre a burguesia e os trabalhadores urbanos. Conforme Marx (1999),

O desaparecimento da razão de ser da travessa, deste atalho que não encurtava apenas o caminho entre duas ruas, porém entre dois arruamentos de gente reunida por suas capacitações semelhantes e separada de outras gentes pelo mesmo motivo, ilustra a mudança ocorrida de fato na realidade. O atalho social que representava para essa gente e esses negócios diferentes não têm mais motivo de existir. Tudo como quadro físico se uniformiza, em princípio, para a fruição das barreiras derrubadas para a circulação das gentes e das mercadorias [capitalismo, liberação da circulação de riquezas], para o *laissez-passer*.<sup>2</sup>

Ou seja, a destruição ou transformação dos becos é um sinal da inserção da cidade colonial e periférica brasileira no sistema capitalista internacional, e que começa a marcar a sujeição do espaço urbano ao imperativo do livre trânsito de bens e serviços. Goulart Reis (2000), no entanto, já afirma que, para a empresa colonial portuguesa no Brasil, a rua tenha pouco mais do que um valor de representação, como no trecho seguinte:

No Brasil, pelo contrário, o português que chega é sempre um proprietário, um senhor, um homem de comércio, um empresário. Suas ambições são ao mesmo tempo senhoriais e burguesas, mercantis e principescas. A rua não é jamais a sua casa, mas o local de cerimônia, perante o qual se realiza como branco e senhor. Despreza-a nos centros menores, teme-a nos maiores, quando o comércio assume o domínio. Nunca porém sobre ela se derrama.<sup>3</sup>

Com a modernização das primeiras décadas do século XX, porém, isso se torna ainda mais acentuado. Prima-se pelo aspecto viário da rua, facilitando o trânsito de bens e serviços, mas também reduzindo-a a sua função de ligar diferentes pontos da cidade. Conforme Marx (1999),

À medida em que o mercado conquista o tecido urbano como um todo e, com isso, impõe a quebra de antigas ou anteriores hierarquias [especialmente falando, pode-se considerar a hierarquia de ruas principais e travessas ou becos, que também é quebrada em pontos estratégicos da cidade], a desaparecida travessa como que se vinga da rua em nossos dias. Pois, se tudo é rua, poder-se ia dizer, de muito pouco

---

2 MARX, Murillo. *Cidade no Brasil em que termos?* São Paulo: Studio Nobel, 1999. pp. 113-114.

3 REIS, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500/1750)*. 2ª edição revisada e ampliada. São Paulo: Pini, 2000. p. 151.

tempo para cá, que tudo é travessa, elemento de ligação entre outros mais importantes. Se igualam as antigas travessa e rua na função a que ficaram restritas, de ligar centros disso e daquilo, centros de compra e empresariais, de cultura e educacionais, distritos industriais e de lazer, de ligar vias expressas, auto-estradas, trens suburbanos ou metropolitanos, subterrâneos, de superfície ou aéreos.<sup>4</sup>

Diante da resistência de diversos espaços comparáveis aos becos de outrora, como a Rua Luís Guaranha, ou a Travessa Venezianos, ambas na Cidade Baixa, cabe questionar as motivações que transformam o espaço público, originalmente destinado ao encontro e exercício da cidadania, em um serviço a ser consumido ou um ambiente descaracterizado por uma neutralização de suas características tradicionais e históricas. Como diria o antropólogo Marc Augé, um “não-lugar” que, ao mesmo tempo que serve a todos, não pertence a ninguém:

[...] por 'não-lugar' designamos duas realidades complementares, porém, distintas: espaços constituídos em relação a certos fins (transporte, trânsito, comércio, lazer) e a relação que os indivíduos mantêm com esses espaços. [...] assim como os lugares antropológicos criam um social orgânico, os não-lugares criam tensão solitária.<sup>5</sup>

Em movimento contrário a essa tendência de descaracterização e esquecimento apontada pelo autor, buscou-se aqui, com base nas informações colhidas e analisadas neste estudo, criar um repertório de imagens e uma compreensão global de como teriam sido estes espaços subalternos da cidade em suas particularidades ínfimas, em suas especificidades geográficas, sociais e históricas. Este conhecimento é precioso não só para o surgimento de um sentimento de pertencimento mas também para uma compreensão da forma como a cidade e o território mudam ao longo do tempo. Segundo Teixeira (2012),

A relação com o território, o urbanismo e a arquitetura são componentes fundamentais da cultura de uma sociedade. A compreensão dos processos que deram origem a essas formas de organização espacial e o conhecimento de suas características morfológicas e das práticas sociais e culturais que lhes estão associadas são essenciais para a permanência da memória dessas comunidades.<sup>6</sup>

Foi possível avançar um pouco no sentido de resistir ao apagamento dessa memória, retraçando estes espaços visualmente, construindo representações gráficas aproximadas destes que um dia fizeram parte de uma cidade que ficou no passado. Os resultados desta abordagem aproximativa mostram-se nos desenhos aqui apresentados, cuja trajetória de investigação e execução podem ser

---

4 MARX, Murillo. *Cidade no Brasil em que termos?* São Paulo: Studio Nobel, 1999. p. 114.

5 AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas – São Paulo: Papirus, 1994. p. 87.

6 TEIXEIRA, Manuel C. *A forma da cidade de origem portuguesa*. São Paulo: Editora Unesp: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2012. p. 9.

descritas por aquilo que Freyre (2006 [1936]) chamou de “roman vrai”:

O mesmo se poderá dizer do estudo não somente histórico, mas históricossociológico ou psicossociológico, [...] como combinação da 'enumeração e mensuração dos fatos' com o 'conhecimento íntimo' – e, por conseguinte, psicológico e até intuitivo ou *poético* [grifo da pesquisadora] – das 'experiências e situações pessoais': 'ce roman vrai'. 'Romance', sim, mas 'romance verdadeiro'. 'Romance' descoberto pelo observador, ao mesmo tempo intérprete e participante da história ou da atualidade estudada; e não inventado por ele. 'Romance' que, afinal, é menos romance que extensão, ampliação ou alongamento, por processo vicário e empático, de autobiografia; extensão ou ampliação da memória ou da experiência individual na memória ou na experiência de uma família, de um grupo, de uma sociedade de que participante se tornou também observador e, por fim, intérprete. Num trabalho de tal natureza, observador, participante e intérprete da realidade selecionada para estudo ou revelação se completam e um tende a corrigir os excessos dos outros: o método científico objetivo seguido pelo observador serve de constante testing às aventuras de indução e intuição, de revelação e de interpretação, do participante ou do intérprete.<sup>7</sup>

Trata-se portanto não de uma recriação mecânica, simples transposição matemática de dados levantados sobre a cidade e seus becos de forma a gerar elevações e volumetrias precisas; antes, buscou-se uma compreensão mais sensível e profunda, reconhecendo a interferência inevitável do gesto da pesquisadora como parte integrante da construção da imagem e da nova narrativa que se cria a partir dela sobre a história da cidade. Faz-se portanto no presente uma leitura do passado a partir dos seus vestígios, no senso Benjaminiano, reconhecendo que só é possível acessar o passado através deles, e na dependência dos que chegam até o presente.

Mais especificamente, este trabalho inscreve-se num esforço que não é novo na história da cidade. Nas palavras de Krawczyk (2010), faz-se aqui uma “anamnese do espaço urbano”, que outros artistas também já haviam feito em tempos de transformações, buscando recuperar a memória de espaços da cidade que se perderam, ou estavam em vias de se perder:

A despeito do silêncio sobre 'questões sociais no espaço urbano versus ações do poder público em relação a elas', sobressai a memória. Não a memória vinculada à herança da escravidão, às guerras fratricidas, aos embates políticos ou aos conflitos sociais. É a *anamnese do espaço urbano* [grifo da pesquisadora], o espaço físico propriamente dito. A partir dos anos 20, o Centro de Porto Alegre e adjacências sofreram uma mudança drástica no seu traçado com a abertura de novas vias, a demolição de casarios do século XIX e o progressivo aterro das margens do Guaíba.

---

7 FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: a decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano*. São Paulo: Global, 2006. p. 51.

Frente à modernização do espaço urbano, diversos artistas plásticos respondem, também, silenciosamente [...] produzindo imagens da cidade que não mais existiam.<sup>8</sup>

O que se oferece ao olhar do leitor é, portanto, um esforço no sentido de dar a ver no presente aquilo que deve ter sido o espaço urbano do passado, de modo que se possa visualizá-lo em seus primórdios, provocando a tomada de consciência de que a cidade é algo em permanente transformação. É possível que as imagens aqui criadas venham a recriar no imaginário do público o que Teixeira (2012) chamou de “preexistências mentais”: “A reconstrução de Lisboa, embora levada a cabo em grande parte sobre um território de que se fez tábua rasa, lidava com *preexistências mentais* [grifo da pesquisadora], ou as memórias da cidade pré-terremoto, que se mantinham como referências do plano.”<sup>9</sup> No caso de Porto Alegre, é através destas imagens recriadas a partir dos vestígios do passado que se pretende despertar a capacidade de interpretar os espaços urbanos no presente, vendo-os não só como se apresentam hoje mas também aquilo que porventura esteve em seu lugar no passado. Da mesma forma, busca-se despertar a percepção para as transformações por que passaram, rompendo com a noção de que o espaço e o patrimônio público são dados, e não produto de ações humanas deliberadas. Conforme Meneses (1985),

A cidade é um artefato, coisa feita, fabricada pelo homem, segmento do universo material e socialmente apropriado. Todo artefato é, ao mesmo tempo, produto e vetor de relações sociais. Assim, a cidade é também lugar onde agem forças múltiplas: produtivas, territoriais, de formação e pressões sociais, etc.<sup>10</sup>

Como tal, é preciso exercitar essa leitura problematizada do modo como se constitui e transforma a cidade, pois, segundo Vargas (2010), o desenvolvimento de projetos que visem despertar o interesse e a interpretação do espaço urbano, “[...] também podem contribuir para o conhecimento das dinâmicas de mudanças no ambiente social e patrimonial da cidade, fortalecendo o vínculo dos cidadãos com sua localidade.”<sup>11</sup>

Pretende-se assim dar início ao despertar do olhar atento ao processo com que eles são construídos e transformados socialmente, conduzindo à compreensão das dinâmicas de poder de que são a expressão. Ainda nas palavras de Vargas (2010),

---

8 KRAWCZYK, Flávio. *Paisagens silenciosas: Porto Alegre na Pinacoteca Aldo Locatelli*. In: POSSAMAI, Zita (org.). *Leituras da cidade*. Porto Alegre: Evangraf, 2010. p. 175.

9 TEIXEIRA, Manuel C. *A forma da cidade de origem portuguesa*. São Paulo: Editora Unesp: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2012. p. 60.

10 MENESES, Ulpiano R. Bezerra de. *O museu na cidade x a cidade no museu: para uma abordagem histórica dos museus de cidade*. São Paulo: Revista Brasileira de História, v. 5, nº 8/9. Set. 1984/abr. 1985. p. 199.

11 VARGAS, Pedro Rubens. *Interpretação do espaço urbano e as possibilidades de leituras da cidade*. In: POSSAMAI, Zita (org.). *Leituras da cidade*. Porto Alegre: Evangraf, 2010. p. 285.



O importante é que esses projetos podem ser inseridos na perspectiva museológica de serem pensados como elementos mediadores (por meio da qualificação do olhar) entre a cidade – aqui considerada como artefato (prédios, ruas, desenho urbano) e paisagem cultural (o meio ambiente e as práticas culturais da população) – e os seus habitantes e visitantes. A cidade, na perspectiva mencionada, pode ser vista como *um lugar informado* [grifo da pesquisadora], onde os moradores e visitantes são transformados, por meio da informação que recebem, ao mesmo tempo em que transformam o espaço, dando novas significações ao seu habitat.<sup>12</sup>

O modesto objetivo destes desenhos é portanto criar instrumentos interpretativos e instrutivos do espaço urbano, que provoquem e despertem o olhar perspicaz sobre a cidade e, assim, também uma tomada de consciência de pertencimento e identidade indispensáveis ao exercício da cidadania. Isso é essencial para a proteção do patrimônio e espaços comum, para a garantia de acesso de todos aos espaços da cidade, e um estímulo à vigilância para que as decisões tomadas sobre a mesma sejam sempre feitas de modo democrático, contrabalançando ingerências estranhas aos interesses do bem comum da população.

O que foi feito aqui com o antigo Beco do Rosário e a antiga General Paranhos pode se estender para outros becos da cidade, aprofundando e problematizando ainda mais a discussão para que se tenha uma amostragem maior de estudo sobre esses espaços. Outra pista importante e recorrente na literatura é a presença da população negra nestes espaços intra-urbanos. Como em tantas outras cidades coloniais no Brasil, foi ela a maior presença nas ruas e no viver do cotidiano da cidade, tanto ocupando seus espaços como tendo que prover com seu trabalho serviços públicos deficientes. O mesmo recorte étnico pode ser feito a respeito da população indígena, visto que um dos becos mais antigos de Porto Alegre é justamente o “dos Guaranis”. Será importante recuperar a história destas populações que tiveram seu passado na cidade tão frequentemente relegados ao esquecimento.

Por fim, existem muitos percursos quase apagados na cidade, e que esperam para serem trilhados, retrçando os passos de tantos e tantas porto-alegrenses do passado. São caminhos que se montam aos poucos, em pistas que se encontram em antigos becos tomados por prédios modernos, em raros remanescentes do século XIX, e nos vários arquivos históricos. E que podem nos conduzir a uma cidade surpreendente.

---

12 VARGAS, Pedro Rubens. *Interpretação do espaço urbano e as possibilidades de leituras da cidade*. In: POSSAMAI, Zita (org.). *Leituras da cidade*. Porto Alegre: Evangraf, 2010. pp. 295-296.

## REFERÊNCIAS

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas – São Paulo: Papirus, 1994.

AZEVEDO, Aluísio de. **O cortiço**. Portal Domínio Público, Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000003.pdf> Acessado em 14/02/2015.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BAKOS, Margaret Marchiori. **Eternos intendentess de Porto Alegre**. Disponível em <http://cdn.fee.tche.br/jornadas/1/s11a7.pdf> [acessado em 03/02/2015] p. 2.

BAKOS, Margaret Marchiori. **Porto Alegre e seus eternos intendentess**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

BARRETO, Lima. **Recordações do Escrivão Isaías Caminha**. São Paulo: Ática, 1995. Disponível em: A Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro [<http://www.bibvirt.futuro.usp.br>]

BARRETO, Lima. **Triste fim de Policarpo Quaresma**. Ministério da Cultura: Fundação Biblioteca Nacional, Departamento Nacional do Livro. Versão para eBook por eBookCult.com.br

BECKER, Howard S. **Falando sobre sociedade**. In: Métodos de pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Ed. Hucitec, 1999.

BEDNARZ, Adriana Maria Laste. **Beco da desordem: rua 3 de novembro e as reformas urbanas na administração de José Loureiro da Silva (1937-1943)**. Monografia apresentada como requisito à obtenção de bacharel em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Profa. orientadora: Profa. Dra. Claudia Mauch. Porto Alegre, 2011. Disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/36994/000818534.pdf?sequence=1>

BENEVOLO, Leonardo. **História da Cidade**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOHRER, Felipe Rodrigues. **Breves considerações sobre os territórios negros urbanos de Porto Alegre na Pós-Abolição**. in “Iluminuras”, Porto Alegre, v. 12, n. 29, p. 121-152, jul/dez. 2011.

BOLLE, Willi. **Fisiognomia da metrópole moderna: representação da História em Walter Benjamin**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **Ofício de Sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BUENO, Beatriz Picolloto Siqueira. **Particularidades do processo de colonização da América espanhola e portuguesa**. In: Anais do IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Rio de Janeiro, 1997.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular: história e imagem**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

CARRICONDE, Clodomiro Clydes. **Porto Alegre em Revista**. Porto Alegre, 1926. Acervo do Museu de

Comunicação Social Hipólito José da Costa.

CARVALHO, Lia de Aquino. **Contribuição ao estudo das habitações populares: Rio de Janeiro: 1866-1906.** In: ROCHA, Oswaldo Porto. **A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro: 1870-1920.** Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural. Divisão de Editoração, 1995.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CORUJA, Antônio Álvares Pereira. **Antigualhas, Reminiscências de Porto Alegre.** Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1983. [1881]

FIALHO, Daniela Marzola. **Cidades visíveis: para uma história da cartografia como documento de identidade urbana.** Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre, 2010.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre: guia histórico.** Porto Alegre; Ed. da Universidade/UFRGS, 1988.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** São Paulo: Global, 2006. [1933].

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos: a decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano.** São Paulo: Global, 2006. [1936].

GINZBURG, Carlo. **Raízes de um paradigma indiciário.** In Mitos, Emblemas e Sinais: Morfologia e História. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KATZMAN, Ruben. **Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos.** Revista de la CEPAL Nr. 75, diciembre 2001, pp. 171- 189.

KERSTING, Eduardo. **Indícios em representações: denominações em torno da Colônia Africana.** Porto Alegre: Revista Anos 90, n. 9, Julho de 1998, pp. 150-164.

KRAWCZYK, Flávio. **Paisagens silenciosas: Porto Alegre na Pinacoteca Aldo Locatelli,** in POSSAMAI, Zita Rosane (org.) "Leituras da Cidade". Porto Alegre: Evangraf, 2010.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

LEENHARDT, Jacques. **Sensibilidade e sociabilidade.** In: RAMOS, Alcides Freire; MATOS, Maria Izilda Santos de; PATRIOTA, Rosangela. Olhares sobre a História: Culturas, Sensibilidades, Sociabilidades. São Paulo: Ed. Hucitec, 2010. (p. 27-35)

LEENHARDT, Jacques. **A teoria do “beco”: história geral e história cultural da cidade na obra de Sandra Jatahy Pesavento.** In: **História cultural da cidade: homenagem a Sandra Pesavento/** organizadores Jacques Leenhardt, Daniela Marzola Fialho, Nádia Maria Weber dos Santos, Charles Monteiro [e] Antonio Dimas. Porto Alegre: Marcavizual/PROPUR, 2015.

LEMONS, Carlos A. C. **A República ensina a morar (melhor).** São Paulo: Editora HUCITEC, 1999.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MACEDO, Francisco Riopardense de. **Porto Alegre: Origem e Crescimento**. Porto Alegre: Livraria Sulina Editora: 1968.

MACEDO, Francisco Riopardense de. **História de Porto Alegre**. Porto Alegre: UFRGS, 1993.

MACIEL, João Moreira. **Relatório do projeto de melhoramentos e orçamentos**. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'A Federação, 1927.

MAZERON, Gaston Hasslocher. **Reminiscências de Porto Alegre**. Porto Alegre: Selbach, 1974 [?].

MAUCH, Claudia. [org.] **Porto Alegre na virada do século 19: cultura e sociedade**./ colab. Claudia Mauch... [et. al.] - Porto Alegre/Canoas/São Leopoldo: Ed. Universidade/UFRGS/ Ed. ULBRA/Ed. UNISINOS, 1994.

MENDES, Francisco Roberval; VERÍSSIMO, Francisco; BITTAR, William. **Arquitetura no Brasil: de Cabral a D. João VI**. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2011.

MENESES, Ulpiano R. Bezerra de. **O museu na cidade x a cidade no museu: para uma abordagem histórica dos museus de cidade**. São Paulo: Revista Brasileira de História, v. 5, nº 8/9. Set. 1984/abr. 1985. p. 199.

MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre: urbanização e modernidade: a construção social do espaço urbano**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

MORAES, George Augusto Moraes de. **A contribuição de Manoel Itaqui para a Arquitetura Gaúcha**. Porto Alegre: PPGARQ/UFRGS, 2003. Dissertação de Mestrado – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

MOUTINHO, Mário C. **A Arquitetura popular portuguesa**. Lisboa: Editorial Estampa, 1979.

OLIVEIRA, Clovis Silveira de. **Porto Alegre: a cidade e sua formação**. Porto Alegre: Gráfica e Editora Norma, 1985.

PESAVENTO, Sandra. **O espetáculo da rua**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1992.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário**. São Paulo: Revista Brasileira de História, v. 15, nr. 29, pp. 9-22, 1995a.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O desfazer da ordem fetichizada: Walter Benjamin e o imaginário social**. In: Cultura Vozes, Nº 5, Setembro-Outubro 1995b.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Os pobres da cidade: vida e trabalho – 1880-1920**. 2.ed. - Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Em busca da cidade perdida**. Proposta de pesquisa, 1999a.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Lugares malditos: a cidade do "outro" no sul brasileiro: Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX**. Revista Brasileira de História, 1999b, vol. 19, no 37, p.195-216. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01881999000100010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000100010&lng=en&nrm=iso).

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Memória Porto Alegre – Espaços e Vivências**. 2.ed. - Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999c.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano - Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999d.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Era uma vez o beco: origens de um mau lugar**. In: BRESCIANI, Maria Stella (org.). *Palavras da cidade*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001a.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX**. São Paulo: 2001b. (Brasiliiana Novos Estudos; 5)

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano**. Cadernos do LEPAARQ - Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio. v. II, nº 4, Pelotas, RS: Editora da UFPel. Ago/Dez. 2005. Disponível em: <http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/viewFile/893/873>

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias**. Revista Brasileira de História. São Paulo: vol. 27, no 53, jun 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_issuetoc&pid=0102-018820070001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0102-018820070001&lng=en&nrm=iso).

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Os sete pecados da capital**. São Paulo: Hucitec, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Visões do Cárcere**. Porto Alegre: Zouk, 2009.

**Porto Alegre: Biografia duma Cidade**. Ed. Tipografia do Centro S/A. Porto Alegre, 1941.

PORTO ALEGRE, Achylles. **História Popular de Porto Alegre**. Porto Alegre: s.e. 1940. [ca. 1920].

Porto Alegre (RS). Secretaria Municipal de Cultura. **Livro de registro das posturas municipais de 1829 até 1888**./ Coordenação de Silvia Rita de Moraes Vieira; equipe técnica Adriano Tadeu Mottin Kochanowski, Amanda Manke do Prado Lima e Silvia Rita de Moraes Vieira. Porto Alegre: Editora da Cidade: Letra & Vida, 2013.

POSSAMAI, Zita Rosane. **Cidade fotografada: memória e esquecimento nos álbuns fotográficos – Porto Alegre, décadas de 1920 e 1930**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História. Orientadora: Profa. Dra. Sandra Jatahy Pesavento. Porto Alegre: 2005.

POSSAMAI, Zita (org.). *Leituras da cidade*. Porto Alegre: Evangraf, 2010.

REIS, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500/1750)**. 2ª edição revisada e ampliada. São Paulo: Pini, 2000.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

**Rio Grande do Sul em 1852. Aquarelas de Herrmann Rudolf Wendroth**. Administração Amaral de Souza. Depto. de Cultura da Secretaria da Cultura, Desportos e Turismo. Porto Alegre: Riocell, 1982.

ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. Lisboa: Edições Cosmos, 1977.

RUSCHEL, Nilo. *Rua da Praia*. Porto Alegre, s.e. 1971.

SANTO, Qorpo. **Hoje sou um; e amanhã outro**. Biblio.com.br, A Biblioteca Virtual de Literatura. [Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bi000199.pdf>]

SCHWARCZ, Lília Moritz (coord.). *A abertura para o mundo: 1889-1930*. Coleção História do Brasil nação 1808-2010: 3. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SEYFERTH, Giralda. **Construindo a nação: Hierarquias raciais e o papel do racismo na política de Imigração e Colonização**. In: Raça, Ciência e Sociedade. Rio, Editora Fiocruz, CCBB, 1996. (pp. 41-58)

SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. *Espaço privado e vida material em Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

SOUZA, Célia Ferraz de. **Porto Alegre e sua evolução urbana**./Célia Ferraz de Souza e Dóris Müller. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1997.

SOUZA, Célia Ferraz de. **Entre o saber e o poder : a implantação do urbanismo e as especificidades locais no início do século XX, em Porto Alegre** [recurso eletrônico]. In: Simpósio A Arquitetura da Cidade nas Américas (2006 jul. 17-21 : Sevilha, Espanha) A arquitetura da Cidade nas Américas : diálogos contemporâneos entre o local e o global [recurso eletrônico]. Ed. PGAU-Cidade, UFSC, 2006. p. 1-18

SOUZA, Célia Ferraz de. **Os primórdios do urbanismo moderno : Porto Alegre na administração Otávio Rocha** [recurso eletrônico]. In: SHCU 1990 - 2008 : Seminário de História da Cidade e do Urbanismo [recurso eletrônico]. [São Paulo] : Bureau Brasileiro, [2008]. p. 1-15

SOUZA, Célia Ferraz de. **Plano Geral de Melhoramentos de Porto Alegre: o plano que orientou a modernização da cidade**. 2. Edição revisada e ampliada. – Porto Alegre: Armazém Digital, 2010.

SOUZA, Célia Ferraz de. **Permanências e rupturas estruturais na cidade do urbanismo plural - um percurso em Porto Alegre**. In: OLIVEIRA, Lisete Assen de, SILVA, Gilcélia Pesce do Amaral e, ROSSETTO, Adriana Marques (Orgs.). *Arquitetura da cidade contemporânea : centralidade, estrutura e políticas públicas*, Itajaí : UNIVALI, 2011. ISBN 9788576960768 p. 119-142 : il.

SPALDING, Walter. **Pequena História de Porto Alegre**. Porto Alegre: Sulina, 1967.

STROHAECKER, Tânia Marques. **Atuação do público e do privado na estruturação do mercado de terras de Porto Alegre (1890-1950)**. Scripta Nova: revista electrónica de geografia y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2005, vol. IX, núm. 194 (13). Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-13.htm>> Acesso em: nov. 2007.

TEIXEIRA, Manuel C., e VALLA, Margarida. **O urbanismo português: séculos XIII-XVIII, Portugal-Brasil**. Livros Horizonte, 1999.

UBATUBA DE FARIA, Luiz Arthur; PAIVA, Edvaldo Pereira. **Contribuição ao estudo da urbanização de Porto Alegre**. Porto Alegre: mimeo., 1938/ Introdução; I –A evolução da cidade de Porto Alegre; II –As linhas gerais do plano diretor; III –O plano de avenidas; pp. 1-86.

VARGAS, Anderson Zalewski. *Moralidade, autoritarismo e controle social em Porto Alegre na virada do século 19*. In: *Porto Alegre na virada do século 19: cultura e sociedade*./ colab. Claudia Mauch... [et. al.] - Porto Alegre/Canoas/São Leopoldo: Ed. Universidade/UFRGS/ Ed. ULBRA/Ed. UNISINOS, 1994.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **As tias baianas tomam conta do pedaço: Espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Estudos Históricos, vol. 3, n. 6, 1990, p. 207-228.

VERÍSSIMO, Francisco Salvador. **500 anos da casa no Brasil.** Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

VILASBOAS, Ilma Silva; BITTENCOURT JÚNIOR, Iosvaldyr Carvalho; SOUZA, Vinícius Vieira de. **Museu de percurso do negro em Porto Alegre.** Ed. Porto Alegre: Vinícius Vieira de Souza, 2010.

VIVEIROS Filho, Francisco Fuzzetti de. **Urbanidade do Sobrado: um estudo sobre a arquitetura de sobrado de São Luís.** São Paulo: Hucitec, 2006.

### **Acervos consultados:**

Fototeca Sioma Breitman do Museu Joaquim José Felizardo.

Fototeca do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.

Hemeroteca do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Hemeroteca e Mapoteca do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

Mapoteca do IHGRS.

## **ANEXOS**

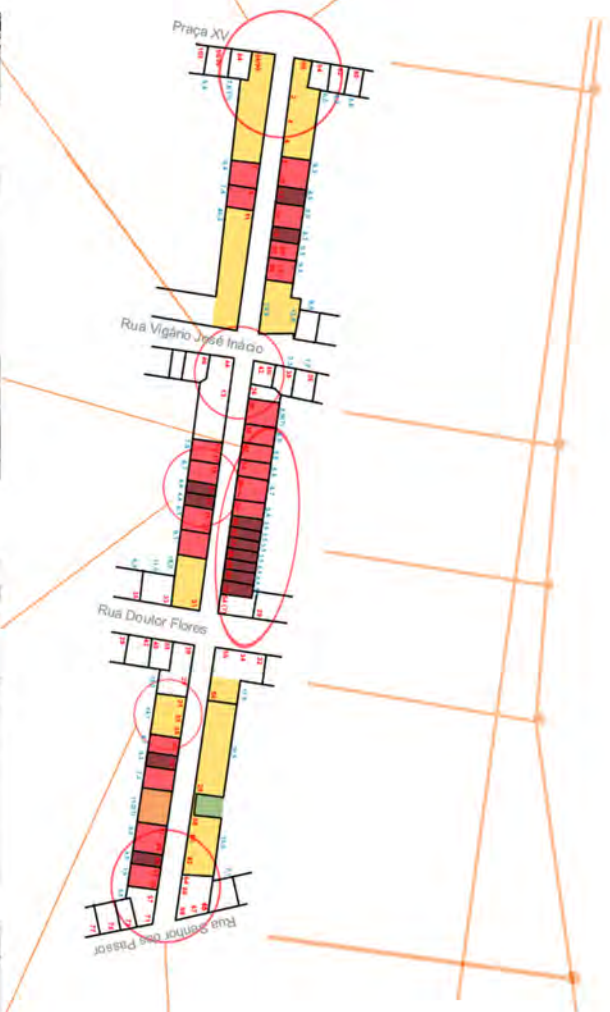
- Ampliação e análise do Beco do Rosário na Planta Cadastral de 1893
- Ampliação e análise da Rua General Paranhos na Planta Cadastral de 1893
- Beco do Rosário – Volume 1 (História em Quadrinhos)



# Rua 24 de Maio

## [Beco do Rosário]

- Menos de 4,5m (1 módulo)
- 1 módulo (5,5m ou 6,6m)
- Ca. 2 módulos (9 a 12m)
- Maior que 2 módulos
- Terreno vazio



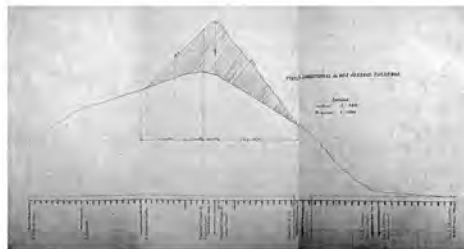
Rua 24 de Maio, 1790



# Rua General Paranhos

[Beco do Poço/ Beco do Meireles/ Beco do Freitas]

- Menos de 4,5m (1 módulo)
- 1 módulo (5,5m ou 6,6m)
- Ca. 2 módulos (9 a 12m)
- Maior que 2 módulos
- Terreno vazio

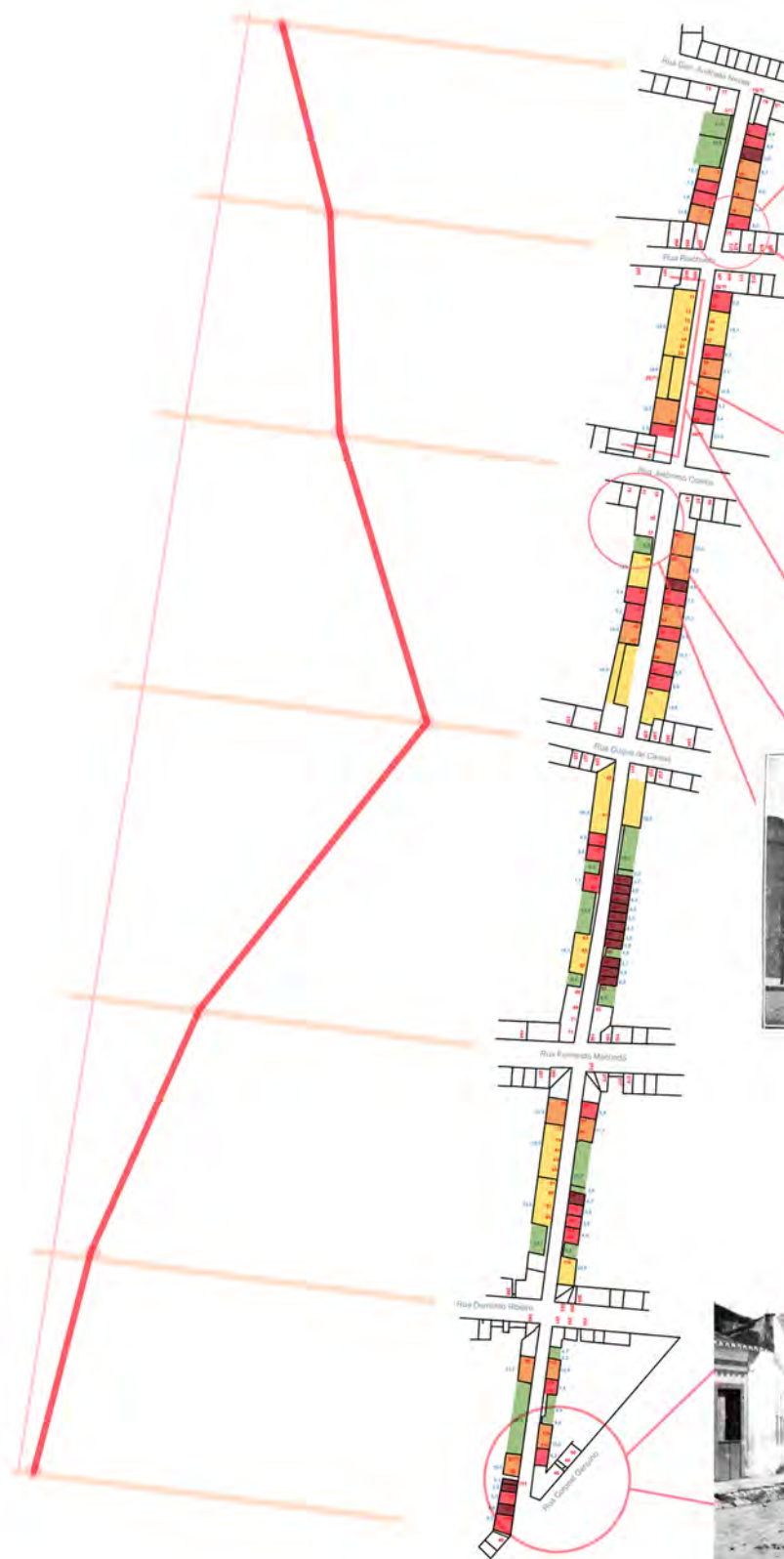


**REMODELANDO A CIDADE**

Na próxima semana terão início os trabalhos de demolição dos prédios localizados num trecho da Av. Borges de Medeiros.

SEIOS

PASTA RUSSA



# Beco do Rosário



Ana Luiza Koehler

# Beco do Rosário

Volume 1

# Beco do Rosário

Roteiro, Arte e Cores:  
Ana Luiza Koehler  
Projeto Gráfico:  
Ariane Rauber  
Revisão:  
Amanda Zampieri  
Emanuel Cantanhêde

Ana Luiza Koehler





# Por que os becos?

## Por que o Beco do Rosário?

Uma cidade tem várias histórias, não somente a oficial, dos grandes feitos e grandes monumentos. Uma cidade também tem seus segredos, seus espaços apagados e suas vozes esquecidas que contam outra história. E é uma dessas histórias desconhecidas de Porto Alegre que conto aqui: a história de um beco, uma estreita rua sem importância, habitada por gente simples e que deu lugar a uma grande avenida.

Essa é a história do Beco do Rosário, que foi surgindo um tanto à margem das principais ruas e praças de Porto Alegre, mas que ligava duas áreas importantes da cidade: a Praça XV, com o Mercado Público e o porto, no centro, e a antiga estrada da Floresta, num dos arrabaldes mais dinâmicos da cidade. O beco deve seu nome à antiga Igreja do Rosário, construída próximo a ele com o empenho da população negra de Porto Alegre ainda nos tempos da escravidão, e que se consolidou como um de seus espaços na cidade até hoje. E, como tantos outros becos, aparecia nos antigos jornais da cidade como palco de crimes e desordens.

Por isso, tornou-se um espaço estrangeiro à cidade que se modernizava, pois era arquitetura e cenário de tudo aquilo que os grandes projetos para a cidade rejeitavam e, aos poucos, foi “esquecido”; os vestígios de sua existência permanecem dispersos por arquivos sob a forma de algumas fotos, pequenas notícias, antigas plantas, anúncios publicitários. Como então tentar recontar a sua história?

O que Gilberto Freyre refere-se como “roman vrai”, ou “romance verdadeiro”, serve para entender o modo como, a partir de pesquisa histórica, personagens foram criados, cenas quotidianas imaginadas, e relações entre as diversas populações da cidade e seus espaços foram reconstituídas nesta história em quadrinhos:

‘Romance’, sim, mas ‘romance verdadeiro’. ‘Romance’ descoberto pelo observador, ao mesmo tempo intérprete e participante da história ou da atualidade estudada; e não inventado por ele. ‘Romance’ que, afinal, é menos romance que extensão, ampliação ou alongamento, por processo vicário e empático, de autobiografia; extensão ou ampliação da memória ou da experiência individual na memória ou na experiência de uma família, de um grupo, de uma sociedade de que participante se tornou também observador e, por fim, intérprete. Num trabalho de tal natureza, observador, participante e intérprete da realidade selecionada para estudo ou revelação se completam e um tende a corrigir os excessos dos outros: o método científico objetivo seguido pelo observador serve de constante testing às aventuras de indução e intuição, de revelação e de interpretação, do participante ou do intérprete.<sup>1</sup>

Assim, a busca de conhecer uma época já longínqua da história brasileira e porto-alegrense, em que os espaços condenados da cidade ainda existiam, foi o constante contrapeso – e, também, motivador – do exercício ficcional de imaginar personagens que viveram aqueles tempos. Para isso, recorri àquilo que Sandra Jatahy Pesavento descreve como uma tarefa

[...] extensa e laboriosa, pois se trata de recolher, cruzar, comparar e relacionar todas as variáveis e registros a fim de construir uma narrativa que tenha efeito de real, que dê uma versão do ‘passado’ o mais próxima possível do que teria ‘verdadeiramente acontecido’... Ou seja, mesmo admitindo que a representação não atinge ou revela uma verdade única e absoluta e que constrói algo de análogo e semelhante ao que efetivamente ocorreu um dia, o historiador não se vê livre do fantasma da verdade buscada nem das sujeições do método científico.<sup>2</sup>

Assim, construí uma narrativa não exata, tampouco definitiva; apenas possível. Certamente aproximada, mas necessária para interpelar a população a respeito da memória de sua própria cidade e fazer surgir questionamentos. Enfim, uma tentativa de trazer à luz outras histórias da cidade. Uma busca permanente, e que não se detém aqui.

Ana Luiza Koehler  
Outubro de 2015

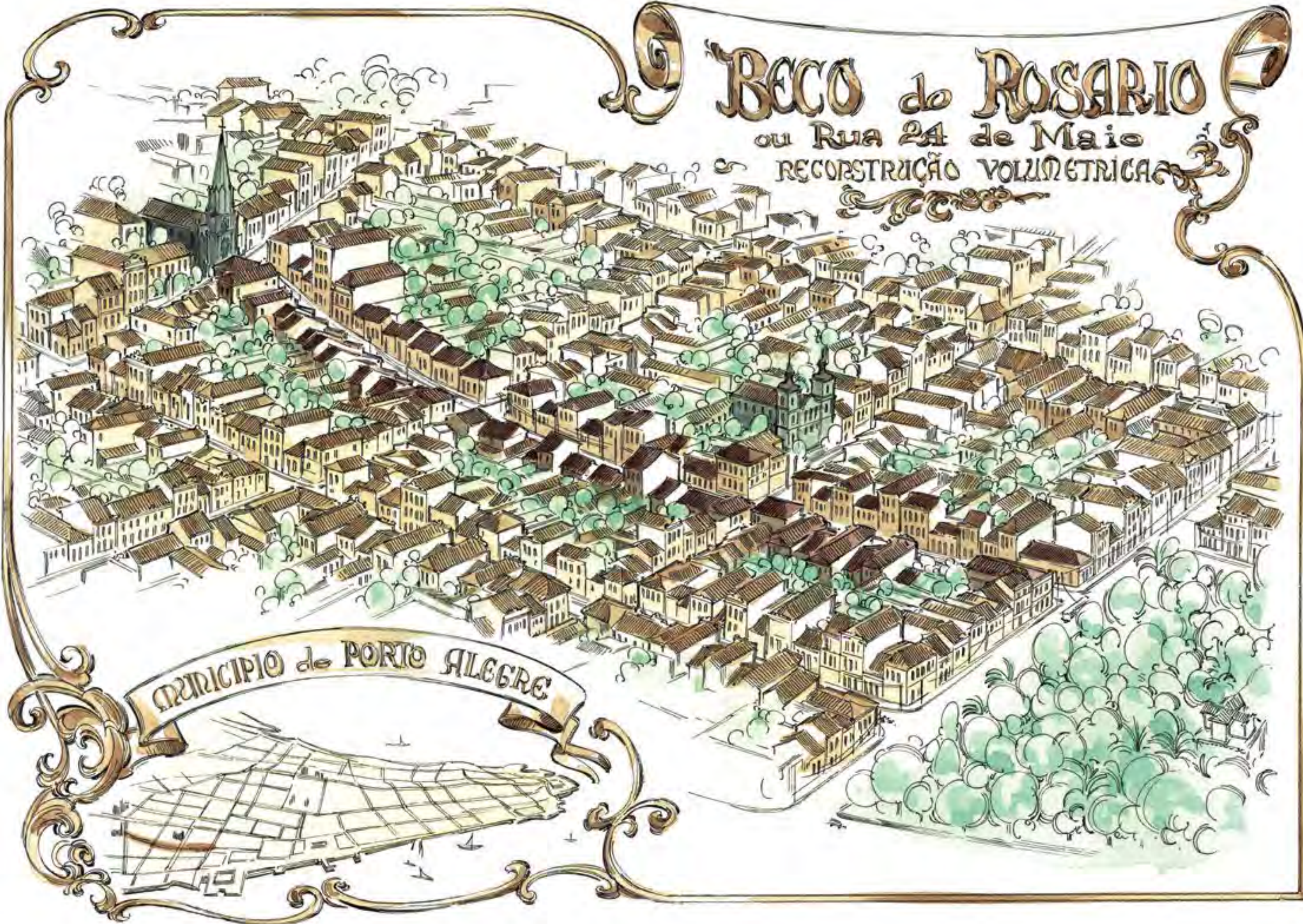
<sup>1</sup> FREYRE, GILBERTO. *Sobrados e Mucambos: a decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano*. São Paulo: Global, 2006. p. 51.

<sup>2</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999. p. 11.

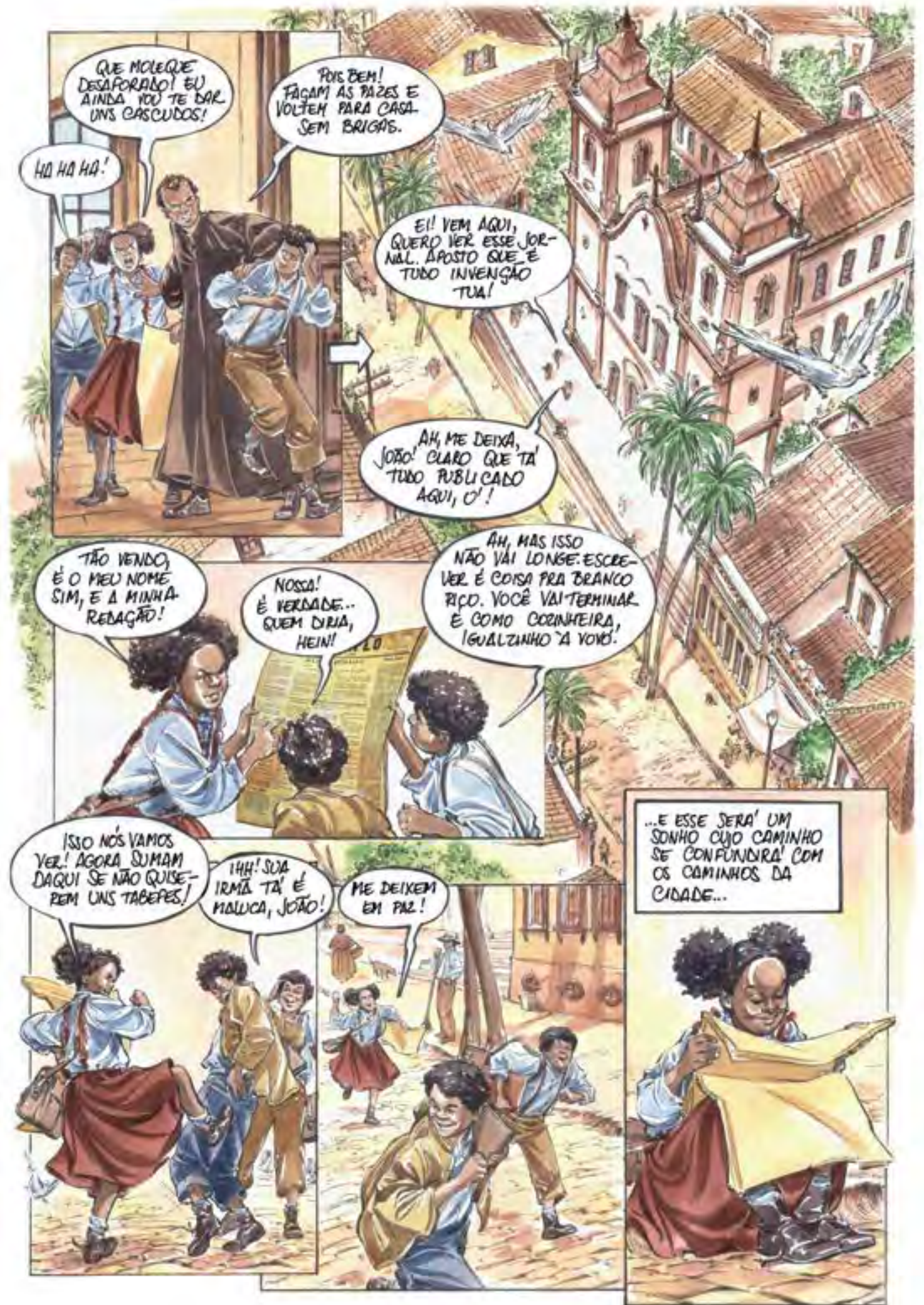
# BECO do ROSARIO

ou Rua 24 de Maio

RECONSTRUÇÃO VOLUMÉTRICA



















BERLIM, 1919.

SERÁ QUE ELE ESTÁ NOS OUVINDO, DOUTOR?

SE NÃO TIVER RECAÍDO AO QUADRO DE DELÍRIO E FEBRE EM QUE ESTEVE NOS ÚLTIMOS MESES, DEVE ESTAR NOS ESCUTANDO.

AH, ELE ESTÁ ACORDANDO!

TENENTE WALDOFF? O COMANDANTE KLUGE ESTÁ AQUI PARA VÊ-LO.

AHEM! TENENTE, O SENHOR PODE ME OUVIR? VENHO EM NOME DE SUA MAJEST... DIGO, DO PRESIDENTE EBERT.

EM NOME DO... PRESIDENTE?... O QUE...

PELO SEU INESTIMÁVEL VALOR E SACRIFÍCIO NO FRONT, DEFENDENDO A ALEMANHA DO PÉRFIDO INIMIGO, O PRESIDENTE DE NOSSA... REPÚBLICA... CONCEDE-LHE ESTA CONDECORAÇÃO.

ELE É SEU AMIGO? DEVE ESTAR ORGULHO DE VÊ-LO CONDECORADO, NÃO É?

SIM, ELE É MEU AMIGO...

...MAS NÃO ACHO QUE HAJA MUITO DO QUE SE ORGULHAR NISSO TUDO.

É UMA HONRA, SENHOR. EU FIZ SOMENTE AQUILO QUE PUDE.

POIS CONTINUE FAZENDO, TENENTE...

MAIS DO QUE NUNCA NOSSO PAÍS PRECISA DE HOMENS COMO VOCÊ.

VELHO COMPANHEIRO! ACHEI QUE NUNCA MAIS IRIA REVÊ-LO!

VOCÊ SE LEMBRA DE MIM, WALDOFF?

HANS! COMO PODERIA ESQUECER DE VOCÊ? O ÚNICO REBELDE COMUNISTA DE TODA A ESCOLA TÉCNICA!

ME DISSERAM QUE VOCÊ TEVE A FEBRE TIFÓIDE E QUASE PERDEU A MEMÓRIA. É UM ALÍVIO VER QUE VOCÊ ESTÁ SE RECUPERANDO.

VOCÊ TEM MUITA SORTE.

SORTE? POR QUE DIABOS VOCÊ DIZ ISSO?

PORQUE SUA FAMÍLIA ESTÁ EM SEGURANÇA, NO BRASIL! E DEVE ESTAR DESESPERADA POR NOTÍCIAS SUAS.

AH, SIM... MINHA FAMÍLIA...

MAS ELES ESTÃO BEM LÁ. MINHA MISSÃO É AQUI, AJUDANDO A RECONSTRUIR O PAÍS.

SIM, HÁ MUITO A RECONSTRUIR. MAS O PAÍS ESTÁ PERDIDO.

ELE PERECEU NAS TRINCHEIRAS.





\* JUAN GANZO FERNANDEZ, PIONEIRO DO RÁDIO EM PORTO ALEGRE.

\* "A FEDERAÇÃO", JORNAL GOVERNISTA DO RIO GRANDE DO SUL À ÉPOCA.







SEU GENUÍNO! ESPERE, POR FAVOR!



O SENHOR TEM UM TELEGRAMA PARA NÓS?!



AH, DONA FREDERICA! ASSINE AQUI, POR FAVOR. É UM TELEGRAMA URGENTE DA ALEMANHA.

OH, MEU DEUS, MEU DEUS! É O MEU IRMÃO!



ENTÃO VOCÊ ME ACONSELHARIA A FECHAR O NEBÓCIO, ANTÔNIO?

ORA, TODOS AQUELES TERRENOS SERÃO VALORIZADOS QUANDO A INTENDÊNCIA COLOCAR LINHAS DE BONDES E...

ELE ESTÁ BEM, ELE ESTÁ BEM! TEO ESTÁ VOLTANDO PARA O BRASIL!

MEIN GOTT, O QUE HOJVE, MINHA FILHA?



TEO? MEU TEO? OH, EU ACHO QUE VOU DESM...

ELE MANDOU ALGUMA NOTÍCIA? COMO ELE ESTÁ?

SIM, PAI! OLHE AQUI, ELE ESTÁ VOLTANDO NO PRÓXIMO VAPOR QUE VEM DE HAMBURGO!



OH FINALMENTE! SUA MÃE JÁ ESTAVA DOENTE DE PREOCUPAÇÃO! FINALMENTE!

NÃO É MARAVILHOSO? A FAMÍLIA ESTARÁ REUNIDA DE NOVO!



MAL POSSO ACREDITAR, SEU IRMÃO VAI ESTAR AQUI PARA COMEMORAR O CASAMENTO DE VOCÊS, MINHA FILHA!



ISSO SÓ PODE SER UM SINAL DE QUE VOCÊS SERÃO MUITO FELIZES!



...NÃO É MESMO?



APÓS UM DIA DE TRABALHO...

FABRÍCIO VAI ADORAR. ESTÃO FRESQUINHAS!



ELE NÃO VAI SE IMPORTAR SE EU PEGAR ALGUMAS, NÃO É? HUM, ESTÃO GELADINHAS!



CLARO QUE NÃO! VAI FICAR TÃO FELIZ QUE É CAPAZ DE QUERER... ALGO MAIS!



AFINAL, ESSA SUBIDA TODA TEM QUE VALER A PENA!



ANDA, PEGA AS ROUPAS, LUCÍOLA, TEMOS QUE SAIR DAQUI! E RÁPIDO!

NÃO, VOVÔ, NÃO HÁ NECESSIDADE DISSO!



COMO NÃO, LUCÍOLA? VOCÊ NÃO VIU? ESSES HOMENS DA INTENDÊNCIA\* QUEREM NOS TIRAR DAQUI!

POR FAVOR, VOVÔ, É SÓ O DR. POMPÍLIO VINDO COBRAR IMPOSTOS!

Ó TIA LUCÍOLA!



ELES NÃO NOS QUEREM AQUI... QUEREM NOS LEVAR DE VOLTA PRA FAZENDA!

O FABRÍCIO ESTÁ AÍ?

ORA, NÃO VÊ QUE ESTOU OCUPADA, MENINA? ESPERE AÍ, ELE AINDA NÃO VOLTOU DO TRABALHO!

\* INTENDÊNCIA: COMO ERA CHAMADA A PREFEITURA NA ÉPOCA.



O QUE ESTÁ ACONTECENDO? POR QUE O SEU ALEXANDRE ESTÁ TÃO NERVIOSO?

ORA, VITÓRIA! SÃO ESSES HOMENS DA INTENDÊNCIA COBRANDO IMPOSTOS, COMO SE JÁ NÃO ME BASTASSE DE PROBLEMAS! E SE NÃO FOR PRA ME AJUDAR A CATAR AS TRALHAS, NÃO ME...

AAH!!!

TODOS PARA FORA! VAMOS, TODOS PARA FORA!

POIS AÍ ESTÁ! VÃO FECHAR A BODEGA DA FAUSTA SÓ PORQUE OS VIZINHOS DA RUA DA IGREJA\* SE INCOMODAM COM O BARULHO!

A SENHORA NÃO FECHA ÀS DEZ DA NOITE, NEM PAGOU OS IMPOSTOS À INTENDÊNCIA! JÁ BASTA DE TOLERÂNCIA COM ESSAS IMORALIDADES!

O SENHOR NÃO PODE FAZER ISSO! EU TENHO QUE TRABALHAR!

FABRÍCIO?!



IMORALIDADE! MAS QUAL! QUANDO SEUS COLEGAS DOUTORES VÊM AQUI JOGAR E RIR COM AS MENINAS VOCÊS NÃO DIZEM ISSO!

QUANTA IMPERTINÊNCIA! PODE GRITAR À VONTADE QUE VAMOS FECHAR ESTA TASCA DE QUALQUER JEITO!



PRONTO, DOUTOR POMPÍLIO, ESSES DOIS MALANDROS AINDA ESTAVAM SE ESCONDENDO NO ANDAR DE CIMA. PODE FECHAR QUE ESTÁ VAZIO!

VIVI?!



MAS QUE DIABOS! O QUE VOCÊ PENSA QUE ESTAVA FAZENDO AÍ DENTRO?

AII!! C-CALMA, MEU AMOR, E-EU NÃO ESTAVA...



ESTAVA SIM! ACHA QUE SOU UMA PASPALHA?!

NÃO, NÃO! EU JURO, EU E O DANILO...

ESQUEÇA, FREITAS. ESSE AÍ VAI ENFRENTAR BEM MAIS DO QUE UMA NOITE NA CHEFATURA DE POLÍCIA!

\* ATUAL RUA DUQUE DE CAXIAS



OOOHHH!! ESSE PÓ BRANCO NO SEU NARIZ! CHEGA, ISSO É DEMAIS!

É CAL, MEU AMOR, EU JURO!



QUE ABSURDO! NÃO SÓ SE JOGA NOS BRAÇOS DAS PROSTITUTAS DA FAUSTA, COMO TAMBÉM ESTÁ METIDO COM TÓXICOS! E PENSAR QUE ATÉ COMPREI UNAS PARA VOCÊ!

NÃO, VIVI, POR FAVOR! ELA ME PAGOU PRA CONSERTAR O BIOMBO DE ESTUQUE QUE OS RATOS BRANCOS\* QUEBRARAM, SÓ ISSO! O DANILO PODE CONFIRMAR TUDO!



DEIXA EU ACOMPANHAR VOCÊ ATÉ EM CASA, ESTÁ ANOITECENDO E...

PFFF! O DANILO, SEU COMPARSA? CLARO QUE ELE VAI DIZER O QUE VOCÊ QUISER!



É TUDO VERDADE! A TIA FAUSTA DISSE QUE A INTENDÊNCIA QUER COMPRAR O SOBRADO DELA E FAZÊ-LA SAIR DE LÁ. MAS ELA NÃO QUER SABER DE SAIR, POR ISSO ME PAGOU PRA CONSERTAR O ESTUQUE DA PAREDE.

E PRA QUE ELAS QUEREM TIRÁ-LA DE LÁ?

DISSERAM QUE QUEREM FAZER OBRAS ALI NO BECO, SÓ ISSO.



MAS PARA QUE TIPO DE OBRA ELAS TEM QUE COMPRAR AS CASAS EM VOLTA?

ORA, DEIXE DE PREOCUPAÇÕES, MEU AMOR!

NÃO DEVE SER NADA DEMAIS, VAMOS APROVEITAR UM POUCO A NOITE JUNTOS. AH, E ISSO AQUI? SÃO AS UNAS QUE VOCÊ TROUXE PRA MIM?



ESSA ERA A IDEIA QUANDO SAÍ DO TRABALHO, ORA.

ENTÃO NÃO VAMOS PERDÊ-LA. VOCÊ NÃO TEM PRESSA DE CHEGAR EM CASA, NÃO É?



NENHUMA.

\* "RATOS BRANCOS", COMO ERAM CONHECIDOS OS GUARDAS MUNICIPAIS À ÉPOCA.



CAIS DO PORTO DE PORTO ALEGRE, 1924



OH, MEU DEUS, JULIUS! ACHO QUE VOU DESMAIAR!

O QUÊ? DE NOVO? LOGO QUANDO VAI RECEBER SEU FILHO DEPOIS DE ANOS, CRIATURA?

AINDA NÃO O VEJO, TEM CERTEZA DE QUE É ESSE O NAVIO?



É O QUE DIZ NO TELEGRAMA, MINHA FILHA.

A MENOS QUE ELE TENHA MUDADO DE IDEIA.



PAI! MÃE!! FRELERICA!!



OH, MEU FILHO! MEU FILHO! O QUE HOUVE COM VOCÊ?! SUA PERNA!

MAMÃE... CALMA!



CALMA, EU ESTOU BEM! EU... ESCAPEI DOS SCHRAPNELS POR POUCO, FOI ISSO.

NEM ACREDITO...



VAMOS, CATARINA! ELE ESTÁ AQUI CONOSCO! DEIXE-O RESPIRAR O AR DE SUA TERRA!



VOCÊ NÃO SABE COMO ME AMALDIÇOEI POR TER MANDADO VOCÊ ESTUDAR LÁ!

ISSO NÃO IMPORTA MAIS, PAI. O QUE IMPORTA É O QUE PODEMOS FAZER DAQUI PARA...



HA, HA, HA! TRAPICHES! MUITA COISA MUDOU DESDE QUE VOCÊ FOI ESTUDAR FORA, IRMÃOZINHO!

OH, SE EU SOUBESSE! MEU FILHO ESTEVE NUMA GUERRA!

...FRENTE?

COMO ISSO MUDOU! ONDE ESTÃO OS TRAPICHES DA BROMBERG E OUTRAS?



VOCÊ AINDA VAI VER COMO A CIDADE MUDOU, EMBORA AINDA HAJA MUITO A SER FEITO!

VOCÊ, COMO ENGENHEIRO, DEVERIA SER CONTRATADO PARA COORDENAR ESSAS OBRAS.



MAL POSSO ESPERAR!



ELE JÁ SOFREU TANTO! O TRABALHO NESTA CIDADE É EXAUSTIVO. TODA ESSA POLÍTICA...



NÃO EXAGERE, CATARINA, ELAS ESTÃO FAZENDO UM BOM TRABALHO... POF!!



AH, ESSE CALÇAMENTO! SEMPRE ESBURACADO! E ESSE MOTOR, TAMBÉM, NÃO FOI FEITO PARA ESSAS LADEIRAS. ESPEREM AQUI, JÁ DOU UM JEITO NISSO.

EU TE AJUDO, PAI. SEI RESOLVER ISSO.



NEM PENSE NISSO, VOCÊ PODE CAIR E SE MACHUCAR. ESSE CALÇAMENTO É TRAIÇOEIRO!

PAPAI TEM RAZÃO, VOCÊ NÃO PODE FICAR SE ARRISCANDO.



NÃO PRECISA, EU RESOLVO ISSO. VOCÊ DEVE ESTAR CANSADO!

VOCÊS... VOCÊS ESTÃO EXAGERANDO! MAS JÁ QUE INSISTEM...

AGORA VOCÊ TEM SUA FAMÍLIA PARA CUIDAR DE VOCÊ, NÃO FAÇA ESSA CARA.



XÔ, VOCÊ NÃO PODE VER NADA DISSO! DÁ AZAR VER O VESTIDO!



OH, PERDÃO! EU ME ESQUECI DO HORÁRIO COM A COSTUREIRA ESTA MANHÃ.

ISSO, VÃO PARA A SALA! EM SEGUIDA ESTAREI LÁ.



AHEM... ENTÃO, D. CATARINA, OUVI DIZER QUE SEU FILHO ESTÁ DE VOLTA DA EUROPA.

SIM, MEU TEO ESTÁ EM CASA, FINALMENTE!



TEODORO! FINALMENTE SOMOS APRESENTADOS.

É UM PRAZER CONHECÊ-LO, ANTÔNIO. ESTOU MUITO FELIZ COM O CASAMENTO.



EU QUE O DIGO. SERÁ UMA HONRA TER UM VETERANO NA FAMÍLIA.



AH SIM, O "HERÓI DE GUERRA" DA FAMÍLIA. ISSO FICOU NO PASSADO! ESTOU MAIS INTERESSADO NO MEU FUTURO.

E POR ISSO ESTÁ OLHANDO A SEÇÃO DE ANÚNCIOS DO JORNAL?

MAS QUE BOBAGENS. VOCÊ GANHA UMA PENSÃO DE GUERRA E SEU PAI TEM UM CARGO PARA VOCÊ NA FÁBRICA DE MÓVEIS.

ORAS! NÃO ACHO QUE SEJAM BOBAGENS!



AH, ESTOU FARTO DISSO! POSSO TER PERDIDO UMA PERNA, MAS VOCÊS NÃO VÃO ME TRATAR DESSE JEITO! NÃO VOU FICAR O RESTO DA MINHA VIDA DENTRO DE CASA, SOU UM ENGENHEIRO, NÃO UM CONTADOR!



MAS MEU FILHO... E SE VOCÊ NÃO CONSEGUIR?

ESTOU PRONTA, ANTÔNIO! VAMOS À CONFEIT...

UÉ, O QUE HOUVE?

MAS... VOCÊ NÃO QUER SER MEU BRAÇO DIREITO NA FÁBRICA? EU JÁ HAVIA ARRANJADO TUDO.

AHEM... COM LICENÇA...



SE ME PERMITE, CONHEÇO MUITAS PESSOAS NA INTENDÊNCIA.



COM TANTAS OBRAS NA CIDADE, ELES NÃO OUSARÃO DESPERDIÇAR UM ENGENHEIRO FORMADO NA ALEMANHA!



"FAÇA ELE PAGAR ESSA NOTA, FOI VOCÊ QUE CONSERTOU O RÁDIO", ELE DISSE.

"VOLTE COM O DINHEIRO PARA FECHARMOS O LIVRO-CAIXA", ELE DISSE, "SENÃO O SENHOR ROUSSELET VAI ATRASAR NOSSO PAGAMENTO."



AH, AO MENOS O GONÇALVES PODIA TER ME DEIXADO ALMOÇAR ANTES! MAS SEM PAGAMENTO...



...NÃO HÁ ALMOÇO. E ESSE ALMOÇO O DR. ABELARDO ESTÁ ME DEVENDO HÁ MESES!



NO JORNAL A FEDERAÇÃO.

COM LICENÇA, O DR. ABELARDO SE ENCONTRA? VENHO DA PARTE DA LOJA DO SR. ALFREDO ROUSSELET.

O DR. ABELARDO? ELE NÃO PODE LHE ATENDER AGORA. QUEIRA AGUARDAR AQUI AO LADO, SIM?



MAS HÁ ESPAÇO AQUI...

NA CADEIRA AO LADO, SENHORITA, É PARA FUNCIONÁRIOS. POR FAVOR.



CLANK! CLINK! CLUNK!

AHHH! MAS QUE DIABOS!



OH, NOSSA! ENTÃO É AQUI QUE SÃO FEITAS AS PÁGINAS DO JORNAL?

ORA, E ONDE MAIS?



COMO EU IA SABER? NOSSA, ISSO TUDO PARECE BEM COMPLICADO!

AH, NÃO É TÃO COMPLICADO ASSIM. VOU LHE MOSTRAR.



ESTÁ VENDO ESSES TIPOS DE AÇO? TEMOS TUDO PRONTO AQUI. É SÓ ARRUMAR NA BANDEJA DE ACORDO COM O QUE A REDAÇÃO MANDA.

HUM, E QUE TEXTO O SENHOR ESTÁ MONTANDO?



COM A POLÍCIA - NEGOCIANTES DA RUA 24 DE MAIO, ANTIGO DO ROSÁRIO, PEDEM-NOS CHAMAR A ATENÇÃO...



AH! QUEM É QUE ESCRIVE ESSAS COISAS!? SE FORMOS ACREDITAR, NÃO EXISTE NADA ALÉM DE VIGARISTAS E PROSTITUTAS!

ENTÃO ELE DIZ QUE TODOS SÃO VIGARISTAS, E FAZ CAMPANHA PARA BOTAR O BECO ABAIXO!

ORA, TODOS DIZEM ISSO. ESSE ARTIGO É DO DR. ABELARDO.



MINHA FILHA, TODA MINHA VIDA EU MOREI AQUI DO LADO, NO FANHA\*. NA ÉPOCA DO MONTAURY BOTARAM TUDO ABAIXO PRA CONSTRUIR O

HOTEL CHIQUE DA ESQUINA. É O PROGRESSO! NÃO TEM COMO PARAR.



QUEM NÃO PODE FICAR, SE MUDA! HOJE EU MORO NO BECO DA MARCELA, QUASE NA ESQUINA COM O CAMINHO DO BOM FIM.

AH, ENTÃO O BECO SÓ FICOU MAIS LONGE. ENTENDEI!



A SENHORITA PODE PASSAR, O SEU ABELARDO VAI LHE ATENDER.



EI! EU PRECISO DESSE PAPEL, SENHORITA!



ORA, SE NÃO É A MOCINHA DA LOJA DE RÁDIOS DO SR. ROUSSELET! É AINDA SOBRE AQUELA PROMISSÓRIA?

ELE NÃO PODIA TER MANDADO UM DOS CAIXEIROS RECEBER ESSE VULTOSO PAGAMENTO?



EU SOU UMA CAIXEIRA! E SOU ENCARREGADA DE RECEBER O PAGAMENTO PELO CONCERTO DO SEU RÁDIO, QUE ESTÁ ATRASADO EM DOIS MESES!



ORA, MAS QUE IMPERTINÊNCIA, MOCINHA! ISSO LÁ É JEITO DE FALAR?

ESTOU DIZENDO O QUE ESTÁ ESCRITO NO PAPEL! O SENHOR VAI PAGAR OU NÃO?



POIS NÃO VOU! ISSO NÃO SÃO MODOS DE TRATAR DE NEGÓCIOS! OU O SR. ROUSSELET MANDA O BRAGA VIR AQUI, OU VOU PESSOALMENTE FALAR COM ELE SOBRE SUA ATITUDE, SENHORINHA.

ESSAS MOCINHAS SE IRRITAM FÁCIL!  
WAAAA!  
NEM PARECE UMA MOÇA!

MAS COMO!? FUI EU QUE CONSERTEI SEU RÁDIO! O SENHOR NÃO SE LEMBRA?



VOCÊ? HUMPF! ALÉM DISSO, É MENTIROSA! NÃO ME LEMBRO DE NADA DISSO.

MENTIROSA, EU? E O SENHOR, QUE NÃO QUER PAGAR, É O QUÊ? POIS SAIBA

QUE LÁ NO BECO QUEM NÃO PAGA AS DIVIDAS TEM NOME: CALOTEIRO! MAS AQUI... NÃO FOI O SENHOR MESMO QUE ESCRVEU QUE SÓ NOS BECOS HAVIA GATUNOS? SE É ASSIM, ISSO AQUI PODERIA VOLTAR A CHAMAR-SE BECO DO FANHA!



MAS QUE ESTÁ SUGERINDO!? QUER ME CHAMAR DE VIGAR...

EU NÃO! VOCÊ MESMO! OLHE AQUI!



VAMOS, AQUI ESTÁ! AGORA ANDE LOGO DAQUI. PEGUE O DINHEIRO NA TESOURARIA E DÊ O FORA, MOCINHA.



O QUE TINHA NAQUELE PAPEL, CAMARADA? PARECE QUE FEZ O EFEITO DE UM FETIÇO SOBRE VOCÊ...

NÃO INTERESSA, VOLTEM AO TRABALHO!

\* "BECO DO FANHA" É ONDE SITUA-SE A ATUAL RUA CALDAS JÚNIOR, ENDEREÇO DO JORNAL "A FEDERAÇÃO".  
\* ATUAL RUA RAMIRO BARCELOS, NA ESQUINA COM A AVENIDA OSVALDO ARANHA.



UMA NOITE ESPECIAL NO THEATRO SÃO PEDRO.

COMO ASSIM, "PLATEIA OU CAMAROTE"? ESTAMOS LOTADOS PARA A OPERETA DE HOJE!

LOTADOS? O QUE HÁ DE ESPECIAL HOJE?

ORA, ENTÃO O SENHOR NÃO SABE? É CENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ E A RSR\* VAI TRANSMITIR A OPERETA PARA TODO O ESTADO PELO RÁDIO!

AH! QUE PRODÍGIO! ENTÃO ESTÁ EXPLICADO.



NÃO, MAIS PARA CIMA! PUXE UM POUCO MAIS!

VÁ COM CUIDADO, HEIN! NÃO PUXE COM FORÇA OU VAI ARREBENTAR O FIO DO MICROFONE DE NOVO!



XII! ESSE ALEMÃO BRONCO TÁ PUXANDO O MICROFONE COM FORÇA!

BAH, EU VOU À SALA DE CONTROLE TESTAR A TRANSMISSÃO QUANDO ESTIVER NA ALTURA CERTA.

TOMARA QUE NÃO FAÇA BESTEIRA DE NOVO!



FIQUE AÍ QUE EU VOU LÁ TESTAR MAIS UMA VEZ. A RSR FICA COM OS CRÉDITOS, MAS QUEM MEXE A BUNDA SOMOS NÓS!

LÁ VAMOS NÓS DE NOVO...



ENTÃO AQUELE RAPAZ NA BILHETERIA NÃO SABIA QUE A APRESENTAÇÃO DE HOJE VAI SER TRANSMITIDA?

ESSA É BOA! ONDE ELE ESTEVE NOS ÚLTIMOS DIAS?

NO INTERIOR, DECERTO.



AH, FINALMENTE! ESTAMOS SEM RETORNO AQUI, D. VITÓRIA. DEVE SER O MAU CONTATO DE NOVO.

É, EU JÁ SEI O MOTIVO.



VAMOS LÁ, BRAGA! ME MANDE ALGUMA MÚSICA.

FAÇA OS MOÇOS DA ORQUESTRA TOCAREM.



MINHA QUERIDA, O QUE DEU EM VOCÊ?

AH, MEU AMOR! EU NÃO POSSO VER UM PALCO QUE FICO COM SAUDADES DO MEU PIANO!

BOM, VOCÊ É UMA SENHORA CASADA AGORA, NÃO PRECISA MAIS DESSAS DISTRAÇÕES.



É UMA PENA, MANA. VOCÊ É UMA ÓTIMA PROFESSORA, E TOCA MUITO BEM.

AH, TEO... VOCÊS HOMENS QUE SÃO FELIZES. CASAM-SE E CONTINUAM COM SUAS CARREIRAS.

POR FALAR EM CASAMENTO, CONTEI PARA VOCÊ QUE A PRIMA LAURINHA ESTÁ VINDO DO INTERIOR?



ELA SEMPRE TEVE UMA QUEDA POR VOCÊ!



ORA, QUE PRAZER ENCONTRÁ-LOS AQUI, ANTÔNIO. VI VOCÊ ENTRANDO COM SUA SENHORA E RESOLVI CUMPRIMENTÁ-LOS PELO CASAMENTO.

ABELARDO, NATÉRCIA! HÁ QUANTO TEMPO, COMO VÃO AS COISAS N'A FEDERAÇÃO?

DEIXEM-ME APRESENTAR MEU CUNHADO...



...TEO. RECÉM-CHEGADO DA ALEMANHA. UM VETERANO DA PRIMEIRA GUERRA E ENGENHEIRO FORMADO PELA POLITÉCNICA DE BERLIM.

CHEGA NA HORA CERTA PARA AGRACIAR NOSSA CIDADE, QUE TANTO PRECISA DE MODERNIZAÇÃO.

CERTAMENTE. ESPERO PODER PARTICIPAR DESSAS TRANSFORMAÇÕES BENÉFICAS!



ESTA É MINHA ESPOSA, FREDERICA.

OH!

MUITO PRAZER, DR. ABELARDO.



ENCANTADO, SENHORA.



SUAS CRÔNICAS SOBRE A CIDADE SÃO MUITO INSTRUTIVAS.

A SENHORA É MUITO GENTIL. SOMENTE FAÇO MINHA MODESTA PARTE PARA QUE ESTA CIDADE SEJA DIGNA DE ABRIGAR EM SUAS RUAS TAMANHA...



...BELEZA!



OBA! TUDO PRONTO PARA A TRANSMISSÃO!



VOCÊ É UMA JOIA RARA, VIVI! COMO ENTENDE TANTO DE RÁDIO? SE UM DIA O SR. ROUSSELET A DEDITAR...

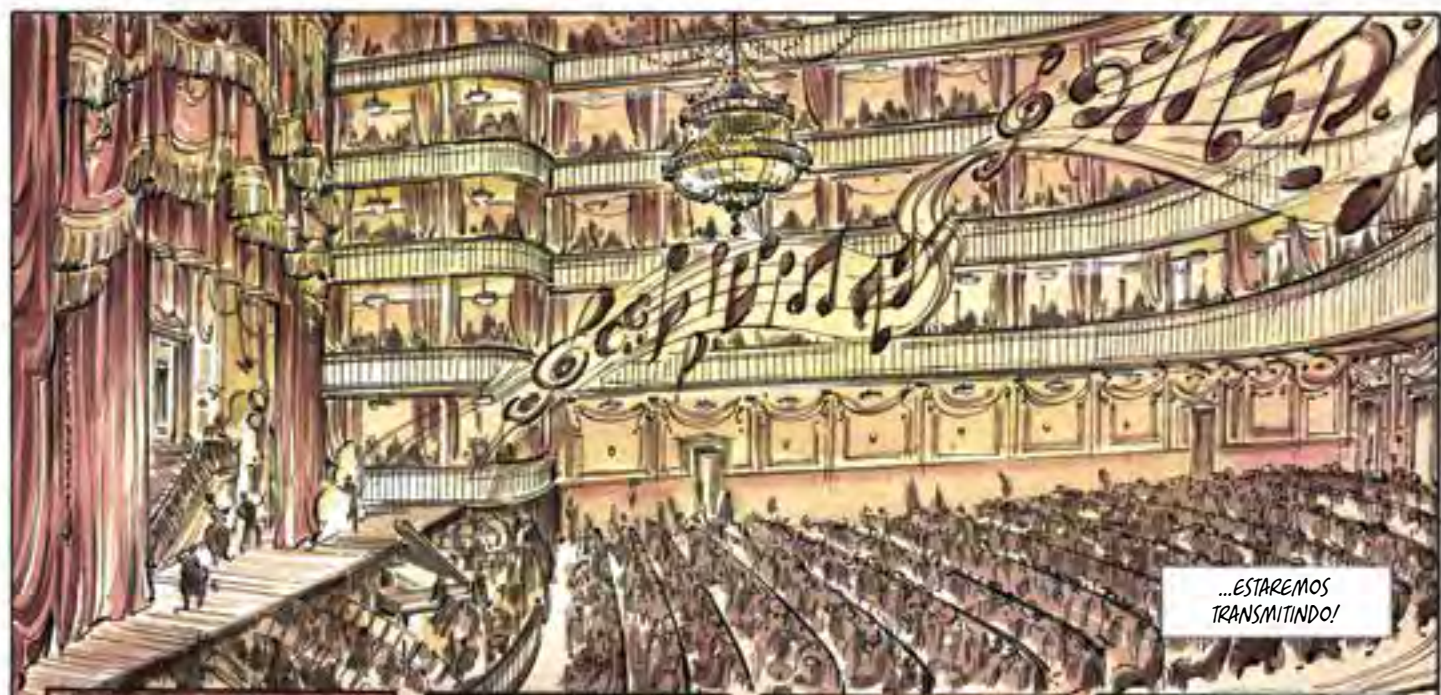
SE O SR. ROUSSELET ME MANDAR PARA A RUA, VOU ARRANJAR OUTRO EMPREGO, NÃO UM GALANTEADOR DE MEIA-PATAÇA PARA ME APOQUENTAR!



OH, COMO VOCÊ É CRUEL COMIGO, NEGRINHA!

AH, CONTA OUTRA... AGORA DÊEM LICENÇA! PRECISO DE UM CAFÉ POIS A NOITE SERÁ LONGA!

A POSTOS! ASSIM QUE A OPERETA COMEÇAR...



...ESTAREMOS TRANSMITINDO!



NOITE DE MUAMBA\* NO BECO.

VAI COM CALMA COM ESSA CANA, ALUÍSIO!

CALMA, ISIDORA, HOJE É NOITE DE COMEMORAR. É A MUAMBA, ORAS!



OS QUITUTES DA TIA BERÊ!

SEM ELAS NÃO TEM MUAMBA!



UM POUCO DE FORÇA PARA ESSES TIGRES RECUPERAREM A VOZ.

GRAUUR! TIGRES FAMINTOS, ISSO SIM!



POIS EU QUERO É SABER ONDE ESTÁ O ALUÍSIO! ELE NÃO VAI CONTRIBUIR PRA MUAMBA NÃO?

Ó ALUÍSIO! TEM UMA MOÇA AQUI QUERENDO FALAR COM VOCÊ!

IIIIH! NÃO DEIXA A DONA ISIDORA SABER DISSO!



PRONTO, ESTÁ AQUI! ISSO LÁ É JEITO DE SE APRESENTAR PARA NAMORAR COM MINHA FILHA, SEU FABRÍCIO!?

AH, RELAXA, SEU ALUÍSIO, É CARNAVAL... E OBRIGADO PELA CONTRIBUIÇÃO PARA O BLOCO!

E A SENHORITA PENSA QUE VAI AONDE!?



FICA TRANQUILO, PAI, EU FICO DE OLHO NELES. PODE DEIXAR!

NÃO PRECISA SE PREOCUPAR, NÃO SOU MARIA BELEIA\*. ESTAREMOS DE VOLTA ANTES DAS ONZE.

NÃO QUE SUA FILHA PRECISE DE PROTEÇÃO! EU É QUE CORRO PERIGO COM ELA, SEU ALUÍSIO!



HUMPF, AO MENOS QUE ELA FIQUE COM AS OUTRAS MOÇAS E O IRMÃO. ISSO É PARA SER UMA FESTA DE FAMÍLIA.

ORA, SUA FILHA SABE O QUE FAZ, ALUÍSIO. ELA SABE SE DEFENDER.



ESSES JOVENS ESTÃO CADA VEZ MAIS DESAVERBONHADOS. VIU O JEITO COMO SE VESTEM?

É POR ISSO QUE ELAS SÃO JOVENS!

\* "MUAMBA": DE ACORDO COM IRENE SANTOS (2010), "GRUPO [...] QUE DESFILAVAM ANTES DO CARNAVAL [...] PARA ANGIARIAR DINHEIRO NO COMÉRCIO".  
\* O CONTRÁRIO DE "MOÇA DE FAMÍLIA", NA GÍRIA DA ÉPOCA.

AH, HOJE EU NÃO DESGRUO DE VOCÊS, VIU? MINHA IRMÃZINHA E MEU MELHOR AMIGO DE INFÂNCIA!

IH, VAI SEGURAR VELA A NOITE TODA?

AFF!

PODE CRER, VIVI. VOU ANDAR ASSIM COM VOCÊS DAQUI ATÉ O SALÃO!

É ATÉ A RUA DA AURORA\* TEMOS UMA BOAS QUADRAS. TEM CERTEZA DE QUE VOCÊ AGUENTA ATÉ LÁ SEM ENTRAR NA ORQUESTRA?

MAS CLARO! EU ESTOU AQUI PARA PROTEGER E VIGIAR.

COMO OS RATOS BRANCOS.

QUE RATOS BRANCOS O QUÊ! EU SOU BEM MELHOR QUE ELES.

NEM PRECISO CARRREGAR CASSETETE NEM PISTOLA PRA CUMPRIR MINHA MISSÃO. BASTA...

BASTA DAR AQUELA CÔCEGA NO DEDO PARA PEGAR O TROMPETE...

...E NÃO LARGAR MAIS.

VOCÊS OUVIRAM ISSO? OS TIGRES RECOMEÇARAM! É O DUELO DE ORQUESTRAS!

FIQUEM LOGO ATRÁS DE MIM. NÃO POSSO DEIXAR MEUS IRMÃOS DE COMBATE SOZINHOS!

EU NÃO ESTOU COM PRESSA DE CHEGAR AO SALÃO. E VOCÊ, BONITONA?

QUE SALÃO, SENHORITA? ACHO QUE SEU IRMÃO TAMBÉM NÃO ESTÁ COM PRESSA DE CHEGAR ATÉ LÁ.

RÁPIDO, ANTES QUE O FEITIÇO DA MÚSICA ACABE E ELE VENHA ATRÁS DE NÓS!

OOOH!

MAS QUAL! EU SOU UMA MOÇA DE FAMÍLIA! NÃO POSSO MAIS FAZER ESSAS COISAS ÀS ESCONDIDAS!

VAMOS MUDAR ISSO. CASA COMIGO, VIVI?

AO RAIAR DO DIA, NA INTENDÊNCIA DE PORTO ALEGRE...

MUITO BOM DIA, DR. ROCHA!

SEM DÚVIDA, UM ADMINISTRADOR EXEMPLAR. QUE ENERGIA!

BOM DIA, BOM DIA! É PRECISO COMEÇAR CEDO SE QUISER GARANTIR O SUPRIMENTO DA CIDADE.

ELE PARECE REALMENTE MUITO ENERGÉTICO, DR. NETTO.

O DR. ROCHA? OH, SIM. FELIZMENTE, POIS ERA ALGO DE QUE ESTA CIDADE ESTAVA PRECISANDO.

TENHO CERTEZA DISSO, EMBORA A SITUAÇÃO DAS FINANÇAS MUNICIPAIS ME PREOCUPE. HÁ MUITAS DESPESAS A FAZER PARA AS NOVAS OBRAS.

ORA, ENTÃO NÃO VIU COM QUE RAPIDEZ O DR. ROCHA EQUIPOU NOSSA POLÍCIA? PODE FICAR TRANQUILO QUANTO AS FINANÇAS. O DR. ROCHA SABE COMO ACHAR DINHEIRO.

DR. ROCHA! ESTAVA ANSIOSO PARA APRESENTÁ-LO AO NOSSO NOVO ENGENHEIRO NA COMISSÃO DE OBRAS, DR. TEO WALDOFF.

MUITO PRAZER, DR. ROCHA. SE NÃO CONHECESSE SUA FAMA, DIRIA QUE TEM O EXCELENTE HÁBITO DE EXERCITAR-SE LOGO PELA MANHÃ.

QUAL O QUÊ, MEU JOVEM! VENHO FISCALIZAR PESSOALMENTE O LEITE, A CARNE E OS PEIXES QUE VÃO PARA OS MERCADOS DA CIDADE. HÁ QUE SE VIGIAR SEMPRE!

NOSSO JOVEM ENGENHEIRO CHEGOU HÁ POUCO TEMPO DA EUROPA, DR. ROCHA, MAS JÁ PÔDE VER A ENERGIA COM QUE OS NEGÓCIOS PÚBLICOS SÃO FEITOS NA SUA ADMINISTRAÇÃO.

EXCELENTE! PRECISO DE TÉCNICOS CAPACITADOS E DINÂMICOS. VENHA, VAMOS ATÉ MINHA SALA, VOU LHE MOSTRAR A TAREFA TITÂNICA QUE TEMOS PELA FRENTE!

COMO VOCÊ DEVE SABER, NOSSA CIDADE ESTÁ PASSANDO POR TRANSFORMAÇÕES. MINHA ADMINISTRAÇÃO ESTÁ FAZENDO UM ESFORÇO HERCÚLEO PARA QUE PORTO ALEGRE SE TORNE O CARTÃO DE VISITAS QUE O ESTADO MERECE.

JÁ PUDE VER ISSO QUANDO CHEGUEI DE NAVIO, DR. ROCHA. O PORTO ESTÁ MODERNO, MAGNÍFICO! MUITO DIFERENTE DE QUANDO PARTI ANOS ATRÁS.

DE FATO, O QUE SÓ MOSTRA O EMPENHO DE MEU ANTECESSOR, DR. MONTAURY,\* NO PROGRESSO DA CIDADE.

CONTUDO, OS TEMPOS SÃO OUTROS! HÁ MUITOS DESCONTENTES, E NOSSO PARTIDO REPUBLICANO PRECISA MOSTRAR SUA FORÇA. ASSIM...

\* ATUAL RUA DR. BARROS CASSAL.

\* JOSÉ MONTAURY, INTENDENTE DE PORTO ALEGRE DE 1897 A 1924.





...VAMOS IMPLANTAR O MONUMENTAL PLANO DE MELHORAMENTOS DE PORTO ALEGRE.

VAMOS TRANSFORMAR E MORALIZAR NOSSA CAPITAL!



VEJA, ABRIREMOS LARGAS E MODERNAS AVENIDAS, ILUMINADAS, SEGURAS E HIGIÊNICAS.

VAMOS BOTAR ABAIXO OS BECOS E RUELAS SUJAS, TRANSFORMAR A CIDADE NUMA METRÓPOLE DO SÉCULO XX!



AQUI, AQUI, E AQUI. VAMOS ACABAR COM O BECO DO POÇO\*. SERÁ UMA OBRA COLOSSAL! VAMOS ALARGAR A AVENIDA SÃO RAFAEL, ACABANDO COM O BECO DO ROSÁRIO...

...QUE É UMA PASSAGEM DE PÉSSIMO ASPECTO E ESTREITO DEMAIS PARA O TRÂNSITO COM OS ARRABALDES.



DE FATO, A EXEMPLO DE NOSSA CAPITAL FEDERAL, ESSES BECOS TÊM DE DESAPARECER. NÃO HÁ MAIS LUGAR PARA ESSAS RUELAS INFECTAS E ANTROS DE CRIMINALIDADE NO SEIO DA NOSSA CIDADE.

HÁ MUITO PROTELAMOS A MODERNIDADE, TOLERANDO ESSA INFELIZ HERANÇA DO ATRASO DOS TEMPOS DO IMPÉRIO!

MAS... E OS MORADORES?



OS...

...MORADORES?!



ORAS, MAS QUE IMPORTÂNCIA TEM ISSO, MEU JOVEM? ELAS IRÃO PARA OS ARRABALDES, É CLARO!

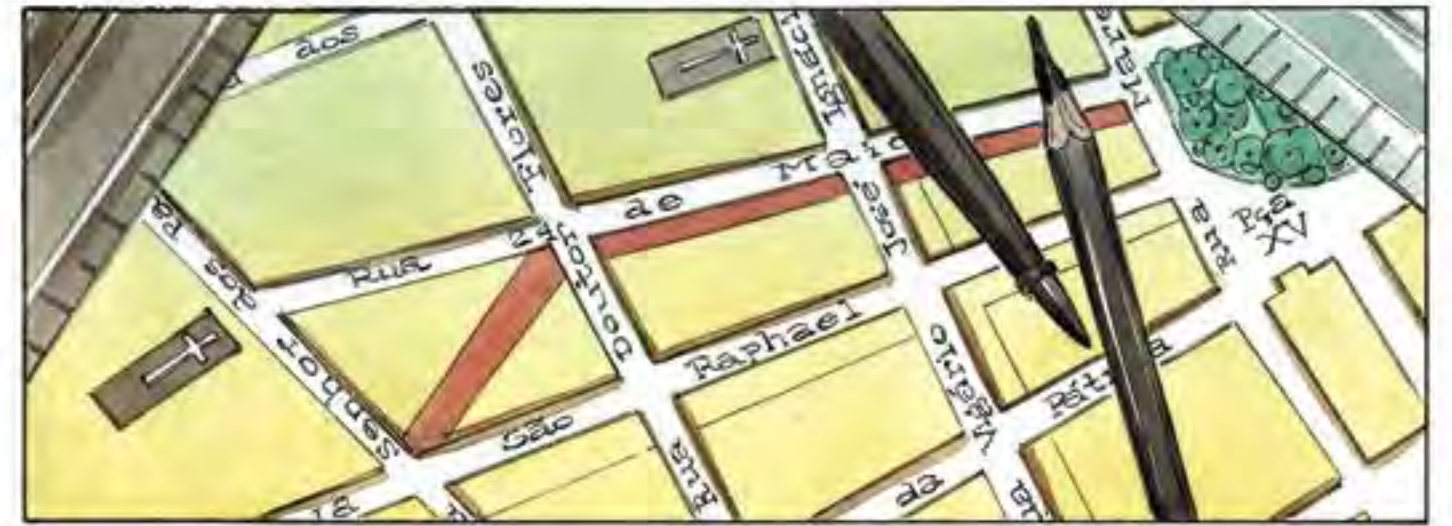
JUSTO! NOS ARRABALDES, PERTO DAS FÁBRICAS, ONDE PODERÃO TER UMA VIDA REGRADA, TRABALHO HONESTO!

REGRADA? PENSEI QUE JÁ TIVESSEM ISSO, AFINAL, SÃO TRABALHADORES...



AH, VOCÊ VOLTOU COM IDEIAS ESDRÚXULAS DA EUROPA, MEU CARO! NINGUÉM CONSEGUE TER UMA VIDA REGRADA NUM MEIO TÃO CHEIO DE VICIOS COMO OS BECOS DAQUI.

CORRETO. SE QUEREM FREQUENTAR A "URBS", TERÃO DE CIVILIZAR-SE!



\* ENTÃO A RUA GENERAL PARANHOS; HOJE, A AVENIDA BORGES DE MEDEIROS.

# Sketches

Estudos produzidos durante o processo de pesquisa.



